



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 878

Sexta-feira - 02 de Dezembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista	1
Antônio Carlos	14
Biguaçu	20
Braço do Trombudo	20
Caçador	21
Camboriú	38
Campo Alegre	38
Campos Novos	42
Canoinhas	46
Capinzal	47
Chapadão do Lageado	47
Concórdia	48
Cordilheira Alta	50
Coronel Martins	62
Corupá	64
Ermo	65
Forquilha	126
Fraiburgo	127
Garopaba	131
Garuva	134
Gaspar	134
Guaramirim	162
Herval do Oeste	162
Imbituba	163
Iomerê	171
Irineópolis	171
Itapoá	172
Joaçaba	173
Lauro Muller	182
Leoberto Leal	187
Lindóia do Sul	190
Luzerna	191
Maracajá	191
Massaranduba	192
Meleiro	193
Monte Carlo	197
Morro da Fumaça	197
Navegantes	198
Nova Trento	198
Novo Horizonte	199
Palhoça	199
Palmitos	200
Passo de Torres	201
Paulo Lopes	201
Pinheiro Preto	202
Porto Belo	203
Porto União	203
Rio do Sul	207
Salto Veloso	217
São Bento do Sul	218

São Lourenço do Oeste	233
Schroeder	240
Timbó	252
Três Barras	259
Videira	259
Vitor Meireles	268

Consórcios

CIGA	269
CINCO	269
CITMAR	269

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Lei N° 571, de 23 de novembro de 2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DESCENTRALIZADA, DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, PARA O EXERCÍCIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2012, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 10.117.337,12 (dez milhões cento e dezessete mil, trezentos e trinta e sete reais e doze centavos).

§ 1º O Orçamento da fiscal do Município, fixa a despesa em R\$ 7.951.970,42 (sete milhões, novecentos e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos).

§ 2º O Orçamento da seguridade social, fixa a despesa em R\$ 2.165.366,70 (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta centavos).

§ 3º O Orçamento da Prefeitura Municipal, compreendendo a Administração Direta e descentralizada, esta constituída em unidades orçamentárias da primeira, exceto o Fundo Municipal de Saúde - FMS e o Fundo Municipal de Assistência Médica - FAM, fixa a despesa em R\$ 7.936.926,41 (sete milhões, novecentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos).

§ 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS, fixa a despesa em R\$ 1.733.331,15 (um milhão, setecentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e um reais e quinze centavos).

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

§ 5º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Médica - FAM, fixa a receita em R\$ 94.209,61 (noventa e quatro mil, duzentos e nove reais e sessenta e um centavos).

§ 6º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, fixa a despesa em R\$ 352.869,95 (trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

§ 7º A Administração Direta descentralizada, constituída em unidades orçamentárias, nos termos do § 3º deste artigo, compreende o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA, O Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUNDEAGRO e o Fundo Municipal de Habitação - FMH.

Art. 2º A receita estimada será realizada mediante a arrecadação dos tributos, das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e das demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, detalhada nos quadros anexos desta Lei.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação dos Anexos que integram esta Lei, apresentando sua composição por órgãos, unidades, funções, subfunções, programas e ações, sendo estas divididas em projetos e atividades, bem como por categorias econômicas, natureza e modalidade de aplicação, nas suas respectivas unidades orçamentárias, observadas as disposições da Portaria MOP nº 42, de 14 de abril de 1999 e das normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, distribuída segundo os Anexos específicos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as disposições pertinentes previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2012.

Parágrafo único. Na execução das despesas fixadas, além da obediência às disposições do caput deste artigo, obedecer-se-á as disposições da Lei Municipal nº 568, de 13 de outubro de 2011.

Art. 4º O Governo Municipal manterá no decorrer da execução orçamentária, em todo o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecada e a despesa autorizada, em obediência aos princípios básicos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que coadunam com as disposições do art. 169, da Constituição Federal.

Art. 5º Verificando-se, bimestralmente, frustração entre as metas bimestrais de arrecadação e a arrecadação efetivamente auferida, o Poder Executivo promoverá a correspondente limitação de empenhos, nos termos regrados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2012, em obediência à disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Parágrafo único. Ocorrendo frustração no atingimento das metas bimestrais de arrecadação, haverá correspondente redução na transferência do duodécimo à Câmara Municipal de Vereadores, na mesma proporção da frustração, nos períodos subseqüentes à sua apuração.

Art. 6º Os recursos alocados na reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e imprevistos fiscais.

Art. 7º O Poder Executivo, está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito suplementar, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício e apurado na forma prevista no art. 43, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 4.320/64, segundo sua vinculação, observada a respectiva vinculação;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias:

a) cujo objeto já tenha sido executado;

b) que apresentem tendência de sobras até o término da execução orçamentária; e

c) pela utilização de recursos de saldo orçamentário de elementos de despesas da mesma ação, seja ela classificada como atividade ou como projeto, nos termos previstos no art. 24, da Lei Municipal nº 568, de 13 de outubro de 2011.

III - o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, segundo a vinculação dos recursos financeiros.

§ 1º Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

§ 2º A utilização de recursos provenientes do superávit financeiro de exercícios anteriores, nos termos do inciso III deste artigo, far-se-á, observada a vinculação, com a substituição do grupo de fontes e destinação de recursos, de "1 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente" para "3 - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores".

§ 3º A abertura de créditos adicionais suplementares, pela utilização do excesso de arrecadação, observará, estritamente a respectiva vinculação.

§ 4º Excepcionalmente, na abertura de créditos adicionais suplementares, quando destinados à dotações da saúde, função 10, ou educação, função 12, subfunções 361 e 365, poderão ser utilizados recursos ordinários do orçamento municipal, não originalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação básica ou às ações e serviços públicos de saúde, observadas as disposições do art. 24, § 2º, da Lei Municipal nº 568, de 13 de Outubro de 2011.

§ 5º A abertura de créditos adicionais nos termos deste artigo, far-se-á através de Decreto, que receberá ampla publicidade e será editado mediante justificação e com a fundamentação necessária.

Art. 8º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito, alienações de ativos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou no seu excesso, poderão ser utilizados, por ato do Prefeito Municipal como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou de operações especiais.

Parágrafo único. A disposição do caput deste artigo se aplica exclusivamente, se o crédito adicional suplementar que se destinar à ação prevista no orçamento da despesa.

Art. 10. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração de excesso de arrecadação, observada a respectiva vinculação.

Art. 11. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com o Governo da União e suas entidades e com o Governo do Estado e suas entidades, para a operacionalização e execução da programação orçamentária, dando conhecimento dos mesmos à Câmara Municipal de Vereadores no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 12. No decorrer do exercício de 2012, o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para o financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 13. Toda a execução orçamentária e a decorrente realização das despesas obedecerão, além de outras normas e técnicas, as disposições da lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo às despesas totais com pessoal, inclusive às decorrentes de novas admissões através de concurso público ou não e à criação de novos cargos ou alteração no número de vagas dos cargos existentes.

Art. 14. Esta Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2012, até o final do mesmo exercício.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações

Lei Nº 572, de 23 de novembro de 2011

DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO, EM DOAÇÃO, DO BEM MÓVEL QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da Secretaria do Estado da Administração, o seguinte bem móvel:

I - PAS/AUTOMÓVEL/JIPE, TOYOTA/BANDEIRANTE, a diesel, ano 1991, modelo 1992, placas LZO - 6314, Chassi: 9BR-0J0020M1018358, conforme consta do Decreto Estadual nº 593, publicado no DOE nº 19.196 de 18 de outubro de 2011.

Art. 2º. As despesas com a transferência e registro do veículo recebido em doação correrão à conta de dotações orçamentárias previstas no orçamento geral do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 23 de novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações

Lei Nº 573, de 28 de novembro de 2011.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 310.134,06 (Trezentos e sessenta e cinco mil, cento e trinta quatro reais e seis centavos) para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE

01.02 Controle Interno

04 ADMINISTRAÇÃO

04.124 Controle Interno

04.124.0002 Sistema de Controle Interno

04.124.0002.2.003 Atividades do Sistema de Controle Interno

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

01.03 Assessoria de Comunicação e Informação

04 ADMINISTRAÇÃO

04.131 Comunicação Social

04.131.0004 Publicações Oficiais e Publicidade Institucional

04.131.0004.2.004 Atividades Gerais de Comunicação e Informação

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 7.000,00

02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02.01 Gerência de Administração e Finanças

04 ADMINISTRAÇÃO

04.122 Administração Geral

04.122.0003 Ações de Administração Geral

04.122.0003.2.007 Atividades Administrativas e Burocráticas

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

03.00 GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO

03.02 Contabilidade e Gestão Financeira

04 ADMINISTRAÇÃO

04.121 Planejamento e Orçamento

04.121.0009 Contabilidade e Gestão Fiscal

04.121.0009.2.014 Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$10.000,00

04.00 GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

04.01 Gerência de Agricultura e Meio Ambiente

18 GESTÃO AMBIENTAL

18.544 Recursos Hídricos

18.544.0012 Ações Ambientais

18.544.0012.2.016 Ações de Gestão Ambiental

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições Privadas sem

Fins Luc.
R\$ 10.000,00

20.602 Promoção da Produção Animal
20.602.0013 Ações de Promoção da Pecuária
20.602.0013.2.019 Assistência Técnica/Médica Veterinária - Pessoal

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 6.000,00

20.606 Extensão Rural

20.606.0014 Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural
20.606.0014.2.018 Assistência e Desenvolvimento Rural - Pessoal

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 6.000,00

05.00 GERÊNCIA DE TRANSPORTES

05.01 Gerência de Transportes

26 TRANSPORTE

26.782 Transporte Rodoviário

26.782.0018 Obras de Infra-estrutura Rodoviária

26.782.0018.1.010 Construção de Obras Rodoviárias Diversas

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0344.0 Aplicações Diretas

R\$ 21.000,00

26.782.0019.2.034 Atividades Gerais do Transporte

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 44.034,06

26.782.0019.2.035 Manutenção de Máquinas e Veículos

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0344.0 Aplicações Diretas
R\$ 32.000,00

06.00 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.01 Coordenadoria de Assistência Social

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244 Assistência Comunitária

08.244.0023 Assistência Social e Comunitária

08.244.0023.2.038 Atividades de Assistência Social Geral

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 13.100,00

06.02 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.241 Assistência ao Idoso

08.241.0020 Vida Melhor aos de Melhor Idade

08.241.0020.2.039 Atenção e Assistência às Pessoas Idosas

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a instituições Privadas sem fins Luc.
R\$ 22.000,00

3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

06.03 Fundo Mun. Da Infância e Adolescência - FIA

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente

08.243.0022 Preservação dos Direitos das Crianças e Adolescentes

08.243.0022.2.044 Atividades do Com. Tutelar e CMDCA

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 4.500,00

07.00 GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.01 Urbanismo - Serviços de Infra-estrutura Urbana

15 URBANISMO

15.452 Serviços Urbanos

15.452.0026 Manutenção das Áreas Urbanas

15.452.0026.2.046 Atividades Gerais de Urbanismo

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 65.000,00

10.00 GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO

10.01 Ações e Atividades de Cultura

13 CULTURA

13.392 Difusão Cultural

13.392.0050 Resgate, Preservação e Difusão da Cultura

13.392.0050.2.090 Atividades Gerais da Cultura

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

10.02 Esportes e Lazer

27 Desporto e Lazer

27.812 Desporto Comunitário

27.812.0051 Esportes como Ação de Integração e de Formação

27.812.0051.2.093 Subvencionalamento à Entidades Esportivas

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Luc.
R\$ 25.000,00

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.03 Ensino Fundamental

12 EDUCAÇÃO

12.361 Ensino Fundamental

12.361.0044 Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

12.361.0044.1.034 Estruturação das Ações de Ensino Fundamental

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0106.0 Aplicações Diretas

R\$ 500,00

12.361.0044.2.079 Atividades Gerais do Ensino Fundamental

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0 Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

01.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE

01.02 Controle Interno

04 ADMINISTRAÇÃO

04.124 Controle Interno



04.124.0002 Sistema de Controle Interno
 04.124.0002.1.002 Estruturação Sistema Controle Interno
 4 DESPESAS DE CAPITAL
 4.4 Investimentos
 4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 156,07

01.03 Assessoria de Comunicação e Informação
 04 ADMINISTRAÇÃO
 04.131 Comunicação Social
 04.131.0004 Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
 04.131.0004.2.005 Publicidade Administrativa e Legal
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos
 R\$ 3.000,00

02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 02.01 Gerência de Administração e Finanças
 04 ADMINISTRAÇÃO
 04.122 Administração Geral
 04.122.0003 Ações de Administração Geral
 04.122.0003.1.004 Manutenção e Melhorias no Centro Administrativo
 4 DESPESAS DE CAPITAL
 4.4 Investimentos
 4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 39.000,00

04.131 Comunicação Social
 04.131.0004 Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
 04.131.0004.2.099 Contribuições ao Consórcio CIGA
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.1 Pessoal e Encargos
 3.1.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos
 R\$ 465,48
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos
 R\$ 496,52

14 DIREITOS DA CIDADANIA
 14.422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
 14.422.0007 Defesa dos Direitos do Consumidor
 14.422.0007.2.012 Ações de Defesa dos Direitos do Consumidor
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.70.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições Multigovernamentais Nac.
 R\$ 1.150,00
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 89,76

02.02 Administração Tributária
 04 ADMINISTRAÇÃO
 04.123 Administração Tributária
 04.123.0008 Ação Tributária e Financeira
 04.123.0008.2.013 Atividades de Tributação e Administração Financeira
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.1 Pessoal e Encargos Sociais
 3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 7.000,00

03.00 GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
 03.02 Contabilidade e Gestão Financeira
 04 ADMINISTRAÇÃO
 04.121 Planejamento e Orçamento
 04.121.0009 Contabilidade e Gestão Fiscal
 04.121.0009.2.014 Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal
 3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

04.00 GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 04.01 Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
 20 Agricultura
 20.601 Promoção da Produção Vegetal
 20.601.0011 Mecanização Agrícola
 20.601.0011.2.017 Atividades de Mecanização Agrícola - Pessoal
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.1 Pessoal e Encargos Sociais
 3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

04.02 Fundo Mun. de Desenv. Agropec. - FUNDEAGRO
 20 AGRICULTURA
 20.601 Promoção da Produção Vegetal
 20.601.0011 Mecanização Agrícola
 20.601.0011.2.023 Serviços de Infra-estrutura Agrícola
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 4.667,31

20.601.0016 Adubo e Sementes de Cereais
 20.601.0016.2.024 Disponibilização de SEMENTES DE CEREAIS
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 1.020,00

4 DESPESAS DE CAPITAL
 4.5 Inversões Financeiras
 4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 2.380,00

20.601.0016.2.025 Disponibilização de ADUBOS
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 5.100,00

4 DESPESAS DE CAPITAL
 4.5 Inversões Financeiras
 4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 21.100,00

20.602.0013.2.028 Manutenção Veículos da Assist. Técnica/Veterinária
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 6.000,00

20.602.0013.2.029 Disponibilização SEMENTES DE PASTAGENS
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 5.236,80

4 DESPESAS DE CAPITAL
 4.5 Inversões Financeiras
 4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 12.219,20

20.606 Extensão Rural
 20.606.0014 Assistência e Desenvolvimento Rural
 20.606.0014.2.030 Atividades Escritório Agricultura
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.1 Pessoal e Encargos
 3.1.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos
 R\$ 9.000,00

20.606.0014.2.032 Capacitação e Profissionalização de Agricultores

3 DESPESAS CORRENTES**3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 1.250,00

05.00 GERÊNCIA DE TRANSPORTES**05.01 Gerência de Transportes****26 TRANSPORTES****26.782 Transporte Rodoviário****26.782.0019.1.013 Construção da Garagem para Máquinas****4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.0.1.0344.0 Aplicações Diretas**

R\$ 53.000,00

06.00 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**06.01 Coordenadoria de Assistência Social****08 ASSISTÊNCIA SOCIAL****08.244 Assistência Comunitária****08.244.0023 Assistência Social e Comunitária****08.244.0023.1.016 Aquisição de Bens de Uso Social****4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 84,00

08.244.0023.1.043 Aquisição de Veículos - ASSISTÊNCIA SOCIAL**4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 690,00

08.244.0023.1.045 Estruturação do CRASS**4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 1.501,60

08.244.0023.2.036 Participação em Projetos Comunitários**3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições privadas sem fins Luc.**

R\$ 6.000,00

06.02 Fundo Mun. De Assistência Social - FMAS**08 ASSITÊNCIA SOCIAL****08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente****08.243.0022 Preservação dos Direitos das Crianças e Adolesc.****08.243.0022.1.047 Edificação da sede do Conselho Tutelar****4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 593,42

08.244 Assistência Comunitária**08.244.0023 Assistência Social e Comunitária****08.244.0023.2.042 Ativ. de Assistência Social Geral****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 3.000,00

07.00 GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**07.01 Urbanismo - Serviços de Infra-estrutura Urbana****15 URBANISMO****15.452 Serviços Urbanos****15.452.0024 PLANO DIRETOR - Desenvolvimento Sustentável****15.452.0024.2.045 Implantação do PLANO DIRETOR****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 10.000,00

07.02 Fundo Municipal de Habitação - FMH**16 HABITAÇÃO****16.482 Habitação Rural****16.482.0029 Programa Habitacional****16.482.0029.2.050 Melhoria e Construção de Unid. Habitacionais Urb.****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 422,19

4 DESPESAS DE CAPITAL**4.5 Inversões Financeiras****4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 1.402,24

07.04 Sistema Municipal de Saneamento Básico**17 SANEAMENTO****17.511 Saneamento Básico Rural****17.511.0031 Ações de Saneamento Básico Rural****17.511.0031.2.052 Atividades de Saneamento Básico Rural****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos**

R\$ 216,00

3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 1.300,00

4 DESPESAS DE CAPITAL**4.5 Inversões Financeiras****4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 3.300,00

17.512 Saneamento Básico Urbano**17.512.0032 Serviços de Saneamento Básico Urbano****17.512.0032.2.053 Serviços de Coleta e Destino Final do Lixo****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 2.000,00

10.00 GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO**10.01 Esporte e Lazer****13 CULTURA****13.392 Difusão Cultural****13.392.0050 Resgate, Preservação e Difusão da Cultura****13.392.0050.1.037 Aquisição de Mobiliário e Equipamentos****4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 3.296,10

10.02 Esporte e Lazer**27 DESPORTO E LAZER****27.812 Desporto Comunitário****27.812.0051 Esportes como Ação de integração e de Formação****27.812.0051.2.092 Atividades Gerais de Esportes****3 DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 17.769,49

10.03 Ações e Serviços de Turismo**23 COMÉRCIO E SERVIÇOS****23.695 Turismo****23.695.0053 Promoção das Potencialidades Turísticas****23.695.0053.2.095 Ações e Serviços de Turismo****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições Priv. sem fins**

Lucrativos

R\$ 610,00

3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 13.100,00

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.02 Educação Infantil

12 EDUCAÇÃO

12.365 Educação Infantil

12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil

12.365.0043.1.033 Mobiliário e Equipamentos - Educação Infantil

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0106.0 Aplicações Diretas

R\$ 500,00

09.03 Ensino Fundamental

12 EDUCAÇÃO

12.361 Ensino Fundamental

12.361.0044 Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

12.361.0044.2.082 Material Didático e de Apoio Pedagógico

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0106.0 Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

09.05 Ensino Superior

12 EDUCAÇÃO

12.364 Ensino Superior

12.361.0047 Apoio ao Ensino de Graduação

12.361.0047.2.088 Transporte Escolar e Auxílios - ENSINO DE GRADUAÇÃO

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 17,88

12.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

12.01 Câmara Municipal de Vereadores

01 LEGISLATIVO

01.031 Ação Legislativa

01.031.0055 Atividades Legislativas e Fiscalizatórias

01.031.0055.1.039 Aquisição de Automóvel

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 28 de novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações

Lei Nº 574, de 28 de novembro de 2011.

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA, COM A ENTIDADE QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio, objetivando a cooperação financeira com as seguintes entidades para as finalidades seguintes:

I - com a finalidade de contribuir e cooperar em projetos de desenvolvimento comunitário, com as seguintes entidades:

a) Clube de Veteranos Sempre Unidos, de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

b) Grupo de Idosos Raios de Sol, de Volta Grande, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

c) Grupo de Idosos União Faz a Força, de Entre Rios, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

d) Associação de Moradores da Vila União, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

e) Conselho Comunitário de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

f) Associação de Moradores da Linha Bandeirantes, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

g) Associação de Moradores da Linha Araraquara, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

h) Sociedade Esportiva e Recreativa Palmeiras, de Linha das Palmeiras, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

i) Associação de Moradores da Linha Cruz e Souza, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

II - com a finalidade de contribuir e cooperar na manutenção e desenvolvimento das atividades esportivas, com as seguintes entidades:

a) Esporte Clube São Francisco, de Linha São Francisco, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

b) Clube Esportivo e Recreativo União, de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);

c) Sociedade Esportiva e Recreativa Camping Clube Linha Estreito, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);

d) Expressinho Esporte Clube, de Linha Floresta, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

III - com a finalidade de contribuir e cooperar na manutenção, ampliação e implantação de sistemas de captação, distribuição e abastecimento de água, em áreas rurais, com a Associação de Moradores da Linha São João, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 2º O convênio será celebrado observadas as disposições do art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições previstas na legislação orçamentária vigente, e dele será dada ciência, no prazo de 30 (trinta) dias à Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão



suportadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

I - Os valores previstos no inciso I, do artigo 1º, no orçamento da Prefeitura Municipal, na dotação orçamentária: 06.01 - 08.244.0023.2.036 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - 156;

II - Os valores previstos no inciso II, do artigo 1º, no orçamento da Prefeitura Municipal, na dotação orçamentária: 10.02 - 27.812.0051.2.093 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - 64;

III - Os valores previstos no inciso III, do artigo 1º, no orçamento da Prefeitura Municipal, na dotação orçamentária: 04.01.18.544.0012.2.016 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - 106.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 28 de Novembro de 2011.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.432, de 18 de novembro de 2011

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequação de valores em modalidades de aplicação contempladas na mesma ação orçamentária;

Considerando a necessidade de manutenção das atividades, ações e serviços públicos de saúde previstos para o corrente exercício;

Considerando a previsão legal, nos termos das disposições da aliena "c", do inciso II, do art. 7º, da Lei Municipal nº 532, de 13 de dezembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica nos termos das disposições da aliena "c", do inciso II, do art. 7º, da Lei Municipal nº 532, de 13 de dezembro de 2010, aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para atender à seguinte ação orçamentária:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS
10 SAÚDE
10.301 Atenção Básica
10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057 Atividades Gerais da Atenção Básica
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na redução de valores na mesma ação orçamentária, conforme segue:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 SAÚDE

10.301 Atenção Básica

10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado

10.301.0034.2.057 Atividades Gerais da Atenção Básica

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 18 de novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LENKE
Responsável pelas publicações

Decreto Nº 1.433, de 18 de novembro de 2011

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de utilização dos recursos provenientes do excesso de arrecadação segundo as respectivas vinculações orçamentárias;

Considerando a existência de saldos decorrentes da arrecadação e do excesso de arrecadação em vinculações orçamentárias relacionadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, I, da Lei Municipal nº 532, de 13 de dezembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para a inclusão de nova vinculação nas seguintes ações orçamentárias:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS
10 SAÚDE
10.301 Atenção Básica
10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.059 Manutenção de Veículos - Atenção Básica
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas
R\$ 2.500,00

10.301.0034.2.060 Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico

3. DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0310 Aplicações Diretas

R\$ 1.500,00

10.301.0034.2.100 Atividades e /serviços do NASF
3. DESPESAS CORRENTES
3.1 Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas
R\$ 11.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela utilização de saldo decorrente do excesso de arrecadação, nas seguintes vinculações:

- a) - "0.1.0301 - Recursos Vinculados à Saúde - ASPS", R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e,
- b) - "0.1.0310 - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/Est./MAC, R\$ 1.500,00 (hum mil, quinhentos reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 18 de novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.
Responsável pelas publicações

Decreto Nº 1.434, de 18 de novembro de 2011.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de utilização dos recursos provenientes do superávit financeiro de exercícios anteriores, segundo as respectivas vinculações orçamentárias;

Considerando a existência de saldos remanescentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2010;

Considerando a necessidade de manutenção das atividades, ações e serviços públicos de saúde previstos para o corrente exercício;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 532 de 13 de dezembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.393,70 (nove mil, trezentos e noventa e três reais, setenta centavos), para atender a seguinte ação orçamentária:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS
10 SAÚDE
10.128 Formação de Recursos Humanos
10.128.0033 Profissionais Capacitados e Atualizados
10.128.0033.2.056 Capacitação, Atualização e Treinamentos Servidores da Saúde
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0321 Aplicações Diretas
R\$ 9.393,70

Art. 2º a abertura do crédito adicional suplementar, nos termos

do artigo anterior, é suportada pela utilização de saldos remanescentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2010, exclusivamente na vinculação "0.1.0321 - Recursos Vinc. - Inst. Cap. PSF e ACS.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 18 de novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LENKE
Responsável pelas publicações

Decreto Nº 1.436, de 28 de Novembro de 2011.

CONSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Coordenação e Operacionalização do Processo Seletivo nº 001/2011, designando os seguintes servidores públicos municipais, para sua composição:

I - Marcelo Contessotto, que será seu presidente;

II - Danival Ramiro Ribeiro, que será seu secretário;

III - Maikeli Lermen, membro

IV - Maria Angelina Rossetto Maltauro, membro

Art. 2º Os Servidores Públicos Municipais, designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se à coordenação e operacionalização das fases do Processo seletivo nº 001/2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 28 de novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1435, de 28 de novembro de 2011.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, especialmente, nos termos da Lei Municipal nº 573, de

28 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 310.134,06 (Trezentos e sessenta e cinco mil, cento e trinta quatro reais e seis centavos) para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE

01.02 Controle Interno

04 ADMINISTRAÇÃO

04.124 Controle Interno

04.124.0002 Sistema de Controle Interno

04.124.0002.2.003 Atividades do Sistema de Controle Interno

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

01.03 Assessoria de Comunicação e Informação

04 ADMINISTRAÇÃO

04.131 Comunicação Social

04.131.0004 Publicações Oficiais e Publicidade Institucional

04.131.0004.2.004 Atividades Gerais de Comunicação e Informação

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 7.000,00

02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02.01 Gerência de Administração e Finanças

04 ADMINISTRAÇÃO

04.122 Administração Geral

04.122.0003 Ações de Administração Geral

04.122.0003.2.007 Atividades Administrativas e Burocráticas

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

03.00 GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO

03.02 Contabilidade e Gestão Financeira

04 ADMINISTRAÇÃO

04.121 Planejamento e Orçamento

04.121.0009 Contabilidade e Gestão Fiscal

04.121.0009.2.014 Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$10.000,00

04.00 GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

04.01 Gerência de Agricultura e Meio Ambiente

18 GESTÃO AMBIENTAL

18.544 Recursos Hídricos

18.544.0012 Ações Ambientais

18.544.0012.2.016 Ações de Gestão Ambiental

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Luc.

R\$ 10.000,00

20.602 Promoção da Produção Animal

20.602.0013 Ações de Promoção da Pecuária

20.602.0013.2.019 Assistência Técnica/Médica Veterinária - Pessoal

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 6.000,00

20.606 Extensão Rural

20.606.0014 Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural

20.606.0014.2.018 Assistência e Desenvolvimento Rural - Pessoal

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 6.000,00

05.00 GERÊNCIA DE TRANSPORTES

05.01 Gerência de Transportes

26 TRANSPORTE

26.782 Transporte Rodoviário

26.782.0018 Obras de Infra-estrutura Rodoviária

26.782.0018.1.010 Construção de Obras Rodoviárias Diversas

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0344.0 Aplicações Diretas

R\$ 21.000,00

26.782.0019.2.034 Atividades Gerais do Transporte

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 44.034,06

26.782.0019.2.035 Manutenção de Máquinas e Veículos

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0344.0 Aplicações Diretas

R\$ 32.000,00

06.00 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.01 Coordenadoria de Assistência Social

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244 Assistência Comunitária

08.244.0023 Assistência Social e Comunitária

08.244.0023.2.038 Atividades de Assistência Social Geral

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 13.100,00

06.02 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.241 Assistência ao Idoso

08.241.0020 Vida Melhor aos de Melhor Idade

08.241.0020.2.039 Atenção e Assistência às Pessoas Idosas

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a instituições Privadas sem fins Luc.

R\$ 22.000,00

3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

06.03 Fundo Mun. Da Infância e Adolescência - FIA

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente

08.243.0022 Preservação dos Direitos das Crianças e Adolescentes

08.243.0022.2.044 Atividades do Com. Tutelar e CMDCA

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 4.500,00

07.00 GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.01 Urbanismo - Serviços de Infra-estrutura Urbana

15 URBANISMO



15.452 Serviços Urbanos
 15.452.0026 Manutenção das Áreas Urbanas
 15.452.0026.2.046 Atividades Gerais de Urbanismo
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.1 Pessoal e Encargos Sociais
 3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 65.000,00

10.00 GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO
 10.01 Ações e Atividades de Cultura
 13 CULTURA
 13.392 Difusão Cultural
 13.392.0050 Resgate, Preservação e Difusão da Cultura
 13.392.0050.2.090 Atividades Gerais da Cultura
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.1 Pessoal e Encargos Sociais
 3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

10.02 Esportes e Lazer
 27 Desporto e Lazer
 27.812 Desporto Comunitário
 27.812.0051 Esportes como Ação de Integração e de Formação
 27.812.0051.2.093 Subvencionamento à Entidades Esportivas
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Luc.
 R\$ 25.000,00

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 09.03 Ensino Fundamental
 12 EDUCAÇÃO
 12.361 Ensino Fundamental
 12.361.0044 Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 12.361.0044.1.034 Estruturação das Ações de Ensino Fundamental
 4 DESPESAS DE CAPITAL
 4.4 Investimentos
 4.4.90.00.0.1.0106.0 Aplicações Diretas
 R\$ 500,00
 12.361.0044.2.079 Atividades Gerais do Ensino Fundamental
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.0.1.0106.0 Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

01.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE
 01.02 Controle Interno
 04 ADMINISTRAÇÃO
 04.124 Controle Interno
 04.124.0002 Sistema de Controle Interno
 04.124.0002.1.002 Estruturação Sistema Controle Interno
 4 DESPESAS DE CAPITAL
 4.4 Investimentos
 4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 156,07

01.03 Assessoria de Comunicação e Informação
 04 ADMINISTRAÇÃO

04.131 Comunicação Social
 04.131.0004 Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
 04.131.0004.2.005 Publicidade Administrativa e Legal
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos
 R\$ 3.000,00

02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 02.01 Gerência de Administração e Finanças
 04 ADMINISTRAÇÃO
 04.122 Administração Geral
 04.122.0003 Ações de Administração Geral
 04.122.0003.1.004 Manutenção e Melhorias no Centro Administrativo
 4 DESPESAS DE CAPITAL
 4.4 Investimentos
 4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 39.000,00

04.131 Comunicação Social
 04.131.0004 Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
 04.131.0004.2.099 Contribuições ao Consórcio CIGA
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.1 Pessoal e Encargos
 3.1.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos
 R\$ 465,48
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos
 R\$ 496,52
 14 DIREITOS DA CIDADANIA
 14.422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
 14.422.0007 Defesa dos Direitos do Consumidor
 14.422.0007.2.012 Ações de Defesa dos Direitos do Consumidor
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.70.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições Multigovernamentais Nac.
 R\$ 1.150,00
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 89,76

02.02 Administração Tributária
 04 ADMINISTRAÇÃO
 04.123 Administração Tributária
 04.123.0008 Ação Tributária e Financeira
 04.123.0008.2.013 Atividades de Tributação e Administração Financeira
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.1 Pessoal e Encargos Sociais
 3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 7.000,00

03.00 GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
 03.02 Contabilidade e Gestão Financeira
 04 ADMINISTRAÇÃO
 04.121 Planejamento e Orçamento
 04.121.0009 Contabilidade e Gestão Fiscal
 04.121.0009.2.014 Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal
 3 DESPESAS CORRENTES
 3.3 Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

04.00 GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 04.01 Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
 20 Agricultura
 20.601 Promoção da Produção Vegetal
 20.601.0011 Mecanização Agrícola

20.601.0011.2.017 Atividades de Mecanização Agrícola - Pessoal
3 DESPESAS CORRENTES
3.1 Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

04.02 Fundo Mun. de Desenv. Agropec. - FUNDEAGRO
20 AGRICULTURA
20.601 Promoção da Produção Vegetal
20.601.0011 Mecanização Agrícola
20.601.0011.2.023 Serviços de Infra-estrutura Agrícola
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 4.667,31

20.601.0016 Adubo e Sementes de Cereais
20.601.0016.2.024 Disponibilização de SEMENTES DE CEREAIS
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 1.020,00
4 DESPESAS DE CAPITAL
4.5 Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 2.380,00
20.601.0016.2.025 Disponibilização de ADUBOS
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 5.100,00
4 DESPESAS DE CAPITAL
4.5 Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 21.100,00

20.602.0013.2.028 Manutenção Veículos da Assist. Técnica/Veterinária
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 6.000,00
20.602.0013.2.029 Disponibilização SEMENTES DE PASTAGENS
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 5.236,80
4 DESPESAS DE CAPITAL
4.5 Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 12.219,20

20.606 Extensão Rural
20.606.0014 Assistência e Desenvolvimento Rural
20.606.0014.2.030 Atividades Escritório Agricultura
3 DESPESAS CORRENTES
3.1 Pessoal e Encargos
3.1.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos
R\$ 9.000,00
20.606.0014.2.032 Capacitação e Profissionalização de Agricultores
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 1.250,00

05.00 GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01 Gerência de Transportes
26 TRANSPORTES

26.782 Transporte Rodoviário
26.782.0019.1.013 Construção da Garagem para Máquinas
4 DESPESAS DE CAPITAL
4.4 Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0 Aplicações Diretas
R\$ 53.000,00

06.00 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01 Coordenadoria de Assistência Social
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244 Assistência Comunitária
08.244.0023 Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.1.016 Aquisição de Bens de Uso Social
4 DESPESAS DE CAPITAL
4.4 Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 84,00
08.244.0023.1.043 Aquisição de Veículos - ASSISTÊNCIA SOCIAL
4 DESPESAS DE CAPITAL
4.4 Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 690,00
08.244.0023.1.045 Estruturação do CRASS
4 DESPESAS DE CAPITAL
4.4 Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 1.501,60
08.244.0023.2.036 Participação em Projetos Comunitários
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições privadas sem fins Luc.
R\$ 6.000,00

06.02 Fundo Mun. De Assistência Social - FMAS
08 ASSITÊNCIA SOCIAL
08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente
08.243.0022 Preservação dos Direitos das Crianças e Adolesc.
08.243.0022.1.047 Edificação da sede do Conselho Tutelar
4 DESPESAS DE CAPITAL
4.4 Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 593,42
08.244 Assistência Comunitária
08.244.0023 Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.042 Ativ. de Assistência Social Geral
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

07.00 GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
07.01 Urbanismo - Serviços de Infra-estrutura Urbana
15 URBANISMO
15.452 Serviços Urbanos
15.452.0024 PLANO DIRETOR - Desenvolvimento Sustentável
15.452.0024.2.045 Implantação do PLANO DIRETOR
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

07.02 Fundo Municipal de Habitação - FMH
16 HABITAÇÃO
16.482 Habitação Rural
16.482.0029 Programa Habitacional
16.482.0029.2.050 Melhoria e Construção de Unid. Habitacionais Urb.

3 DESPESAS CORRENTES**3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 422,19

4 DESPESAS DE CAPITAL**4.5 Inversões Financeiras****4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 1.402,24

07.04 Sistema Municipal de Saneamento Básico**17 SANEAMENTO****17.511 Saneamento Básico Rural****17.511.0031 Ações de Saneamento Básico Rural****17.511.0031.2.052 Atividades de Saneamento Básico Rural****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.71.00.0.1.0000.0 Transferências a Consórcios Públicos**

R\$ 216,00

3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 1.300,00

4 DESPESAS DE CAPITAL**4.5 Inversões Financeiras****4.5.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 3.300,00

17.512 Saneamento Básico Urbano**17.512.0032 Serviços de Saneamento Básico Urbano****17.512.0032.2.053 Serviços de Coleta e Destino Final do Lixo****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 2.000,00

10.00 GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO**10.01 Esporte e Lazer****13 CULTURA****13.392 Difusão Cultural****13.392.0050 Resgate, Preservação e Difusão da Cultura****13.392.0050.1.037 Aquisição de Mobiliário e Equipamentos****4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 3.296,10

10.02 Esporte e Lazer**27 DESPORTO E LAZER****27.812 Desporto Comunitário****27.812.0051 Esportes como Ação de integração e de Formação****27.812.0051.2.092 Atividades Gerais de Esportes****3 DESPESAS CORRENTES****3.1 Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 17.769,49

10.03 Ações e Serviços de Turismo**23 COMÉRCIO E SERVIÇOS****23.695 Turismo****23.695.0053 Promoção das Potencialidades Turísticas****23.695.0053.2.095 Ações e Serviços de Turismo****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.50.00.0.1.0000.0 Transferências a Instituições Priv. sem fins**

Lucrativos

R\$ 610,00

3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas

R\$ 13.100,00

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO**09.02 Educação Infantil****12 EDUCAÇÃO****12.365 Educação Infantil****12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil****12.365.0043.1.033 Mobiliário e Equipamentos - Educação Infantil****4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.0.1.0106.0 Aplicações Diretas**

R\$ 500,00

09.03 Ensino Fundamental**12 EDUCAÇÃO****12.361 Ensino Fundamental****12.361.0044 Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamen-
tal****12.361.0044.2.082 Material Didático e de Apoio Pedagógico****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0106.0 Aplicações Diretas**

R\$ 2.000,00

09.05 Ensino Superior**12 EDUCAÇÃO****12.364 Ensino Superior****12.361.0047 Apoio ao Ensino de Graduação****12.361.0047.2.088 Transporte Escolar e Auxílios - ENSINO DE
GRADUAÇÃO****3 DESPESAS CORRENTES****3.3 Outras Despesas Correntes****3.3.90.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas**

R\$ 17,88

12.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**12.01 Câmara Municipal de Vereadores****01 LEGISLATIVO****01.031 Ação Legislativa****01.031.0055 Atividades Legislativas e Fiscalizatórias****01.031.0055.1.039 Aquisição de Automóvel****4 DESPESAS DE CAPITAL****4.4 Investimentos****4.4.90.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas**

R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 28 de novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável pelas Publicações

Processo de Licitação Nº 040/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Processo de Licitação nº 040/2011

Pregão nº 013/2011

O Prefeito Municipal em exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, tipo menor preço, para aquisição de uma máquina rodoviária: Retroescavadeira, nova, tração 4x4, ano e modelo de fabricação 2011, conforme descrição detalhada no objeto do Edital, todo conforme as disposições da Lei Federal



nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e consoante com as normas elencadas do Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 09h00min horas, do dia 12 de dezembro de 2011. Na mesma data, às 09h15min, em sessão pública, dirigida por pregoeiro designado, haverá a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e no sítio: www.altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC), em 30 de novembro de 2011.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal.

Processo de Licitação Nº 041/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2011
Modalidade: PREGÃO nº 0014/2011

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a contratação de Empresa para prestação de Serviços de Arbitragem referente ao Campeonato Municipal de Futebol Suíço, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 14:00 horas, do dia 12 de dezembro de 2011 em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital encontra-se na página na no endereço: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022, ou, ainda pelo correio eletrônico: compras@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC), em 30 de dezembro de 2011.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal.

Processo Seletivo Nº 001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011
EDITAL Nº 001

O Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados que se acham abertas, no período de 07 a 20 de dezembro de 2011, as inscrições ao Processo Seletivo destinado ao provimento, em caráter temporário para atender necessidade de excepcional interesse público, de vagas dos seguintes cargos:

Identificação dos Cargos	Jornada semanal de trabalho	Vencimento Básico - R\$
Professor II - Educação Infantil	20 h/s	932,51
Professor II - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	20 h/s	932,51
Professor II - Educação Especial	20 h/s	932,51
Professor II - Educação Física	20 h/s	932,51
Professor II - Artes	10 h/s	464,21
Professor II - História	10 h/s	464,21
Professor II - Língua Portuguesa	20 h/s	932,51
Professor II - Língua Inglesa	20 h/s	932,51

Íntegra do edital e informações na Prefeitura Municipal, telefone (49) 3455-9022, na internet no sítio www.altobelavista.sc.gov.br, ou ainda pelo e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista/SC, em 29 de novembro de 2011.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 140/2011

DECRETO Nº 140/2011
Revoga o processo licitatório nº 024/2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 49, da Lei (federal) 8666/93,

CONSIDERANDO, que nos últimos meses a receita do Município não vem correspondendo às expectativas de arrecadação;
CONSIDERANDO, a necessidade de recursos orçamentários e financeiros para atendimento de despesas essenciais e inadiáveis;
CONSIDERANDO, que neste momento não há segurança de que haverá recursos financeiros suficientes para pagamento das despesas decorrentes deste processo licitatório;
CONSIDERANDO, a necessidade de cumprimento do princípio do equilíbrio de caixa, nos termos do artigo 48, alínea "b", da Lei (federal) nº 4.320/64 c/c artigo 1º, §1º, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000;
CONSIDERANDO, que o referido Processo Licitatório tem como objeto a contratação de serviços passíveis de postergação;
CONSIDERANDO, que o item 19.6.1, alínea c do edital da licitação prevê a possibilidade da Prefeitura revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado por razões de interesse público, nos termos do artigo 49, da Lei (federal) nº 8666/93, o Processo Licitatório nº 024/2011, na modalidade Tomada de Preços nº 006/2011.

Art. 2º A Empresa vencedora do certame deverá ser notificada desta decisão para, querendo, no prazo de (5) cinco dias úteis, contados do recebimento da notificação, apresentar recurso, na forma estabelecida no artigo 109, da Lei nº 8666/93.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 01 de dezembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 141/2011

DECRETO Nº 141/2011
Revoga o processo licitatório nº 129/2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no

artigo 49, da Lei (federal) 8666/93,

CONSIDERANDO, que nos últimos meses a receita do Município não vem correspondendo às expectativas de arrecadação;
CONSIDERANDO, a necessidade de recursos orçamentários e financeiros para atendimento de despesas essenciais e inadiáveis;
CONSIDERANDO, que neste momento não há segurança de que haverá recursos financeiros suficientes para pagamento das despesas decorrentes deste processo licitatório;
CONSIDERANDO, a necessidade de cumprimento do princípio do equilíbrio de caixa, nos termos do artigo 48, alínea "b", da Lei (federal) nº 4.320/64 c/c artigo 1º, §1º, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000;
CONSIDERANDO, que o referido Processo Licitatório tem como objeto a contratação de serviços passíveis de postergação;
CONSIDERANDO, que o item 18.6.1, alínea c e 19.2 do edital da licitação prevê a possibilidade da Prefeitura revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado por razões de interesse público, nos termos do artigo 49, da Lei (federal) nº 8666/93, o Processo Licitatório nº 129/2011, na modalidade Carta Convite nº 012/2011.

Art. 2º A Empresa vencedora do certame deverá ser notificada desta decisão para, querendo, no prazo de (5) cinco dias úteis, contados do recebimento da notificação, apresentar recurso, na forma estabelecida no artigo 109, da Lei nº 8666/93.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 01 de dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 423/2011

PORTARIA Nº 423/2011
Exonera Cargo Comissionado.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, ZULEIDE BESEN, do Cargo Comissionado de DIRETOR DO IPREANCARLOS, a partir de 30 de novembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 30 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 424/2011

PORTARIA Nº 424/2011
Nomea Cargo Comissionado.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, AURINEIDE BESEN, para o Cargo Comissionado de DIRETOR DO IPREANCARLOS, a partir de 01 de Dezembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 425/2011

PORTARIA Nº 425/2011
Concede Férias a servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a IONE MARIA CARDOSO DA ROCHA, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de Dezembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 30/06/2010 a 29/06/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 426/2011

PORTARIA Nº 426/2011
Concede Férias a servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a ZILDA VERONICA

WEBER SILVEIRA, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de Dezembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 17/08/2010 a 16/08/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 427/2011

PORTARIA Nº 427/2011
Concede Férias a servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a JANELUCIA MULLER SCHMITZ, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de Dezembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 30/06/2010 a 29/06/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 428/2011

PORTARIA Nº 428/2011
Concede Férias a servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a MARCIA CRISTINA WEBER, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de Dezembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 30/06/2010 a 29/06/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 429/2011

PORTARIA Nº 429/2011
Concede Férias a servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a JEFFERSON DAVID PEREIRA, ocupante do Cargo de MEDICO - 20H, a partir de 01 de Dezembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 18/03/2010 a 17/03/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 430/2011

PORTARIA Nº 430/2011
Concede Férias a servidor ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a MARIA APARECIDA FRAGA, ocupante do Cargo de ENFERMEIRA, a partir de 05 de Dezembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 06/12/2010 a 05/12/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 431/2011

PORTARIA Nº 431/2011

Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a EDNEIA PAULI BESEN, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 05 de Dezembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de 02/03/2010 a 01/03/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 432/2011

PORTARIA Nº 432/2011

Concede Licença Premio servidor efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a ADEMAR RAULINO HOFFMANN, ocupante do Cargo de MOTORISTA, a partir de 01 de Dezembro de 2011, referente ao periodo aquisitivo de Agosto/1999 a Agosto/2004.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 433/2011

PORTARIA Nº 433/2011

Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 008/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, LUCIANA SCHMITT, para o Cargo Temporario de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de Dezembro de 2011, enquanto perdurar o PROGRAMA DE AGENTES DE SAUDE NA FAMILIA - PACS, e/ou realização de concurso público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 434/2011

PORTARIA Nº 434/2011

Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 008/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, FERNANDA SCHMITT DAMAZIO, para o Cargo Temporario de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de Dezembro de 2011 a 12 de Abril de 2012, em substituição a LEONICE MARTENDAL SCHMITT, de Licença Maternidade e Férias.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Termo Aditivo A Ata de Registro de Preço Nº 092/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço: nº. 092/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 062/2011 - Pregão Presencial nº. 034/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Trator Peças Comércio de Peças para Tratores Ltda; Objeto: aquisição parcelada de materiais cortantes para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antonio Carlos; Aditivo de Valor: fica alterado o valor do preço da lâmina central 6`x 3/4`, para o valor de R\$ 369,45 a partir do dia 25/11/2011, conforme parecer em anexo ao processo.

Antônio Carlos, 25 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER LEGISLATIVO
 CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	570.568,92	0,00
Pessoal Ativo	570.568,92	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	570.568,92	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	570.568,92	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	570.568,92	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	18.720.694,01	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,05	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.123.241,64	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.067.079,56	
FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Aposentadoria

DECRETO Nº 208/2011 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora MARIA IBRANTINA DA SILVA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora MARIA IBRANTINA DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 352, portadora do CPF n. 303.503.449-49, inscrita no PASEP n. 180.13001.27-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Licenciatura Plena, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 2.498,27 (dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 59 da Lei municipal nº 730/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2011, revogando as disposições em contrário.

Biguaçu/SC, em 30 de novembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Pregão Presencial 247/2011 - PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 247/2011- PMB

OBJETO: contratação de empresa prestadora de serviço para reforma da cobertura do ponto de taxi da praça nereu ramos.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 14 dezembro, 2011 horas, do dia 15:30, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 14 dezembro, 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 30 de novembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 142/2011

PORTARIA 142/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.1999, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Concede licença para tratamento de saúde, ao servidor José Machado, ocupante do cargo de Operador de ETA, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 10.09.2011 a 26.12.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 10.09.2011.

Braço do Trombudo, em 01 de dezembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 143/2011

PORTARIA 143/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.1999, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Concede licença para tratamento de saúde, a servidora Patricia Severo Ferraz, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 16.09.2011 a 31.10.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 16.09.2011.

Braço do Trombudo, em 01 de dezembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 144/2011

PORTARIA 144/2011

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais etc

RESOLVE:

Art. 1º. Designa a servidora Josimar Ludvig, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem para auxiliar nos serviços da Vigilância Sanitária por tempo indeterminado a partir de 30.11.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de dezembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 145/2011

PORTARIA 145/2011

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Deizi Baade Knappmann, para exercer o cargo de Coordenador (CRAS), por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01.12.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de dezembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Pregão 49/2011 SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 55/2011

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 49/2011 - Registro de Preço.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 15:00 horas do dia 15.12.2011, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de combustível (etanol, gasolina comum e óleo diesel) para abastecer a frota da Prefeitura Municipal para o exercício de 2012. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br .

Braço do Trombudo, em 01 de dezembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Pregão 8/2011 SRP

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 8/2011

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 8/2011 - Registro de Preço.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 16:00 horas do dia 15.12.2011, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de combustível (etanol, gasolina comum e óleo diesel) para abastecer a

frota da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2012. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br .

Braço do Trombudo, em 01 de dezembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR 57-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

DEFESA CIVIL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2011

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E DE CAMINHÃO PARA LIMPEZA DE CORREGOS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO (DECRETO DE EMERGENCIA Nº 4.976). ENTREGA DOS ENVELOPES: 17h00min do dia 19/12/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17h10min do dia 19/12/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 30 de Novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.067

DECRETO nº 5.067, de 25 de novembro de 2011.

Nomeia Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caçador-CDC.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 8º, da Lei Complementar nº 106, de 22/06/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos, a seguir relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Caçador-CDC, pelo prazo de dois anos, de acordo com Lei Complementar nº 106, de 22/06/2007, na forma abaixo elencado:

1-Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Titular: ASSIS PEREIRA

Suplente: EVELYN SCAPIN

2- um representante da Associação Empresarial de Caçador

Titular: FAHDO THOMÉ

Suplente: ROSECLER D'AGOSTINI FAORO

3- um representante do segmento comercial de Caçador, indicado pela Câmara dos Dirigentes Lojistas de Caçador- CDL

Titular: LEILA TEREZINHA LONGO ROMÃO

Suplente: PEDRO FRIGULHA

4- um representante da Associação das Micros e Pequenas

Empresas de Caçador- AMPE
 Titular: ERONI SCAPINELLI
 Suplente: NERI VEZARO

5- um representante da Universidade do Contestado- Campus de Caçador
 Titular: ALMIR GRANEMANN DOS REIS
 Suplente: SUZANA FRANCO

6- um representante da Intersindical de Caçador
 Titular: VALMOR DE PAULA
 Suplente: TEREZINHA ANCIUTI

7- um representante do segmento econômico da Agricultura do Município de Caçador, indicado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
 Titular: JORGE ALBERTO WESTERLON
 Suplente: Janice Aparecida Lara

8- um representante do SENAC-SESC/SC
 Titular: FABIANO BATTISTI ARCHER
 Suplente: SERGIO RICARDO LEGAL

9- um representante do Sistema FIESC
 Titular: GILBERTO SELENE
 Suplente: VOLNEI CESAR MAGEDANF

10- um representante do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego
 Titular: NEUZELI APARECIDA DA SILVA
 Suplente: IBRAHIM SOCREPPA

11- um representante da Cooperativa de Crédito Rural de Caçador
 Titular: ADEMIR SCAPINELLI
 Suplente: EGIDIO CECCATTO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de novembro de 2011.
 IMAR ROCHA
 Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.181

PORTARIA nº 21.181, de 16 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante o mês de novembro de 2011, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº Horas
11240	Ana Lucia Kletke	Ass. Social	104
11127	Carlos Alberto Filipiaski	Ass. Social	92
11192	Doraci Ruppel	Ass. Social	96
830	Eloir do Carmo Antunes	Ass. Social	120
4081	Fátima R. G. Damaceno	Ass. Social	120
11189	João Bethier Neto	Ass. Social	88
3384	Lucimeri Vieira	Ass. Social	240

7746	Santina Piacentini	Ass. Social	120
1303	Dioclécio Alves de Moura	Bombeiros	110
1276	Geraldo Moraes da Silva	Bombeiros	110
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Bombeiros	110
8628	Angela Knaebel	Dittesc	144
10300	Carlos Venâncio dos Santos	Dittesc	140
10302	Cristiano R. Rodrigues Fernandes	Dittesc	140
576	Daniel P. de Camargo	Dittesc	144
9200	Fábio de Lima Garcia	Dittesc	144
9195	Gustavo P. Boscari	Dittesc	144 ref. outubro 140 ref. novembro
1347	João Maria Hornerburg	Dittesc	144
1242	Jose Aldo Moraes	Dittesc	144
668	José Ferreira	Dittesc	144
1444	José Scheffmacher	Dittesc	144
1457	José Vilmar Miranda	Dittesc	144
9255	Lilian Ap. de Oliveira	Dittesc	144
569	Oracides Pires de Camargo	Dittesc	144
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Dittesc	144
10453	Alan Rocha Liegel	Gabinete	54
1836	Aldecir Barpp	Sec. Saúde	10,3
1793	Cícero Brasil Moreira	Sec. Saúde	40
2027	Edézio Recalcatti	Sec. Saúde	50
970	José Gomes de Mattos	Sec. Saúde	30
1214	Marcio Bassani	Sec. Saúde	38
546	Nery Guerin	Sec. Saúde	21
2648	Seleme Scolaro	Sec. Saúde	20
1849	Valdeci V. Alvarenga	Sec. Saúde	14
749	Valdecir J. P. da Silva	Sec. Saúde	42
1535	Vilmar Dobner	Sec. Saúde	32
1866	Vilmar Lezan	Sec. Saúde	05
2497	Vilmar Góes	Sec. Saúde	18

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.
 IMAR ROCHA
 Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

MARINÊS DALAVECHIA COLAÇO

Secretária de Assistência Social.

OSMAR PEREIRA DIAS

Diretor DITTESC.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária de Saúde.

Portaria Nº 21.182

PORTARIA nº 21.182, de 16 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo



relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o mês de novembro 2011, especificando código, nome dos servidores, Secretaria e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº horas
10131	Adriana M. Van Passel	Adm. e Fazenda	39
10387	Caroline Semke Moraes	Adm. e Fazenda	24
9198	Eliane do Amaral	Adm. e Fazenda	53,5
1517	Iria dos Prazeres de Souza	Adm. e Fazenda	53,5
8551	Jorge Luiz Trindade	Adm. e Fazenda	40
645	Klaiton Strey	Adm. e Fazenda	40
1515	Nely Fátima Alves de Campos	Adm. e Fazenda	20
600	Sandro Dallazem	Adm. e Fazenda	24
4134	Silvana Simone Adiers	Adm. e Fazenda	30
2651	Adão Juarez R. de Oliveira	Agricultura	09
10501	Antonio Carlos Buller	Agricultura	09
7983	Alcides Correia de Almeida	Agricultura	32
10948	Claudemir Rosa de Oliveira	Agricultura	09
891	Nilton Antonio de Lima	Agricultura	32
10449	Michele A. Baseggio	Agricultura	3,5
791	Maury Carlos Casagrande	Agricultura	28
1164	Sebastião Ribeiro dos Santos	Agricultura	40
11218	Carlos Alberto Felipiaski	Ass. Social	29
11172	Edmar Sampaio	Ass. Social	30,3
8612	Elizeni B. Amaral	Ass. Social	36
7785	Elizete Farias	Ass. Social	40
830	Eloir do Carmo Antunes	Ass. Social	36
4081	Fátima R. G. Damaceno	Ass. Social	36
3411	Gustavo Alves Weber	Ass. Social	10
11189	João Bethien Brasil Neto	Ass. Social	24
11219	Larissa Nora	Ass. Social	25
2529	Lucia Cavalett	Ass. Social	24
11222	Michela Felipe de Medeiros	Ass. Social	27,2
7746	Santina Piacentini	Ass. Social	36
1303	Dioclécio Alves de Moura	Bombeiros	13
1276	Geraldo Moraes da Silva	Bombeiros	22
1928	Alex Moraes dos Santos	Bombeiros	40
7987	Alessandro Gonçalves	Dittesc	26
8628	Angela Knaebel	Dittesc	20
8337	Antonio Carlos M. da Conceição	Dittesc	18
10297	Claudio Sônego	Dittesc	12
10300	Carlos Venâncio dos Santos	Dittesc	20
10302	Cristiano R. Rodrigues Fernandes	Dittesc	20
576	Daniel P. de Camargo	Dittesc	20
7993	Diogo Borges Barbosa	Dittesc	27
10292	Edgar Aimi	Dittesc	19
7991	Eduardo Bittencourt	Dittesc	24
9200	Fábio de Lima Garcia	Dittesc	20
8336	Fernando A Sinhorin	Dittesc	27
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Dittesc	33
1439	Isaac Alves de Mello	Dittesc	20
1391	Ivanir Pagotto	Dittesc	32
1242	Jose Aldo Moraes	Dittesc	20
9201	José Augusto Prado	Dittesc	20
668	José Ferreira	Dittesc	20
1145	José Luiz de Carvalho	Dittesc	40
1444	José Scheffemacher	Dittesc	20
1457	José Vilmar Miranda	Dittesc	20

9199	Josimara Ansilero	Dittesc	20
674	Juventino dos Passos	Dittesc	40
9255	Lilian Ap. de Oliveira	Dittesc	20
8339	Luciara Garcez Coelho	Dittesc	22
10104	Marcelo José A de Andrade	Dittesc	33
8335	Marcio Faccione de Mello	Dittesc	10
569	Oracides Pires de Camargo	Dittesc	20
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Dittesc	20
8333	Priscila Ap. da Luz	Dittesc	12
10296	Viviane D. M. Vosgrau	Dittesc	20
1857	Adenir Zotto	Educação	60
1018	Carlos Antonio Sotel	Educação	15
1993	Parcival Pinzegher	Educação	60
599	Ademir Novais dos Santos	Fundação de Esportes	40
1720	Sandro José Neres da Rocha	Fundação de Esportes	40
11141	Ocimar Calixto de Oliveira	Fundação de Esportes	40
476	Altair Jorge Machado	Fundema	10
2647	Altenir Ferreira	Fundema	33
24	Amilto Melo Cesar	Fundema	24
3382	Anderson José de Oliveira	Fundema	38
19	Davi R. da Rocha	Fundema	40
296	Edemilson José Fernandes	Fundema	37
21	Elias de Oliveira	Fundema	36
1452	Evaldo Maurilio	Fundema	40
2508	Gilberto Rodrigues Ribeiro	Fundema	40
755	Gilmar Rodrigues Ribeiro	Fundema	08
11146	Izaías Ribeiro	Fundema	38
10050	João A dos Santos	Fundema	18
9907	João Carlos Ferreira dos Santos	Fundema	03
18	Jocelim Gonçalves de Freitas	Fundema	36
896	José Alves Ribeiro	Fundema	40
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Fundema	18
1033	Marcio Ernani Teles de Oliveira	Fundema	40
14	Marcio Silveira Pinto	Fundema	40
15	Marcos A dos Santos	Fundema	40
17	Maria Ap. de Lima	Fundema	30
9693	Moacir Cardoso	Fundema	37
5066	Roseli Ap. Gribisk	Fundema	24
918	Samuel Flores	Fundema	35
9464	Solange Vieira da Silva	Fundema	40
11072	Taís Pelentier de Oliveira	Fundema	24
2515	Valdir dos Santos	Fundema	40
3416	Valcir Vasconcellos	Fundema	40
786	Vilmar Moreira dos Santos	Fundema	40
11061	Walmir Richter	Fundema	40
10453	Alan Rocha Liegel	Gabinete do Prefeito	40
1238	Marcio H. da Silva Coelho	Gabinete do Prefeito	30
10452	Simone Foscarini	Gabinete do Prefeito	39
11149	Ademar Moriggi	Infra-Estrutura	40
5065	Adão Ortiz de Goes	Infra-Estrutura	60
2507	Adão Ribeiro de Camargo	Infra-Estrutura	20
10947	Altamiro Figueroa	Infra-Estrutura	35
10916	Anderson dos Santos	Infra-Estrutura	30

11150	Anderson Goes	Infra-Estrutura	60
224	Antonio Amadeu da Luz	Infra-Estrutura	40
2634	Argemiro Zotto	Infra-Estrutura	40
10179	Carlos Carlin Lara	Infra-Estrutura	60
361	Carlos Soares	Infra-Estrutura	30
286	Claudio Sobieski	Infra-Estrutura	30
08	Darci Alves	Infra-Estrutura	45
8481	Dynea Padilha Cordeiro	Infra-Estrutura	20
1301	Edson Iaroch	Infra-Estrutura	30
11147	Eloir Souza Santos	Infra-Estrutura	60
563	Euclides Alves Mello	Infra-Estrutura	48
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	Infra-Estrutura	45
8318	Geovane Lipka	Infra-Estrutura	60
2492	Ilto Adão Ferreira	Infra-Estrutura	48
3409	Ivonei Antonio Pavelski	Infra-Estrutura	40
478	Joacir Antunes de Oliveira	Infra-Estrutura	60
1121	João Gonçalves	Infra-Estrutura	25
1347	João Maria Hornburg	Infra-Estrutura	48
1405	Jorge Luiz de Oliveira	Infra-Estrutura	30
916	José Odelir Teles	Infra-Estrutura	30
888	José Osni Batista	Infra-Estrutura - Plantão Funerário	60
11145	José Ricardo Kuhn	Infra-Estrutura	35
198	José Valdir Peretti	Infra-Estrutura	48
881	José Volni Arruda Palhano	Infra-Estrutura	40
3174	Júlio Cesar Petrykowski	Infra-Estrutura	35
877	Leonir Antonio dos Santos	Infra-Estrutura	40
10474	Marcio Gonçalves Cordeiro	Infra-Estrutura	30
11144	Marcos Eduardo Florindo	Infra-Estrutura	60
11140	Maria Aparecida de M Cordeiro	Infra-Estrutura	20
3517	Mario Silva Medeiros	Infra-Estrutura	20
11014	Milton Gomes Ribeiro	Infra-Estrutura	30
10504	Nelson Borges Tibes	Infra-Estrutura	60
1141	Nelson Hornburg	Infra-Estrutura	30
1846	Nery Franklin da Silva Junior	Infra-Estrutura	35
11170	Nilso Roberto Goes	Infra-Estrutura	30
9487	Nilson José Godinho	Infra-Estrutura	60
396	Nilton Antonio Vieira	Infra-Estrutura	20
11138	Noely Gonçalves Queiroz	Infra-Estrutura	20
1446	Otacílio de Jesus Amaral	Infra-Estrutura	20
10099	Paulo Voleinik	Infra-Estrutura	60
2628	Rui Mattana	Infra-Estrutura	30
1264	Sebastião Moraes	Infra-Estrutura	30
962	Valdir Teles de Oliveira	Infra-Estrutura - Plantão Funerário	60
123	Valdemar Ribeiro	Infra-Estrutura	04
609	Valsir Gribinski	Infra-Estrutura	35
11143	Valter Fontana Junior	Infra-Estrutura	40
547	Vanderlei de Lima	Infra-Estrutura	60
842	Wilson Ribeiro dos Santos	Infra-Estrutura	30
3418	Zenita Ap. de Moreira	Infra-Estrutura	20
1836	Aldecir Barpp	Sec. Saúde	40
2512	Altino Carneiro	Sec. Saúde	35
7739	Alice L.G.Lafavera	Sec. Saúde	40
1793	Cícero Brasil Moreira	Sec. Saúde	40
8069	Cíntia B. Brasil	Sec. Saúde	14
8413	Claudete Bento Corrente	Sec. Saúde	30
8613	Deise Heine	Sec. Saúde	37
364	Delma Dri Ficagna	Sec. Saúde	40
2027	Edézio Recalcatti	Sec. Saúde	40
10766	Edina F. Lopes	Sec. Saúde	13

11217	Edinéia Ap. da Silva Batista	Sec. Saúde	14
9350	Eliane Navroski	Sec. Saúde	28
11057	Elisa Possenti	Sec. Saúde	21,5
7744	Elisandra Diedrich	Sec. Saúde	09
3745	Erenilda Americano	Sec. Saúde	07
15	Giovani E. T Oliveira	Sec. Saúde	
10485	Hélio L. Wirschum	Sec. Saúde	38
8416	Íraci Lopes	Sec. Saúde	18
352	Iracilda Cristaldo	Sec. Saúde	24
7707	Ivanir Weber	Sec. Saúde	16
1092	João Gomes Soares	Sec. Saúde	23
970	José Gomes de Mattos	Sec. Saúde	40
10831	Katia Possamai	Sec. Saúde	24
7981	Laurita F. Aimi	Sec. Saúde	21
11167	Lenise Heinzman	Sec. Saúde	10
405	Luciano Coluzzi	Sec. Saúde	32
11032	Luiz Antonio Wancin	Sec. Saúde	25
7824	Maicon Sgarbossa	Sec. Saúde	38
1214	Marcio Bassani	Sec. Saúde	40
3273	Maria Estela Cavichioli	Sec. Saúde	23
9393	Maria Helena Magalhães	Sec. Saúde	24
10816	Marjuri S. Bom	Sec. Saúde	40
3352	Marlei Keler	Sec. Saúde	13,5
310	Moacir Pascoal de Lima	Sec. Saúde	34
8331	Mônica Witiuk	Sec. Saúde	40
8400	Nelson F. da Silva	Sec. Saúde	40
546	Nery Guerin	Sec. Saúde	40
10763	Northon Knoublach	Sec. Saúde	40
8479	Rejane Serafini	Sec. Saúde	16
10102	Rosa Meri Coluzzi	Sec. Saúde	40
11215 e 11214	Sander Murilo Ceccatto	Sec. Saúde	31
10541	Sara Nadiesa Velasques	Sec. Saúde	30
3437	Sayonara Galina	Sec. Saúde	40
2648	Seleme Scolaro	Sec. Saúde	40
135	Sueli Bueno	Sec. Saúde	16
10064	Vagner Andreatto da Silva	Sec. Saúde	35
10785	Vagner Gonçalves	Sec. Saúde	12
1849	Valdeci V. Alvarenga	Sec. Saúde	26
749	Valdecir J. P. da Silva	Sec. Saúde	40
1535	Vilmar Dobner	Sec. Saúde	40
2497	Vilmar Góes	Sec. Saúde	40
1866	Vilmar Lezan	Sec. Saúde	40
1065	Waltraude W. Zardo	Sec. Saúde	06

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSON LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS

Secretário de Infra-Estrutura.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente Fundema.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária de Saúde.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

MARINÊS DALLAVECHIA COLAÇO
Secretária de Assistência Social.

OSMAR PEREIRA DIAS
Diretor Dittesc.

Aviso Credenciamento 08-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES Nº 08/2011 - FMS

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

OBJETO: CREDENCIAR EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES INSCRIÇÕES: Junto ao Setor de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, localizado na Rua Brasília, nº 1111, Bairro São Cristóvão, Caçador, SC.

DATA: no máximo até às 18:00 Horas do Dia 19/12/2011.

Documentação: conforme descrito na Cláusula III do Edital de Credenciamento.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 30 de novembro de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Aviso de Licitação PR 44-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 44/2011 - FMS

TIPO: MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ENTREGA DOS ENVELOPES: 15:00 Horas do Dia 16/12/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 15:05 Horas do Dia 16/12/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 30 de novembro de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Aviso de Licitação PR 56-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

POLICIA CIVIL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2011

TIPO: MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, SENDO O MUNICÍPIO O ORGÃO GERENCIADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 19/12/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 19/12/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 30 de Novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Contrato 57-2011 SAÚDE

Contrato 57/2011 FMS - acréscimo em 25% nas quantidades do contrato nº 110/10 para contratação de laboratórios clínicos, referente ao processo licitatório nº 16/2010, IL 06/2010. Contratado: FREIBERGER E ZINI LTDA. Valor: R\$ 14.062,50.

Contrato 58-2011 SAÚDE

Contrato 58/2011 FMS - acréscimo em 25% nas quantidades do contrato nº 111/10 para contratação de laboratórios clínicos, referente ao processo licitatório nº 16/2010, IL 06/2010. Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MADALOZZO CAMATTI. Valor: R\$ 14.062,50.

Contrato 59-2011 SAÚDE

Contrato 59/2011 FMS - acréscimo em 25% nas quantidades do contrato nº 113/10 para contratação de laboratórios clínicos, referente ao processo licitatório nº 16/2010, IL 06/2010. Contratado: NÚCLEO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. Valor: R\$ 14.062,50.

Editais Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1315/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK9295	55106532C	6599/2	29/10/2011	230 * V
ADZ6352	55106529C	5045/0	30/09/2011	162 * V
ADZ6352	55106530C	6599/2	30/09/2011	230 * V
ADZ6352	55106531C	5169/1	30/09/2011	165
AEU7658	55480573C	5169/1	23/10/2011	165
AEU7658	55480574C	5010/0	23/10/2011	162 * I
AEU7658	55480575C	6556/5	23/10/2011	230 * I
AFU6543	55479485C	6599/2	08/10/2011	230 * V
ALC3916	55951316B	6599/2	27/10/2011	230 * V
AMN9027	55478978C	6610/2	25/09/2011	230 * VII
BNP9325	55478826C	6912/0	25/10/2011	232
CFI8958	55477757C	6920/0	01/11/2011	233
DBZ3907	55477755C	6920/0	01/11/2011	233
DHK1758	55475704C	5045/0	05/11/2011	162 * V
IDM3496	54146520D	6599/2	01/11/2011	230 * V
JQZ5699	55475394C	5282/0	03/10/2011	176 * I
JQZ5699	55951750B	5169/1	03/10/2011	165
LRH0538	55951320B	6599/2	07/11/2011	230 * V
LXV9418	55477581C	6920/0	20/10/2011	233
LYI2899	55476910C	5169/1	23/10/2011	165
LYM1931	55476601C	5045/0	06/10/2011	162 * V
LYM1931	55476602C	6599/2	06/10/2011	230 * V
LYP3316	55476677C	6599/2	30/10/2011	230 * V
LYP3316	55482001C	5010/0	30/10/2011	162 * I
LYP3316	55482002C	5118/0	30/10/2011	164 c/c 162 * I
LZY9567	55477567C	6920/0	10/10/2011	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCK9783	55479292C	5010/0	17/10/2011	162 * I
MCK9783	55479293C	6599/2	17/10/2011	230 * V
MCK9783	55479294C	6580/0	17/10/2011	230 * IV
MCO0470	55480632C	6610/2	18/10/2011	230 * VII
MCR5109	55481469C	5010/0	04/11/2011	162 * I
MCR5109	55481470C	6610/2	04/11/2011	230 * VII
MCS3926	55477756C	6920/0	01/11/2011	233
MCZ0818	55477352C	6653/1	20/09/2011	230 * XI
MDJ1048	55476131C	6599/2	04/11/2011	230 * V
MDJ1048	55476133C	6726/1	04/11/2011	230 * XVIII
MDT0354	55476404C	6670/0	04/11/2011	230 * XIII
MEA2825	54146623D	6599/2	02/11/2011	230 * V
MEM4710	55477593C	6920/0	25/10/2011	233
MEO7046	55478813C	6599/2	30/09/2011	230 * V
MEO7046	55478814C	6556/1	30/09/2011	230 * I
MEW0463	55476660C	5045/0	28/09/2011	162 * V
MFF2197	54145568D	6599/2	18/10/2011	230 * V
MFO0189	55476798C	6920/0	27/09/2011	233
MGR0162	55477570C	6920/0	13/10/2011	233
MGR7810	55477562C	6920/0	05/10/2011	233
MGs7686	55476673C	5010/0	29/10/2011	162 * I
MGs7686	55476674C	6599/2	29/10/2011	230 * V
MHE9659	55107800C	5010/0	27/10/2011	162 * I
MIX0995	55476851C	5010/0	28/10/2011	162 * I
MJH1990	55481468C	5010/0	02/11/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1316/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAS2227	54145093D	6050/1	05/10/2011	208
AHG3372	54145086D	6050/1	03/10/2011	208
AHG3372	54146299D	5967/0	07/10/2011	203 * V
AIF4558	55476715C	5843/3	01/11/2011	196
AIF4558	55476716C	5185/1	01/11/2011	167
AJJ4539	54146186D	5185/1	04/10/2011	167
ALS4094	54146751D	7366/2	01/11/2011	252 * VI
CRI1575	54146659D	5541/2	28/10/2011	181 * XVII
CRT4155	54145547D	7366/2	31/10/2011	252 * VI
DUE6623	54145544D	7366/2	31/10/2011	252 * VI
EVM3070	54146411D	5541/2	28/10/2011	181 * XVII
GZK1177	55477326C	5843/4	25/09/2011	196
IBD8074	54145699D	5541/5	27/10/2011	181 * XVII
IBW0476	54146851D	5185/1	09/11/2011	167
ICX4856	54146721D	5541/5	10/11/2011	181 * XVII
ILI3074	54146409D	5541/2	28/10/2011	181 * XVII
JPG5256	54145539D	6050/1	27/10/2011	208
KKV6345	54145623D	5541/2	21/10/2011	181 * XVII
LCZ7559	54146609D	7366/2	31/10/2011	252 * VI
LSL0555	54146122D	5541/2	05/10/2011	181 * XVII
LXK9361	54145741D	7366/2	25/10/2011	252 * VI
LYS1992	54145580D	5541/2	04/11/2011	181 * XVII
LYY6520	54146662D	5541/2	28/10/2011	181 * XVII
LZT8525	54145897D	6068/1	04/10/2011	209
MAC2203	54146629D	5185/1	03/11/2011	167
MAJ3190	55480619C	5185/2	03/10/2011	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAJ6961	54146862D	5541/2	11/11/2011	181 * XVII
MAN3091	54145915D	6050/2	08/11/2011	208
MAV8055	54146519D	5185/1	31/10/2011	167
MAV8055	54146854D	5185/1	10/11/2011	167
MCA2398	54146345D	5541/2	01/11/2011	181 * XVII
MCL6156	55480624C	5207/0	08/10/2011	169
MCO4251	54144973D	5541/2	03/11/2011	181 * XVII
MCO4251	54146616D	7366/2	01/11/2011	252 * VI
MCP8357	54145440D	5185/1	04/10/2011	167
MDJ1048	55476132C	5452/1	04/11/2011	181 * VIII
MDJ4931	54145582D	6122/0	08/11/2011	214 * I
MDS6234	54145536D	7366/2	27/10/2011	252 * VI
MEP9170	55480612C	5185/1	29/09/2011	167
MEQ9553	54145460D	5541/5	10/11/2011	181 * XVII
MER9768	54145226D	5541/1	06/10/2011	181 * XVII
MEU8741	54146334D	5541/2	27/10/2011	181 * XVII
MEY4891	54145098D	5541/2	07/10/2011	181 * XVII
MFA8907	54145700D	7366/2	27/10/2011	252 * VI
MFB1707	55477330C	6033/0	01/10/2011	206 * V
MFG3244	54146554D	6050/2	27/10/2011	208
MFG3244	54146555D	5215/2	27/10/2011	170
MFG3244	54146557D	5835/0	27/10/2011	195
MFG3244	54146558D	7030/2	27/10/2011	244 * I
MFG3244	54146559D	6041/2	27/10/2011	207
MFG3244	54146560D	5215/1	27/10/2011	170
MFP8870	54146338D	5541/2	29/10/2011	181 * XVII
MFR8047	54146717D	5541/2	05/11/2011	181 * XVII
MFT0030	54146715D	5541/2	05/11/2011	181 * XVII
MFT9892	54145908D	5541/2	07/11/2011	181 * XVII
MGU4527	54146346D	5541/2	01/11/2011	181 * XVII
MGV9269	54146472D	5541/2	18/10/2011	181 * XVII
MGY5515	54146630D	7366/2	03/11/2011	252 * VI
MGY6271	54145581D	5541/2	04/11/2011	181 * XVII
MHB4889	55476714C	7366/2	01/11/2011	252 * VI
MHI3683	54146413D	5541/1	01/11/2011	181 * XVII
MHM7093	54146125D	5541/2	10/10/2011	181 * XVII
MHO7676	55475395C	5835/0	05/10/2011	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHV8031	54146702D	5541/1	01/11/2011	181 * XVII
MHX0434	54145710D	5541/2	11/10/2011	181 * XVII
MHY7851	54146529D	7366/2	09/11/2011	252 * VI
MIB0700	55481586C	6050/1	27/10/2011	208
MIF7563	54146412D	5541/2	28/10/2011	181 * XVII
MIH2754	54146455D	5541/2	17/10/2011	181 * XVII
MII4877	54145242D	5541/2	21/10/2011	181 * XVII
MIM8607	54146665D	5541/2	31/10/2011	181 * XVII
MIN6434	55482289C	7030/2	30/10/2011	244 * I
MIO0356	54145454D	5541/1	03/11/2011	181 * XVII
MIP2815	54146619D	7366/2	01/11/2011	252 * VI
MJC4889	55107499C	5630/0	11/10/2011	182 * VII
MJC4889	55107500C	5401/0	11/10/2011	181 * III
MJC4889	55476551C	5614/4	11/10/2011	182 * V
MJC7562	54146342D	5380/0	31/10/2011	181 * I
MLA7760	54145680D	5541/5	07/10/2011	181 * XVII
MTG6465	54146528D	5509/0	09/11/2011	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1317/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADD5963	55108245C	5010/0	16/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
ADD5963	55108247C	5118/0	16/09/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AGC9282	55480563C	6726/1	13/09/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
AGC9282	55480564C	6599/2	13/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
DRH1066	55481396C	6912/0	18/09/2011	R\$ 53,20	232
IKC5094	55951976B	6599/2	15/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
IKC5094	55951977B	5010/0	15/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
JKV1829	55108225C	6599/2	15/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
JKV1829	55108226C	5010/0	15/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
JKV1829	55108227C	6637/1	15/08/2011	R\$ 127,69	230 * IX
JKV1829	55108228C	5118/0	15/08/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
JKV1829	55108229C	6726/1	15/08/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
LNS7221	55479818C	6610/2	24/07/2010	R\$ 127,69	230 * VII
LXE3876	55105816C	6610/2	09/08/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LXG5163	55481167C	6920/0	08/07/2011	R\$ 127,69	233
LXG9399	55481566C	5010/0	23/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYC2863	54790246C	6599/2	14/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYG4662	55479043C	5169/1	16/07/2011	R\$ 957,69	165
LYG4662	55479044C	6912/0	16/07/2011	R\$ 53,20	232
LYK4495	55478975C	6599/2	09/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDZ8972	55475386C	5169/1	20/08/2011	R\$ 957,69	165
MFJ6173	55481721C	6580/0	06/08/2011	R\$ 191,53	230 * IV
MGS6818	55478915C	6912/0	16/07/2011	R\$ 53,20	232
MIM1683	55105814C	5010/0	15/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIR1270	55108232C	5169/1	27/08/2011	R\$ 957,69	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1318/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
FLF0101	55478809C	5967/0	15/09/2011	R\$ 191,53	203 * V
KMM9170	54145425D	6068/1	21/08/2011	R\$ 127,69	209
LXI1880	55107495C	6530/0	29/08/2011	R\$ 127,69	228
LZS9231	54144745D	5207/0	18/09/2011	R\$ 53,20	169
MAS1594	54146152D	5185/1	19/08/2011	R\$ 127,69	167
MAS1594	54146153D	7366/2	19/08/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MAU4801	54145155D	7366/2	06/07/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MEO8515	54145423D	6068/1	28/08/2011	R\$ 127,69	209
MEP1088	54145218D	5835/0	29/09/2011	R\$ 127,69	195
MFB6871	54145044D	5541/1	10/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY1807	55482545C	6050/1	17/08/2011	R\$ 191,53	208
MID8536	54144841D	7030/2	30/08/2011	R\$ 191,53	244 * I
MIP6644	54145426D	5819/1	29/08/2011	R\$ 574,61	193
MUW7736	54145038D	7366/2	29/08/2011	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 584 514/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAJ3819	8584000384	7455/0	16/04/2010	R\$ 85,12	218 * I
ACO2047	8584039262	7455/0	27/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ACO6925	8584038576	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ACO6925	8584038584	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AFH8397	8584038284	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALI4197	8584040086	7455/0	07/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AND8062	8584037283	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ANM8805	8584037818	7455/0	08/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
APX1588	8584036126	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
APX1588	8584036127	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
BHN6978	8584009026	7463/0	02/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
CBQ0589	8584037214	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CGF6470	8584039161	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CTZ3767	8584032543	7455/0	10/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
CTZ3767	8584032554	7463/0	11/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
DFU3859	8584039466	7463/0	29/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
DKG9212	8584038112	7455/0	13/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
DKZ1639	8584038318	7463/0	16/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
DKZ1639	8584038349	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
DSX4139	8584008048	7455/0	21/08/2010	R\$ 85,12	218 * I
HJE1533	8584039667	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
HRC5962	8584038618	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
HRU8417	8584000566	7455/0	28/04/2010	R\$ 85,12	218 * I
IJU7241	8584009133	7463/0	03/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
ILX2577	8584039868	7455/0	02/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
JEO3798	8584037178	7463/0	01/07/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KJB3247	8584038373	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXL4589	8584039612	7463/0	31/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXV8327	8584038418	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXW0167	8584038111	7455/0	13/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX1133	8584037854	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX1969	8584038261	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX1969	8584038341	7463/0	17/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXX6358	8584039476	7455/0	29/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZF7431	8584038929	7463/0	23/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZK8538	8584037766	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZW3733	8584038058	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZW3733	8584038061	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAE4107	8584025864	7463/0	12/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAF0385	8584038625	7463/0	20/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAM2322	8584039301	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAU4443	8584038110	7455/0	13/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAU9112	8584037785	7471/0	08/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MBB5580	8584038363	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBC1180	8584039589	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBJ3237	8584038028	7455/0	11/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBL1958	8584032937	7455/0	15/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBV2941	8584039402	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCA1617	8584039329	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCA1617	8584039439	7455/0	27/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCC6957	8584038506	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCH8812	8584039346	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCJ6063	8584038024	7463/0	11/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCK7653	8584038286	7463/0	16/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDC4599	8584036989	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDJ0941	8584038599	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDJ0941	8584038603	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDJ5474	8584038212	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDM6899	8584038294	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDR0609	8584014282	7463/0	30/10/2010	R\$ 127,69	218 * II
MDV2983	8584035621	7463/0	20/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEB6940	8584038394	7463/0	17/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEF2841	8584037836	7463/0	09/07/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEF4742	8584036692	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEH6871	8584040028	7463/0	05/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEO4971	8584034697	7455/0	05/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEO4971	8584034947	7455/0	09/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEO4971	8584034949	7455/0	09/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEU2099	8584038588	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEY0364	8584038224	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEZ7275	8584036565	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEZ7275	8584036566	7463/0	27/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEZ7275	8584036567	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFD8754	8584039196	7463/0	25/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFD8754	8584039569	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFF9936	8584038103	7455/0	13/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFG9703	8584039448	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFG9703	8584039460	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFH4793	8584037760	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFN4252	8584040132	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFQ6582	8584038537	7463/0	15/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFS6310	8584039541	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFS6310	8584039542	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGB8965	8584037560	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGG6668	8584038996	7463/0	23/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGH2177	8584039367	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ7136	8584039620	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM3769	8584038963	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGP5656	8584037905	7463/0	10/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGV3177	8584025351	7455/0	05/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGV3177	8584025354	7463/0	05/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGW8914	8584038906	7463/0	22/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHJ0880	8584037868	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHJ4286	8584037338	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHJ5816	8584036114	7463/0	22/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHX1078	8584039557	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHX4689	8584038670	7455/0	21/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA0565	8584037916	7463/0	10/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIA1878	8584037835	7463/0	09/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIK5973	8584038213	7463/0	15/07/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIL8953	8584040146	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIN1453	8584038594	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIP7020	8584038485	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIS5842	8584039067	7463/0	24/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIU6795	8584040171	7463/0	03/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIX6831	8584039584	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJT6409	8584038645	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMD0999	8584009134	7463/0	03/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
MUX5316	8584037002	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Retificação Nº 01 - SEMEC 04/11**EDITAL DE RETIFICAÇÃO****RETIFICAÇÃO nº 01 DO EDITAL 04/2011 - SEMEC**

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990, RETIFICA OS TERMOS DO EDITAL Nº 04/2011 - SEMEC, publicado em 22 de novembro de 2011, nos seguintes termos:

Os itens abaixo relacionados passam a vigorar com a seguinte redação:

5.3 A contagem de pontos obedecerá aos seguintes critérios:

5.3.2 Para os demais cargos:

5.3.2.1 2,0 (dois) pontos por mês de efetivo exercício do magistério público municipal de Caçador/SC, atuado em sala de aula;

5.3.2.1.1 2,0 (dois) pontos por mês de efetivo exercício do magistério público municipal de Caçador/SC, para os cargos de Servente da Educação, Merendeira Escolar, Auxiliar de Biblioteca, Secretário Escolar, Assistentes Técnico Pedagógicos ou Especialista;

5.3.2.2 1,0 (um) ponto por mês de efetivo exercício do magistério, atuado em sala de aula;

5.3.2.2.1 1,0 (um) ponto por mês de efetivo exercício do magistério público municipal de Caçador/SC, para os cargos de Servente da Educação, Merendeira Escolar, Auxiliar de Biblioteca, Secretário Escolar e Assistentes Técnico Pedagógicos ou Especialista;

5.3.2.3 No cálculo de pontos por tempo de serviço, computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como 1 (um) mês;

5.3.2.4 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por mês de efetivo exercício no magistério atuado nos cargos de Supervisor Escolar, Orientador Educacional ou Administrador Escolar e na função de Direção de Escola, na rede municipal de Caçador/SC;

5.3.2.5 1,0 (um) ponto para cada quarenta horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização apresentado, sendo que certificados com carga horária inferior a 20h ou 20h/aula, não serão aceitos;

9 .Da Escolha de Vagas

9.11.3. Para Ensino Fundamental - 6º ano à 8ª série: carga horária variável de 10(dez) a 40(quarenta) horas semanais;

Fica Acrescido ao presente Edital o item 4.1.4 e 10.1.15 conforme segue:

4.1 - DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1.4 - Título de Eleitor, Certificado Militar, Quitação Eleitoral e Comprovante de residência;

10.1.15 - Comprovante de Registro no Conselho Regional de Educação Física (para candidatos inscritos na área de Educação Física);

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Ata SRP 115-2011 SAÚDE

Ata SRP 115/2011 FMS - registro de preços para aquisição de medicamentos - 2º colocado, referente ao processo licitatório nº 07/2011, PE 01/2011. Contratado: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA. Valor: R\$ 3.080,00. Prazo: 28/04/2012, sendo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID
152	55.000	Cprs/ cápsula	Glimepirida 2mg	0,056

Camboriú**PREFEITURA****Decreto Nº. 1.365/2011**

DECRETO Nº. 1.365/2011

Prorroga o Decreto nº 1.320 de 30 de agosto de 2011.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 7º, §1º, do Decreto Federal nº. 7.257, de 04 de agosto de 2010, na Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, no Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006, e na Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e;

CONSIDERANDO a continuidade dos efeitos da enxurrada e inundações bruscas, acompanhada de chuva intensa e concentrada, ocorrida entre os dias 27, 28, 29 e 30 de agosto de 2011, atingindo todo o território do Município (zona rural e urbana), resultando em danos e prejuízos constantes do Formulário de Avaliação de Danos e mapa das áreas afetadas pelo desastre, anexos ao presente Decreto;

CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Defesa Civil de Camboriú realizada no dia 28 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a recomendação do Conselho Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de Emergência, conforme a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto nº 1.320 de 30 de agosto de 2011, que declarou situação anormal, caracterizada como situação de emergência, a área do Município de Camboriú afetada por enxurrada e inundações bruscas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 28 de novembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Campo Alegre**PREFEITURA****Decreto Nº 6.721 de 01 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.721 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso I; DECRETA:

Art.1º) Nomear a Srª. CARLA ROSANE DE SOUSA, Matrícula Funcional nº 000616, Registro no Sistema sob nº 954965, ao cargo público de Técnica em Enfermagem, Categoria Funcional: ANM - Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 5 Sub-Nível 51, Referência A, no valor de R\$ 1.186,28 (um mil, cento e oitenta e seis reais, vinte e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. CARLA ROSANE DE SOUSA, aprovada em 5º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 01 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.722 de 01 de Dezembro de 2011
GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.722 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso I; DECRETA:

Art.1º) Nomear a Srª. CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, Matrícula Funcional nº 000617, Registro no Sistema sob nº 954966, ao cargo Público de Agente Comunitário de Saúde, Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 2 Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Micro Área VIII - Bela Vista, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, aprovada em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 01 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.724 de 01 de Dezembro de 2011
DECRETO Nº 6.724 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.772 e 01 de dezembro de 2011; DECRETA:
Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental
1.004 - Construção, Reforma e Adequação de Unid Escol de Ensino Fundamental.
400000.00.141 - Despesas de Capital
440000.00.141 - Investimentos
449000.00.141 - Aplicações Diretas
449052.00.141 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 273.000,00

Art. 2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental
2.046 - Pessoal do Ensino Fundamental
300000.00.000 - Despesas Correntes
310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.000 - Aplicações Diretas
319004.00.141 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 15.411,05
319011.00.134 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 4.076,68
319011.00.135 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.717,79
319011.00.139 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 200.000,00
319013.00.139 - Obrigações Patronais R\$ 7.177,30
319013.00.141 - Obrigações Patronais R\$ 3.304,85
319113.00.139 - Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias. R\$ 40.312,33
TOTAL R\$ 273.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 01 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.725 de 01 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.725 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA
PROJETO/ATIVIDADE POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL
DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.777 de 01 de dezembro de 2011; DECRETA:
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Criar Projeto/Atividade e Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

06.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social
06.01 - Serviço de Assistência a Saúde
1.058 - Aquisição de Ambulância para o Serviço de Saúde
400000.00.170 - Despesas de Capital
440000.00.170 - Investimentos
449000.00.170 - Aplicações Diretas
449052.00.170 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 105.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do orçamento vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
11.02 - Coordenadoria de Turismo
1.051 - Implantação de Parque de Eventos Municipal
400000.00.183 - Despesas de Capital
440000.00.183 - Investimentos
449000.00.183 - Aplicações Diretas
449061.00.183 - Aquisição de Imóveis R\$ 105.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 01 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.726 de 01 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 6.726 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE

DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.778 de 01 de dezembro de 2011; DECRETA:
Art.1º) Cria Elemento de Despesa e abre Crédito Suplementar Especial valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) no Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental
2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
300000.00.141 - Despesas Correntes
330000.00.141 - Outras Despesas Correntes
339000.00.141 - Aplicações Diretas
339032.00.141 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 58.000,00
05.03 - Serviço de Educação Infantil
2.106 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil
300000.00.141 - Despesas Correntes
330000.00.141 - Outras Despesas Correntes
339000.00.141 - Aplicações Diretas
339032.00.141 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 18.000,00
TOTAL R\$ 76.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos recursos FUNDEB (Cód. 141).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 01 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.727 de 01 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 6.727 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 6.779 de 01 de dezembro de 2011; DECRETA:
Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) no Orçamento Vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
11.02 - Coordenadoria de Turismo
1.057 - Implantação da Sede da Associação "Mãos do Campo"
400000.00.776 - Despesas de Capital
440000.00.776 - Investimentos
449000.00.776 - Aplicações Diretas
449061.00.776 - Aquisição de Imóveis R\$ 10.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto,

correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos Recursos Ordinários Municipais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 01 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.727 de 01 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 6.727 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 6.779 de 01 de dezembro de 2011; DECRETA: Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) no Orçamento Vigente:

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.02 - Coordenadoria de Turismo

1.057 - Implantação da Sede da Associação "Mãos do Campo"

400000.00.776 - Despesas de Capital

440000.00.776 - Investimentos

449000.00.776 - Aplicações Diretas

449061.00.776 - Aquisição de Imóveis R\$ 10.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos Recursos Ordinários Municipais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 01 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata - Pregão 77/2011

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 77/2011)

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292 reuniram-se em sessão pública Maria Cristina Marciniak

Munhoz, Pregoeira Municipal, Joceli de Souza e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 77/2011, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Registro de Preço para a aquisição de óleo diesel, para manutenção da frota municipal no exercício 2012. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda. A empresa licitante não apresentou documento que comprova o enquadramento da empresa como micro empresa ou empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar 123/2006. A licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. Hans Hartwig Gehrmann, representante da empresa Rudipel Rudnick Petróleo Ltda. Proce-deu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito Menor Preço Unitário com fixação de valor máximo (de R\$ 1,88 o litro). Para o Único Item, a proposta foi de R\$ 1,88, a empresa não concedeu desconto fechando o valor unitário em R\$ 1,88. Em seguida foi aberto o envelope nº 02 "documentos", da empresa primeira classificada, estando de acordo com o exigido no Edital, sendo assim a Pregoeira declara a empresa Rudipel Rudnick Petróleo Ltda vencedora do Processo Licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Pregão 81/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

RESUMO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2011 -

Objeto: O objeto da licitação consiste no Registro de Preços para aquisição de gasolina comum, álcool, óleo diesel, óleo 2 T, óleo motor, filtro de óleo motor e tacógrafo, conforme descrição e quantidade constante do Anexo I, parte integrante deste Edital. Materiais que serão utilizados para manutenção da frota municipal, veículos da Polícia Militar (Convênio Radiopatrulha) e roçadeiras de grama (para manutenção de praças e jardins) no exercício 2012.

O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL (Total Geral), com observância nos valores máximos fixados unitário por ITEM.

Abertura: 15/12/2011, às 09:30 horas, no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Campo Alegre-SC.

Prazo para entrega dos envelopes (documentação e proposta): até às 09h15min do dia 15/12/2011, no Protocolo da Prefeitura Municipal (conforme endereço acima).

O edital na íntegra está disponível no site do Município: www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Pregão 82/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

RESUMO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2011 -

Objeto: A licitação tem como objeto aquisição de material permanente - MÓVEIS SOB MEDIDA - para equipar a Biblioteca da nova Sede da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Silva Bernardes.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Abertura: 15/12/2011, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Campo Alegre-SC.

Prazo para entrega dos envelopes (documentação e proposta): até às 13h45min do dia 15/12/2011, no Protocolo da Prefeitura Municipal (conforme endereço acima).

O edital na íntegra está disponível no site do Município: www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 17 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Aditivo Contratual Nº 78/2011

ADITIVO CONTRATUAL Nº 78/2011

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, em exercício, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao interesse público vigente, nos termos da Lei Federal 8.666/93, RESOLVE: ALTERAR O CONTRATO Nº 11/2011, originado do processo licitatório nº 114/2010, modalidade Pregão (presencial) Registro de Preços, nos seguintes aspectos:

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e de outro lado a empresa RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, fica convencionado seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE QUANTITATIVO

Acresce ao contrato nº 11/2011 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

a) Acrescer quantitativo 10.000,00 (dez mil) litros de óleo diesel no valor total de R\$ 18.800 (dezoito mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 - Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 - Transporte; Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário; Programa - Frota Municipal; Atividade: 2.212 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 0.10080 - Ordinários (valor reservado ao contrato = R\$ 18.800,00).

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações. As demais cláusulas do contrato nº 11/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre/SC, 01 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal
Contratante

RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA.
Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS
Assessor Jurídico - OAB/SC nº 15.760

Contrato 77/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2011

Objeto: Execução de poços tubulares profundos para captação de água subterrânea nas localidades de Corredeiras, Rodeio de Santa Cruz e Saltinho, no Município de Campo Alegre / SC, conforme Memorial Descritivo, Croqui localização do Poço e Planilha de Quantitativos, referente à obra (independentemente de sua transcrição), parte integrante do Processo Licitatório nº 76/2011 modalidade Convite.

Do Valor: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço certo e ajustado R\$ 63.650,35 (sessenta e três mil e seiscentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos).

Da Dotação Orçamentária: Os recursos orçamentários, para fazer face às despesas do objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 01 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental

Unidade: 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 77 - Águas de Campo Alegre

Projeto/Atividade: 2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água

Complemento do Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo (227)

Complemento do Elemento: 44.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações

Recursos: 00.01.0766 - Recursos saneamento Municipal

Vigência: Início em 29/11/2011 e expira em 29/12/2011.

Contratada: CATARINENSE POÇOS ARTESIANOS LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.679 de 16/09/2011 - R E P U B L I C A D O

R E P U B L I C A D O

LEI Nº 3.679 DE 16/09/2011

FIXA O NÚMERO DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PARA A PRÓXIMA LEGISLATURA.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica fixado em 9 (nove) o número de vereadores do Poder Legislativo do Município de Campos Novos -SC para a próxima legislatura (2013/2016), nos termos do artigo. 29, inciso IV, "c", da Constituição Federal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da próxima legislatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 16 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

OBS.: por erro de digitação

Lei Nº 3.705 de 29/11/2011

TORNA SEM EFEITO a publicação ocorrida no dia 25/10/2011, no Diário Oficial da FECAM, da Lei nº 3.694/11 que Dispõe sobre as Atividades Insalubres ou Perigosas e dá Outras Providências, considerando a incorreção na redação final da referida Lei, retroagindo a 25 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.705 DE 29/11/2011

DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES INSALUBRES OU PERIGOSAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos IV e V do art. 58, e Art. 75 da Lei Orgânica do Município, combinado com Art. 65 do Regimento Interno

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores Aprovou, o Prefeito Municipal Sancionou Tacitamente e ele Promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. São consideradas funções insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores públicos, estatutários e celetistas, a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Art. 2º. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade far-se-ão, anualmente, através de perícia a cargo de empresa ou profissional autônomo especializado em Medicina do Trabalho ou Engenharia de Segurança do Trabalho, devidamente registrados no Ministério do Trabalho no CRM/CREA, cujo laudo indicará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes.

Parágrafo 1º. As normas referidas neste Artigo incluirão medidas de proteção do organismo do trabalhador nas operações que produzem aerodispersóides tóxicos, irritantes, alérgicos ou incômodos.

Parágrafo 2º - Anualmente, por decreto do Poder executivo será aprovado o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - "LTCAT".

Art. 3º. A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorrerá:

I - Com a adoção de medida que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II - Com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

Art. 4º. O exercício de atividades inerentes aos cargos públicos municipais, em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos na forma do Artigo 2º, cujos agentes não são neutralizados na forma do Artigo 3º, assegura a percepção de

adicional, respectivamente de 30% (trinta por cento), 20% (vinte por cento), e 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do salário mínimo nacional, ou sobre o piso salarial (profissional) da categoria, para aqueles que o possuem, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Art. 5º. São consideradas atividades ou funções perigosas, detectadas na forma do disposto no Artigo 2º, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos, energia elétrica e radiações ionizantes, em condições de risco acentuado.

Parágrafo Único - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor um adicional de 30% (trinta por cento) calculado sobre o salário base.

Art. 6º. O servidor que fizer jus aos dois adicionais deverá optar por um deles, sendo vedada a percepção cumulada dos mesmos.

§ 1º - O exercício de atividade insalubre ou perigosa em caráter esporádico ou ocasional não gera direito ao pagamento do respectivo adicional.

§ 2º - Não será concedido adicional de insalubridade ou periculosidade aos ocupantes de cargo de provimento em comissão e aos servidores públicos municipais que forem designados para responder por cargo de provimento em comissão.

Art. 7º. O direito do servidor ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física.

Art. 8º. Os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade serão revistos a contar da data da inclusão da respectiva atividade no relatório pericial mencionado no Artigo 2º, desta Lei.

Art. 9º. Os materiais e substâncias empregados, manipulados ou transportados, nos locais de trabalho, quando perigosos ou nocivos à saúde, devem conter, no rótulo, sua composição, recomendações de socorro imediato e o símbolo de perigo correspondente, segundo a padronização internacional.

Parágrafo Único - Os setores que mantenham as atividades previstas neste Artigo afixarão, nos locais de trabalho atingidos, avisos ou cartazes, com advertência quanto aos materiais e substâncias perigosas ou nocivas à saúde.

Art. 10º. O pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade cessará na ocorrência dos afastamentos em virtude de:

- I - Licença por motivos de doença em pessoa da família;
- II - Licença para servir outro órgão e ou entidade;
- III - Licença para atividade política e/ou exercício de mandato eletivo;
- IV - Licença para tratar de assuntos particulares;
- V - Licença para tratar da própria saúde;
- VI - Licença Maternidade;
- VII - Mudança temporária de função.

Parágrafo Único - Caberá ao secretário onde se encontrar lotado o servidor informar ao Departamento de Recursos Humanos a ocorrência da hipótese prevista no inciso VII deste Artigo, a fim de que cesse o pagamento do respectivo adicional, sob pena de ressarcimento ao erário dos valores efetivamente pagos indevidamente.

Art. 11. Esta Lei aplica-se aos servidores do Poder Executivo e Fundações.

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão suportadas por dotações consignadas no orçamento vigente, e em cada exercício.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.465/98, de 02 de dezembro de 1998.

Câmara Municipal de Campos Novos, em 29 de novembro de 2011.
JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

Decreto Nº 6.380-A de 20/10/2011

DECRETO Nº 6.380-A DE 20/10/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 161.900,00 (cento e sessenta e um mil e novecentos reais) no projeto e na atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 16 - DEPARTAMENTO HABITACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.007 - Implantação de Projetos Habitacionais

Elementos de despesa: 30-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0063.0-Aplicações Diretas R\$ 161.900,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de:

a) Ministério das Cidades (PAC II)

- Convênio nº 352.288-09/2011-0 R\$ 161.900,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Ata de Licitação Deserta

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS CNPJ: 13.366.366/0001-20 RUA EXP. JOAO BATISTA DE ALMEIDA, 323 C.E.P.: 89620-000 - CAMPOS NOVOS - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2011 - TP
	Processo Administrativo: 1/2011 Processo de Licitação: 1/2011 Data do Processo: 27/10/2011

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2011 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA REALIZAR RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA DA BICA, CONFORME PROJETO DE REVEGETAÇÃO EM ANEXO. TERMO DE COMPROMISSO Nº 352.288-09/2011 - PAC II - URBANIZAÇÃO

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO REUNIU-SE NA SALA DE REUNIÕES ÀS 14.30 HORAS DO DIA VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E ONZE, E CONSTANDO QUE NÃO HOUE COMPARECIMENTO DE NENHUM PARTICIPANTE, DECLAROU A LICITAÇÃO COMO DESERTA NÃO HAVENDO NADA MAIS A TRATAR FOI ENCERRADA A REUNIÃO.

CAMPOS NOVOS , 25 de Novembro de 2011

COMISSÃO:

SONIA TRUCULO	- - Presidente da Comissão de Licitação
VIVIANE JUNHO	- - SECRETARIA
CLARICE AP FAGUNDES	- - MEMBRO
NILVA SARMENTO	- - MEMBRO
ANA PAULA DOS SANTOS	- - MEMBRO

Extrato do Contrato 435/2011 Processo 187/2011
EXTRATO DE CONTRATO Nº 435/2011 PROCESSO Nº 187/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: GASPERIN EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO E COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO. EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº 352.288-09/2011 - PAC II - URBANIZAÇÃO
VALOR: R\$ 147.280,87 (cento e quarenta e sete mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 24/11/2011
CONTRATO: 435/2011

SAMAE

Portaria 039/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 039/2011, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

NOMEAR, por Concurso Público, na forma do art. 7º, do capítulo III, da Lei nº 3449/09 de 23 de Setembro de 2009, LETICIA ALVES RIBEIRO, para o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Padrão 3, Nível - 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial n.º 79/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 196/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 79/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/12/2011, às 14h05min, a abertura das propostas para contratação de serviços de apreensão, transporte, recolhimento e hospedagem em dependências próprias, de animais de médio e grande porte (equinos, caprinos, ovinos, muares, asininos, suínos, etc.) encontrados em logradouros públicos, locais de acesso público ou em local indevido. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Pregão Presencial n.º FMAS 30/2011

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 35/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 30/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/12/2011, às 10h05min, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, 01 (UMA) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL E 25 (VINTE E CINCO) BALANÇAS DIGITAIS P/ PESAGEM, DESTINADOS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 15/12/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Edital de Pregão Presencial n.º FMS 23/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 43/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 23/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas/SC, CNPJ nº 11.206.680/0001-10, fará realizar no dia 14/12/2011, às 10h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS CANOINHAS/ JOINVILLE/JARAGUÁ DO SUL/FLORIANOPOLIS/CANOINHAS, DESTINADAS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO QUE NECESSITEM DE TRATAMENTO ESPECIALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE JOINVILLE, JARAGUÁ DO SUL E FLORIANOPOLIS PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. Recebimento de propostas até às 10h00min do dia 14/12/2011. Informações (047) 3621-7705. Edital publicado no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Edital de Tomada de Preços n.º 50/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 197/2011
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 50/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20 de dezembro de 2011, às 10h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para realização de CONCURSO PÚBLICO para o provimento de cargos, na Prefeitura do Município de Canoinhas. Valor previsto R\$ 40.000,00. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0139/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0139/2011

OBJETO: Contratação de empresa para a ampliação de um Tanque Inox de coleta e transporte de Leite a Granel de 8.000 litros para 10.000 litros construído em aço inox 304 com isolamento em poliuretano com sistema CIP de limpeza, com recursos próprios para transporte da produção de leite dos agricultores do município sócios da COAFAM (Cooperativa da Agricultura Familiar).

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 14/12/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 02 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0141/2011

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Diretoria de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0141/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução global, com fornecimento de material e mão-de-obra, para construção de um CENTRO DE MÚLTIPLO USO, com área total construída de 749,20 m², á ser edificada na Rua Ângelo Olivo no Município de Capinzal - SC, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 20/12/2011.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 02 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0141/2011

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Diretoria de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0141/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução global, com fornecimento de material e mão-de-obra, para construção de um CENTRO DE MÚLTIPLO USO, com área total construída de 749,20 m², á ser edificada na Rua Ângelo Olivo no Município de Capinzal - SC, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 20/12/2011.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 02 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 446 de 01.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 446/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e Lei Complementar nº 040, de 15.05.09,.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 385/2011 de 30.09.2011, que admiti em caráter temporário a servidora, TATIANE DE SOUZA, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório nº 70/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 070/2011 - PM

CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 33/2011 - PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 09 de dezembro de 2011, às 10h00min, a fim e receber, abrir e examinar documentação e propostas dos interessados que pretendam participar do Processo Licitatório do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a realização de serviços de mão de obra, com fornecimento de peças para estofoamento, elétrica, pintura e chapeação do veículo caçamba placa LYQ 5277, de uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme Anexo I - Termo de Referência. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das

08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 02 de dezembro de 2011.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 5.644, de 17 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.644, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a extinção e a guarda da documentação da Escola Municipal do Campo Barra do Castilho; dá outras providências. O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica extinta a Escola Municipal do Campo Barra do Castilho, de Barra do Castilho, Município de Concórdia, SC.

Art. 2º A guarda e o arquivamento da documentação da Escola de que trata este Decreto, serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Constitui Anexo Único deste Decreto, o relatório da documentação da Unidade Escolar.

Art. 4º Os bens móveis da Escola desativada serão redistribuídos às demais unidades escolares do Município.

Art. 5º O uso e a destinação dos bens imóveis da Escola desativada serão procedidos na forma da legislação em vigor.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DA DOCUMENTAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO

BARRA DO CASTILHO, MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC

I - Pasta 119, contém:

- a) Históricos Escolares;
- b) Transferência de alunos;
- c) Cópias de Certidões de Nascimento de alunos;
- d) Relatórios de resultado final;

II - Pasta 120, contém:

- a) Diários de Classe;
- b) Exames Finais;

III - Pasta 121, contém:

- a) Livros Ata da Associação de Pais e Professores - APP;
- b) Livro Caixa;
- c) Escritura;
- d) Dados Cadastrais;
- e) Estatuto da APP;
- f) Alvará;
- g) RAIS, PIS e CNPJ;

IV - Pasta 122, contém:

- a) Provinha Brasil;
- b) Autonomia;
- c) Patrimônio;
- d) Livro de Visitas;
- e) Caderno Ponto;
- f) Caderno Inventário.

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 91/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2011- PMC

Objeto: Aquisição de persianas novas, remoção, lavagem, relocação e readequação de persianas no Centro Administrativo Municipal e o CEBES do Frey Lency, em conformidade com as especificações constantes dos Anexos "C" e "E", deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 26/01/2012.

Abertura: dia 27/01/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 29 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 95/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2011- PMC

Objeto: Aquisição de passes escolares (ida e volta) para alunos da rede pública Municipal e Estadual do Ensino Fundamental de Concórdia, para o ano letivo de 2012, descritos nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/01/2012.

Abertura: dia 19/01/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min,

ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 29 de novembro de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas da Tomada de Preços Nº 35/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação asfáltica em CBUQ e drenagem pluvial, das Ruas Magdalena Savoldi e das Pereiras, neste Município, de acordo com os Projetos Básicos constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA sagrou-se vencedora do objeto do presente certame com o menor valor Global de R\$ 309.431,38 (trezentos e nove mil quatrocentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos); a licitante BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 318.623,74 (trezentos e dezoito mil seiscentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), a licitante BRITTER RODOVIAS LTDA ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 333.387,24 (trezentos e trinta e três mil trezentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos), e a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A., ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 347.401,72 (trezentos e quarenta e sete mil quatrocentos e um reais e setenta e dois centavos).

Em atenção ao disposto nos subitens 8.3 e 8.3.1 do Edital, a licitante BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, classificada em seu direito a preferência, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, por escrito, possuindo para tanto o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a convocação formal, sendo esta através da Publicação de extrato com esse resultado no Diário Oficial dos Municípios. Portanto, fica o representante legal da empresa BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, intimado se assim tiver interesse, a protocolizar nova proposta de preço (em envelope identificado conforme edital), até às 15:30 (quinze horas e trinta minutos), do dia 05/12/2011, e se assim acontecer, a Comissão de licitações fará nova sessão, proferindo a nova classificação de preços no mesmo dia já estabelecido às 16:00 (dezesseis horas). Devido a ausência de representantes legais a Comissão enviará o resultado para ser publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida intimação.

Concórdia, SC, 30 de novembro de 2011.
LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Presidente CPL

Edital de Notificação FISCAL Nº 007/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 007/2011

A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA ao contribuinte abaixo citado, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

ALDIR POSSAMAI - CPF 155.507.029-91 - Travessa Makuxi, 119, Bairro Itaíba, - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Edital de Contribuição de Melhoria 03/2011, referente à pavimentação asfáltica rel. Imóvel acima descrito, Cadastro Imobiliário: 94897.7, Inscrição Imobiliária: 01.05.059.0085.002; vcto.: 09/12/2011 - Valor: 1.978,00 UFIR Municipal.

GILMAR SAUTIER - CPF 969.730.050-04 - End. Rua Índia, 99, Bairro Nações, - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Edital de Contribuição de Melhoria 03/2011, referente à pavimentação asfáltica rel. Imóvel acima descrito, Cadastro Imobiliário: 109410.6, Inscrição Imobiliária: 01.05.132.0073.001; vcto.: 09/12/2011 - Valor: 1.398,19 UFIR Municipal.

LEONIR JOSÉ TRENTIN - CPF 776.915.559-20 - End. Rua Getúlio Vargas, s/nº, Distr. Três de Outubro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Edital de Contribuição de Melhoria 03/2011, referente à pavimentação asfáltica rel. Imóvel acima descrito, Cadastro Imobiliário: 747741.4, Inscr. Imobiliária: 09.01.002.0090.001; vcto.: 09/12/2011 - Valor: 599,67 UFIR Municipal.

MÁRIO BOSETTI - CPF 749.819.519-49 - End. Rua Fioravante Fracasso, 82, Bairro Guilherme Reich, - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Edital de Contribuição de Melhoria 03/2011, referente à pavimentação asfáltica rel. Imóvel acima descrito, Cadastro Imobiliário: 169943.1, Inscrição Imobiliária: 01.04.090.0084.001; vcto.: 09/12/2011 - Valor: 1.049,09 UFIR Municipal.

NICOLAU PETZEN - CPF 01.01.092.0293.001 - End. Rua Massimiliano de Franceschi, s/nº, Bairro Arvoredo, - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Edital de Contribuição de Melhoria 04/2011, referente à pavimentação asfáltica rel. Imóvel acima descrito, Cadastro Imobiliário: 188336.4, Inscrição Imobiliária: 01.01.092.0293.001; vcto.: 09/12/2011 - Valor: 1.1128,97 UFIR Municipal.

PAULO CESAR AGOSTINI - CPF 717.778.819-00 - End. Rua Fioravante Fracasso, 110, Bairro Guilherme Reich, - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Edital de Contribuição de Melhoria 03/2011, referente à pavimentação asfáltica rel. Imóvel acima descrito, Cadastro Imobiliário: 169927.0, Inscr. Imobiliária: 01.04.090.0060.001; vcto.: 09/12/2011 - Valor: 1.049,09 UFIR Municipal.

Concórdia, 01 de dezembro de 2011
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA N. SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

MARIONI ROSA SANTUARI
Fiscal de Tributos

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 108/2011

DECRETO No 108 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigo 11 da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 1.500,00 para a seguinte dotação orçamentária:

Da: 05.00 - Secretaria de Cultura e Esportes

05.01 - Secretaria de Cultura e Esportes

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.021 - Manutenção das Ações do Esporte do Município

Modalidade de Aplicação: 449000 - 01.00 - 54 R\$ 1.500,00

Para: 05.00 - Secretaria de Cultura e Esportes

05.01 - Secretaria de Cultura e Esportes

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.021 - Manutenção das Ações do Esporte do Município

Modalidade de Aplicação: 335000 - 01.00 - 52 R\$ 1.500,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 30 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº 467/2011

PORTARIA Nº. 467/2011, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DA MÃE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Arts. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença, para acompanhamento de tratamento de saúde da mãe, a Servidora, Sra. KATIA ROSY GRANDO, ocupante do cargo de Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 468/2011

PORTARIA Nº 468/2011, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - XXV da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, o Sr. AFRANIO GALLON, para exercer o cargo de Gerente de Administração Geral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º. O servidor nomeado pelo presente sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal (Lei C. 18/2001), ao Plano de cargos e salários (Lei C. 070/2009), (Lei C. 072/2009) e alterações.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra.

Ata de Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011

Número do Registro de Preços: 7/2011 Data do Registro: 30/11/2011 Válido até: 30/11/2012

Objeto da Compra: Aquisição de material para o tratamento e manutenção da rede do sistema de água deste Município

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	VASELINA SÓLIDA (09-08-7930)	pç	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	HIPERQUIMIC	0	6,7000	1
2	HIPOCLORITO DE SÓDIO 10/12% (09-09-3958)	kg	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	HIPERQUIMIC	0	1,5000	1
3	SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO (09-09-7214)	kg	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	HIPERQUIMIC	0	1,5900	1
4	PASTILHA P/ TRATAMENTO DE ÁGUA (09-09-7705)	bl	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	HIPERQUIMIC	0	89,0000	1
5	FITA 8CM PARA VERIFICAR PH E RESÍDUO DE CLORO EM ÁGUA C/50 UNIDADES (09-09-7708)	pt	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	HIPERQUIMIC	0	49,0000	1
6	LÂMPADA 60W (10-01-7361)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	GE	0	1,6400	1
7	TUBO ESGOTO 100 MM (10-11-7789)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	5,9000	1
8	LIXA AMARELA 100 ROLO (10-11-8189)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,9500	1
9	JOELHO SOLDÁVEL 25MM (10-11-8209)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,7600	1
10	JOELHO SOLDÁVEL 20MM (10-11-8210)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,9800	1
11	JOELHO SOLDÁVEL 32MM (10-11-8211)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,9800	1
12	LUVA SOLDÁVEL 32MM (10-11-8220)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,6400	1
13	JOELHO SOLDÁVEL 25x3/4 (10-11-8225)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,9700	1
14	LUVA SOLDÁVEL 25MM (10-11-8302)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,9700	1
15	TUBO SOLDÁVEL 25MM (10-11-8313)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,9700	1
16	LUVA SOLDÁVEL 20MM (10-11-8345)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,7800	1
17	TUBO SOLDÁVEL 20 MM (10-11-8361)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,7400	1
18	LUVA DE CORRER 25MM (10-11-8370)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,6000	1
19	TUBO ESGOTO 150MM (10-11-8403)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	16,0000	1
20	JOELHO ESG 100MM (10-11-8425)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	5,9000	1
21	TUBO SOLDÁVEL 32MM (10-11-8433)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,9500	1
22	JOELHO SOLDÁVEL 50MM (10-11-8440)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	2,8700	1
23	TUBO ESGOTO 200MM (10-11-8456)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,7000	1
24	TUBO SOLDÁVEL 50MM (10-11-8459)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	6,7400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011 Data do Registro: 30/11/2011 Válido até: 30/11/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de material para o tratamento e manutenção da rede do sistema de água deste Município

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	LUVA ESGOTO 150MM (10-11-8460)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	8,9000	1
26	JOELHO ESGOTO 45° 150MM (10-11-8461)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	17,9000	1
27	JOELHO SOLDAVEL 40MM (10-11-8472)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,5500	1
28	LUVA SOLDAVEL 50MM (10-11-8473)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,7500	1
29	LUVA SOLDAVEL 40MM (10-11-8474)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,8400	1
30	CURVA SOLDAVEL 32MM (10-11-8503)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	2,9000	1
31	JOELHO SOLDAVEL 45G 20MM (10-11-8566)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,2900	1
32	JOELHO SOLDAVEL 45G 25MM (10-11-8567)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,6400	1
33	JOELHO SOLDAVEL 45G 32MM (10-11-8568)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,9400	1
34	JOELHO SOLDAVEL 45G 40MM (10-11-8569)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,4900	1
35	JOELHO SOLDAVEL 45G 50MM (10-11-8570)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	2,8400	1
36	JOELHO SOLDAVEL 60MM (10-11-8571)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	9,7000	1
37	JOELHO SOLDAVEL REDUÇÃO 25X20MM (10-11-8572)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,1000	1
38	LUVA SOLDAVEL 60MM (10-11-8573)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,7500	1
39	LUVA DE REDUÇÃO SOLDAVEL 32X25MM (10-11-8575)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,6500	1
40	LUVA DE CORRER 32MM (10-11-8576)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	7,8000	1
41	LUVA DE CORRER 40MM (10-11-8577)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	9,4900	1
42	LUVA DE CORRER 50MM (10-11-8578)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	9,7400	1
43	LUVA DE CORRER 60MM (10-11-8579)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	20,0000	1
44	TEE PVC SOLDAVEL 50MM (10-11-8580)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,4000	1
45	TEE PVC SOLDAVEL 60MM (10-11-8581)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	11,0000	1
46	TEE SOLDAVEL REDUÇÃO 25X20MM (10-11-8582)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,3500	1
47	TEE SOLDAVEL REDUÇÃO 32X25MM (10-11-8583)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	2,6000	1
48	TEE SOLDAVEL REDUÇÃO 50X25MM (10-11-8584)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,2900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011** **Data do Registro: 30/11/2011** **Válido até: 30/11/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de material para o tratamento e manutenção da rede do sistema de água deste Município

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL 40X25MM (10-11-8585)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,7800	1
50	UNIÃO 32MM SOLDAVEL (10-11-8586)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	5,5000	1
51	UNIÃO 40MM SOLDAVEL (10-11-8587)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	14,0000	1
52	UNIÃO 50MM SOLDAVEL (10-11-8588)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	11,6900	1
53	JOELHO SOLDAVEL 20X1/2P (10-11-8589)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,6800	1
54	UNIÃO 60MM SOLDAVEL (10-11-8590)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	38,0000	1
55	JOELHO SOLDAVEL 25X1/2P (10-11-8591)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,7000	1
56	LUVA SOLDAVEL 20X1/2P (10-11-8592)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,7500	1
57	LUVA SOLDAVEL 25X3/4P (10-11-8593)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,8000	1
58	LUVA SOLDAVEL 32X1P (10-11-8594)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,4000	1
59	TEE SOLDAVEL 20X1/2P (10-11-8595)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,7500	1
60	TEE SOLDAVEL 25X3/4P (10-11-8596)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,6000	1
61	TEE SOLDAVEL 25X1/2P (10-11-8597)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,7900	1
62	CAP PVC SOLDAVEL 50MM (10-11-8598)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	2,0900	1
63	CURVA SOLDAVEL 20MM (10-11-8599)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,9500	1
64	CURVA SOLDAVEL 25MM (10-11-8600)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,2800	1
65	CURVA SOLDAVEL 40MM (10-11-8601)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	6,4500	1
66	CURVA SOLDAVEL 50MM (10-11-8602)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,4500	1
67	TUBO SOLDAVEL 40MM (10-11-8603)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	5,7500	1
68	TUBO SOLDAVEL 60MM (10-11-8604)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	8,5000	1
69	ADAPTADOR SOLDAVEL 20X1/2P (10-11-8605)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,2400	1
70	ADAPTADOR SOLDAVEL 25X3/4P (10-11-8606)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,2900	1
71	ADAPTADOR SOLDAVEL 32X1P (10-11-8607)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,8000	1
72	ADAPTADOR SOLDAVEL 40X11/4P (10-11-8608)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011** **Data do Registro: 30/11/2011** **Válido até: 30/11/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de material para o tratamento e manutenção da rede do sistema de água deste Município

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	ADAPTADOR SOLDAVEL 50X11/2P (10-11-8609)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	2,0000	1
74	ADAPTADOR SOLDAVEL 60X2P (10-11-8610)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,6000	1
75	FLANGE SOLDAVEL 20MM P/CAIXA DE AGUA (10-11-8611)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,4000	1
76	FLANGE SOLDAVEL 25MM P/CAIXA DE AGUA (10-11-8612)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	5,3400	1
77	FLANGE SOLDAVEL 32MM P/CAIXA DE AGUA (10-11-8613)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	8,7900	1
78	FLANGE SOLDAVEL 40MM P/CAIXA DE AGUA (10-11-8614)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	9,0900	1
79	FLANGE SOLDAVEL 50MM P/CAIXA DE AGUA (10-11-8615)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	10,7000	1
80	SERINHA DE FERRO (10-11-8616)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,8000	1
81	ARCO SERRA FERRO FIXO PROFISSIONAL (10-11-8617)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	8,9000	1
82	REGISTRO ESFERRA 20MM SOLDAVEL (10-11-8618)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	9,4500	1
83	REGISTRO ESFERRA 25MMSOLDAVEL (10-11-8619)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	12,8900	1
84	REGISTRO ESFERRA 32MM SOLDAVEL (10-11-8620)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	13,0000	1
85	REGISTRO ESFERRA 40MM SOLDAVEL (10-11-8621)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	15,0000	1
86	REGISTRO ESFERRA 50MM SOLDAVEL (10-11-8622)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	28,0000	1
87	REGISTRO ESFERRA 60MM SOLDAVEL (10-11-8623)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	44,0000	1
88	TORNEIRA BOIA P/ CAIXA 11/4 VAZAO (10-11-8624)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	46,0000	1
89	TORNEIRA BOIA P/ CAIXA DAGUA (10-11-8625)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,2000	1
90	TEE ESGOTO 100X100MM (10-11-8626)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	8,6000	1
91	TEE ESGOTO 150X150MM (10-11-8627)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	23,0000	1
92	JOELHO ESGOTO 150MM (10-11-8628)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	21,0000	1
93	JOELHO ESGOTO 45G 100MM (10-11-8629)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,7000	1
94	LUVA ESGOTO 100MM (10-11-8630)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,7000	1
95	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 40 X 40 MM (10-11-8833)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	24,0000	1
96	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 32 X 32 MM (10-11-8834)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	18,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 5/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011

Número do Registro de Preços: 7/2011 Data do Registro: 30/11/2011 Válido até: 30/11/2012

Objeto da Compra: Aquisição de material para o tratamento e manutenção da rede do sistema de água deste Município

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 50 x 50 MM (10-11-8835)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	40,0000	1
98	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 63 X 63 MM (10-11-8836)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	71,0000	1
99	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 75 X 75 MM (10-11-8837)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	150,0000	1
100	TUBO PEAD PN 12,5 - 32 MM (10-11-8838)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	5,9000	1
101	TUBO PEAD PN 12,5 - 40 MM (10-11-8839)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	9,0000	1
102	TUBO PEAD PN 12,5 - 50 MM (10-11-8840)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	14,0000	1
103	TUBO PEAD PN 12,5 - 63 MM (10-11-8841)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	22,0000	1
104	TUBO PEAD PN 12,5 - 75 MM (10-11-8842)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	ALVESPLAST	0	31,0000	1
105	TUBO PVC -JS SOLDÁVEL C115- 85 MM (10-11-8843)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	27,0000	1
106	LUVA PVC SOLDÁVEL 85MM (10-11-8844)	m	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	27,0000	1
107	TORNEIRA 3/4 PRETA (10-11-8845)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	2,5000	1
108	LUVA DE CORRER 20 MM (10-11-8846)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	3,3000	1
109	LUVA REDUÇÃO SOLDÁVEL 25 X 20 MM (10-11-8847)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,5900	1
110	ACIDO FLUOSSILICICO 20% (11-12-0080)	kg	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	2,8600	1
111	ADESIVO PLASTICO 175G (93-01-8284)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	9,0000	1
112	FITA ISOLANTE 19MMx20M (93-01-8363)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,2000	1
113	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 25MM X 20MM (93-01-8377)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,7500	1
114	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 32MM x 25MM (93-01-8378)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,7500	1
115	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40MM x 32MM (93-01-8379)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,7000	1
116	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50MM x 40MM (93-01-8380)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,4500	1
117	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 60MM x 50MM (93-01-8381)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	4,2000	1
118	CAP PVC SOLDÁVEL 20MM (93-01-8382)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,2900	1
119	CAP PVC SOLDÁVEL 25MM (93-01-8383)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,8900	1
120	CAP PVC SOLDÁVEL 32MM (93-01-8384)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011** **Data do Registro: 30/11/2011** **Válido até: 30/11/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de material para o tratamento e manutenção da rede do sistema de água deste Município

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	CAP PVC SOLDÁVEL 40MM (93-01-8385)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	1,7400	1
122	TEE PVC SOLDAVEL 20MM (93-01-8399)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,8500	1
123	TEE PVC SOLDAVEL 25MM (93-01-8400)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,8200	1
124	TEE PVC SOLDAVEL 32MM (93-01-8401)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	2,0000	1
126	FITA VEDA ROSCA 18MX10MM (93-01-9207)	un	CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)	AMANCO	0	0,8500	1

Cordilheira Alta, 30 de Novembro de 2011.

**Primeiro Termo Aditivo A Ata de Registro de Preços
N° 06/2010**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE RIGISTRO DE PREÇOS
N° 006/2010

A Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria 412/2011, torna público aos interessados, e em especial as Empresas detentoras de Ata de Registro de Preços n° 006/2010, que conforme disposto no Art. 65, § 1º, da Lei Federal n° 8.666/1993, e ainda, de acordo com justificativa fundamentada e parecer jurídico anexado nos autos do processo administrativo n°52/2010, foi efetuado aditivo de 16% (dezesseis por cento) no quantitativo registrado do item 02 pertencente à Ata de Registro de Preços em epígrafe, cujo quantitativo registrado passará a ser conforme planilha demonstrativa anexa.

A vigência deste aditivo será de acordo com a vigência da Ata de Registro de Preços n° 006/2010.

O percentual aditivado será efetuado de forma proporcional nos quantitativos estimados por todos os órgãos participantes da referida Ata.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Cordilheira Alta, SC, 30 de novembro de 2011.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Preço Unit.	Quant. registrada	Per-centual	Quant. Aditivada
02	Oleo Diesel R (04-02-5394)	L	Distribuidor Volpato Ltda (505)	1,83	125.000	16%	20.000

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Resultado de Processo Licitatório

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo,27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2011 - PR Processo Administrativo: 40/2011 Processo de Licitação: 40/2011 Data do Processo: 10/11/2011
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 40/2011
b) Licitação Nr.: 27/2011-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 30/11/2011
e) Objeto da Licitação Aquisição de material para o tratamento e manutenção da rede do sistema de água deste Município

				(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)				
1 VASELINA SÓLIDA	10,00	0,0000	6,70	67,00
2 HIPOCLORITO DE SÓDIO 10/12%	6.000,00	0,0000	1,50	9.000,00
3 SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO	4.000,00	0,0000	1,59	6.360,00
4 PASTILHA P/ TRATAMENTO DE AGUA	2,00	0,0000	89,00	178,00
5 FITA 8CM PARA VERIFICAR PH E RESIDUO DE CLORO EM AGUA C/50 UNIDADES	1,00	0,0000	49,00	49,00
6 LAMPADA 60W	20,00	0,0000	1,64	32,80
7 TUBO ESGOTO 100 MM	180,00	0,0000	5,90	1.062,00
8 LIXA AMARELA 100 ROLO	235,00	0,0000	3,95	928,25
9 JOELHO SOLDAVEL 25MM	400,00	0,0000	0,76	304,00
10 JOELHO SOLDAVEL 20MM	600,00	0,0000	1,98	1.188,00
11 JOELHO SOLDAVEL 32MM	300,00	0,0000	1,98	594,00
12 LUVA SOLDAVEL 32MM	200,00	0,0000	0,64	128,00
13 JOELHO SOLDAVEL 25x3/4	600,00	0,0000	1,97	1.182,00
14 LUVA SOLDAVEL 25MM	600,00	0,0000	1,97	1.182,00
15 TUBO SOLDAVEL 25MM	1.900,00	0,0000	1,97	3.743,00
16 LUVA SOLDAVEL 20MM	400,00	0,0000	0,78	312,00
17 TUBO SOLDAVEL 20 MM	1.900,00	0,0000	1,74	3.306,00
18 LUVA DE CORRER 25MM	24,00	0,0000	4,60	110,40
19 TUBO ESGOTO 150MM	20,00	0,0000	16,00	320,00
20 JOELHO ESG 100MM	12,00	0,0000	5,90	70,80

Cordilheira Alta, 30 de Novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 27/2011 - PR

Processo Administrativo: 40/2011
 Processo de Licitação: 40/2011
 Data do Processo: 10/11/2011

Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)

21	TUBO SOLDAVEL 32MM	800,00	0,0000	3,95	3.160,00
22	JOELHO SOLDAVEL 50MM	50,00	0,0000	2,87	143,50
23	TUBO ESGOTO 200MM	20,00	0,0000	3,70	74,00
24	TUBO SOLDAVEL 50MM	300,00	0,0000	6,74	2.022,00
25	LUVA ESGOTO 150MM	10,00	0,0000	8,90	89,00
26	JOELHO ESGOTO 45° 150MM	10,00	0,0000	17,90	179,00
27	JOELHO SOLDAVEL 40MM	200,00	0,0000	1,55	310,00
28	LUVA SOLDAVEL 50MM	150,00	0,0000	3,75	562,50
29	LUVA SOLDAVEL 40MM	200,00	0,0000	1,84	368,00
30	CURVA SOLDAVEL 32MM	28,00	0,0000	2,90	81,20
31	JOELHO SOLDAVEL 45G 20MM	250,00	0,0000	0,29	72,50
32	JOELHO SOLDAVEL 45G 25MM	100,00	0,0000	0,64	64,00
33	JOELHO SOLDAVEL 45G 32MM	100,00	0,0000	1,94	194,00
34	JOELHO SOLDAVEL 45G 40MM	100,00	0,0000	3,49	349,00
35	JOELHO SOLDAVEL 45G 50MM	90,00	0,0000	2,84	255,60
36	JOELHO SOLDAVEL 60MM	50,00	0,0000	9,70	485,00
37	JOELHO SOLDAVEL REDUÇÃO 25X20MM	68,00	0,0000	1,10	74,80
38	LUVA SOLDAVEL 60MM	80,00	0,0000	4,75	380,00
39	LUVA DE REDUÇÃO SOLDAVEL 32X25MM	300,00	0,0000	1,65	495,00
40	LUVA DE CORRER 32MM	24,00	0,0000	7,80	187,20
41	LUVA DE CORRER 40MM	24,00	0,0000	9,49	227,76
42	LUVA DE CORRER 50MM	26,00	0,0000	9,74	253,24
43	LUVA DE CORRER 60MM	24,00	0,0000	20,00	480,00
44	TEE PVC SOLDAVEL 50MM	70,00	0,0000	4,40	308,00
45	TEE PVC SOLDAVEL 60MM	50,00	0,0000	11,00	550,00
46	TEE SOLDAVEL REDUÇÃO 25X20MM	100,00	0,0000	1,35	135,00
47	TEE SOLDAVEL REDUÇÃO 32X25MM	100,00	0,0000	2,60	260,00
48	TEE SOLDAVEL REDUÇÃO 50X25MM	70,00	0,0000	3,29	230,30
49	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL 40X25MM	60,00	0,0000	1,78	106,80
50	UNIÃO 32MM SOLDAVEL	30,00	0,0000	5,50	165,00
51	UNIÃO 40MM SOLDAVEL	60,00	0,0000	14,00	840,00
52	UNIÃO 50MM SOLDAVEL	60,00	0,0000	11,69	701,40
53	JOELHO SOLDAVEL 20X1/2P	100,00	0,0000	0,68	68,00
54	UNIÃO 60MM SOLDAVEL	160,00	0,0000	38,00	6.080,00
55	JOELHO SOLDAVEL 25X1/2P	70,00	0,0000	1,70	119,00
56	LUVA SOLDAVEL 20X1/2P	70,00	0,0000	1,75	122,50
57	LUVA SOLDAVEL 25X3/4P	100,00	0,0000	0,80	80,00
58	LUVA SOLDAVEL 32X1P	60,00	0,0000	3,40	204,00
59	TEE SOLDAVEL 20X1/2P	70,00	0,0000	1,75	122,50
60	TEE SOLDAVEL 25X3/4P	70,00	0,0000	1,60	112,00
61	TEE SOLDAVEL 25X1/2P	70,00	0,0000	1,79	125,30
62	CAP PVC SOLDAVEL 50MM	20,00	0,0000	2,09	41,80
63	CURVA SOLDAVEL 20MM	60,00	0,0000	0,95	57,00
64	CURVA SOLDAVEL 25MM	60,00	0,0000	1,28	76,80
65	CURVA SOLDAVEL 40MM	40,00	0,0000	6,45	258,00

Cordilheira Alta, 30 de Novembro de 2011.

 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
 PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04
 R. Celso Tozzo,27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 27/2011 - PR

Processo Administrativo: 40/2011
 Processo de Licitação: 40/2011
 Data do Processo: 10/11/2011

Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)

66	CURVA SOLDAVEL 50MM	40,00	0,0000	4,45	178,00
67	TUBO SOLDAVEL 40MM	300,00	0,0000	5,75	1.725,00
68	TUBO SOLDAVEL 60MM	280,00	0,0000	8,50	2.380,00
69	ADAPTADOR SOLDAVEL 20X1/2P	70,00	0,0000	0,24	16,80
70	ADAPTADOR SOLDAVEL 25X3/4P	70,00	0,0000	0,29	20,30
71	ADAPTADOR SOLDAVEL 32X1P	70,00	0,0000	0,80	56,00
72	ADAPTADOR SOLDAVEL 40X11/4P	70,00	0,0000	1,70	119,00
73	ADAPTADOR SOLDAVEL 50X11/2P	70,00	0,0000	2,00	140,00
74	ADAPTADOR SOLDAVEL 60X2P	60,00	0,0000	4,60	276,00
75	FLANGE SOLDAVEL 20MM P/CAIXA DE AGUA	20,00	0,0000	4,40	88,00
76	FLANGE SOLDAVEL 25MM P/CAIXA DE AGUA	20,00	0,0000	5,34	106,80
77	FLANGE SOLDAVEL 32MM P/CAIXA DE AGUA	20,00	0,0000	8,79	175,80
78	FLANGE SOLDAVEL 40MM P/CAIXA DE AGUA	20,00	0,0000	9,09	181,80
79	FLANGE SOLDAVEL 50MM P/CAIXA DE AGUA	15,00	0,0000	10,70	160,50
80	SERINHA DE FERRO	150,00	0,0000	3,80	570,00
81	ARCO SERRA FERRO FIXO PROFISSIONAL	5,00	0,0000	8,90	44,50
82	REGISTRO ESFERRA 20MM SOLDAVEL	175,00	0,0000	9,45	1.653,75
83	REGISTRO ESFERRA 25MMSOLDAVEL	275,00	0,0000	12,89	3.544,75
84	REGISTRO ESFERRA 32MM SOLDAVEL	125,00	0,0000	13,00	1.625,00
85	REGISTRO ESFERRA 40MM SOLDAVEL	80,00	0,0000	15,00	1.200,00
86	REGISTRO ESFERRA 50MM SOLDAVEL	60,00	0,0000	28,00	1.680,00
87	REGISTRO ESFERRA 60MM SOLDAVEL	30,00	0,0000	44,00	1.320,00
88	TORNEIRA BOIA P/ CAIXA 11/4 VAZAO	12,00	0,0000	46,00	552,00
89	TORNEIRA BOIA P/ CAIXA DAGUA	10,00	0,0000	4,20	42,00
90	TEE ESGOTO 100X100MM	12,00	0,0000	8,60	103,20
91	TEE ESGOTO 150X150MM	10,00	0,0000	23,00	230,00
92	JOELHO ESGOTO 150MM	10,00	0,0000	21,00	210,00
93	JOELHO ESGOTO 45G 100MM	10,00	0,0000	3,70	37,00
94	LUVA ESGOTO 100MM	10,00	0,0000	4,70	47,00
95	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 40 X 40 MM	50,00	0,0000	24,00	1.200,00
96	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 32 X 32 MM	50,00	0,0000	18,00	900,00
97	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 50 x 50 MM	50,00	0,0000	40,00	2.000,00
98	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 63 X 63 MM	50,00	0,0000	71,00	3.550,00
99	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 75 X 75 MM	50,00	0,0000	150,00	7.500,00
100	TUBO PEAD PN 12,5 - 32 MM	100,00	0,0000	5,90	590,00
101	TUBO PEAD PN 12,5 - 40 MM	100,00	0,0000	9,00	900,00
102	TUBO PEAD PN 12,5 - 50 MM	100,00	0,0000	14,00	1.400,00
103	TUBO PEAD PN 12,5 - 63 MM	100,00	0,0000	22,00	2.200,00
104	TUBO PEAD PN 12,5 - 75 MM	100,00	0,0000	31,00	3.100,00
105	TUBO PVC -JS SOLDAVEL C115- 85 MM	100,00	0,0000	27,00	2.700,00
106	LUVA PVC SOLDAVEL 85MM	50,00	0,0000	27,00	1.350,00
107	TORNEIRA 3/4 PRETA	20,00	0,0000	2,50	50,00
108	LUVA DE CORRER 20 MM	24,00	0,0000	3,30	79,20
109	LUVA REDUÇÃO SOLDAVEL 25 X 20 MM	150,00	0,0000	0,59	88,50
110	ACIDO FLUOSSILICICO 20%	4.000,00	0,0000	2,86	11.440,00

Cordilheira Alta, 30 de Novembro de 2011.

 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
 PREFEITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04
 R. Celso Tozzo,27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 27/2011 - PR

Processo Administrativo: 40/2011
 Processo de Licitação: 40/2011
 Data do Processo: 10/11/2011

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME (219)

111 ADESIVO PLASTICO 175G	150,00	0,0000	9,00	1.350,00
112 FITA ISOLANTE 19MMx20M	100,00	0,0000	4,20	420,00
113 BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 25MM X 20MM	200,00	0,0000	0,75	150,00
114 BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 32MM x 25MM	200,00	0,0000	0,75	150,00
115 BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40MM x 32MM	200,00	0,0000	1,70	340,00
116 BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50MM x 40MM	150,00	0,0000	1,45	217,50
117 BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 60MM x 50MM	100,00	0,0000	4,20	420,00
118 CAP PVC SOLDÁVEL 20MM	120,00	0,0000	0,29	34,80
119 CAP PVC SOLDÁVEL 25MM	200,00	0,0000	0,89	178,00
120 CAP PVC SOLDÁVEL 32MM	50,00	0,0000	0,75	37,50
121 CAP PVC SOLDÁVEL 40MM	74,00	0,0000	1,74	128,76
122 TEE PVC SOLDAVEL 20MM	200,00	0,0000	0,85	170,00
123 TEE PVC SOLDAVEL 25MM	300,00	0,0000	0,82	246,00
124 TEE PVC SOLDAVEL 32MM	200,00	0,0000	2,00	400,00
126 FITA VEDA ROSCA 18MX10MM	180,00	0,0000	0,85	153,00

Total do Fornecedor: 113.314,41

Total Geral: 113.314,41

Cordilheira Alta, 30 de Novembro de 2011.

 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
 PREFEITO



Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal Nº. 565, de 30 de Novembro de 2011
 LEI MUNICIPAL Nº. 565, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.
 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 272.000,00 (Duzentos e setenta e dois mil reais), no orçamento de 2011 da Prefeitura e fundos municipais, nas seguintes programações de despesas:

03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas		0100.000000	10.000,00
33900000	Aplicações Diretas		0100.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar				40.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
10.306.0010.2.022 PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas		0100.000000	20.000,00
Total do Crédito Suplementar				20.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.361.0031.2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas		0101.000000	50.000,00
31900000	Aplicações Diretas		0118.000000	60.000,00
Total do Crédito Suplementar				110.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.365.0033.2.028- MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas		0101.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar				10.000,00

06.01 SECRET. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA E MEIO AMB.				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas		0100.000000	5.000,00
Total do Crédito Suplementar				5.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE				
10.301.0051.2.014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE				

Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas		0102.000000	87.000,00
Total do Crédito Suplementar				87.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos no valor de R\$ 272.000,00 (Duzentos e setenta e dois mil reais) de anulação de dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

02.01 GABINETE DO PREFEITO				
04.122.0003.2.002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GAB. DO PREFEITO E VICE				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas		0100.000000	6.000,00
Total do Crédito Suplementar				6.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
27.812.0024.2.027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas		0100.000000	3.000,00
Total do Crédito Suplementar				3.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.361.0032.2.027 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas		0101.000000	35.000,00
33900000	Aplicações Diretas		0119.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar				65.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.361.0031.2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas		0119.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar				30.000,00

05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
17.512.0018.1.036 SANEAMENTO BÁSICO GERAL				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas		0100.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar				10.000,00

05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIÁRIAS				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas		0100.000000	22.000,00
33200000	Aplicações Diretas		0100.000000	2.000,00
33900000	Aplicações Diretas		0100.000000	69.000,00
44900000	Aplicações Diretas		0100.000000	15.000,00
Total do Crédito Suplementar				108.000,00

14.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
16.482.0017.1.035 CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$

44900000	Aplicações diretas	0100.000000	15.000,00
Total do Crédito Suplementar			15.000,00

11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO RURAL**20.601.0048.2.040 INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	5.000,00
45900000	Aplicações diretas	0100.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			35.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 30 de novembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 168 de 30 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 168 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 4.320/64, Lei Municipal nº. 565, de 30/11/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 272.000,00 (Duzentos e setenta e dois mil reais), no orçamento de 2011 da Prefeitura e fundos municipais, nas seguintes programações de despesas:

03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS			
04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	10.000,00
33900000	Aplicações Diretas	0100.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			40.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**10.306.0010.2.022 PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	0100.000000	20.000,00
Total do Crédito Suplementar			20.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**12.361.0031.2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0101.000000	50.000,00

31900000	Aplicações Diretas	0118.000000	60.000,00
Total do Crédito Suplementar			110.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**12.365.0033.2.028- MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0101.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar			10.000,00

06.01 SECRET. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**20.606.0037.2.038 – ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA E MEIO AMB.**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	5.000,00
Total do Crédito Suplementar			5.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**10.301.0051.2.014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0102.000000	87.000,00
Total do Crédito Suplementar			87.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos no valor de R\$ 272.000,00 (Duzentos e setenta e dois mil reais) de anulação de dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

02.01 GABINETE DO PREFEITO**04.122.0003.2.002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GAB. DO PREFEITO E VICE**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	6.000,00
Total do Crédito Suplementar			6.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**27.812.0024.2.027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	3.000,00
Total do Crédito Suplementar			3.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**12.361.0032.2.027 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	0101.000000	35.000,00
33900000	Aplicações Diretas	0119.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			65.000,00

04.01 SECRET. MUNIC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**12.361.0031.2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	0119.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			30.000,00

05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS**17.512.0018.1.036 SANEAMENTO BÁSICO GERAL**

Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
---------------	-----------	-------	-----------



44900000	Aplicações Diretas	0100.000000	10.000,00
Total do Crédito Suplementar			10.000,00

05.01 SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS			
26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIÁRIAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	0100.000000	22.000,00
33200000	Aplicações Diretas	0100.000000	2.000,00
33900000	Aplicações Diretas	0100.000000	69.000,00
44900000	Aplicações Diretas	0100.000000	15.000,00
Total do Crédito Suplementar			108.000,00

14.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO			
16.482.0017.1.035 CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	15.000,00
Total do Crédito Suplementar			15.000,00

11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO RURAL			
20.601.0048.2.040 INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL			
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações diretas	0100.000000	5.000,00
45900000	Aplicações diretas	0100.000000	30.000,00
Total do Crédito Suplementar			35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 30 de novembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 169, de 01 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 169, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.
NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a Senhora Fabiana Cenci Inacio, ocupante do cargo de Diretor Departamento de Saúde Pública, e o Senhor Lucas Cuchi, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para assinar e responder pelo Fundo Municipal de Saúde - FUNSAU, bem como autorizados a responder por pagamentos a partir de 02 a 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 01 de novembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 137, de 29 de Novembro de 2011

PORTARIA Nº. 137, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a Servidora Pública Municipal, Senhora Lídia de Barba, ocupante do Cargo de Técnico em Enfermagem, por um período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 30 de novembro de 2011 à 29 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 29 de novembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Pregão Presencial 041/11- REABERTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 041/11- REABERTURA

OBJETO: Eventuais aquisições parceladas de Serviços de Montagem e conserto de Pneus dos veículos e máquinas que compõe a Frota Municipal, para uso das Secretarias do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 02/12/2011, às 09h00min do dia 14/12/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 30/11/11

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 02 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

Lei Nº 293, de 29 de novembro de 2011.

LEI Nº 293, de 29 de novembro de 2011.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ermo para o Exercício Financeiro de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ermo para o exercício financeiro de 2012, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos, em R\$ 8.735.000,00 (Oito milhões e setecentos e trinta e cinco mil reais).

Art. 2º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente discriminadas em anexo a esta lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES R\$ 8.366.164,82
Receita Tributária R\$ 202.700,06
Receitas de Contribuições R\$ 77.170,72
Receita Patrimonial R\$ 38.526,00
Receita de Serviços R\$ 561,80
Transferências Correntes R\$ 9.458.305,85
Outras Receitas Correntes R\$ 109.962,20
FundeB (-) R\$ -1.521.061,81
RECEITAS DE CAPITAL R\$ 368.835,18
Alienação de Bens R\$ 87.935,18
Transferências de Capital R\$ 280.900,00
Total R\$ 8.735.000,00

Art. 3º A despesas fixadas, detalhadas em anexo a esta Lei conforme determina a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, esta assim distribuída por Órgãos:

I - DESPESAS POR ÓRGÃOS

1- PREFEITURA MUNICIPAL

01 - Gabinete do Prefeito R\$ 338.651,00
02 - Secretaria de Administração e Finanças R\$ 808.834,85
03 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente R\$ 633.260,00
04 - Secretaria de Educação, Cultura, Espo e Tur. R\$ 1.893.836,71
05 - Secretaria de Obras, Viação, Transp. Serv. Urb R\$ 1.966.160,57
06 - Secretaria de Saúde e Promoção Social R\$ 450.233,70
99 - Reserva de Contingência R\$ 7.865,03

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 2.036.158,14
3 - FUNDO MUNIC. DE ASSIST. E PREVID R\$ 100.000,00
4 - CÂMARA DE VEREADORES R\$ 500.000,00

TOTAL: R\$ 8.735.000,00

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 5º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 6º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º As alterações ocorridas na Lei Orçamentária (LOA), com repercussão de remanejamento e/ou alterações de receitas e despesas no Plano Plurianual (PPA) de 2010 a 2013 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012 serão regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 9º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 29 de novembro de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças interino



Lei Orçamentária Anual - Anexo 09



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	338.651,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	561.698,85	0,00	27.136,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	900.349,85	0,00	27.136,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.778.218,71
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	450.233,70	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	450.233,70	0,00	0,00	0,00	1.778.218,71

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		25.618,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	574.875,86	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	25.618,00	0,00	574.875,86	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	633.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	633.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338.651,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	808.834,85
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	633.260,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	1.893.836,71
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	1.391.284,71	0,00	0,00	0,00	1.966.160,57
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.233,70
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	7.865,03	7.865,03
Total:		0,00	1.391.284,71	90.000,00	220.000,00	7.865,03	6.098.841,86

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 4 - Fundo Municipal de Saúde de Ermo

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 4 - Fundo Municipal de Saúde de Ermo

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	2.036.158,14	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	2.036.158,14	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 4 - Fundo Municipal de Saúde de Ermo

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 4 - Fundo Municipal de Saúde de Ermo

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 4 - Fundo Municipal de Saúde de Ermo

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.036.158,14
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.036.158,14

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 5 - Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 5 - Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 5 - Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 5 - Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 5 - Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 16/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 6 - Camara Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 17/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 6 - Camara Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 18/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 6 - Camara Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 19/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 6 - Camara Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 20/20

Data: 14/10/2011

Entidade: 6 - Camara Municipal de Ermo

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
	Total geral:						8.735.000,00

Lei Orçamentária Anual 2012 - Anexo 01


Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 14/10/2011

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	9.887.226,63	DESPESAS CORRENTES	7.389.200,99
RECEITA TRIBUTARIA	202.700,06	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.904.981,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	77.170,72	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	38.526,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.464.219,83
RECEITA DE SERVIÇOS	561,80		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.458.305,85		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.962,20		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.521.061,81		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.521.061,81		
		Superavit	976.963,83
Total	8.366.164,82	Total	8.366.164,82
Superavit do orçamento corrente	976.963,83		
RECEITAS DE CAPITAL	368.835,18	DESPESAS DE CAPITAL	1.337.933,98
ALIENAÇÃO DE BENS	87.935,18	INVESTIMENTOS	1.237.933,98
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	280.900,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	100.000,00
		Superavit	7.865,03
Total	1.345.799,01	Total	1.345.799,01
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	8.366.164,82	95,78 %	DESPESAS CORRENTES 7.389.200,99 84,59 %
RECEITAS DE CAPITAL	368.835,18	4,22 %	DESPESAS DE CAPITAL 1.337.933,98 15,32 %
			RESERVA DE CONTINGENCIA 7.865,03 0,09 %
Total	8.735.000,00	100,00 %	Total 8.735.000,00 100,00 %

Lei Orçamentária Anual 2012 - Anexo 02 DESPESA


Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.988.349,63
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.835.646,80	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos		2.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.833.146,80	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		20.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.132.702,83	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		176.180,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.955.022,83	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.102.627,20
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.002.627,20	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.001.127,20	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		100.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		100.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			7.865,03
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		7.865,03	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		7.865,03	
Total das despesas:				6.098.841,86
Total da entidade:				6.098.841,86
Entidade: 4 Fundo Municipal de Saúde de Ermo				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.944.052,36
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		777.198,36	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos		25.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		752.198,36	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.166.854,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		300.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		866.854,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			92.105,78
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		92.105,78	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		92.105,78	
Total das despesas:				2.036.158,14
Total da entidade:				2.036.158,14
Entidade: 5 Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			95.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		95.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		95.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.000,00	
Total das despesas:				100.000,00
Total da entidade:				100.000,00
Entidade: 6 Camara Municipal de Ermo				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			361.799,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		292.136,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		292.136,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		69.663,00	

**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
Entidade: 6 Camara Municipal de Ermo				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		69.663,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			138.201,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		138.201,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		138.201,00	
Total das despesas:				500.000,00
Total da entidade:				500.000,00
Total geral:				8.735.000,00

Lei Orçamentária Anual 2012 - Anexo 02 Receita



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			9.443.013,26
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		143.904,34	
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		102.890,29	
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	67.168,80		
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	21.267,50		
1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	5.316,88		
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	3.190,13		
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	12.760,49		
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	27.648,42		
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	27.648,42		
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	6.912,11		
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	4.147,26		
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	16.589,05		
1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	18.252,88		
1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im e Dir 15	4.563,22		
1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im e Dir 25	2.737,93		
1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im e Dir 60	10.951,73		
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	35.721,49		
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	35.721,49		
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15	8.930,37		
1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25	5.358,22		
1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60	21.432,90		
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		23.036,05	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	6.379,80		
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	6.379,80		
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	16.656,25		
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	16.656,25		
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA		17.978,00	
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	17.978,00		
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		20.379,86	
1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS		20.379,86	
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Público	20.379,86		
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		17.705,69	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		17.705,69	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	17.705,69		
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	17.705,69		
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	17.705,69		
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		561,80	
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	561,80		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		9.188.902,89	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		9.188.902,89	
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	5.490.471,92		
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	5.034.689,91		
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	5.000.000,00		
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Mun 15	1.250.000,00		
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Mun 25	750.000,00		
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Mun 60	3.000.000,00		
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.689,91		
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territ Rural 15	1.172,48		
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territ Rural 25	703,49		
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territ Rural 60	2.813,94		
1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	30.000,00		
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	178.700,71		
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	13.656,23		
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	97.628,48		
1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	67.416,00		
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	97.198,98		
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do - FNAS - API Idosos	2.247,20		



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Recursos do - FNAS - PAC - Crianças	24.951,78		
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Progr Erradicacao do trabalho infantil PETI	30.000,00		
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Outros Recursos Relativos a Assistencia Social	30.000,00		
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Bolsa Familia	10.000,00		
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	117.431,51		
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	30.000,00		
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.000,00		
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	12.431,51		
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	70.000,00		
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	62.450,81		
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15	15.612,70		
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25	9.367,62		
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60	37.470,49		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.238.430,97		
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	3.158.430,97		
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.000.000,00		
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 15	750.000,00		
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25	450.000,00		
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 60	1.800.000,00		
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	88.718,33		
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 15	22.179,58		
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25	13.307,75		
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 60	53.231,00		
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	69.712,64		
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15	17.428,16		
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25	10.456,90		
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60	41.827,58		
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	80.000,00		
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf do Estado - Transporte Escolar	80.000,00		
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	460.000,00		
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	460.000,00		
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	360.000,00		
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	100.000,00		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		71.558,68	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		17.683,15	
1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	1.783,15		
1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	1.783,15		
1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.783,15		
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	15.900,00		
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	15.900,00		
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.633,73	
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.633,73		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	5.633,73		
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		28.585,51	
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	21.604,58		
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	21.604,58		
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15	5.401,15		
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25	3.240,69		
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60	12.962,74		
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	6.980,93		
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	6.980,93		
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	6.980,93		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		19.656,29	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	19.656,29		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			337.080,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		56.180,00	
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		56.180,00	
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	56.180,00		
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		280.900,00	





Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		280.900,00	
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	112.360,00		
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	112.360,00		
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	168.540,00		
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	168.540,00		
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-1.521.061,81
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-1.521.061,81	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-1.521.061,81	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-908.092,40		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-895.602,46		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-894.664,25		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-938,21		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-12.489,94		
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-12.489,94		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-612.969,41		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-612.969,41		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ICMS	-581.282,77		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-17.743,89		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPI E	-13.942,75		
			Total das receitas:	8.259.031,45
			Total por entidade:	8.259.031,45
Entidade: 4 Fundo Municipal de Saúde de Ermo				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			344.213,37
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		53.795,72	
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		48.240,64	
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	42.781,07		
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	42.781,07		
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	42.781,07		
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	10.695,27		
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	6.417,16		
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	25.668,64		
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	5.459,57		
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	5.459,57		
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15	1.364,89		
1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25	818,94		
1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60	3.275,74		
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		5.555,08	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	3.869,68		
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	3.869,68		
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	1.685,40		
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	1.685,40		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		269.402,96	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		269.402,96	
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	252.548,96		
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	252.548,96		
1.7.2.1.33.01.00.00.00	Pab Fixo	70.350,60		
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Psf	107.198,36		
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Vigilancia Sanitaria	10.000,00		
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Farmacia Basica	10.000,00		
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Epidemiologia	10.000,00		
1.7.2.1.33.06.00.00.00	Pacs Agente Saude	45.000,00		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	16.854,00		
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	16.854,00		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		21.014,69	
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.823,60	





Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/4

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 4 Fundo Municipal de Saúde de Ermo				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.823,60		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	1.823,60		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		19.191,09	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	19.191,09		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			31.755,18
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		31.755,18	
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		31.755,18	
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	31.755,18		
Total das receitas:				375.968,55
Total por entidade:				375.968,55
Entidade: 5 Fundo Mun. de Assist. e Previdência de Ermo				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			100.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		5.000,00	
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		5.000,00	
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	5.000,00		
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	5.000,00		
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	5.000,00		
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	1.250,00		
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	750,00		
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	3.000,00		
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		56.790,86	
1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		56.790,86	
1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuicoes Sociais	56.790,86		
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		20.820,31	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		20.820,31	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	20.820,31		
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	20.820,31		
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	20.820,31		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		17.388,83	
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		17.388,83	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	17.388,83		
Total das receitas:				100.000,00
Total por entidade:				100.000,00
Total geral:				8.735.000,00

Lei Orçamentária Anual 2012 - Anexo 05**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 14/10/2011

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
20 Agricultura	605 Abastecimento
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

Lei Orçamentária Anual 2012 - Anexo 06



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo		404.496,00	5.474.345,86	220.000,00	6.098.841,86
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		0,00	338.651,00	0,00	338.651,00
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO		0,00	338.651,00	0,00	338.651,00
04	Administração		338.651,00		338.651,00
04.122	Administração Geral		338.651,00		338.651,00
04.122.19	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		338.651,00		338.651,00
04.122.19 .2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		338.651,00		338.651,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	588.834,85	220.000,00	808.834,85
Unidade: 03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	588.834,85	220.000,00	808.834,85
04	Administração		561.698,85		561.698,85
04.122	Administração Geral		561.698,85		561.698,85
04.122.20	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		561.698,85		561.698,85
04.122.20 .2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças		561.698,85		561.698,85
06	Segurança Pública		27.136,00		27.136,00
06.181	Policimento		27.136,00		27.136,00
06.181.21	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		11.236,00		11.236,00
06.181.21 .2.004	Manutenção do Convênio Polícia Militar		11.236,00		11.236,00
06.181.42	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		15.900,00		15.900,00
06.181.42 .2.023	Manutenção do Convenio SSP - Transito		15.900,00		15.900,00
28	Encargos Especiais			220.000,00	220.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			220.000,00	220.000,00
28.846.0	OPERACOES ESPECIAIS			220.000,00	220.000,00
28.846.0 .0.001	Pasep			220.000,00	220.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	633.260,00	0,00	633.260,00
Unidade: 04.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	633.260,00	0,00	633.260,00
20	Agricultura		633.260,00		633.260,00
20.605	Abastecimento		633.260,00		633.260,00
20.605.22	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		633.260,00		633.260,00
20.605.22 .2.005	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		633.260,00		633.260,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo		404.496,00	5.474.345,86	220.000,00	6.098.841,86
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	1.893.836,71	0,00	1.893.836,71
Unidade: 05.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	1.893.836,71	0,00	1.893.836,71
12	Educação		1.778.218,71		1.778.218,71
12.306	Alimentação e Nutrição		112.431,51		112.431,51
12.306.30	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		112.431,51		112.431,51
12.306.30 .2.012	Aquisição de Merenda Escolar		112.431,51		112.431,51
12.361	Ensino Fundamental		1.411.180,00		1.411.180,00
12.361.26	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		210.000,00		210.000,00
12.361.26 .2.009	Manutenção do Transporte Escolar		210.000,00		210.000,00
12.361.35	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		1.201.180,00		1.201.180,00
12.361.35 .2.008	Manutenção do Ensino Fundamental		1.201.180,00		1.201.180,00
12.365	Educação Infantil		162.247,60		162.247,60
12.365.25	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		162.247,60		162.247,60
12.365.25 .2.007	Manutenção do Ensino Infantil		162.247,60		162.247,60
12.366	Educação de Jovens e Adultos		32.359,60		32.359,60
12.366.27	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		32.359,60		32.359,60
12.366.27 .2.010	Manutenção do Ensino Supletivo		32.359,60		32.359,60
12.367	Educação Especial		60.000,00		60.000,00
12.367.31	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL		60.000,00		60.000,00
12.367.31 .2.014	Manutenção do Ensino Especial		60.000,00		60.000,00
13	Cultura		25.618,00		25.618,00
13.392	Difusão Cultural		25.618,00		25.618,00
13.392.29	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		25.618,00		25.618,00
13.392.29 .2.013	Manutenção e divulgação da Cultura		25.618,00		25.618,00
27	Desporto e Lazer		90.000,00		90.000,00
27.812	Desporto Comunitário		90.000,00		90.000,00
27.812.28	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		90.000,00		90.000,00
27.812.28 .2.011	Manutenção do Desporto Amador		90.000,00		90.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		404.496,00	1.561.664,57	0,00	1.966.160,57
Unidade: 06.01 SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		404.496,00	1.561.664,57	0,00	1.966.160,57
15	Urbanismo	404.496,00	170.379,86		574.875,86
15.451	Infra-Estrutura Urbana	404.496,00			404.496,00
15.451.12	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	337.080,00			337.080,00
15.451.12 .1.002	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	337.080,00			337.080,00
15.451.5	RODOVIAS INTEGRADAS	67.416,00			67.416,00
15.451.5 .1.001	Construção de Pontes e similares	56.180,00			56.180,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo		404.496,00	5.474.345,86	220.000,00	6.098.841,86
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		404.496,00	1.561.664,57	0,00	1.966.160,57
Unidade: 06.01 SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		404.496,00	1.561.664,57	0,00	1.966.160,57
15	Urbanismo	404.496,00	170.379,86		574.875,86
15.451	Infra-Estrutura Urbana	404.496,00			404.496,00
15.451.5	RODOVIAS INTEGRADAS	67.416,00			67.416,00
15.451.5 .1.003	Construção de Abrigos de Passageiros	11.236,00			11.236,00
15.452	Serviços Urbanos		170.379,86		170.379,86
15.452.32	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA		170.379,86		170.379,86
15.452.32 .2.016	Manutenção e Ampliação da Iluminação Publica		170.379,86		170.379,86
26	Transporte		1.391.284,71		1.391.284,71
26.782	Transporte Rodoviário		1.391.284,71		1.391.284,71
26.782.33	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS		1.391.284,71		1.391.284,71
26.782.33 .2.021	Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos		1.391.284,71		1.391.284,71
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	450.233,70	0,00	450.233,70
Unidade: 07.01 SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	450.233,70	0,00	450.233,70
08	Assistência Social		450.233,70		450.233,70
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		16.854,00		16.854,00
08.243.41	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL		16.854,00		16.854,00
08.243.41 .2.022	Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente		16.854,00		16.854,00
08.244	Assistência Comunitária		433.379,70		433.379,70
08.244.2	COMUNIDADE INTEGRADA		56.180,00		56.180,00
08.244.2 .2.053	Contribuicoes Financeiras a Associações Comunitárias		56.180,00		56.180,00
08.244.39	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		377.199,70		377.199,70
08.244.39 .2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		377.199,70		377.199,70
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	7.865,03	0,00	7.865,03
Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	7.865,03	0,00	7.865,03
99	Reserva de Contingência		7.865,03		7.865,03
99.999	Reserva de Contingência		7.865,03		7.865,03
99.999.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.865,03		7.865,03
99.999.999 .2.019	Reserva de Contingência		7.865,03		7.865,03



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/4

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 4 Fundo Municipal de Saúde de Ermo		0,00	2.036.158,14	0,00	2.036.158,14
Órgão: 09.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	2.036.158,14	0,00	2.036.158,14
Unidade: 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	2.036.158,14	0,00	2.036.158,14
10	Saúde		2.036.158,14		2.036.158,14
10.301	Atenção Básica		2.036.158,14		2.036.158,14
10.301.37	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		2.036.158,14		2.036.158,14
10.301.37 .2.051	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF		2.036.158,14		2.036.158,14
Entidade: 5 Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo		0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
10	Saúde		100.000,00		100.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		100.000,00		100.000,00
10.302.40	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		100.000,00		100.000,00
10.302.40 .2.052	Manutenção do Fundo de Assistência		100.000,00		100.000,00
Entidade: 6 Camara Municipal de Ermo		117.978,00	382.022,00	0,00	500.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		117.978,00	382.022,00	0,00	500.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		117.978,00	382.022,00	0,00	500.000,00
01	Legislativa	117.978,00	382.022,00		500.000,00
01.031	Ação Legislativa	117.978,00	382.022,00		500.000,00
01.031.18	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	117.978,00	382.022,00		500.000,00
01.031.18 .1.050	Construção e Reforma na Sede da Câmara de Vereadores	117.978,00			117.978,00
01.031.18 .2.001	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores		382.022,00		382.022,00
Total geral:					8.735.000,00

Lei Orçamentária Anual 2012 - Anexo 07
Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	117.978,00	382.022,00		500.000,00
01.031	Ação Legislativa	117.978,00	382.022,00		500.000,00
01.031.18	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	117.978,00	382.022,00		500.000,00
04	Administração		900.349,85		900.349,85
04.122	Administração Geral		900.349,85		900.349,85
04.122.19	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		338.651,00		338.651,00
04.122.20	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		561.698,85		561.698,85
06	Segurança Pública		27.136,00		27.136,00
06.181	Policimento		27.136,00		27.136,00
06.181.21	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		11.236,00		11.236,00
06.181.42	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		15.900,00		15.900,00
08	Assistência Social		450.233,70		450.233,70
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		16.854,00		16.854,00
08.243.41	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL		16.854,00		16.854,00
08.244	Assistência Comunitária		433.379,70		433.379,70
08.244.2	COMUNIDADE INTEGRADA		56.180,00		56.180,00
08.244.39	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		377.199,70		377.199,70
10	Saúde		2.136.158,14		2.136.158,14
10.301	Atenção Básica		2.036.158,14		2.036.158,14
10.301.37	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		2.036.158,14		2.036.158,14
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		100.000,00		100.000,00
10.302.40	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		100.000,00		100.000,00
12	Educação		1.778.218,71		1.778.218,71
12.306	Alimentação e Nutrição		112.431,51		112.431,51
12.306.30	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		112.431,51		112.431,51
12.361	Ensino Fundamental		1.411.180,00		1.411.180,00
12.361.26	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		210.000,00		210.000,00
12.361.35	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		1.201.180,00		1.201.180,00
12.365	Educação Infantil		162.247,60		162.247,60
12.365.25	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		162.247,60		162.247,60
12.366	Educação de Jovens e Adultos		32.359,60		32.359,60
12.366.27	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		32.359,60		32.359,60



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação		1.778.218,71		1.778.218,71
12.367	Educação Especial		60.000,00		60.000,00
12.367.31	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL		60.000,00		60.000,00
13	Cultura		25.618,00		25.618,00
13.392	Difusão Cultural		25.618,00		25.618,00
13.392.29	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		25.618,00		25.618,00
15	Urbanismo	404.496,00	170.379,86		574.875,86
15.451	Infra-Estrutura Urbana	404.496,00			404.496,00
15.451.12	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	337.080,00			337.080,00
15.451.5	RODOVIAS INTEGRADAS	67.416,00			67.416,00
15.452	Serviços Urbanos		170.379,86		170.379,86
15.452.32	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		170.379,86		170.379,86
20	Agricultura		633.260,00		633.260,00
20.605	Abastecimento		633.260,00		633.260,00
20.605.22	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		633.260,00		633.260,00
26	Transporte		1.391.284,71		1.391.284,71
26.782	Transporte Rodoviário		1.391.284,71		1.391.284,71
26.782.33	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS		1.391.284,71		1.391.284,71
27	Desporto e Lazer		90.000,00		90.000,00
27.812	Desporto Comunitário		90.000,00		90.000,00
27.812.28	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		90.000,00		90.000,00
28	Encargos Especiais			220.000,00	220.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			220.000,00	220.000,00
28.846.0	OPERACOES ESPECIAIS			220.000,00	220.000,00
99	Reserva de Contingência		7.865,03		7.865,03
99.999	Reserva de Contingência		7.865,03		7.865,03
99.999.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.865,03		7.865,03
Total:		522.474,00	7.992.526,00	220.000,00	8.735.000,00
Total geral:		522.474,00	7.992.526,00	220.000,00	8.735.000,00

Lei Orçamentária Anual 2012 - Anexo 08
Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	500.000,00		500.000,00
01.031	Ação Legislativa	500.000,00		500.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	500.000,00		500.000,00
04	Administração	900.349,85		900.349,85
04.122	Administração Geral	900.349,85		900.349,85
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	338.651,00		338.651,00
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	561.698,85		561.698,85
06	Segurança Pública	27.136,00		27.136,00
06.181	Policimento	27.136,00		27.136,00
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	11.236,00		11.236,00
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	15.900,00		15.900,00
08	Assistência Social	353.034,72	97.198,98	450.233,70
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	16.854,00		16.854,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL	16.854,00		16.854,00
08.244	Assistência Comunitária	336.180,72	97.198,98	433.379,70
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA	56.180,00		56.180,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	280.000,72	97.198,98	377.199,70
10	Saúde	1.866.755,18	269.402,96	2.136.158,14
10.301	Atenção Básica	1.766.755,18	269.402,96	2.036.158,14
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	1.766.755,18	269.402,96	2.036.158,14
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00		100.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	100.000,00		100.000,00
12	Educação	1.120.787,20	657.431,51	1.778.218,71
12.306	Alimentação e Nutrição	100.000,00	12.431,51	112.431,51
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	100.000,00	12.431,51	112.431,51
12.361	Ensino Fundamental	826.180,00	585.000,00	1.411.180,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	60.000,00	150.000,00	210.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	766.180,00	435.000,00	1.201.180,00
12.365	Educação Infantil	122.247,60	40.000,00	162.247,60
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	122.247,60	40.000,00	162.247,60
12.366	Educação de Jovens e Adultos	12.359,60	20.000,00	32.359,60
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	12.359,60	20.000,00	32.359,60
12.367	Educação Especial	60.000,00		60.000,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	60.000,00		60.000,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	25.618,00		25.618,00
13.392	Difusão Cultural	25.618,00		25.618,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	25.618,00		25.618,00
15	Urbanismo	385.956,00	188.919,86	574.875,86
15.451	Infra-Estrutura Urbana	235.956,00	168.540,00	404.496,00
15.451.0012	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	168.540,00	168.540,00	337.080,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	67.416,00		67.416,00
15.452	Serviços Urbanos	150.000,00	20.379,86	170.379,86
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA	150.000,00	20.379,86	170.379,86
20	Agricultura	520.900,00	112.360,00	633.260,00
20.605	Abastecimento	520.900,00	112.360,00	633.260,00
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	520.900,00	112.360,00	633.260,00
26	Transporte	1.250.000,00	141.284,71	1.391.284,71
26.782	Transporte Rodoviário	1.250.000,00	141.284,71	1.391.284,71
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS	1.250.000,00	141.284,71	1.391.284,71
27	Desporto e Lazer	90.000,00		90.000,00
27.812	Desporto Comunitário	90.000,00		90.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	90.000,00		90.000,00
28	Encargos Especiais	220.000,00		220.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	220.000,00		220.000,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS	220.000,00		220.000,00
99	Reserva de Contingência			7.865,03
99.999	Reserva de Contingência			7.865,03
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			7.865,03
Total:		7.268.401,98	1.466.598,02	8.735.000,00
Total geral:		7.268.401,98	1.466.598,02	8.735.000,00

Lei Orçamentária Anual 2012 - Evolução despesa



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2008	2009	2010	2011	2012
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo						
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.426.254,85	0,00	0,00	4.567.141,84	4.988.349,63
3.1.00.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.370.603,96	0,00	0,00	1.892.400,00	1.835.646,80
3.1.71.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.370.603,96	0,00	0,00	1.892.400,00	1.833.146,80
3.2.00.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.055.650,89	0,00	0,00	2.674.741,84	3.132.702,83
3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	40.808,95	0,00	0,00	153.000,00	176.180,00
3.3.71.00.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.014.841,94	0,00	0,00	2.521.741,84	2.955.022,83
4.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	327.703,55	0,00	0,00	1.261.820,00	1.102.627,20
4.4.00.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	327.703,55	0,00	0,00	1.261.820,00	1.002.627,20
4.4.71.00.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	327.703,55	0,00	0,00	1.261.820,00	1.001.127,20
4.6.00.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	7.420,00	7.865,03
9.9.00.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	7.420,00	7.865,03
9.9.99.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	7.420,00	7.865,03
	Total por entidade:	3.753.958,40	0,00	0,00	5.836.381,84	6.098.841,86
Entidade: 4 Fundo Municipal de Saúde de Ermo						
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.711.170,04	1.944.052,36
3.1.00.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	689.883,36	777.198,36
3.1.71.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	26.300,00	25.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	663.583,36	752.198,36
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.021.286,68	1.166.854,00
3.3.71.00.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	238.500,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	782.786,68	866.854,00
4.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	62.807,00	92.105,78
4.4.00.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	62.807,00	92.105,78
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	62.807,00	92.105,78
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	1.773.977,04	2.036.158,14
Entidade: 5 Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo						
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	80.000,00	95.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	80.000,00	95.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	80.000,00	95.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	85.000,00	100.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2008	2009	2010	2011	2012
Entidade: 6 Camara Municipal de Ermo						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	369.620,00	361.799,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	275.600,00	292.136,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	275.600,00	292.136,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	94.020,00	69.663,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	94.020,00	69.663,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	130.380,00	138.201,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	130.380,00	138.201,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	130.380,00	138.201,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00
Total geral:		3.753.958,40	0,00	0,00	8.195.358,88	8.735.000,00

Lei Orçamentária Anual 2012 - Evolução receita



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/5

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2008	2009	2010	2011	2012
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo						
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	6.682.610,79	0,00	0,00	8.990.495,54	9.443.013,26
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	76.672,18	0,00	0,00	263.493,06	143.904,34
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	65.640,82	0,00	0,00	109.502,64	102.890,29
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	45.969,18	0,00	0,00	75.803,12	67.168,80
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	11.915,61	0,00	0,00	32.500,00	21.267,50
1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	1.787,81	0,00	0,00	8.125,00	5.316,88
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	2.978,67	0,00	0,00	4.875,00	3.190,13
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	7.149,13	0,00	0,00	19.500,00	12.760,49
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	20.685,84	0,00	0,00	26.083,42	27.648,42
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	20.685,84	0,00	0,00	26.083,42	27.648,42
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	3.103,38	0,00	0,00	6.520,86	6.912,11
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	5.171,23	0,00	0,00	3.912,51	4.147,26
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	12.411,23	0,00	0,00	15.650,05	16.589,05
1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	13.367,73	0,00	0,00	17.219,70	18.252,88
1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im e Dir 15	2.005,30	0,00	0,00	4.304,93	4.563,22
1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im e Dir 25	3.341,85	0,00	0,00	2.582,96	2.737,93
1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im e Dir 60	8.020,58	0,00	0,00	10.331,81	10.951,73
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	19.671,64	0,00	0,00	33.699,52	35.721,49
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	19.671,64	0,00	0,00	33.699,52	35.721,49
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15	5.363,33	0,00	0,00	8.424,88	8.930,37
1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25	4.208,04	0,00	0,00	5.054,93	5.358,22
1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60	10.100,27	0,00	0,00	20.219,71	21.432,90
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	11.031,36	0,00	0,00	42.690,42	23.036,05
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	8.037,06	0,00	0,00	10.000,00	6.379,80
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	8.037,06	0,00	0,00	10.000,00	6.379,80
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	2.994,30	0,00	0,00	32.690,42	16.656,25
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	2.994,30	0,00	0,00	32.690,42	16.656,25
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	111.300,00	17.978,00
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	111.300,00	17.978,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.574,53	0,00	0,00	19.226,28	20.379,86
1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	11.574,53	0,00	0,00	19.226,28	20.379,86
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	11.574,53	0,00	0,00	19.226,28	20.379,86
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	3,75	0,00	0,00	16.703,48	17.705,69
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	3,75	0,00	0,00	16.703,48	17.705,69
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	16.703,48	17.705,69
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	16.703,48	17.705,69
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00	16.703,48	17.705,69
1.3.2.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliarios	3,75	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	1.000,00	561,80
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	1.000,00	561,80
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.524.593,40	0,00	0,00	8.581.400,52	9.188.902,89
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.524.593,40	0,00	0,00	8.581.400,52	9.188.902,89
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.173.381,19	0,00	0,00	5.008.073,72	5.490.471,92

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/5

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2008	2009	2010	2011	2012
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo						
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	4.004.045,88	0,00	0,00	4.587.744,44	5.034.689,91
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	3.985.091,05	0,00	0,00	4.560.000,00	5.000.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Mun 15	597.763,92	0,00	0,00	1.140.000,00	1.250.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Mun 25	996.272,65	0,00	0,00	684.000,00	750.000,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Mun 60	2.391.054,48	0,00	0,00	2.736.000,00	3.000.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2.971,07	0,00	0,00	4.424,44	4.689,91
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territ Rural 15	445,73	0,00	0,00	1.106,11	1.172,48
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territ Rural 25	742,74	0,00	0,00	663,67	703,49
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territ Rural 60	1.782,60	0,00	0,00	2.654,66	2.813,94
1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	15.983,76	0,00	0,00	23.320,00	30.000,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	84.307,25	0,00	0,00	145.754,00	178.700,71
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	12.154,00	13.656,23
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	53.201,60	0,00	0,00	70.000,00	97.628,48
1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	31.105,65	0,00	0,00	63.600,00	67.416,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	7.014,12	0,00	0,00	73.659,42	97.198,98
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do - FNAS - API Idosos	972,02	0,00	0,00	2.120,00	2.247,20
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Recursos do - FNAS - PAC - Crianças	6.042,10	0,00	0,00	23.539,42	24.951,78
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Progr Erradicacao do trabalho infantil PETI	0,00	0,00	0,00	20.000,00	30.000,00
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Outros Recursos Relativos a Assistencia Social	0,00	0,00	0,00	25.000,00	30.000,00
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00	3.000,00	10.000,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	62.191,42	0,00	0,00	142.000,00	117.431,51
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	24.999,17	0,00	0,00	45.000,00	30.000,00
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	1.044,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	7.387,60	0,00	0,00	32.000,00	12.431,51
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	28.760,65	0,00	0,00	60.000,00	70.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	15.822,52	0,00	0,00	58.915,86	62.450,81
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15	14.699,47	0,00	0,00	14.728,97	15.612,70
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25	330,31	0,00	0,00	8.837,38	9.367,62
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60	792,74	0,00	0,00	35.349,51	37.470,49
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.092.489,62	0,00	0,00	3.123.326,80	3.238.430,97
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	2.013.232,65	0,00	0,00	3.055.766,64	3.158.430,97
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.864.579,04	0,00	0,00	2.870.000,00	3.000.000,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 15	279.687,18	0,00	0,00	717.500,00	750.000,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25	466.144,63	0,00	0,00	430.500,00	450.000,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 60	1.118.747,23	0,00	0,00	1.722.000,00	1.800.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	90.449,22	0,00	0,00	120.000,00	88.718,33
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 15	13.567,94	0,00	0,00	30.000,00	22.179,58
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25	22.612,04	0,00	0,00	18.000,00	13.307,75
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 60	54.269,24	0,00	0,00	72.000,00	53.231,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	58.204,39	0,00	0,00	65.766,64	69.712,64
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15	8.730,92	0,00	0,00	16.441,66	17.428,16
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25	14.550,97	0,00	0,00	9.865,00	10.456,90
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60	34.922,50	0,00	0,00	39.459,98	41.827,58



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/5

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2008	2009	2010	2011	2012
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo						
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	79.256,97	0,00	0,00	67.560,16	80.000,00
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf do Estado - Transporte Escolar	79.256,97	0,00	0,00	67.560,16	80.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	258.722,59	0,00	0,00	450.000,00	460.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	258.722,59	0,00	0,00	450.000,00	460.000,00
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	246.591,38	0,00	0,00	350.000,00	360.000,00
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	12.131,21	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.766,93	0,00	0,00	108.672,20	71.558,68
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	16.682,22	17.683,15
1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	0,00	0,00	0,00	1.682,22	1.783,15
1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	0,00	0,00	0,00	1.682,22	1.783,15
1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	1.682,22	1.783,15
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.900,00
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.900,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	638,46	0,00	0,00	5.314,84	5.633,73
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	638,46	0,00	0,00	5.314,84	5.633,73
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	638,46	0,00	0,00	5.314,84	5.633,73
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.575,28	0,00	0,00	26.967,46	28.585,51
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	9.575,28	0,00	0,00	20.381,68	21.604,58
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	9.575,28	0,00	0,00	20.381,68	21.604,58
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15	1.436,67	0,00	0,00	5.095,42	5.401,15
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25	2.393,64	0,00	0,00	3.057,25	3.240,69
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60	5.744,97	0,00	0,00	12.229,01	12.962,74
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	0,00	0,00	0,00	6.585,78	6.980,93
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	6.585,78	6.980,93
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	0,00	0,00	0,00	6.585,78	6.980,93
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	59.553,19	0,00	0,00	59.707,68	19.656,29
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	59.553,19	0,00	0,00	59.707,68	19.656,29
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	75.000,00	0,00	0,00	315.000,00	337.080,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00	0,00	0,00	50.000,00	56.180,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	15.000,00	0,00	0,00	50.000,00	56.180,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	15.000,00	0,00	0,00	50.000,00	56.180,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	60.000,00	0,00	0,00	265.000,00	280.900,00
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.000,00	0,00	0,00	265.000,00	280.900,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	106.000,00	112.360,00
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	0,00	106.000,00	112.360,00
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	60.000,00	0,00	0,00	159.000,00	168.540,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	60.000,00	0,00	0,00	159.000,00	168.540,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.072.856,87	0,00	0,00	-1.535.821,60	-1.521.061,81
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.072.856,87	0,00	0,00	-1.535.821,60	-1.521.061,81
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.072.856,87	0,00	0,00	-1.535.821,60	-1.521.061,81
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-1.072.856,87	0,00	0,00	-1.535.821,60	-1.521.061,81
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-708.021,18	0,00	0,00	-924.668,06	-908.092,40
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-705.115,01	0,00	0,00	-912.885,10	-895.602,46

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/5

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2008	2009	2010	2011	2012
Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Ermo						
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-704.719,17	0,00	0,00	-912.000,00	-894.664,25
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-395,84	0,00	0,00	-885,10	-938,21
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-2.906,17	0,00	0,00	-11.782,96	-12.489,94
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-2.906,17	0,00	0,00	-11.782,96	-12.489,94
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-364.835,69	0,00	0,00	-611.153,54	-612.969,41
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-364.835,69	0,00	0,00	-611.153,54	-612.969,41
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ICMS	-340.457,97	0,00	0,00	-574.000,00	-581.282,77
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-13.434,03	0,00	0,00	-24.000,00	-17.743,89
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPI E	-10.943,69	0,00	0,00	-13.153,54	-13.942,75
	Total por entidade:	5.684.753,92	0,00	0,00	7.769.673,94	8.259.031,45
Entidade: 4 Fundo Municipal de Saúde de Ermo						
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	310.684,94	344.213,37
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00	50.750,68	53.795,72
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	45.510,04	48.240,64
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	40.359,50	42.781,07
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	40.359,50	42.781,07
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	40.359,50	42.781,07
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	10.089,88	10.695,27
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	6.053,93	6.417,16
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	24.215,69	25.668,64
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	5.150,54	5.459,57
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	5.150,54	5.459,57
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15	0,00	0,00	0,00	1.287,64	1.364,89
1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25	0,00	0,00	0,00	772,58	818,94
1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60	0,00	0,00	0,00	3.090,32	3.275,74
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	0,00	5.240,64	5.555,08
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	0,00	0,00	0,00	3.650,64	3.869,68
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	3.650,64	3.869,68
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	0,00	0,00	0,00	1.590,00	1.685,40
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	1.590,00	1.685,40
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	240.109,08	269.402,96
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	240.109,08	269.402,96
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	224.209,08	252.548,96
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	224.209,08	252.548,96
1.7.2.1.33.01.00.00.00	Pab Fixo	0,00	0,00	0,00	52.625,72	70.350,60
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Psf	0,00	0,00	0,00	90.000,00	107.198,36
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Vigilancia Sanitaria	0,00	0,00	0,00	6.000,00	10.000,00
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Epidemiologia	0,00	0,00	0,00	12.000,00	10.000,00
1.7.2.1.33.06.00.00.00	Pacs Agente Saude	0,00	0,00	0,00	53.583,36	45.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	15.900,00	16.854,00
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	0,00	0,00	0,00	15.900,00	16.854,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/5

Data: 14/10/2011

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2008	2009	2010	2011	2012
Entidade: 4 Fundo Municipal de Saúde de Ermo						
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	19.825,18	21.014,69
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.720,38	1.823,60
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.720,38	1.823,60
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	0,00	0,00	0,00	1.720,38	1.823,60
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	18.104,80	19.191,09
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	18.104,80	19.191,09
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.755,18
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.755,18
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.755,18
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.755,18
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	340.684,94	375.968,55
Entidade: 5 Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo						
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	85.000,00	100.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00	1.000,00	5.000,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	1.000,00	5.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	1.000,00	5.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	1.000,00	5.000,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	1.000,00	5.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	250,00	1.250,00
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	150,00	750,00
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	600,00	3.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	40.000,00	56.790,86
1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	40.000,00	56.790,86
1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00	40.000,00	56.790,86
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.820,31
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.820,31
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.820,31
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.820,31
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.820,31
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	34.000,00	17.388,83
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	34.000,00	17.388,83
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	34.000,00	17.388,83
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	85.000,00	100.000,00
Total geral:		5.684.753,92	0,00	0,00	8.195.358,88	8.735.000,00

Lei Orçamentária Anual 2012 - Planilha das despesas



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 1/13

Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	19

Objetivo do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Justificativa do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	3	A	Manutenção do Gabinete do Prefeito	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (GABINETE DO PREF	2000,000	338.651,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	117.415,00	0,00	117.415,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	11.236,00	0,00	11.236,00
Total:			338.651,00	0,00	338.651,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	20

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	4	A	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	SERVIDORES ATENDENDO (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇ	14,000	561.698,85

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	2.500,00	0,00	2.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	177.528,80	0,00	177.528,80
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	1.500,00	0,00	1.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	361.816,05	0,00	361.816,05
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	16.854,00	0,00	16.854,00
Total:			561.698,85	0,00	561.698,85



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 2/13
Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	21

Objetivo do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Justificativa do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	4	A	Manutenção do Convênio Policia Militar	DIAS PATRULHADOS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E I	365,000	11.236,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convênio Policia Militar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	11.236,00	0,00	11.236,00
Total:			11.236,00	0,00	11.236,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	42

Objetivo do programa:

CONVENIO SSP-TRANSITO

Justificativa do programa:

Manutenção do convenio SSP-Transito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	4	A	Manutenção do Convenio SSP - Transito	MULTAS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	30,000	15.900,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convenio SSP - Transito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0056.000000 - Convenio SSP Transito Prefeitura	15.900,00	0,00	15.900,00
Total:			15.900,00	0,00	15.900,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0

Objetivo do programa:

Pasep

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	4	O	Pasep	PARCELAS MENSAIS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E I	12,000	220.000,00

II - Descrição das Ações

Pasep

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	100.000,00	0,00	100.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			220.000,00	0,00	220.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 3/13
 Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Abastecimento	605
Programa:	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	22

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	5	A	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES (SECRETARIA DE AGF	500,000	633.260,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	280.000,00	0,00	280.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.000000 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	112.360,00	112.360,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	80.900,00	0,00	80.900,00
Total:			520.900,00	112.360,00	633.260,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR	30

Objetivo do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Justificativa do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	6	A	Aquisição de Merenda Escolar	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE	194,000	112.431,51

II - Descrição das Ações

Aquisição de Merenda Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0060.000000 - Programa Nacional de Alimentação Es	0,00	12.431,51	12.431,51
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	12.431,51	112.431,51



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 4/13
Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	26

Objetivo do programa:

Manutenção do Transporte Escolar

Justificativa do programa:

Manutenção do Transporte Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	6	A	Manutenção do Transporte Escolar	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE	120,000	210.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Transporte Escolar□□

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0010.000000 - RECURSOS DO TESOIRO - TRANSF	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061.000000 - Programa Nac de Apoio Transp Escola	0,00	70.000,00	70.000,00
Total:			60.000,00	150.000,00	210.000,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	35

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	6	A	Manutenção do Ensino Fundamental	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE	130,000	1.201.180,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	160.000,00	0,00	160.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.000000 - Fundef 60%	0,00	300.000,00	300.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019.000000 - Fundef 40%	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	450.000,00	0,00	450.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058.000000 - Salario Educação	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0059.000000 - Programa Dinheiro Direto Escola PDDE	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0092.000000 - Alienacao de Bens	56.180,00	0,00	56.180,00
Total:			766.180,00	435.000,00	1.201.180,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 5/13
 Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	25

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	6	A	Manutenção do Ensino Infantil	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE	70,000	162.247,60

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	20.000,00	0,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.000000 - Fundef 60%	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	88.764,40	0,00	88.764,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	13.483,20	0,00	13.483,20
Total:			122.247,60	40.000,00	162.247,60

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	27

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	6	A	Manutenção do Ensino Supletivo	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE	100,000	32.359,60

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Supletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	5.618,00	0,00	5.618,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.000000 - Fundef 60%	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	6.741,60	0,00	6.741,60
Total:			12.359,60	20.000,00	32.359,60



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 6/13
Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	31

Objetivo do programa:
Manutenção do Ensino Especial

Justificativa do programa:
Manutenção do Ensino Especial

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	6	A	Manutenção do Ensino Especial	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE	20,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	29

Objetivo do programa:
Manutenção e divulgação da Cultura

Justificativa do programa:
Manutenção e divulgação da Cultura

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	6	A	Manutenção e divulgação da Cultura	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (SECRETARIA DE EDI	150,000	25.618,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e divulgação da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	5.618,00	0,00	5.618,00
Total:			25.618,00	0,00	25.618,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	28

Objetivo do programa:
Manutenção do Desporto Amador

Justificativa do programa:
Manutenção do Desporto Amador

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	6	A	Manutenção do Desporto Amador	EVENTOS A REALIZAR (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTI	6,000	90.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Desporto Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			90.000,00	0,00	90.000,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 7/13
Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	5

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	7	P	Construção de Pontes e similares	OBRAS (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.)	50,000	56.180,00

II - Descrição das Ações

Construção de Pontes e similares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	56.180,00	0,00	56.180,00
Total:			56.180,00	0,00	56.180,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	5

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	7	P	Construção de Abrigos de Passageiros	OBRAS (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.)	3,000	11.236,00

II - Descrição das Ações

Construção de Abrigos de Passageiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	11.236,00	0,00	11.236,00
Total:			11.236,00	0,00	11.236,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	12

Objetivo do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Justificativa do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	7	P	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	PAVIMENTACAO (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP	1500,000	337.080,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.000000 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	168.540,00	168.540,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	168.540,00	0,00	168.540,00
Total:			168.540,00	168.540,00	337.080,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 8/13
Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA	32

Objetivo do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Publica

Justificativa do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Publica

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	7	A	Manutenção e Ampliação da Iluminação Publica	PONTOS DE ILUMINACAO PUBLICA (SECRETARIA DE OBRA	650,000	170.379,86

II - Descrição das Ações

Manutenção e Ampliação da Iluminação Publica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0017.000000 - Contrib p/ Custeio do Serviço de Ilumin	0,00	20.379,86	20.379,86
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			150.000,00	20.379,86	170.379,86

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS	33

Objetivo do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação,Transportes e Serviços Urbanos

Justificativa do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação,Transportes e Serviços Urbanos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	7	A	Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos	ESTRADAS MUNICIPAIS (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,T	80,000	1.391.284,71

II - Descrição das Ações

Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	650.000,00	0,00	650.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0016.000000 - Contribuicao de Intervencao do Dom E	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0044.000000 - Fundo Especial do Petroleo	0,00	97.628,48	97.628,48
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0045.000000 - Outras Trans pela exploracao de recur	0,00	13.656,23	13.656,23
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	500.000,00	0,00	500.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			1.250.000,00	141.284,71	1.391.284,71



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 9/13
Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL	41

Objetivo do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente

Justificativa do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	8	A	Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente	ALUNOS (SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL)	80,000	16.854,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	16.854,00	0,00	16.854,00
Total:			16.854,00	0,00	16.854,00

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	COMUNIDADE INTEGRADA	2

Objetivo do programa:

Contribuiçoes Financeiras a Associações Comunitárias

Justificativa do programa:

Contribuiçoes Financeiras a Associações Comunitárias

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	8	A	Contribuiçoes Financeiras a Associações Comunitárias	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS (SECRETARIA DE SAUDE E	10,000	56.180,00

II - Descrição das Ações

Contribuiçoes Financeiras a Associações Comunitárias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	56.180,00	0,00	56.180,00
Total:			56.180,00	0,00	56.180,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 10/13
Data: 14/10/2011

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	39

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	8	A	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES (SECRETARIA DE S.	1000,000	377.199,70

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0047.000000 - Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	2.247,20	2.247,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0048.000000 - Programa de Atencao a Crianca PAC	0,00	24.951,78	24.951,78
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0050.000000 - Progr de Erradicação do Trabalho Infar	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0052.000000 - Outras Trans de Rec do Fundo Nac de	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0063.000000 - Bolsa Familia	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	180.000,72	0,00	180.000,72
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			280.000,72	97.198,98	377.199,70

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999

Objetivo do programa:

Reserva de Contingência

Justificativa do programa:

Reserva de Contingência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	9	A	Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGENCIA (RESERVA DE CONTINGENCI	1,000	7.865,03

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME			7.865,03
Total:					7.865,03



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 11/13
Data: 14/10/2011

Entidade: 4 - Fundo Municipal de Saúde de Ermo

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	37

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	10	A	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF	HABITANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	2058,000	2.036.158,14

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002.000000 - Receita de Impostos e Transf de Imp S	25.000,00	0,00	25.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.000000 - Receita de Impostos e Transf de Imp S	600.000,00	0,00	600.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000008 - Atenção Basica	0,00	107.198,36	107.198,36
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000012 - Atenção Basica	0,00	45.000,00	45.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002.000000 - Receita de Impostos e Transf de Imp S	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.000000 - Receita de Impostos e Transf de Imp S	760.000,00	0,00	760.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0043.000000 - Transf de Rec do Estado em Saude - F	0,00	16.854,00	16.854,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000008 - Atenção Basica	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000016 - Atenção Basica	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000013 - Atenção Basica	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000015 - Atenção Basica	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.000000 - Receita de Impostos e Transf de Imp S	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000008 - Atenção Basica	0,00	10.350,60	10.350,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0092.000000 - Alienacao de Bens	31.755,18	0,00	31.755,18
Total:			1.766.755,18	269.402,96	2.036.158,14



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 12/13
 Data: 14/10/2011

Entidade: 5 - Fundo Mun. de Assist. e Previdência de Ermo

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	40

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	11	A	Manutenção do Fundo de Assistência	SERVIDORES VICULADOS AO SIMAS (FUNDO MUNICIPAL DI	60,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo de Assistência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000 - Receitas Impostos e Transf. de Impost	1.250,00	0,00	1.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.000000 - Receita de Impostos e Transf de Imp S	750,00	0,00	750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	93.000,00	0,00	93.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Página: 13/13
 Data: 14/10/2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Entidade: 6 - Camara Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	18

Objetivo do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Justificativa do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	2	A	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores	SESSOES LEGISLATIVAS (CAMARA MUNICIPAL DE VEREAD	45,000	382.022,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	292.136,00	0,00	292.136,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	69.663,00	0,00	69.663,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	20.223,00	0,00	20.223,00
Total:			382.022,00	0,00	382.022,00

Entidade: 6 - Camara Municipal de Ermo

I - Classificação

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	18

Objetivo do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Justificativa do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.050	2	P	Construcao e Reforma na Sede da Câmara de Vereadores	OBRAS (CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES)	1,000	117.978,00

II - Descrição das Ações

Construcao e Reforma na Sede da Câmara de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAME	117.978,00	0,00	117.978,00
Total:			117.978,00	0,00	117.978,00

Lei Orçamentária Anual 2012 - Resumo das despesas



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Relação da Proposta da Despesa

Página: 1/4

Data: 14/10/2011

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo						6.098.841,86
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO						338.651,00
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO						338.651,00
Proj./Ativ.: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito			Localizador: GABINETE DO PREFEITO			
1	04.122.0019	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	150.000,00
1	04.122.0019	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Transferencias a Instituicoes Privada	Não	Não	Não	60.000,00
1	04.122.0019	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	117.415,00
1	04.122.0019	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.236,00
Total:						338.651,00
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						808.834,85
Unidade: 03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						808.834,85
Proj./Ativ.: 0.001 - Pasep			Localizador: SECRETARIA DE ADMINISTI			
5	28.846.0000	3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
5	28.846.0000	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
5	28.846.0000	4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						220.000,00
Proj./Ativ.: 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças			Localizador: SECRETARIA DE ADMINISTI			
2	04.122.0020	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Transferências a Consórcios Públicc	Não	Não	Não	1.500,00
2	04.122.0020	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	361.816,05
2	04.122.0020	4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Transferências a Consórcios Públicc	Não	Não	Não	1.500,00
2	04.122.0020	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.854,00
2	04.122.0020	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Transferencias a Consórcios Publicc	Não	Sim	Não	2.500,00
2	04.122.0020	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	177.528,80
Total:						561.698,85
Proj./Ativ.: 2.004 - Manutenção do Convênio Policia Militar			Localizador: SECRETARIA DE ADMINISTI			
3	06.181.0021	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.236,00
Total:						11.236,00
Proj./Ativ.: 2.023 - Manutenção do Convenio SSP - Transito			Localizador: SECRETARIA DE ADMINISTI			
4	06.181.0042	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0056.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.900,00
Total:						15.900,00
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						633.260,00
Unidade: 04.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						633.260,00
Proj./Ativ.: 2.005 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente			Localizador: SECRETARIA DE AGRICULT			
6	20.605.0022	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	160.000,00
6	20.605.0022	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	280.000,00
6	20.605.0022	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	112.360,00
6	20.605.0022	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.900,00
Total:						633.260,00
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO						1.893.836,71
Unidade: 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO						1.893.836,71
Proj./Ativ.: 2.007 - Manutenção do Ensino Infantil			Localizador: SECRETARIA DE EDUCACA			
10	12.365.0025	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	88.764,40
10	12.365.0025	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	13.483,20
10	12.365.0025	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	20.000,00
10	12.365.0025	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	40.000,00
Total:						162.247,60
Proj./Ativ.: 2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental			Localizador: SECRETARIA DE EDUCACA			
9	12.361.0035	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	160.000,00
9	12.361.0035	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	300.000,00
9	12.361.0035	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0092.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	56.180,00
9	12.361.0035	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	100.000,00
9	12.361.0035	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	450.000,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/4

Data: 14/10/2011

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo						6.098.841,86
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO						1.893.836,71
Unidade: 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO						1.893.836,71
Proj./Ativ.: 2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental						Localizador: SECRETARIA DE EDUCACA
9	12.361.0035	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
9	12.361.0035	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
9	12.361.0035	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0059.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						1.201.180,00
Proj./Ativ.: 2.009 - Manutenção do Transporte Escolar						Localizador: SECRETARIA DE EDUCACA
8	12.361.0026	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	60.000,00
8	12.361.0026	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
8	12.361.0026	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
Total:						210.000,00
Proj./Ativ.: 2.010 - Manutenção do Ensino Supletivo						Localizador: SECRETARIA DE EDUCACA
11	12.366.0027	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	5.618,00
11	12.366.0027	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	20.000,00
11	12.366.0027	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	6.741,60
Total:						32.359,60
Proj./Ativ.: 2.011 - Manutenção do Desporto Amador						Localizador: SECRETARIA DE EDUCACA
14	27.812.0028	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	50.000,00
14	27.812.0028	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
Total:						90.000,00
Proj./Ativ.: 2.012 - Aquisição de Merenda Escolar						Localizador: SECRETARIA DE EDUCACA
7	12.306.0030	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
7	12.306.0030	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.431,51
Total:						112.431,51
Proj./Ativ.: 2.013 - Manutenção e divulgação da Cultura						Localizador: SECRETARIA DE EDUCACA
13	13.392.0029	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.618,00
13	13.392.0029	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
Total:						25.618,00
Proj./Ativ.: 2.014 - Manutenção do Ensino Especial						Localizador: SECRETARIA DE EDUCACA
12	12.367.0031	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferencias a Instituicoes Privada	Sim	Não	Não	60.000,00
Total:						60.000,00
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS						1.966.160,57
Unidade: 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS						1.966.160,57
Proj./Ativ.: 1.001 - Construção de Pontes e similares						Localizador: SECRETARIA DE OBRAS
16	15.451.0005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	56.180,00
Total:						56.180,00
Proj./Ativ.: 1.002 - Pavimentação de vias publicas e passeios públicos						Localizador: SECRETARIA DE OBRAS
15	15.451.0012	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	168.540,00
15	15.451.0012	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	168.540,00
Total:						337.080,00
Proj./Ativ.: 1.003 - Construção de Abrigos de Passageiros						Localizador: SECRETARIA DE OBRAS
17	15.451.0005	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.236,00
Total:						11.236,00
Proj./Ativ.: 2.016 - Manutenção e Ampliação da Iluminação Publica						Localizador: SECRETARIA DE OBRAS
18	15.452.0032	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.379,86
18	15.452.0032	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
Total:						170.379,86
Proj./Ativ.: 2.021 - Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos						Localizador: SECRETARIA DE OBRAS
19	26.782.0033	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0045.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	13.656,23
19	26.782.0033	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012

Relação da Proposta da Despesa

Página: 3/4

Data: 14/10/2011

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Ermo						6.098.841,86
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS						1.966.160,57
Unidade: 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS						1.966.160,57
Proj./Ativ.: 2.021 - Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos						Localizador: SECRETARIA DE OBRAS
19	26.782.0033	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
19	26.782.0033	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0044.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	97.628,48
19	26.782.0033	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0016.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
19	26.782.0033	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	650.000,00
Total:						1.391.284,71
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL						450.233,70
Unidade: 07.01 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL						450.233,70
Proj./Ativ.: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social						Localizador: SECRETARIA DE SAUDE
22	08.244.0039	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
22	08.244.0039	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	180.000,72
22	08.244.0039	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
22	08.244.0039	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0050.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
22	08.244.0039	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0048.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	24.951,78
22	08.244.0039	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.247,20
22	08.244.0039	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						377.199,70
Proj./Ativ.: 2.022 - Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente						Localizador: SECRETARIA DE SAUDE
20	08.243.0041	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.854,00
Total:						16.854,00
Proj./Ativ.: 2.053 - Contribuicoes Financeiras a Associações Comunitárias						Localizador: SECRETARIA DE SAUDE
21	08.244.0002	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Transferencias a Instituicoes Privada	Não	Não	Não	56.180,00
Total:						56.180,00
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA						7.865,03
Unidade: 99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						7.865,03
Proj./Ativ.: 2.019 - Reserva de Contingência						Localizador: RESERVA DE CONTINGENC
23	99.999.0999	9.9.99.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - RESERVA DE CONTINGENCIA	Não	Não	Não	7.865,03
Total:						7.865,03
Entidade: 4 - Fundo Municipal de Saúde de Ermo						2.036.158,14
Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						2.036.158,14
Unidade: 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						2.036.158,14
Proj./Ativ.: 2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF						Localizador: FUNDO MUNICIPAL DE SAU
1	10.301.0037	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000015 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
1	10.301.0037	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	50.000,00
1	10.301.0037	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000 - Transferencias a Consórcios Publicc	Não	Sim	Sim	25.000,00
1	10.301.0037	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0092.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	31.755,18
1	10.301.0037	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000013 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
1	10.301.0037	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000008 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.350,60
1	10.301.0037	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000016 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
1	10.301.0037	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000 - Transferências a Consórcios Públicc	Não	Não	Sim	300.000,00
1	10.301.0037	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0043.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.854,00
1	10.301.0037	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	760.000,00
1	10.301.0037	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000012 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	45.000,00
1	10.301.0037	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000008 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	107.198,36
1	10.301.0037	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	600.000,00
1	10.301.0037	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000008 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
Total:						2.036.158,14



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2012
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 4/4
 Data: 14/10/2011

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 5 - Fundo Mun. de Assist. e Previdencia de Ermo						100.000,00
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA						100.000,00
Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA						100.000,00
Proj./Ativ.: 2.052 - Manutenção do Fundo de Assistência			Localizador: FUNDO DE ASSISTENCIA SI			
1	10.302.0040	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	1.250,00
1	10.302.0040	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	750,00
1	10.302.0040	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	93.000,00
1	10.302.0040	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						100.000,00
Entidade: 6 - Camara Municipal de Ermo						500.000,00
Órgão: 01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						500.000,00
Unidade: 01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						500.000,00
Proj./Ativ.: 1.050 - Construção e Reforma na Sede da Câmara de Vereadores			Localizador: CAMARA DE VEREADORES			
1	01.031.0018	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	117.978,00
Total:						117.978,00
Proj./Ativ.: 2.001 - Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores			Localizador: CAMARA DE VEREADORES			
2	01.031.0018	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.223,00
2	01.031.0018	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	292.136,00
2	01.031.0018	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.000000 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	69.663,00
Total:						382.022,00
Total Geral:						8.735.000,00

Decreto N.º 065, de 25 de novembro de 2011.

DECRETO N.º 065, de 25 de novembro de 2011.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 282 de 06/12/2010 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a saber:

04.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2.005 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (43) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

07.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (59) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 0080.0 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de novembro de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças interino

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 76/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 76/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 142/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SUPERMERCADOS MANENTI LTDA

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 142/PMF/2011 o valor de R\$ 866,68 (oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens do pregão 93/PMF/2011:

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
18	62	Lata	Ervilha	Lar	0,75	46,50
36	62	Lata	Milho em conserva	Quero	0,89	55,18
38	300	Lata	Óleo de soja	Soya	2,55	765,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA -10/11/2011

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 79/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 79/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 147/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MERCADO NIANDRI LTDA ME

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 147/PMF/2011 o valor de R\$ 2.479,88 (dois mil quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens do pregão 93/PMF/2011:

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
05	125	KG	Biscoito Chocolate Malte	Zagonel	6,90	862,50
07	125	KG	Biscoito Leite e Soja	Zagonel	6,90	862,50
08	125	KG	Biscoito Salgado Tpo Cream Cracker	Casaredo	5,80	725,00
21	12	KG	Farinha de Mandioca	Hilpa	2,49	29,88

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA -10/11/2011

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 81/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 81/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 107/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO,

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 107/PMF/2011 o valor de R\$ 15.693,18 (quinze mil seiscentos e noventa e três reais e dezoito centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA -16/11/2011

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

TERMO ADITIVO PMF Nº 77/2011

No Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº. 144/PMF/2011, proveniente do Pregão Nº. 93/PMF/2011, do Município de Forquilha, celebrado entre o Município de Forquilha e a empresa TAF Distribuidora Ltda. portadora do CNPJ Nº. 83.017.350/0001-98, que tem por objetivo acréscimo de diversos itens junto ao programa da merenda escolar conforme solicitação da Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação, onde "se lê": CONTRADADO - SUPERMERCADOS MANENTI LTDA "leia-se": CONTRADADO - TAF DISTRIBUIDORA LTDA Feita a retificação acima, ficam todos os interessados notificados para os fins legais



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

e de direito, na forma da Lei vigente.

Forquilha, 01 de dezembro de 2011.

VALDECIR TISCOSKI

Gerente de Contratos e Convênios

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0352/2011

DECRETO Nº 0352, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei nº. 1971, de 03 de setembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal de Saúde, com mandato de 2 (dois) anos que compreende o período de 12 de abril de 2011 a 12 de abril de 2013, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

I - Representantes do Executivo Municipal e dos Prestadores de Serviços

[]

II - Representantes dos Profissionais de Saúde

a) Representantes de profissionais de nível superior:

Titular: Salete Paris (Enfermeira)

Suplente: Daiane Forbici Donadel (Enfermeira)

[]

III - Representantes dos Usuários dos Serviços de Saúde

[]

e) Representantes da APAE - Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Fraiburgo

Titular: []

Suplente: Odair Dalagnol

[]

g) Representantes da ASAPREV - Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência social de Fraiburgo

Titular: []

Suplente: Maria Lúcia Oechsler

[]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2045/2011

PORTARIA N.º 2.045 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0030 de 20 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 458.532.829-72, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2046/2011

PORTARIA N.º 2.046 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora MARIA ROSENIL DA SILVA DIAS, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DEISI MARA PIRES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.057.259-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2011 até 01 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2047/2011

PORTARIA N.º 2.047 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012 de 08 de abril de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora VALDIRA MOTTER SAVIAN, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IOLANDA HELENA MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 494.671.409-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2011 até 01 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2048/2011

PORTARIA N.º 2.048 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora NELCI GRACIANO VALENTE MARCONDES, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRACI PEREIRA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 022.555.719-35, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2049/2011

PORTARIA N.º 2.049 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora SUELY TEREZINHA VOCKES, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCENI MELLO CAREGNATO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.714.579-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2050/2011

PORTARIA N.º 2.050 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA EULINA LUCIANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 594.273.299-04, contratada

em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2051/2011

PORTARIA N.º 2.051 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.776.859-53, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2052/2011

PORTARIA N.º 2.052 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para

a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora BELONIDA APARECIDA DE JESUS LINS, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIVONE MORAIS BAIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.192.379-38, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2011 01 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2053/2011

PORTARIA N.º 2.053 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 025 de 14 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 898.659.369-68, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de dezembro de 2011 até 01 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2054/2011

PORTARIA Nº 2.054, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor EUCRAIR RODRIGUES, brasileiro,

solteiro, inscrito no CPF sob o nº 715.519.729-72, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, Função Gratificada Nível - 3, a partir de 01 de dezembro de 2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2055/2011

PORTARIA N.º 2.055 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de ampliação de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 109/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 111/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a comunicação interna nº 1067/2011, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora SUELY TEREZINHA VOCKES, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANA TIARA DORNELLES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.382.779-43, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2056/2011

PORTARIA N.º 2.056 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de ampliação de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 109/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 111/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a comunicação interna nº 1069/2011, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ARLETE ALVES DOS SANTOS GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 625.231.479-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2057/2011

PORTARIA N.º 2.057 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de ampliação de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 109/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 111/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a comunicação interna nº 1070/2011, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora MARIA SALETE ALMEIDA LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 701.334.419-20, contratada em caráter temporário, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2058/2011

PORTARIA N.º 2.058 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de ampliação de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 109/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 111/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a comunicação interna nº 1068/2011, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANGELICA MELO MATHIAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 016.767.289-45, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 02 de dezembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2059/2011

PORTARIA N.º 2.059 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Retifica e Ratifica a Portaria nº. 2.026/2011

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a CI nº 1090/2011 da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2.026 de 25 de novembro de 2011 que prorrogou o contrato da servidora MARCIA APARECIDA CRUZ ANTUNES, alterando a carga horária para 36 horas semanais, com remuneração proporcional, fixada em Lei.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 2.026 de 25 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial Nº 0159/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0159/2011 - PMF

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para realização de almoço de confraternização dos artistas e participantes dos eventos classificatórios para encerramento da Florada da Canção 2011, que acontecerá no dia 18/12/2011 na Comunidade da Gruta N.Senhora de Lurdes, neste município. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 15/12/2011. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0158/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0158/2011 - PMF

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para alimentação dos internos dos Abrigos (Casas Lares) e doação para famílias carentes do Município, durante o período de janeiro a abril de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 20/12/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 30 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

3º Termo Aditivo Edital ACT 0034/2011

3º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0034, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

ALTERAÇÃO LOCALIDADE DO CÓDIGO 6

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Que encontram-se alterado no Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário - ACT, n. 0034, de 10 de novembro de 2011, no quadro geral de inscrição o código 06, passando a denominar-se Liberata/São Luiz. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá ser encontrado na íntegra na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3014

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 01 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1587/2011

LEI N.º 1587/2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Garopaba para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 34.614.912,00 (Trinta e quatro milhões, seiscentos e quatorze mil, novecentos e doze reais), sendo R\$ 23.875.153,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 10.739.759,00 do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO (PREFEITURA) E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 29.876.732,00 e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 1.620.000,00, em R\$ 23.230.153,00 para o Poder Executivo (Prefeitura) e R\$ 5.026.579,00 como Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 33.239.690,00
 1.1. Receita Tributária 6.946.000,00
 1.2. Receita de Contribuições 700.000,00
 1.3. Receita Patrimonial 127.700,00
 1.4. Receita de Serviços 1.000,00
 1.5. Transferências Correntes 23.995.084,00
 1.6. Outras Receitas Correntes 1.469.906,00
 2. RECEITAS DE CAPITAL 526.200,00
 2.1. Operação de Crédito 31.000,00
 2.2. Alienação de Bens 20.000,00
 2.3. Transferências de Capital 475.200,00
 3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE 3.889.158,00
 TOTAL 29.876.732,00

§ 2º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**ESPECIFICAÇÃO VALOR**

01. CÂMARA MUNICIPAL 1.620.000,00
 02. GABINETE DO PREFEITO 755.000,00
 03. GABINETE DO VICE-PREFEITO 122.500,00
 04. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 1.137.184,00
 05. SECRETARIA DA FAZENDA 754.000,00
 06. SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 1.014.800,00
 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 8.456.051,00
 09. SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 1.549.200,00
 10. SECRETARIA DE PLANEJ. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 2.744.518,00
 12. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 975.000,00
 13. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 4.081.300,00
 14. ENCARGOS GERAIS 1.415.000,00
 15. SECRETARIA EXT. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 195.600,00
 99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA 30.000,00
 TOTAL 24.850.153,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**ESPECIFICAÇÃO VALOR**

01 - LEGISLATIVA 1.620.000,00
 02 - JUDICIÁRIA 1.000,00
 04 - ADMINISTRAÇÃO 2.711.684,00
 06 - SEGURANÇA PÚBLICA 56.000,00
 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL 884.900,00
 12 - EDUCAÇÃO 8.439.051,00
 13 - CULTURA 106.500,00
 15 - URBANISMO 5.671.400,00
 16 - HABITAÇÃO 100.300,00
 17 - SANEAMENTO 243.000,00
 20 - AGRICULTURA 1.014.800,00
 23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS 1.221.600,00
 26 - TRANSPORTE 1.096.818,00
 27 - DESPORTO E LAZER 238.100,00
 28 - ENCARGOS ESPECIAIS 1.415.000,00
 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 30.000,00
 SOMA 24.850.153,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**ESPECIFICAÇÃO VALOR**

0001. PROCESSO LEGISLATIVO 1.620.000,00
 0006. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR 877.500,00
 0009. ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO 1.137.184,00
 0012. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA 754.000,00
 0028. EDUCANDO COM QUALIDADE 8.456.051,00

0031. OBRAS PARA O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO 2.744.518,00
 0035. MELHORAMENTO DE RUAS, AVENIDAS E RODOVIAS 4.081.300,00
 0048. ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES E PESCADORES 1.014.800,00
 0051. GAROPABA QUATRO ESTAÇÕES 1.549.200,00
 0056. ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO 975.000,00
 0058. REGULARIZAR PARA ORGANIZAR 195.600,00
 0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS 1.415.000,00
 9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA 30.000,00
 TOTAL 24.850.153,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES 20.967.135,00
 3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 2.400,00
 3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais 10.569.651,00
 3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais 763.900,00
 3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida 300.100,00
 3.3.50.00 - Outras Despesas Correntes 401.300,00
 3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 2.200,00
 3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes 8.926.78400
 3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes 800,00
 4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 3.853.018,00
 4.4.50.00 - Investimentos 405.100,00
 4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 300,00
 4.4.90.00 - Investimentos 2.847.518,00
 4.6.90.00 - Amortização da Dívida 600.100,00
 9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 30.000,00
 TOTAL 24.850.153,00

DO ORÇAMENTO DO IPREGOBA

Art. 3º - O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba - IPREGOBA para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 2.180.000,00, e fixa a Despesa em R\$ 446.000,00, proporcionando um superávit de R\$ 1.734.000,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 1.260.000,00
 1.1. Receitas de Contribuições 460.000,00
 1.2. Receita Patrimonial 800.000,00
 2. RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 920.000,00
 2.1. Receitas de Contribuições 920.000,00
 TOTAL 2.180.000,00

§ 2º - A Despesa do IPREGOBA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**ESPECIFICAÇÃO VALOR**

28 - Encargos Especiais 446.000,00
 99 - Reserva de Contingência 1.734.000,00
 TOTAL 2.180.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**ESPECIFICAÇÃO VALOR**

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES 441.000,00
 3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais 40.000,00
 3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes 401.000,00

4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 5.000,00
4.4.90.00 - Investimentos 5.000,00
9.9.99.00 - Reserva de Contingência 1.734.000,00
TOTAL 2.180.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 2.558.180,00, as transferências financeiras da Prefeitura Municipal em R\$ 5.026.579,00 e fixa a Despesa em R\$ 7.584.759,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. RECEITAS CORRENTES 2.517.080,00
1.1. Receita Patrimonial 16.800,00
1.2. Transferências Correntes 2.500.280,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 41.100,00
2.1. Alienação de Bens 10.000,00
2.2. Transferências de Capital 31.100,00
TOTAL 2.558.180,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO VALOR

10 - Saúde 7.584.759,00
TOTAL 7.584.759,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES 7.450.739,00
3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 100,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais 5.498.659,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais 200.000,00
3.3.50.00 - Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrativos 90.000,00
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 100,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes 1.661.780,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes 100,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 134.200,00
4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 100,00
4.4.90.00 - Investimentos 133.920,00
TOTAL 7.584.759,00

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. Outros Riscos Fiscais 15.000,00
1. Despesas não orçadas ou orçadas a menor 15.000,00
TOTAL 30.000,00

UNIDADE GESTORA: IPREGOBA

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1. Outros Riscos Fiscais 30.000,00
2. Despesas não orçadas ou orçadas a menor 30.000,00
3. Superávit Orçamentário 1.674.000,00
TOTAL 1.734.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2012 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2012 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 7º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - o superávit financeiro do exercício anterior.

III - operações de crédito

Parágrafo único - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 9º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 10 - Durante o exercício de 2012 o Chefe do Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de

programas priorizados nesta lei.

Art. 11 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PROCESSO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA RENÚNCIA DE RECEITA EM 2012
(Art. 5º, II DA LRF)

RISCOS FISCAIS

2012

LRF, ART. 4º, § 3º.

Homologação de Resultados

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 013/2011

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 013/2011, para o seguinte cargo:

CARGO: ENGENHEIRO ELETRICISTA

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	EDEMIR SANTIAGO

Garopaba, 01 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação FMS Nº 012/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial FMS nº 012/2011

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de medicamentos, com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento do Município.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 14/12/2011 às 14:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 30 de novembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Aviso de Tomada de Preços Nº 173/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARG/SC

Aviso de Tomada de Preços nº 173/2011

O OBJETO é a prestação de serviços de atendimentos médicos e saúde ocupacional (PCMSO - NR-7), emissão dos ASOs - atestados médicos ocupacionais e execução do programa de prevenção de riscos ambientes (PPRA - NR-9), emissão de laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT NR-15 e NR-16) e emissão do PPP - perfil profissiográfico previdenciário para os servidores municipais no exercício de 2012. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 20/12/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 20/12/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 1º de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Convite Nº 151/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARG/SC

Aviso do Convite nº 151/2011

O OBJETO é a concessão de licença de uso de software de gestão educacional bem como implantação, migração de dados, conversão, treinamento, testes e serviços de manutenção, atendimento e suporte técnico. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 14h do dia 13/12/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 13/12/2011 às 14h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 1º de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 148/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPARG/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 148/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de materiais/equipamentos eletrônicos. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 14h do dia 14/12/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 14/12/2011 às 14h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 30 de novembro 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 170/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 170/2011

O OBJETO é a aquisição de equipamentos para viaturas da Diretoria de Trânsito (DITRAN), Polícia Militar e Polícia Civil. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 15/12/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 15/12/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 29 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento
de Infração de Trânsito Nº 590 685/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 685/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM6010	8590038913	7455/0	08/10/2011	218 * I
ADS7248	8590027459	7455/0	16/01/2011	218 * I
AEL4900	8590039071	7463/0	16/10/2011	218 * II
AGR3755	8590038006	7455/0	20/09/2011	218 * I
AIE7794	8590038039	7455/0	24/09/2011	218 * I
AJZ2575	8590037990	7455/0	22/09/2011	218 * I
CEZ8388	8590027288	7455/0	16/01/2011	218 * I
CMA8122	8590039502	7455/0	15/10/2011	218 * I
CXR0900	8590038608	7455/0	04/10/2011	218 * I
DAE2873	8590038062	7455/0	20/09/2011	218 * I
DNO5415	8590037267	7455/0	04/09/2011	218 * I
DNO5415	8590037337	7455/0	04/09/2011	218 * I
DNO5415	8590037385	7455/0	04/09/2011	218 * I
DNO5415	8590037476	7455/0	04/09/2011	218 * I
FOX5706	8590036730	7455/0	20/08/2011	218 * I
GLE5663	8590037909	7455/0	22/09/2011	218 * I
GZK0134	8590028837	7455/0	11/02/2011	218 * I
IGA7125	8590037935	7455/0	24/09/2011	218 * I
JUX2051	8590037599	7455/0	08/09/2011	218 * I
KWY2059	8590038103	7455/0	23/09/2011	218 * I
LWS3024	8590039393	7455/0	05/10/2011	218 * I
LXB2128	8590028981	7455/0	12/02/2011	218 * I
LXB6254	8590037629	7463/0	10/09/2011	218 * II
LXE3451	8590027466	7455/0	15/01/2011	218 * I
LYM7013	8590036687	7455/0	16/08/2011	218 * I
LZA3788	8590037085	7455/0	19/08/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZD1417	8590039301	7455/0	11/10/2011	218 * I
LZH7729	8590039799	7463/0	08/10/2011	218 * II
LZR7204	8590039177	7455/0	12/10/2011	218 * I
LZR7204	8590039309	7463/0	12/10/2011	218 * II
LZV6634	8590039775	7455/0	19/10/2011	218 * I
LZY8518	8590038005	7463/0	20/09/2011	218 * II
MAM3262	8590037947	7455/0	25/09/2011	218 * I
MAO0861	8590037760	7455/0	14/09/2011	218 * I
MAQ9664	8590039353	7455/0	17/10/2011	218 * I
MAT4306	8590039636	7455/0	08/10/2011	218 * I
MAU0143	8590028754	7455/0	10/02/2011	218 * I
MAX9433	8590036923	7455/0	13/08/2011	218 * I
MAZ1722	8590028968	7455/0	11/02/2011	218 * I
MAZ3145	8590039546	7455/0	08/10/2011	218 * I
MBQ2946	8590039519	7463/0	19/10/2011	218 * II
MBU7883	8590037922	7455/0	22/09/2011	218 * I
MBU7883	8590038098	7455/0	22/09/2011	218 * I
MBY4880	8590037658	7455/0	12/09/2011	218 * I
MCM1463	8590037895	7455/0	19/09/2011	218 * I
MCO7799	8590036739	7455/0	21/08/2011	218 * I
MCU9898	8590039348	7455/0	16/10/2011	218 * I
MDG6051	8590039783	7455/0	20/10/2011	218 * I
MDH4034	8590038854	7455/0	15/10/2011	218 * I
MDQ7597	8590037718	7463/0	07/09/2011	218 * II
MDW4130	8590039413	7455/0	18/10/2011	218 * I
MEA5332	8590037028	7455/0	24/08/2011	218 * I
MEA7946	8590039470	7463/0	09/10/2011	218 * II
MEH1835	8590039803	7455/0	10/10/2011	218 * I
MEH8723	8590037805	7455/0	17/09/2011	218 * I
MEK7594	8590028769	7463/0	07/02/2011	218 * II
MEY5216	8590037738	7455/0	12/09/2011	218 * I
MEY8060	8590027476	7455/0	18/01/2011	218 * I
MEZ5642	8590038872	7455/0	16/10/2011	218 * I
MFA1385	8590036894	7463/0	12/08/2011	218 * II
MFE2885	8590028852	7455/0	12/02/2011	218 * I
MFF1005	8590038429	7463/0	30/09/2011	218 * II
MFH4576	8590039272	7455/0	06/10/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFR6759	8590027358	7455/0	15/01/2011	218 * I
MGD1364	8590039460	7463/0	09/10/2011	218 * II
MGK7747	8590039004	7455/0	12/10/2011	218 * I
MGQ2921	8590039218	7455/0	16/10/2011	218 * I
MGT0647	8590039523	7455/0	19/10/2011	218 * I
MGT8177	8590039466	7455/0	09/10/2011	218 * I
MHE1171	8590039258	7455/0	05/10/2011	218 * I
MHE6470	8590039075	7455/0	16/10/2011	218 * I
MHP4965	8590037059	7463/0	20/08/2011	218 * II
MHV5927	8590038929	7463/0	09/10/2011	218 * II
MID3244	8590039021	7455/0	14/10/2011	218 * I
MIO6741	8590037601	7455/0	08/09/2011	218 * I
MIR5117	8590038355	7455/0	01/10/2011	218 * I
MIX1616	8590037794	7455/0	13/09/2011	218 * I
MIZ3385	8590038793	7463/0	14/10/2011	218 * II
MJH2340	8590036695	7455/0	17/08/2011	218 * I
MJI0352	8590038538	7455/0	30/09/2011	218 * I
MLC0035	8590037204	7455/0	02/09/2011	218 * I
MMK5080	8590039446	7455/0	07/10/2011	218 * I
MNV2834	8590028959	7455/0	12/02/2011	218 * I
NIF9036	8590037379	7455/0	03/09/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590
683/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 683/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKA2598	8590033648	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AKO5634	8590034322	7463/0	13/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
CKO6160	8590033623	7463/0	26/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
CQG0240	8590033591	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
CYU0280	8590032562	7463/0	01/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
CZZ7798	8590036310	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
DCE9605	8590035008	7463/0	22/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
DCM5115	8590033700	7455/0	26/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
DDJ1453	8590033777	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
IBQ9618	8590033505	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
IKJ5444	8590033387	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
JKW8507	8590035937	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXA0416	8590034368	7455/0	11/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXA0416	8590034400	7455/0	11/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXO7401	8590033078	7455/0	18/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX8442	8590034170	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYG4520	8590034919	7463/0	19/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYY5265	8590035975	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZQ1274	8590034303	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZW1463	8590034165	7463/0	28/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZY7635	8590033140	7455/0	19/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZZ7904	8590035681	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAC0473	8590033651	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAC6905	8590033921	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBC5740	8590035936	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBG7845	8590034844	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBH8851	8590035554	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBN3075	8590035796	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBY3575	8590033676	7463/0	26/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCD5982	LE00077298	7455/0	06/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
MCF7341	LE00077304	7455/0	07/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
MCX3870	8590029028	7455/0	13/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCX7097	8590029302	7455/0	18/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDF4921	8590036011	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDH5250	8590033831	7455/0	05/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDK6537	8590035109	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDS3754	8590034736	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDT3048	8590034108	7463/0	01/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDT8759	8590034762	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDV2798	8590036031	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEI9793	8590035449	7455/0	07/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MET7139	8590033248	7455/0	15/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEY8256	8590034320	7455/0	13/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEZ0416	8590034546	7463/0	16/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFQ5225	8590035342	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFT1935	8590033538	7455/0	24/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV1524	8590033050	7455/0	11/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGH8045	8590035612	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGK6140	8590035905	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGL5968	8590035464	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGN9233	8590036806	7455/0	16/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGO8935	8590036777	7455/0	07/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGP2854	8590017387	7455/0	30/04/2010	R\$ 85,12	218 * I
MGT9883	8590034770	7463/0	25/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGU7001	8590030687	7455/0	17/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHI4540	8590035717	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHK0331	8590035148	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHV7169	8590033803	7455/0	03/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHV7169	8590034053	7463/0	28/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHX7640	8590035577	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA8251	8590035354	7463/0	28/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MID9592	8590032930	7455/0	09/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF4940	8590036969	7455/0	17/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MII8313	8590036557	7455/0	19/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIN6299	8590029282	7463/0	23/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIW7151	8590035062	7455/0	21/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIW9803	8590036640	7463/0	09/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJB0854	8590035693	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJF7270	8590034982	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJL6709	8590035017	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJP3999	8590035945	7455/0	14/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MLX1970	8590035366	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMM0398	8590035964	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MZD2739	8590035365	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590
686/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 686/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAV0187	8590033656	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJF7927	8590035156	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AOH3865	8590024878	7463/0	12/12/2010	R\$ 127,69	218 * II
BHJ1326	8590036657	7455/0	13/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
CGL3943	8590033416	7463/0	24/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
CGS1846	LE00077239	7455/0	09/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
CZD7283	8590036261	7455/0	04/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
DHV4723	8590034122	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPB8997	8590034123	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX2169	LE00077179	7463/0	09/06/2008	R\$ 127,69	218 * II
LYD2508	8590036311	7455/0	29/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYP1705	8590033832	7463/0	05/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYW5175	8590033313	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZJ9279	LE00075900	7455/0	13/05/2008	R\$ 85,13	218 * I
LZO0002	LE00076860	7455/0	31/05/2008	R\$ 85,13	218 * I
LZT0686	8590037534	7455/0	29/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZV0367	8590024825	7455/0	08/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
MAW8008	8590037133	7455/0	24/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBI5755	8590034960	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDG2157	8590034359	7455/0	05/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDS6146	8590034239	7463/0	11/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEC1954	8590033053	7455/0	11/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEC6364	8590036485	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MED8587	8590037170	7455/0	21/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEI9934	8590037075	7455/0	25/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEQ4344	8590036180	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFE9710	8590034194	7455/0	01/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFE9858	8590035424	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW3487	8590033802	7455/0	03/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY6392	8590036365	7463/0	29/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGF0777	8590035086	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGF4026	8590035817	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGI2214	8590034823	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHB6438	8590035220	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHP3711	8590037098	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHY7402	8590034393	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIM1205	8590036391	7455/0	02/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIR5871	8590036027	7455/0	21/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIW8912	8590035143	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJM9810	8590037121	7463/0	23/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJX2020	8590037452	7455/0	02/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMK0470	8590036433	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 29 DE NOVENBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade
Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590
688/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 688/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACG8006	LE00076864	7463/0	31/05/2008	R\$ 127,69	218 * II
AIX5983	8590034228	7463/0	08/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
AKH8130	8590033666	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
AKO8699	8590022610	7455/0	02/11/2010	R\$ 85,12	218 * I
ALQ4558	8590037061	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALR0207	8590035244	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AMF4929	8590035374	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AMO3423	8590035610	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AOM1943	8590035299	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
ATT0248	8590032850	7455/0	13/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
ATT0248	8590033104	7455/0	16/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
BOU5344	8590015396	7463/0	04/02/2010	R\$ 127,69	218 * II
BSI4884	8590036474	7455/0	07/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
CEF2975	8590033992	7455/0	31/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
CEF5904	8590035790	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CFT3544	8590034802	7455/0	20/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
CIL4106	8590036100	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CPU6015	8590036502	7455/0	29/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CSB2446	8590036317	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CVB7478	8590036776	7455/0	07/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
DDK2979	8590036486	7463/0	25/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
DPM6155	8590036411	7463/0	27/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
DRC9083	8590037283	7455/0	31/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
GQO2996	8590037264	7463/0	04/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
GUV2063	8590035481	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
HIO9728	8590036295	7455/0	06/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HMP2708	LE00077354	7455/0	11/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
HTA7083	8590037009	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
IBQ9618	8590035944	7463/0	13/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
ICM3480	LE00077185	7463/0	10/06/2008	R\$ 127,69	218 * II
IIR1132	8590035818	7463/0	24/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
IKN6965	8590034853	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
INA6729	8590035655	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPH2492	8590036718	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPL8240	8590030551	7455/0	19/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
KAA7640	8590035643	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LCL2000	8590034728	7455/0	26/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXA7810	8590034195	7463/0	01/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXN9937	8590037806	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXS3963	8590033598	7455/0	29/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXW6536	8590036928	7455/0	13/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYB2691	8590036645	7455/0	10/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYB5221	8590035138	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYH2623	LE00077011	7455/0	05/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
LYK4520	8590036324	7455/0	03/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYV3634	8590035525	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZE3238	8590036549	7455/0	05/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZJ7670	LE00077160	7455/0	07/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
LZK0431	8590036413	7455/0	27/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZK7604	8590036185	7455/0	29/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM9161	8590034786	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP7200	8590036847	7455/0	13/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAT1621	LE00077183	7455/0	10/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
MAT5223	8590034866	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAU1291	8590036510	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ9135	8590036297	7455/0	06/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBD3902	8590036791	7463/0	13/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBD4346	8590037837	7455/0	12/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBE7233	LE00076835	7455/0	31/05/2008	R\$ 85,13	218 * I
MBE7233	LE00076837	7455/0	01/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
MBF8816	8590036363	7463/0	28/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBK4363	8590036036	7471/0	23/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MBK6832	8590036769	7455/0	07/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBT5998	8590034784	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBT9821	8590036404	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBX8052	8590034791	7471/0	19/06/2011	R\$ 574,61	218 * III
MCA4724	8590036067	7463/0	26/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCA5256	8590034494	7463/0	12/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCH0754	8590036863	7455/0	15/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCI3117	8590035792	7463/0	20/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCJ2801	8590035664	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCK6455	8590035670	7455/0	13/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCO0300	8590034374	7455/0	11/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCO7209	LE00075970	7455/0	18/05/2008	R\$ 85,13	218 * I
MCP7386	8590035249	7463/0	05/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCQ4890	8590034570	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCR4936	8590035184	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCS9071	8590033940	7455/0	01/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCT7751	8590033795	7455/0	01/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ9078	8590035875	7463/0	15/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDB0804	8590034865	7463/0	25/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDC4993	8590035784	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDG0328	LE00076903	7455/0	31/05/2008	R\$ 85,13	218 * I
MDH8204	8590036168	7463/0	28/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDM8873	8590036626	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDM9605	8590034734	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDP2070	8590036272	7455/0	05/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDW7290	8590036435	7455/0	02/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEB6032	8590036245	7455/0	03/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEC7852	8590035362	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEG4000	LE00077205	7463/0	05/06/2008	R\$ 127,69	218 * II
MEI0305	8590035133	7463/0	27/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEJ8864	8590037219	7455/0	29/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN9852	8590034586	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MER6461	8590035162	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEU4689	8590036580	7463/0	10/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEW5011	8590035690	7463/0	22/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEZ4794	8590037549	7455/0	02/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA0069	8590034396	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB5965	8590033450	7455/0	21/05/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFC0149	8590036241	7455/0	03/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFC1638	LE00076914	7455/0	01/06/2008	R\$ 85,13	218 * I
MFE4791	8590033753	7455/0	27/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFG3761	8590034768	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFQ3638	8590036425	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW8834	8590035754	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFZ7355	8590037457	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGA1625	8590036558	7455/0	21/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGB8475	8590034564	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGE4834	8590035752	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGG6958	8590035352	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ0023	8590036701	7463/0	17/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGJ9256	8590034713	7463/0	18/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGK9378	8590035190	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGQ3987	8590034945	7455/0	20/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGS1331	8590036619	7455/0	19/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGS3274	8590036771	7463/0	07/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGV1374	8590036407	7455/0	27/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHE0755	8590036149	7455/0	06/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN2509	8590036710	7455/0	19/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR8453	8590037466	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHV0802	8590035223	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIB4688	8590036650	7455/0	13/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH8334	8590035006	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIR8752	8590034335	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIT1955	8590036872	7455/0	16/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIU5511	8590034482	7463/0	12/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJA8162	8590033663	7463/0	29/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJB5680	8590036946	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJH9999	LE00075487	7455/0	07/05/2008	R\$ 85,13	218 * I
MJJ5989	8590036290	7455/0	06/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJR0140	8590035827	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJY0066	8590036417	7455/0	28/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMD1790	8590035154	7463/0	02/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MMD7040	8590036304	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MML0510	LE00076775	7455/0	31/05/2008	R\$ 85,13	218 * I
MMM1753	8590036265	7455/0	04/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento
de Infração de Trânsito Nº 590 682/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 682/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFQ2573	8590036342	7455/0	27/07/2011	218 * I
AGA9511	8590037689	7455/0	11/09/2011	218 * I
AlG4583	8590038196	7455/0	02/10/2011	218 * I
AlS3362	8590038305	7455/0	01/10/2011	218 * I
ATO0062	8590037750	7463/0	13/09/2011	218 * II
BEM7675	8590038470	7455/0	24/09/2011	218 * I
BLN4114	8590038733	7455/0	01/10/2011	218 * I
COB4441	8590037690	7455/0	11/09/2011	218 * I
CQI9368	8590036599	7455/0	14/08/2011	218 * I
DAD5381	8590038523	7463/0	26/09/2011	218 * II
DAL4523	8590038704	7455/0	04/10/2011	218 * I
DDV3612	8590037163	7455/0	28/08/2011	218 * I
DHZ7870	8590037322	7455/0	04/09/2011	218 * I
DTT5213	8590037770	7455/0	16/09/2011	218 * I
HPI4591	8590038780	7455/0	04/10/2011	218 * I
IAQ9794	8590037410	7455/0	27/08/2011	218 * I
ING4612	8590037733	7455/0	10/09/2011	218 * I
JEZ0356	8590036675	7455/0	14/08/2011	218 * I
LBB6356	8590037388	7455/0	04/09/2011	218 * I
LNF4745	8590038741	7455/0	02/10/2011	218 * I
LWU3743	8590036947	7455/0	20/08/2011	218 * I
LXB2496	8590037663	7455/0	12/09/2011	218 * I
LXK1126	8590037040	7455/0	27/08/2011	218 * I
LXK3192	8590037716	7455/0	07/09/2011	218 * I
LXR0863	8590038710	7455/0	04/10/2011	218 * I
LXV0187	8590038630	7455/0	05/10/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYE7127	8590038652	7455/0	01/10/2011	218 * I
LYJ5922	8590038592	7455/0	06/10/2011	218 * I
LYU2210	8590037485	7463/0	03/09/2011	218 * II
LZJ7670	8590038198	7455/0	02/10/2011	218 * I
LZK1318	8590038755	7455/0	02/10/2011	218 * I
LZM0488	8590038691	7455/0	03/10/2011	218 * I
LZR6329	8590037643	7455/0	11/09/2011	218 * I
LZS5183	8590038712	7455/0	04/10/2011	218 * I
LZZ8043	8590038726	7463/0	30/09/2011	218 * II
MAA3224	8590037830	7455/0	11/09/2011	218 * I
MAA3663	8590038182	7455/0	30/09/2011	218 * I
MAA8230	8590038589	7455/0	05/10/2011	218 * I
MAC7235	8590038646	7463/0	06/10/2011	218 * II
MAG8748	8590038475	7463/0	25/09/2011	218 * II
MAH8455	8590037366	7455/0	31/08/2011	218 * I
MAK3983	8590038514	7455/0	25/09/2011	218 * I
MAL7315	8590038617	7455/0	05/10/2011	218 * I
MAU3649	8590037373	7463/0	02/09/2011	218 * II
MAW3525	8590037784	7455/0	18/09/2011	218 * I
MAY7022	8590037880	7455/0	15/09/2011	218 * I
MBJ0395	8590037355	7455/0	27/08/2011	218 * I
MBJ5964	8590037900	7455/0	17/09/2011	218 * I
MBR1531	8590036492	7463/0	27/07/2011	218 * II
MBV0784	8590038416	7455/0	27/09/2011	218 * I
MBY3575	8590036903	7455/0	20/08/2011	218 * I
MCA9963	8590038157	7455/0	26/09/2011	218 * I
MCD9070	8590038658	7455/0	03/10/2011	218 * I
MCF5031	8590038155	7455/0	26/09/2011	218 * I
MCH2873	8590038767	7455/0	03/10/2011	218 * I
MCJ6138	8590038573	7455/0	03/10/2011	218 * I
MCN3744	8590037076	7463/0	25/08/2011	218 * II
MCV3847	8590036156	7455/0	26/07/2011	218 * I
MDA3101	8590038390	7455/0	26/09/2011	218 * I
MDI4131	8590038501	7455/0	23/09/2011	218 * I
MDS5467	8590038446	7455/0	25/09/2011	218 * I
MEB9299	8590037886	7455/0	17/09/2011	218 * I
MEG5865	8590038513	7463/0	25/09/2011	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEG6841	8590038584	7455/0	04/10/2011	218 * I
MEK5340	8590037218	7463/0	29/08/2011	218 * II
MEK5340	8590037251	7455/0	02/09/2011	218 * I
MEL9980	8590037104	7463/0	20/08/2011	218 * II
MEN9364	8590038599	7455/0	03/10/2011	218 * I
MEP7011	8590038375	7455/0	24/09/2011	218 * I
MEQ6333	8590037839	7455/0	13/09/2011	218 * I
MES6771	8590038634	7455/0	06/10/2011	218 * I
MEV6264	8590037872	7455/0	13/09/2011	218 * I
MEZ6600	8590038259	7455/0	27/09/2011	218 * I
MFC5172	8590036772	7455/0	07/08/2011	218 * I
MFO0454	8590038668	7455/0	29/09/2011	218 * I
MFQ7115	8590038215	7455/0	24/09/2011	218 * I
MFR4322	8590037531	7455/0	28/08/2011	218 * I
MFT6639	8590038752	7455/0	30/09/2011	218 * I
MFY0167	8590038764	7455/0	02/10/2011	218 * I
MFY6158	8590037367	7455/0	31/08/2011	218 * I
MGC0268	8590038237	7455/0	25/09/2011	218 * I
MGI5705	8590038350	7463/0	29/09/2011	218 * II
MGK9661	8590038614	7455/0	05/10/2011	218 * I
MGM7604	8590038655	7455/0	03/10/2011	218 * I
MGS0352	8590037812	7463/0	18/09/2011	218 * II
MGT6911	8590038423	7455/0	29/09/2011	218 * I
MGT8536	8590037753	7455/0	14/09/2011	218 * I
MGT9883	8590036805	7463/0	16/08/2011	218 * II
MGU3287	8590036897	7455/0	15/08/2011	218 * I
MGX4191	8590037797	7455/0	13/09/2011	218 * I
MGY1894	8590037525	7455/0	27/08/2011	218 * I
MHA1754	8590037199	7455/0	26/08/2011	218 * I
MHE0131	8590036647	7455/0	10/08/2011	218 * I
MHH4560	8590038547	7455/0	02/10/2011	218 * I
MHK0331	8590038466	7455/0	29/09/2011	218 * I
MHK2539	8590037800	7455/0	14/09/2011	218 * I
MHN9994	8590038707	7455/0	03/10/2011	218 * I
MHR2725	8590038242	7455/0	25/09/2011	218 * I
MHX4639	8590038725	7463/0	30/09/2011	218 * II
MHZ5086	8590037651	7455/0	11/09/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ8213	8590038345	7455/0	27/09/2011	218 * I
MIB2419	8590036976	7455/0	21/08/2011	218 * I
MIB4086	8590037154	7455/0	26/08/2011	218 * I
MIN5625	8590038527	7455/0	27/09/2011	218 * I
MIO2300	8590038443	7463/0	25/09/2011	218 * II
MIQ0831	8590038772	7463/0	04/10/2011	218 * II
MIR2301	8590038406	7455/0	27/09/2011	218 * I
MIU9490	8590038654	7455/0	01/10/2011	218 * I
MJF0215	8590038581	7463/0	04/10/2011	218 * II
MJI1129	8590038699	7455/0	04/10/2011	218 * I
MJJ1060	8590038607	7455/0	04/10/2011	218 * I
MJJ2050	8590037343	7463/0	04/09/2011	218 * II
MJS1002	8590036721	7455/0	20/08/2011	218 * I
MLA4300	8590038709	7455/0	04/10/2011	218 * I
MLA4300	8590038718	7455/0	04/10/2011	218 * I
MQS2414	8590038673	7463/0	30/09/2011	218 * II
MVK9748	8590037845	7455/0	13/09/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 684/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 684/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAX6515	8590019240	7455/0	05/07/2010	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento
de Infração de Trânsito Nº 590 687/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 687/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA2729	8590037183	7455/0	24/08/2011	218 * I
ACV7364	8590039233	7455/0	17/10/2011	218 * I
AIC0037	8590036874	7455/0	17/08/2011	218 * I
AJG7121	8590037051	7455/0	28/08/2011	218 * I
AKZ9251	8590037936	7455/0	24/09/2011	218 * I
ALT1232	8590038957	7455/0	10/10/2011	218 * I
ART6900	8590038575	7455/0	03/10/2011	218 * I
AVQ0020	8590038444	7463/0	25/09/2011	218 * II
BDP2107	8590039929	7455/0	23/10/2011	218 * I
BDP2107	8590040050	7455/0	23/10/2011	218 * I
BXE1050	8590036654	7463/0	13/08/2011	218 * II
CIO7560	8590039057	7455/0	16/10/2011	218 * I
CKE0535	8590039894	7455/0	22/10/2011	218 * I
CKN6029	8590037928	7455/0	23/09/2011	218 * I
CSX0299	8590038857	7455/0	15/10/2011	218 * I
CSX0299	8590039731	7455/0	15/10/2011	218 * I
DBW8246	8590038162	7455/0	27/09/2011	218 * I
DDV3453	8590038028	7455/0	23/09/2011	218 * I
DEY2759	8590039668	7455/0	09/10/2011	218 * I
DHK0443	8590038553	7455/0	03/10/2011	218 * I
DIE3949	8590037857	7463/0	17/09/2011	218 * II
DIU9716	8590038858	7455/0	15/10/2011	218 * I
DJB8216	8590037301	7455/0	02/09/2011	218 * I
ECD5924	8590039079	7455/0	09/10/2011	218 * I
ERM1998	8590039456	7455/0	08/10/2011	218 * I
HRI4834	8590038268	7455/0	29/09/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HWI2612	8590037526	7455/0	27/08/2011	218 * I
HZU9640	8590039774	7455/0	19/10/2011	218 * I
IBJ7070	8590037767	7455/0	16/09/2011	218 * I
IEH2153	8590038152	7455/0	22/09/2011	218 * I
IGR9561	8590039913	7463/0	22/10/2011	218 * II
IHR1739	8590040395	7455/0	28/10/2011	218 * I
JPk0996	8590039321	7463/0	14/10/2011	218 * II
JQX2968	8590038226	7463/0	25/09/2011	218 * II
JZI7214	8590039176	7455/0	12/10/2011	218 * I
JZY9757	8590038324	7455/0	02/10/2011	218 * I
KDS2439	8590038479	7455/0	25/09/2011	218 * I
KUX2413	8590039505	7455/0	16/10/2011	218 * I
LBF4376	8590038173	7455/0	29/09/2011	218 * I
LBL3402	8590037683	7455/0	07/09/2011	218 * I
LCB8301	8590039128	7455/0	13/10/2011	218 * I
LCV4993	8590038502	7455/0	24/09/2011	218 * I
LNL2847	8590038823	7455/0	11/10/2011	218 * I
LOO5591	8590038792	7455/0	12/10/2011	218 * I
LWR7578	8590039119	7463/0	17/10/2011	218 * II
LXA0555	8590038123	7455/0	14/09/2011	218 * I
LXB6198	8590039696	7455/0	12/10/2011	218 * I
LXK6942	8590039047	7455/0	15/10/2011	218 * I
LXP2349	8590039286	7455/0	08/10/2011	218 * I
LXU4236	8590038590	7455/0	05/10/2011	218 * I
LXV0187	8590039859	7455/0	24/10/2011	218 * I
LXV2672	8590039340	7455/0	16/10/2011	218 * I
LYA8363	8590039995	7455/0	26/10/2011	218 * I
LYC3862	8590038456	7463/0	26/09/2011	218 * II
LYG1841	8590039986	7455/0	26/10/2011	218 * I
LYP9930	8590039275	7455/0	07/10/2011	218 * I
LYT4856	8590036670	7455/0	13/08/2011	218 * I
LYV5722	8590038920	7463/0	08/10/2011	218 * II
LZC1459	8590039142	7455/0	06/10/2011	218 * I
LZD3478	8590038996	7463/0	12/10/2011	218 * II
LZH7729	8590038906	7455/0	08/10/2011	218 * I
LZH7729	8590039542	7471/0	08/10/2011	218 * III
LZH8763	8590037607	7455/0	10/09/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZK1318	8590039568	7455/0	12/10/2011	218 * I
LZL6778	8590039946	7455/0	23/10/2011	218 * I
LZQ8067	8590039064	7463/0	16/10/2011	218 * II
LZT6192	8590038688	7455/0	03/10/2011	218 * I
LZW3510	8590038849	7455/0	15/10/2011	218 * I
MAH4513	8590038969	7455/0	10/10/2011	218 * I
MAH6745	8590039889	7455/0	22/10/2011	218 * I
MAJ4440	8590038156	7455/0	26/09/2011	218 * I
MAJ7960	8590037642	7455/0	11/09/2011	218 * I
MAN2204	8590037711	7455/0	05/09/2011	218 * I
MAS1302	8590037257	7455/0	02/09/2011	218 * I
MAT0784	8590038898	7463/0	07/10/2011	218 * II
MAT2769	8590039793	7455/0	21/10/2011	218 * I
MAU0895	8590037181	7455/0	23/08/2011	218 * I
MAU8410	8590039845	7463/0	23/10/2011	218 * II
MAY2089	8590038895	7455/0	19/10/2011	218 * I
MBA2756	8590037732	7455/0	10/09/2011	218 * I
MBB9706	8590038844	7455/0	14/10/2011	218 * I
MBD1655	8590039288	7463/0	08/10/2011	218 * II
MBK7671	8590039914	7455/0	22/10/2011	218 * I
MBL8390	8590037915	7455/0	21/09/2011	218 * I
MBN0828	8590037196	7455/0	28/08/2011	218 * I
MBR4449	8590039483	7463/0	12/10/2011	218 * II
MBT8786	8590036744	7455/0	22/08/2011	218 * I
MBU1017	8590038267	7463/0	28/09/2011	218 * II
MBU9271	8590038973	7455/0	11/10/2011	218 * I
MBX1140	8590038187	7463/0	01/10/2011	218 * II
MCF1255	8590038962	7463/0	10/10/2011	218 * II
MCF2997	8590039237	7455/0	17/10/2011	218 * I
MCF6330	8590038335	7455/0	03/10/2011	218 * I
MCH1048	8590036932	7455/0	14/08/2011	218 * I
MCI2704	8590036555	7455/0	06/08/2011	218 * I
MCJ9374	8590038923	7455/0	09/10/2011	218 * I
MCO5163	8590037576	7455/0	07/09/2011	218 * I
MCR4137	8590038031	7463/0	23/09/2011	218 * II
MCS4081	8590038000	7455/0	25/09/2011	218 * I
MCS5058	8590039653	7455/0	09/10/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCV3177	8590039074	7455/0	16/10/2011	218 * I
MCZ2102	8590039099	7455/0	10/10/2011	218 * I
MDC4887	8590038831	7463/0	12/10/2011	218 * II
MDC6868	8590038129	7455/0	20/09/2011	218 * I
MDD8678	8590038223	7455/0	25/09/2011	218 * I
MDD9734	8590038029	7455/0	23/09/2011	218 * I
MDH6833	8590039773	7471/0	19/10/2011	218 * III
MDM7167	8590038938	7463/0	09/10/2011	218 * II
MDO4356	8590037479	7455/0	05/09/2011	218 * I
MDQ6219	8590038032	7455/0	23/09/2011	218 * I
MDS5956	8590038869	7455/0	16/10/2011	218 * I
MDU7484	8590037465	7455/0	03/09/2011	218 * I
MDW1383	8590039330	7455/0	15/10/2011	218 * I
MDW2411	8590038795	7463/0	16/10/2011	218 * II
MDX6608	8590039478	7455/0	11/10/2011	218 * I
MDY0777	8590038551	7455/0	02/10/2011	218 * I
MDZ4710	8590038278	7455/0	29/09/2011	218 * I
MEA7706	8590038231	7463/0	25/09/2011	218 * II
MED5200	8590039148	7455/0	07/10/2011	218 * I
MEF6865	8590038805	7455/0	08/10/2011	218 * I
MEH1835	8590039164	7463/0	11/10/2011	218 * II
MEH3965	8590038112	7471/0	25/09/2011	218 * III
MEI6626	8590038981	7455/0	11/10/2011	218 * I
MEJ0997	8590038807	7455/0	08/10/2011	218 * I
MEJ1958	8590039291	7463/0	08/10/2011	218 * II
MEJ4175	8590039249	7455/0	19/10/2011	218 * I
MEL0756	8590037113	7455/0	22/08/2011	218 * I
MER0156	8590039209	7463/0	15/10/2011	218 * II
MES5576	8590037311	7455/0	03/09/2011	218 * I
MEV6945	8590038771	7463/0	04/10/2011	218 * II
MEV7772	8590037421	7455/0	29/08/2011	218 * I
MEY9514	8590037489	7463/0	31/08/2011	218 * II
MEY9514	8590037804	7463/0	16/09/2011	218 * II
MFA0069	8590039382	7455/0	14/10/2011	218 * I
MFG3344	8590039149	7455/0	07/10/2011	218 * I
MFI0285	8590039758	7455/0	16/10/2011	218 * I
MFI0782	8590036655	7463/0	13/08/2011	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFJ4031	8590039199	7455/0	14/10/2011	218 * I
MFL2996	8590039376	7455/0	20/10/2011	218 * I
MFN1995	8590039362	7463/0	19/10/2011	218 * II
MFO0860	8590039397	7463/0	09/10/2011	218 * II
MFP5690	8590038987	7455/0	11/10/2011	218 * I
MFR1835	8590038326	7463/0	02/10/2011	218 * II
MFT8737	8590037560	7463/0	05/09/2011	218 * II
MFV0507	8590038252	7463/0	26/09/2011	218 * II
MFY4921	8590038197	7463/0	02/10/2011	218 * II
MFZ4214	8590038828	7455/0	12/10/2011	218 * I
MFZ4214	8590039306	7463/0	12/10/2011	218 * II
MGB6918	8590037094	7455/0	20/08/2011	218 * I
MGE9617	8590037182	7455/0	24/08/2011	218 * I
MGF3551	8590040072	7455/0	25/10/2011	218 * I
MGF8473	8590037779	7455/0	17/09/2011	218 * I
MGG1035	8590038603	7463/0	03/10/2011	218 * II
MGJ7182	8590037731	7463/0	10/09/2011	218 * II
MGL3019	8590038193	7455/0	01/10/2011	218 * I
MGO6383	8590038217	7455/0	24/09/2011	218 * I
MGP6695	8590038418	7455/0	28/09/2011	218 * I
MGU6652	8590038457	7455/0	26/09/2011	218 * I
MGU8218	8590039494	7455/0	15/10/2011	218 * I
MGV4197	8590039641	7455/0	09/10/2011	218 * I
MGV9628	8590038146	7455/0	21/09/2011	218 * I
MGW8785	8590039082	7455/0	15/10/2011	218 * I
MGX8524	8590037080	7455/0	22/08/2011	218 * I
MGX8763	8590039256	7455/0	20/10/2011	218 * I
MHD4928	8590037357	7455/0	28/08/2011	218 * I
MHF5037	8590039870	7455/0	26/10/2011	218 * I
MHF5527	8590039323	7463/0	14/10/2011	218 * II
MHF8798	8590037469	7463/0	03/09/2011	218 * II
MHM3795	8590039954	7463/0	24/10/2011	218 * II
MHM7606	8590037809	7455/0	18/09/2011	218 * I
MHN2285	8590039352	7463/0	17/10/2011	218 * II
MHO5459	8590039530	7455/0	05/10/2011	218 * I
MHP1308	8590038560	7455/0	04/10/2011	218 * I
MHP4093	8590037946	7455/0	25/09/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHQ0068	8590039438	7455/0	05/10/2011	218 * I
MHW1945	8590039120	7463/0	17/10/2011	218 * II
MHY2207	8590037811	7463/0	18/09/2011	218 * II
MHY2629	8590039022	7455/0	14/10/2011	218 * I
MHY3752	8590039034	7463/0	15/10/2011	218 * II
MIA7590	8590038004	7463/0	20/09/2011	218 * II
MIB0121	8590038945	7455/0	09/10/2011	218 * I
MIC3095	8590040325	7455/0	28/10/2011	218 * I
MIF1985	8590038459	7463/0	26/09/2011	218 * II
MIF9374	8590039782	7455/0	20/10/2011	218 * I
MIH3375	8590039181	7455/0	13/10/2011	218 * I
MIH8334	8590038368	7455/0	27/09/2011	218 * I
MIJ9843	8590038544	7455/0	01/10/2011	218 * I
MIM7426	8590038397	7455/0	27/09/2011	218 * I
MIO1549	8590038766	7455/0	03/10/2011	218 * I
MIO6486	8590038827	7455/0	12/10/2011	218 * I
MIP6959	8590039368	7455/0	19/10/2011	218 * I
MIQ0754	8590039659	7455/0	09/10/2011	218 * I
MIQ8157	8590039549	7463/0	09/10/2011	218 * II
MIR8145	8590038509	7455/0	24/09/2011	218 * I
MIZ1712	8590037400	7455/0	03/09/2011	218 * I
MIZ7750	8590038742	7455/0	02/10/2011	218 * I
MJB3792	8590038552	7463/0	03/10/2011	218 * II
MJD9002	8590036882	7455/0	18/08/2011	218 * I
MJH1650	8590038025	7463/0	22/09/2011	218 * II
MJL8010	8590039087	7455/0	16/10/2011	218 * I
MJP2001	8590038991	7455/0	11/10/2011	218 * I
MJS7159	8590038385	7455/0	26/09/2011	218 * I
MJT2910	8590040015	7455/0	22/10/2011	218 * I
MKL1949	8590037705	7463/0	15/09/2011	218 * II
MKP1608	8590038462	7455/0	28/09/2011	218 * I
MLA1540	8590039110	7463/0	15/10/2011	218 * II
MMD3999	8590038900	7455/0	07/10/2011	218 * I
MOZ3759	8590036985	7455/0	24/08/2011	218 * I
MPT3079	8590038557	7455/0	03/10/2011	218 * I
MUX0757	8590039585	7455/0	16/10/2011	218 * I
MVB3479	8590038097	7455/0	22/09/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MWB1114	8590039295	7455/0	08/10/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

SAMAE

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 28/2011 oriunda do Pregão Presencial Nº 49/2011 - SAMAE
RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2011

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de 2011, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 49/2011 para o Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município., conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 30/11/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 49/2011. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

BUSCHLE & LEPPER S/A (84.684.471/0003-18)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total regis- trado:
4	kg HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL	22.000	R\$ 0,89	R\$ 19.580,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 19.580,00 (Dezenove mil, quinhentos e oitenta reais)

HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. (46.481.156/0004-85)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
5	kg CLORO GÁS	6.000	R\$ 6,80	R\$ 40.800,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 40.800,00 (Quarenta mil e oitocentos reais)

AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (78.668.969/0001-22)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2	kg SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO ISENTO DE FERRO (A GRANEL), PARA TRATAMENTO DE ÁGUA	174.000	R\$ 0,46	R\$ 80.040,00
3	kg SULFATO DE ALUMÍNIO (GRANULADO-PÓ) PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, ISENTO DE FERRO	19.000	R\$ 1,02	R\$ 19.380,00

6	kg CARBONATO DE SÓDIO (BARRILHA LEVE)	3.500	R\$ 1,00	R\$ 3.500,00
---	--	-------	----------	--------------

Valor total registrado do Licitante: R\$ 102.920,00 (Cento e dois mil, novecentos e vinte reais)

QUIMISA S/A (43.683.069/0001-70)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
7	qbs ORTOPOLIFOSFATO	6.000	R\$ 6,26	R\$ 37.560,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 37.560,00 (Trinta e sete reais, quinhentos e sessenta reais)

DRYLLER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE HIDRÓXIDOS LTDA. (08.444.204/0002-04)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	tn HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	100	R\$ 490,00	R\$ 49.000,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 249.860,00 (Duzentos e quarenta e nove reais, oitocentos e sessenta reais)

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará de 1º. de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

ENTREGA: Os produtos químicos deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento dos produtos químicos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 30 de novembro de 2011.

COMISSÃO:
IVONETE MAIS DOS SANTOS
 Pregoeira

ANA PAULA BECKER
 Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA
 Equipe de Apoio

MAYRA DOS SANTOS
Equipe de Apoio

GISELA MARIA LOBO MACHADO
Equipe de Apoio

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato de precedimentos 94/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PROCEDIMENTOS DA
LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços - 94/2011
Tipo : Preço e Técnica - pelo total geral

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS NOTAS DA PROPOSTA DE PREÇO DO ENVELOPE Nº 4 E MÉDIAS FINAIS DO PROCESSO.

A sessão pública de abertura do conteúdo do envelope nº 04 -PROPOSTA DE PREÇO, realizado no dia 30 de Novembro de 2011, as 13:00 - na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Teve o seguinte resultado:

PERCENTUAL DE DESCONTO DA PROPOSTA DE PREÇO:

Ponto de Idéias Comunicação s/a Ltda - total 70,00 %
Cliczoom Propanganda e Publicidade Ltda - total 40,00 %

NOTA FINAL GERAL :

Ponto de Idéias Comunicação s/a Ltda total - 82,92 pontos
Cliczoom Propanganda e Publicidade Ltda total - 86,56 pontos

Com a assinatura do Termo de renúncia do recurso, do resultado do envelope nº 04 de proposta de preço, fica marcado a sessão para entrega e abertura do envelope de Habilitação, para o dia 02 de Dezembro de 2011, as 09:00 horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 30/11/2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO 40/2011

Objeto: Contratação de empresa, para a confecção e instalação de móveis planejados para as novas instalações das unidades de saúde dos bairros caixa d'água e corticeira.

Modalidade: Pregão Presencial Tipo: Menor Preço por Lote.

Processo de Licitação: 37/2011 - FMS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC)/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratada: MOVEIS E DECORAÇÕES RODEIO LTDA EPP

CNPJ: 01.289.394/0001-02

Valor do Contrato: R\$: 31.608,00 (trinta e oito mil e seiscentos e oito reais)

Data da Assinatura: 28/11/2011 Vigência 31/01/2012.

Guaramirim-SC, 28 de novembro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 2.977/2011.

DECRETO Nº 2.977/2011.

SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados JAE MARIA RIBEIRO SANTOS CARLETTI - Titular e GEISA TROMBETTA BERNARDI - Suplente, como representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 30 de novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 1074/2011

PORTARIA Nº 1074/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 845/2011, da Servidora CHARLINE ZARPELON (Matr. 3379), a qual exerce a função de Enfermeiro - PSF, Nível - 12/1 - Referência "A", 40 horas semanais, até realização de Concurso Público, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 30 de Novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 248/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 248, de 30 de novembro de 2011.
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação em vigor;

Considerando o Processo Administrativo nº 13731, de 04 de novembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora CAROLINE GOMES DOMINGOS HIPÓLITO, inscrita no CPF sob o n.º 015.104.139-36, Psicóloga, matrícula n.º 4474, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria Nº 011.2011 SAÚDE

PORTARIA PMI/SMS/GAB N.º 11, de 28 de novembro de 2011.
Dispõe sobre criação de Grupo de Trabalho Intersetorial para Elaboração de Plano de Cargos e Salários e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Portaria PMI nº 108 de 15 de junho de 2011 e,

CONSIDERANDO, os dispositivos da Lei Federal 8.142/1990, em especial o item V de seu Artigo 4º que institui a existência de Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários como condicionante para o recebimento de recursos para investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde, de que trata o Artigo 3º do mesmo diploma normativo.

CONSIDERANDO, o Relatório Final da IV Conferência Municipal de Saúde, de 30 de junho de 2011, no que tange ao eixo 5 -Recursos humanos: concursos públicos, planos de cargos, carreiras e salários; educação permanente; humanização da relação profissional-cidadão usuário;

CONSIDERANDO a Portaria PMI/SMS/GAB nº 05/2011, que dispõe sobre criação de Grupo de Trabalho Intersetorial para Elaboração de Plano de Cargos e Salários e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, em consonância com a indicação do Titular de

cada Diretoria, os servidores para compor o Grupo de Trabalho Intersetorial para Elaboração de Plano de Cargos e Salários:

I - Paulo Roberto Dutra, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 454.753.509-49, Servidor Público Municipal, Matrícula PMI nº 0449, devidamente lotado como Economista na Secretaria Municipal de Saúde, como representante da Diretoria de Saúde Pública - DSP;

II - Marília Mendonça, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 343.242.919-34, Servidora Pública Municipal, Matrícula PMI nº 0370, devidamente lotada como Assistente Social na Secretaria Municipal de Saúde, como representante da Diretoria de Saúde Pública - DSP;

III - Vanessa Gomes Rafael, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 029.836.929-06, Servidora Pública Municipal, Matrícula PMI nº 5059, devidamente lotada como Enfermeira na Secretaria Municipal de Saúde, como representante da Diretoria de Programas de Saúde - DPROS.

IV - Garibaldi Monteiro Bastos, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 476.506.567-72, Servidor Público Municipal, Matrícula PMI nº 1339, devidamente lotado como Médico na Secretaria Municipal de Saúde, como representante da Diretoria de Programas de Saúde - DPROS.

V - Sandra Mara Leal, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 455.215.739-68, Servidora Pública Municipal, Matrícula PMI nº 0509, devidamente lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Visitadora Sanitária, como representante da Diretoria de Vigilância Sanitária - DIVS;

VI - Eliete Francisco de Paulo de Sousa, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 770.028.309-53, Servidora Pública Municipal, Matrícula PMI nº , devidamente lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Visitadora Sanitária, como representante da Diretoria de Vigilância Sanitária - DIVS;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 28 de novembro de 2011.

MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Portaria PMI nº 108/2011

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios em ____ de novembro de 2011.

Publicação de Extrato de Dispensa 11/2011 (Saneamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

PROCESSO Nº 17/2011

DISPENSA Nº 11/2011

Objeto: Implantação da drenagem, com peças pré-moldadas de concreto - PCC, da Rua paralelo ao trilho, situada no Bairro Paes Leme.

Empresa: JL Construtora Ltda ME.

Valor Total: R\$ 7.303,59.

Fundamento: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 02 de dezembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 27/2011 (Sedesth)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO Nº 36/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 16 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Contratação de profissionais para ministrar cursos profissionalizante de portaria e recepção para as famílias cadastradas e/ou beneficiadas do Programa Bolsa Família. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 02 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 47/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 61/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 16 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Prestação de serviço do ramo de segurança eletrônica. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 02 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Resultado de Julgamento dos documentos de habilitação Tomada de Preço 07/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
TOMADA DE PREÇO Nº 07/2011
PROCESSO Nº 158/2011

Resultado de julgamento dos documentos de habilitação
Comunicamos aos interessados que a CPL julgou o envelope nº 05(documentos de habilitação) declarando a Empresa OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME habilitada por apresentar todos os documentos exigidos no Edital. A Comissão Permanente de Licitação comunica ainda que a empresa OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME é a vencedora do certame licitatório.

Imbituba, 02 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato PMI 214/2011-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 214/2011-A/00
Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto. Implantação da pavimentação, com peças pré-moldadas de concreto-pcc, da Rua Elza Maria Tereza Pittigliani, situada em Vila Nova Alvorada.

PRAZO: 09/05/2012 Valor: R\$ 43.290,82

Fundamento: Processo nº. 173/2011 Carta Convite nº. 20/2011

Imbituba, 09 de Novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

IMBI MOLDE PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI 214/2011-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 214/2011-A/00
Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA.
C.N.P.J: 07.185.611/0001-09

Objeto. Fornecimento de materiais e mão-de-obra para construção de 01 (um) Posto Salva Vidas na Barra de Ibraquera-Imbituba-SC.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 14.200,00

Fundamento: Processo nº. 192/2011 Carta Convite nº. 63/2011

Imbituba, 22 de Novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

CASTELO ENGENHARIA LTDA.

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI 214/2011-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 214/2011-A/00
Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto. Implantação da pavimentação, com peças pré-moldadas de concreto-pcc, da Rua Elza Maria Tereza Pittigliani, situada em Vila Nova Alvorada.

PRAZO: 09/05/2012 Valor: R\$ 43.290,82

Fundamento: Processo nº. 173/2011 Carta Convite nº. 20/2011

Imbituba, 09 de Novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

IMBI MOLDE PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDURB 2011/178 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEDURB 2011/178 - A/00

Contratada: SANTIAGO & CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

C.N.P.J: 51.536.795/0001-98

Objeto Aquisição de 1 (UMA) ESTAÇÃO TOTAL ELETRÔNICA, 2 (DOIS) GPS DE NAVEGAÇÃO E 1 (SOFTWARE) PARA AUTOMAÇÃO TOPOGRÁFICA E TODOS OS ACESSÓRIOS E TREINAMENTO INCLUSOS DESTINADA AO DEPARTAMENTO DE URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 17.475,00

Fundamento: Processo nº. 143/2011 Pregão nº. 80/2011

Imbituba, 30 de Setembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SANTIAGO & CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato SDR - SUL 2011/186-A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SDR - SUL 2011/186-A00

Contratada: VERA LUCIA QUERINO

C.N.P.J: 82.909.409/0001-90

Objeto Aquisição A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL-PARA INSTALAÇÃO DA SDR - SUL, SITUADA NO BAIRRO DE ROÇA GRANDE.

PRAZO: 16/01/2012 Valor: R\$ 3.600,00

Fundamento: Processo nº. 157/2011 Pregão nº. 43/2011 DL

Imbituba, 16 de Outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

VERA LUCIA QUERINO

Representante Legal

Contratada

Extrato SDR-NORTE 2011/208-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SDR-NORTE 2011/208-A/00

Contratada: EMPRESA CONSTRUVILA LTDA.

C.N.P.J: 01.855.390/0001-44

Objeto. Aquisição de meio fio e lajotas, para reposição, nas ruas que foram danificadas pelas fortes chuvas.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 5.988,00

Fundamento: Processo nº. 182/2011 Dispensa nº. 58/2011

Imbituba, 24 de Outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

EMPRESA CONSTRUVILA LTDA.

Representante Legal

Contratada

Extrato SEAGP 2011/216-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEAGP 2011/216-A/00

Contratada: TECOMNI LTDA ME.

C.N.P.J: 13.794.058/0001-04

Objeto. Reestruturação da rede de computadores e internet da Prefeitura Municipal com unidades remotas.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 42.000,00

Fundamento: Processo nº. 183/2011 Carta Convite nº. 22/2011

Imbituba, 17 de Novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

CHRISTIAN PETRY DOS SANTOS TEIXEIRA.

Representante Legal

Contratada

Extrato SEAP 2011/198-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEAP 2011/198-A/00

Contratada: COMPANHIA DE SEGUROS MINAS - BRASIL

C.N.P.J: 17.197.385/0001-21

Objeto Aquisição de um seguro total de uma máquina retroescavadeira LB 110, marca e modelo M.A/HOLLAND, ano de fabricação 2010 e modelo 2011, chassi nº NAAH21226, placa MIE2948, combustível diesel, cor amarela.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 3.284,00

Fundamento: Processo nº. 176/2011 Dispensa nº. 52/2011

Imbituba, 10 de Outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

COMPANHIA DE SEGUROS MINAS - BRASIL.

Representante Legal

Contratada

Extrato SEDUCE 2011/195-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEDUCE 2011/195-A/00

Contratada: METAWAY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

C.N.P.J: 03.880.889/0001-37

Objeto Aquisição o fornecimento de um sistema para controle da vida funcional dos professores, da distribuição da merenda escolar e da organização da biblioteca.

PRAZO: 06/02/2012 Valor: R\$ 15.000,00

Fundamento: Processo nº. 161/2011 Pregão nº. 83/2011

Imbituba, 06 de Outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

METWAY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDUCE 2011/203-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDUCE 2011/203-A/00
Contratada: LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA.
C.N.P.J: 10.385.994/0001-65

Objeto. Aquisição de materiais para projetos pedagógicos para os professores e alunos da rede municipal
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 146.150,00
Fundamento: Processo nº. 165/2011 Pregão nº. 86/2011

Imbituba, 14 de Outubro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA.
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDUCE 2011/204-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDUCE 2011/204-A/00
Contratada: REPAROS E REFORMAS IMBITUBA.
C.N.P.J: 12.029.719/0001-34

Objeto. Recuperação de forro, telhado e elétrica, com fornecimento de materiais e mão-de-obra no núcleo de apoio as famílias das crianças do centro de educação infantil raio de sol .
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 5.831,00
Fundamento: Processo nº. 180/2011 Dispensa nº. 56/2011

Imbituba, 20 de Outubro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

REPAROS E REFORMAS IMBITUBA.
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDUCE 2011/204-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDUCE 2011/204-A/00
Contratada: PROJETO CULTURAL LTDA.
C.N.P.J: 10.946.774/0001-63

Objeto. Aquisição de materiais para projetos pedagógicos para os professores e alunos da rede municipal.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 72.500,00
Fundamento: Processo nº. 165/2011 Pregão nº. 86/2011

Imbituba, 14 de Outubro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

PROJETO CULTURAL LTDA.
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDUCE 2011/212-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDUCE 2011/212-A/00
Contratada: RODECAP-REAUCH. PNEUS IMBITUBA LTDA.
C.N.P.J: 81.374.589/0001-90

Objeto. Aquisição de pneus novos.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 6.600,00
Fundamento: Processo nº. 185/2011 Carta Convite nº. 60/2011

Imbituba, 08 de Novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

RODECAP-REAUCH. PNEUS IMBITUBA LTDA.
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDUCE 2011/217-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDUCE 2011/217-A/00
Contratada: CHRISTIAN PETRY DOS SANTOS TEIXEIRA.
C.N.P.J: 14.206.620/0001-96

Objeto. Serviços de bufe, para jantar para os professores, após palestra com professor Geninho Goés.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 5.500,00
Fundamento: Processo nº. 187/2011 Dispensa nº. 61/2011

Imbituba, 17 de Novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

CHRISTIAN PETRY DOS SANTOS TEIXEIRA.
Representante Legal
Contratada

Extrato SEINFRA 2011/197-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEINFRA 2011/197-A/00
Contratada: CONSTRUVILA LTDA
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44

Objeto a contratação de empresa para pavimentação, com peças pré-moldadas de concreto-pcc, da rua 1113, situada no Bairro Ribanceira do Luiz de Farias.
PRAZO: 10/01/2012 Valor: R\$ 60.546,86
Fundamento: Processo nº. 159/2011 Pregão nº. 19/2011

Imbituba, 10 de Outubro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUVILA LTDA.
Representante Legal
Contratada

Extrato SEINFRA 2011/211-A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEINFRA 2011/211-A/00
Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME.
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67

Objeto: Implantação da drenagem pluvial e da pavimentação, com peças pré-moldadas de concreto-pcc, da rua Alberto Motta, situada em Vila Nova.

PRAZO: 07/02/2012 Valor: R\$ 17.681,35

Fundamento: Processo nº. 174/2011 Carta Convite nº. 21/2011

Imbituba, 07 de Novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

J.L CONSTRUTORA LTDA ME.

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 62/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 62/2011 A00
Contratada: CNC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.
C.N.P.J: 05.695.391/0001-20

Objeto: Fornecimento de materiais e mão de obra para construção de muro de alvenaria na Unidade de Saúde da Penha.

Valor: R\$ 10.200,00 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 59/2011 Dispensa 05/2011

Imbituba, 21 de Outubro de 2011.

MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES

Secretária Municipal

Contratante

CNC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEAGP 207/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 207/2011 A00
Contratada: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
C.N.P.J: 82.909.409/0001-90

Objeto: Realização de concurso público, processo seletivo e processo seletivo simplificado, para preenchimento de vagas em diversas áreas da administração municipal.

Fundamento: Processo nº. 181/2011 Dispensa: 57/2011

Imbituba, 21 de Outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

PAULO TIMM

Representante Legal

Contratada

Extrato: SANEAMENTO 11/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SANEAMENTO 11/2011 A00
Contratada: LASCA MINERAÇÃO LTDA
C.N.P.J: 80.080.948/0001-33

Objeto: Fornecimento de materiais e mão de obra para a construção de uma drenagem com tubos de D-80cm, situada na marginal da Avenida 13 de Setembro.

Fundamento: Processo nº. 09/2011 Carta Convite 02/20111

Imbituba, 10 de Outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

LASCA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: SEDESTH 29/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEDESTH 29/2011 A00
Contratada: VÂNIO VIEIRA ME
C.N.P.J: 78.613.445/0001-34

Objeto: Aquisição de material de limpeza e produtos de higienização para manutenção do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS

Fundamento: Processo nº. 25/2011 Pregão 23/2011

Imbituba, 30 de Setembro de 2011.

VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal

Contratante

VÂNIO VIEIRA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: SEDESTH 31/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEDESTH 31/2011 A00
Contratada: KAC LTDA ME
C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: Aquisição de material de limpeza e produtos de higienização para manutenção do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS

Valor: R\$ 3.252,50 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 25/2011 Pregão 23/2011

Imbituba, 30 de Setembro de 2011.

VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal

Contratante

KAC LTDAME

Representante Legal

Contratada

Extrato: SEDESTH 32/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 32/2011 A00

Contratada: EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

C.N.P.J: 86.431.749/0001-09

Objeto: Aquisição de passagens intermunicipais e interestaduais para manutenção de programas de atendimento CREAS.

Valor: R\$ 6.827,58 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 21/2011 Pregão 192011

Imbituba, 30 de Setembro de 2011.

VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal

Contratante

EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: SEDESTH 37/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 37/2011 A00

Contratada: JAIR FRANCISCO BION - ME

C.N.P.J: 82.792.912/0001-08

Objeto: Aquisição de brinquedos e materiais técnicos psicossocial de apoio as práticas específicas e elaboradas para o atendimento do CREAS.

Valor: R\$ 4.807,00 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 28/2011 Dispensa 03/2011

Imbituba, 30 de Setembro de 2011.

VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal

Contratante

JAIR FRANCISCO BION

Representante Legal

Contratada

Extrato: SEDESTH 39/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 39/2011 A00

Contratada: JEDSON DE MORAIS ME

C.N.P.J: 08.415.380/0001-37

Objeto: Serviço especializado em sonorização ambiente.

Valor: R\$ 2.550,00 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 32/2011 Dispensa 05/2011

Imbituba, 10 de Outubro de 2011.

VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal

Contratante

JEDSON DE MORAIS ME

Representante Legal

Contratada

Editais SEAGP nº 114/2011

EDITAL SEAGP Nº 114/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 002/2009, divulgado através do Edital nº 002/2009, de 16 de novembro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2009, de 10 de fevereiro de 2010, que homologou os resultados do referido Concurso Público.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2009, para comparecer ao Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Novembro a 15 de Dezembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de novembro de 2011.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 114/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Analista de Transito

ADRIANO JOSÉ DE SOUZA DALBOSCO

Editais SEAGP nº 115/2011

EDITAL SEAGP Nº 115/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, divulgado através do Edital nº 04/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

SIMPLIFICADO Nº 04/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Novembro a 15 Dezembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de Novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 115/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

JOSIANE NUNES DANIEL

Edital SEAGP nº 116/2011

EDITAL SEAGP Nº 116/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº

601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Novembro a 15 de Dezembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de Novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 116/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Enfermeiro

AUREA INES PRESA

Edital SEAGP nº 117/2011

EDITAL SEAGP Nº 117/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e

Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Novembro a 23 de Dezembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de Novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 117/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista

MARCUS ALEXANDRE PEREIRA

Editais SEAGP nº 118/2011

EDITAL SEAGP Nº 118/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 001/2009, divulgado através do Edital nº 001/2009, de 23 de janeiro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009, de 15 de abril de 2009, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Novembro a 23 de Dezembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Público.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo

estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de Novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 118/2011

Psicólogo - SENTINELA

FERNANDA PIMENTEL PACHECO

Editais SEAGP nº 119/2011

EDITAL SEAGP Nº 119/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 001/2009, divulgado através do Edital nº 001/2009, de 23 de janeiro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009, de 15 de abril de 2009, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 25 de Novembro a 24 de Dezembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Público.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 25 de Novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 119/2011

Psicólogo - SENTINELA

CLAUDIA REGINA BARBOSA POFFO

Editais SEAGP nº 121/2011

EDITAL SEAGP Nº 121/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO

PÚBLICO Nº 001/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 001/2009, divulgado através do Edital nº 001/2009, de 23 de janeiro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009, de 15 de abril de 2009, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 28 de Novembro a 27 de Dezembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Público.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 28 de Novembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 121/2011

Psicólogo - SENTINELA

JULIANA RIBEIRO ARANTES

Iomerê

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Nº 0015/2011

Prefeitura Municipal de Iomerê

Editais de Pregão Presencial 0015/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 015/2011 para Registro de Preços para eventuais contratações futuras de sêmen bovino, luvas e bainhas para inseminação artificial. A abertura das propostas se dará no dia 14/12/2012 às 09:00h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 29 de novembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2166/2011

Decreto nº 2166 /2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1541 de 21 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0257 (49) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L R\$ 30.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0257 (45) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de novembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Processo n.º 08/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2011

PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2011

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 20 de dezembro de 2011, às 10:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de combustíveis para os veículos da Frota do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2012, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 30 de novembro de 2011.
NILDA EDITE BANHUK GALVÃO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato 130/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
CONTRATO Nº. 130/2011

4º. Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços nº. 103/2008, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.
CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Vigésima do Contrato nº. 103/2008, e de acordo com o Parecer Contábil emitido pelo Sr. Cleber Binder, fica de comum acordo alterado valor e prorrogado o prazo de sua vigência até 29/11/2012. CLAUSULA SEGUNDA - Pela execução do presente termo aditivo, a Contratada se compromete realizar a Publicação de Atos Oficiais do Município em jornal diário de circulação estadual, tamanho 2 col x 4 cm., onde a Contratante, pagará a Contratada o valor de R\$ 433,87 (quatrocentos e trinta três reais e oitenta sete centavos) por publicação, na quantidade de 30 publicações, num total de R\$ 13.016,10 (treze mil dezesseis reais e dez centavos). CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato nº. 103/2008.
E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.
Irineópolis (SC), 29 de novembro de 2011.

Município de Irineópolis
WANDERLEI LEZAN
Contratante

RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.
BRUNO HENRIQUE WATTÉ
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 03/2011

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.
DECLARA EXTINÇÃO DO MANDATO DE VEREADOR

ANTONIO CARLOS SENFF, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 16, inciso I, letra "d", inciso III letra "g", e do artigo 17 inciso VII do Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal, e em cumprimento ao que determina o art. 15, III da Constituição Federal de 1988,

RESOLVE:

DECLARAR, a partir desta data, extinto o mandato do Vereador GERALDO ORLONSKI, cuja perda do mandato se deu por ter sofrido condenação criminal com trânsito em julgado.

Gabinete da Presidência, em 30 de Novembro de 2011.
ANTONIO CARLOS SENFF
Presidente

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 042/2011

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2011, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2011 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Aos 30/11/2011, a partir das 09:00 horas, no sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira e a respectiva Equipe de Apoio, abaixo assinado, nomeados pelas Decreto nº 1299/2011, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial nº 042/2011, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UM) LINK DEDICADO COM VELOCIDADE DE 10MBPS FULL, CONTÍNUO E ININTERRUPTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL, com critério de julgamento de menor preço. No horário definido no Edital, a Senhora Pregoeira deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão, Apresentaram os devidos elementos necessários à participação no certame a (s) seguinte (s) empresa (s):

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
BRASIL TELECOM S A	76.535.764/0001-43
IPE INFORMATICA LTDA	04.263.321/0001-30

Aptas a participarem da próxima fase do certame. A senhora Pregoeira Sr: FERNANDA CRISTINA ROSA que informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, a senhora Pregoeira iniciou, imediatamente, a abertura dos envelopes de proposta de preços. As propostas foram submetidas à Equipe de Apoio, para avaliação do atendimento das especificações exigidas no (Anexo V do Edital), com base nas declarações e documentações apresentadas pelas licitantes. A senhora Pregoeira, com base na análise da equipe de apoio:

Equipe de Apoio
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
RODRIGO ROSA PAIXÃO

Emitiu seu juízo classificando as propostas. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela senhora Pregoeira, ficam as licitantes vencedoras responsáveis por entregarem produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Para a etapa de lances foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que os representantes credenciados:

Representantes (Credenciados)
PAULO QUADROS GUIMARAES
JEFFERSON ADRIANO SCHLICHTING

Tiveram a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas, conforme Termo de Lance e vencedores anexo aos autos, da qual chegaram aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance
1	IPE INFORMATICA LTDA	9.400,0000

Encerrados os lances verbais para o presente certame, verificou-se

as empresas vencedoras citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
IPE INFORMATICA LTDA	112.800,0000

Em seguida, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde se constatou que a referida empresa atende as exigências editalícias, sendo habilitada para este Certame. Finalizada a etapa competitiva e habilitada à empresa ofertante do menor preço, a Senhora Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002, apenas o representante da empresa BRASIL TELECOM S/A solicitou o registro de que o prazo de 30 dias corridos para a ativação dos serviços deverá ser cumprido pela empresa vencedora. A Pregoeira reforça que a empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; b) - A empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Senhora Pregoeira adjudica o objeto da licitação à empresa vencedora supra indicada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 30/11/2011.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Equipe de Apoio
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
RODRIGO ROSA PAIXÃO

Participantes Presentes
BRASIL TELECOM S A
PAULO QUADROS GUIMARAES

IPE INFORMATICA LTDA
JEFFERSON ADRIANO SCHLICHTING

Convite Nº 22/2011 - Processo Nº 104/2011 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 12/12/2011 às 09h:00m, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 08h:30m estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epígrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, n.º 430, Licitação na modalidade Convite nº 22/2011 - Processo nº 104/2011, para a contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada, para fornecimento de materiais para execução de projeto elétrico da Praça Pública no Balneário Paese, conforme projeto básico, memorial descritivo, ART e planilha orçamentária parte integrante do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 15,00

(quinze reais). O horário disponível para retirada é das 07:30h às 12:00h e 13:30h às 16:30h.

Itapoá, 01 de dezembro de 2011.
MÁRIO ELÓI TAVARES
Município de Itapoá/SC
Prefeito em Exercício

Edital de Pregão Presencial Nº 29/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2011
PROCESSO Nº 77/2011

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Lote, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h30m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:00m, do dia 14 de dezembro de 2011, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a aquisição de peças originais de 1º linha para uso na manutenção de máquinas pesadas, caminhões e veículos utilitários da frota municipal, conforme especificações do Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m das 16h:30m.

Itapoá, 30 de novembro de 2011.
MÁRIO ELÓI TAVARES
Prefeito Em Exercício

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Joaçaba

PREFEITURA

Edital para Credenciamento de Projetos Esportivos EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 002/2011

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES DE JOAÇABA torna público que, nas datas e local abaixo especificados estará recebendo as solicitações de projetos e depoimentos de habilitação dos interessados em participar do presente CREDENCIAMENTO para execução em 2012, que se processará nos termos deste EDITAL, das Leis Municipais, 3.939 de dezembro de 2009 e 3.948 de 14 dezembro de 2009.

INTEGRAR ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:
ANEXO I - Procedimentos para Obtenção do CRED (Certificado de Registro de Entidade Esportiva).

ANEXO II - Documentos para Cadastro de Projetos.

ANEXO III - Documentos para obtenção do CRED (Certificado de Registro de Entidade Esportiva).

ANEXO IV - Formulário de Cadastro de Entidade Desportiva (Obtenção de CRED - Certificado de Registro de Entidade Esportiva).

ANEXO V - Ofício para Obtenção de Certificado do CRED (Certificado de Registro de Entidade Esportiva).

ANEXO VI - Formulário para Preenchimento do Plano de Trabalho.

ANEXO VII- Formulário de Plano de Mídia.

ANEXO VIII - Ofício à Fundação Municipal de Cultura e Esportes solicitando Subvenção.

ANEXO IX - Declaração de Responsabilidade.

ANEXO X - Relação de documentos prestação de contas dos recursos recebidos.

ANEXO XI – Declaração de Horários e Profissionais que atendem a Entidade Proponente

DO OBJETO

Trata o presente Edital de Credenciamento de Projetos para execução em 2012 que visem a fomentar e estimular o desenvolvimento do Esporte no Município de Joaçaba a serem apoiados através de recursos da Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Joaçaba em conformidade com as Leis Municipais nº 3.939 de 10 de dezembro de 2009 e nº 3.948 de 14 de dezembro de 2009.

DO LOCAL E DATAS

Os projetos a que se refere este edital deverão ser protocolizados na Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Joaçaba, sito à Rua Tiradentes, nº 170, no período de 02 a 16 de Novembro 2011, das 13h às 18h.

DA PARTICIPAÇÃO

Esse edital destina-se às pessoas jurídicas que promovam, sem fins lucrativos, atividades desportivas e paradesportivas, conforme os art. 2º e 4º da Lei Municipal nº 3.939/2009.

DA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS

Cada entidade poderá apresentar um projeto para desenvolvimento das atividades propostas.

O proponente que desistir da execução de seu projeto, após a aprovação do Conselho Municipal de Esportes, deverá apresentar justificativa, por meio de ofício protocolizado na FMCE, para análise do Conselho Municipal de Esportes, podendo ficar impedido de participar do Edital do ano seguinte, de acordo com o parecer emitido pelo conselho, caso não aceite a justificativa.

Os projetos deverão ser protocolizados na Fundação Municipal de Cultura e Esportes no número de vias conforme solicitado abaixo e conter os seguintes documentos:

Cópia do CRED (Certificado de Registro de entidades Desportivas) ou CEON (Certificado de Entidade de outra Natureza) emitido pela Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Joaçaba; 01 via Plano de Trabalho (Formulário padrão conforme ANEXO II deste Edital); 02 vias Plano de Mídia (Formulário padrão conforme ANEXO V deste Edital); 01 via

DISPOSIÇÕES FINAIS

Caso a Entidade ou Associação já esteja Cadastrada ou não

apresente nenhuma Alteração Cadastral não será necessária a Apresentação de nova Documentação, somente deverão ser protocolizados os seguintes Documentos: Plano de Trabalho, Plano de Mídia, Declaração de Responsabilidade e Ofício de encaminhamento ao Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Esportes.

Estão disponíveis na Home Page da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br) Link da Fundação Municipal de Cultura e Esporte: as Orientações para Preenchimento do Projeto Global, o Manual de Orientação para Preenchimento do Plano de Trabalho e o Manual de Orientação Plano de Mídia.

Dúvidas ou questionamentos deverão ser encaminhadas à Fundação Municipal de Cultura e Esportes, que se decidirá acerca da matéria.

Joaçaba, 01 dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

ANEXO I

PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DO CRED (CERTIFICADO DE REGISTRO DE ENTIDADE ESPORTIVA)

Com a criação da Lei Geral do Esporte as Entidades de Prática Desportiva e as Associações de Moradores poderão encaminhar projetos para pleitear recursos financeiros com a finalidade de auxiliar na manutenção das atividades desportivas.

Conheça abaixo as etapas para obtenção dos recursos:

1 – REQUISITAR O CERTIFICADO DE REGISTRO DE ENTIDADE DESPORTIVA (CRED).

- Para obtenção do Certificado de Registro de Entidade Desportiva, o interessado deverá preencher o formulário de cadastro, disponível no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br) no link da Fundação Municipal de Cultura e Esporte.

- O cadastro deverá ser protocolado na Fundação Municipal de Cultura e Esporte, acompanhado de ofício endereçado ao Superintendente (modelo anexo) e da documentação necessária exigida (anexo).

1.3 - A Fundação Municipal de Cultura e Esporte encaminhará o pedido ao Conselho Municipal de Esporte para análise, deliberação e emissão do Certificado que terá validade por 1 ano.

– PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO

- O modelo de Plano de Trabalho, bem como o detalhamento do preenchimento dos campos obrigatórios poderá ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br)

– SOLICITAÇÃO DOS RECURSOS

Após o preenchimento do Plano de Trabalho, o proponente deverá protocolar o pedido na Fundação Municipal de Cultura e Esporte, acompanhado do Certificado de Registro de Entidade Desportiva, da Declaração de Responsabilidade pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos, assinada pelo presidente (modelo disponível no site: www.joacaba.sc.gov.br) e de ofício endereçado ao Superintendente (modelo disponível no site: www.joacaba.sc.gov.br) solicitando o encaminhamento do projeto para avaliação, deliberação e aprovação do Conselho Municipal de Esporte.

– AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE

5.1 – O Conselho Municipal de Esporte fará a análise da documentação do Proponente, do Plano de Aplicação e do Plano de Trabalho para emitir parecer sobre os projetos aprovados ou rejeitados.

5.2 – No caso dos projetos rejeitados, o Conselho emitirá parecer por escrito e encaminhará ao proponente com as devidas justificativas pela rejeição do projeto.

5.3 – Os projetos aprovados seguem para a Fundação Municipal de Cultura e Esporte a fim de celebrar TERMO DE CONVÊNIO.

– ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO

– A Fundação Municipal de Cultura e Esporte, através do Comitê Gestor dos Recursos, definirá o valor dos repasses, com base na avaliação do Conselho Municipal de Esporte e da disponibilidade financeira e orçamentária da Fundação, para posterior assinatura do Termo de Convênio.

– LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

– Os recursos serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso proposto pelo Proponente e aprovado pelo Conselho Municipal de Esporte.

– PRESTAÇÃO DE CONTAS

– Para cada parcela recebida o proponente terá o prazo de 30 dias para efetuar a prestação de contas.

– O pagamento da parcela seguinte só será efetivado a partir da prestação de contas da parcela anterior.

– RELATÓRIO FINAL:

Ao término da execução do Projeto o proponente deverá encaminhar a Fundação Municipal de Cultura e Esporte o Relatório Final contendo todas as atividades executadas, resultados obtidos e cli-pagem com material publicitário se houver.

ANEXO II**Documentos para Cadastro de Projetos**

Para que a entidade possa solicitar subvenção por meio da Fundação Municipal de Cultura e Esporte de Joaçaba, a mesma deverá apresentar os seguintes documentos:

Ofício encaminhado ao Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Esporte solicitando a análise do pleito pelo Conselho Municipal de Esporte. (www.joacaba.sc.gov.br)

Apresentação do CRED (Certificado de Registro de Entidade Esportiva);

Preenchimento do Plano de Trabalho. (www.joacaba.sc.gov.br)

Plano de Mídia preenchido de acordo com o formulário padrão emitido pela Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br);

Declaração de Responsabilidade pelos recursos e posterior prestação de contas assinado pelo presidente da entidade (www.joacaba.sc.gov.br);

Declaração de Banco Oficial atestando o número da conta criado especificamente para o recebimento do recurso oriundo do orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Joaçaba;

Caso a Entidade ou Associação já esteja Cadastrada ou não apresente nenhuma Alteração Cadastral não será necessária a Apresentação de nova Documentação, somente deverão ser protocolizados os seguintes Documentos: Plano de Trabalho, Plano de Mídia, Declaração de Responsabilidade e Ofício de encaminhamento ao Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Esportes.

ANEXO III**DOCUMENTOS PARA CERTIFICADO DE REGISTRO DE ENTIDADE DESPORTIVA**

Para a obtenção do CRED (Certificado de Registro de Entidade Desportiva) as Entidades interessadas deverão protocolar na Fundação Municipal de Cultura e Esporte, para posterior avaliação do Conselho Municipal de Esporte, os seguintes documentos:

Ofício solicitando o Certificado de Registro de Entidade Desportiva;

Cópia do Estatuto atualizado, ou acompanhado das últimas alterações estatutárias devidamente registrados em Cartório de Registro Civil;

Cópia da ata de eleição e/ou de posse da Diretoria em exercício;

Atestado de Funcionamento da Instituição emitido por Juiz, Promotor de Justiça, Presidente da Câmara de Vereadores, Delegado de Polícia ou Prefeito;

Certificado da Inscrição como Pessoa Jurídica – CNPJ – (emitido pelo site [HTTP://www.receita.gov.br](http://www.receita.gov.br) no link “EMPRESAS” – “Cadastro - CNPJ” item “Emissão do comprovante de inscrição e Situação Cadastral”);

Certidão de Regularidade do FGTS (emitida pelo site [HTTP://www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) no link CRF, na finalidade de emissão, assinalar o item “Isenções, auxílios, subsídios, concessão de serviços ou benefícios pelo poder público”);

Certidão Negativa dos Tributos Federais e INSS (emitida pelo site [HTTP://www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) no link “Empresa”, na guia “Certidões”. Na primeira tabela ir em coluna “Pessoa Jurídica” clicar em “Emitir Nova Certidão”. Para emitir a CND de INSS volte a página da tabela, role a página até encontrar o parágrafo “Certidão Relativa a Contribuições Previdenciárias” e clique em “Emitir nova Certidão”);

Certidão Negativa Estadual (emitida pelo site [HTTP://www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br), no link “Certidão de Negativa – CND do Fisco”. Em nova janela, os dados deverão ser preenchidos corretamente para a emissão da CND);

Certidão Negativa Municipal (emitida pelo site [HTTP://www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) no link “Prefeitura On-Line”. Ir em “Certidão de Negativa por Contribuinte”);

Cópia Autenticada dos documentos pessoais do Presidente da entidade (Carteira de Identidade, Cadastros de Pessoa Física);

Preencher o formulário para obtenção do Certificado de Registro de Entidade Desportiva.

ANEXO IV**Formulário de Cadastro de Entidade Desportiva****Dados de Registro**

1. Nome Fantasia da Entidade	2. Número do Registro: Área exclusiva da Fundação
------------------------------	--

Identificação da entidade:

3. Razão social da entidade:			4. CNPJ:
_____/____/____			
5. Endereço:			
6. Bairro:	7. Cidade:		CEP: 89600-000
8. Endereço eletrônico:			
9. Sítio da entidade na internet:			
10. Contato Telefônico:		11. F ()	
12. Nome do Presidente da entidade:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:

Endereço			
Bairro:		Cidade:	CEP: 89600-000
13. Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico	14. R ()	15. C ()	16. (Cel)
17. Nome do Tesoureiro da entidade:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço			
Bairro:		Cidade:	CEP: 89600-000
18. Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico	19. R ()	20. C ()	21. (Cel)

Natureza da Entidade:

22. Tipo de entidade:			
<input type="checkbox"/> Esporte Iniciação	<input type="checkbox"/> Esporte de Rendimento	<input type="checkbox"/> Administração Esportiva	<input type="checkbox"/> Outra
23. Área de desenvolvimento do projeto:			
<input type="checkbox"/> Iniciação	<input type="checkbox"/> Esporte Comunitário	<input type="checkbox"/> Esporte Rendimento	<input type="checkbox"/> Outros
24. Tipo de público atendido:			
<input type="checkbox"/> Crianças (de 05 a 12 anos)		<input type="checkbox"/> Idosos	
<input type="checkbox"/> Adolescentes (de 13 a 17 anos)		<input type="checkbox"/> Outras faixas etárias: ____ a ____ anos	
<input type="checkbox"/> Adultos (de 18 a 35 anos)		<input type="checkbox"/> Outra especificação:	
25. Forma de atendimento:			
<input type="checkbox"/> Gratuito	<input type="checkbox"/> Mensalidade	<input type="checkbox"/> Anuidade	
26. Frequência de atendimento:			
<input type="checkbox"/> 1 vez semanal	<input type="checkbox"/> 2 vezes semanais	<input type="checkbox"/> 3 vezes semanais	
<input type="checkbox"/> 4 vezes semanais	<input type="checkbox"/> 5 vezes semanais	<input type="checkbox"/> 6 vezes semanais	
<input type="checkbox"/> 1 vez quinzenal	<input type="checkbox"/> 1 vez mensal	<input type="checkbox"/> 1 vez trimestral	

ANEXO V

Ofício para Obtenção de Certificado do CRED

* Dados da Instituição com Logomarca

OFÍCIO Nº

Joaçaba, ____ de _____ de 2011.

Senhora Superintendente,

Em consonância com a Lei Municipal 3938/09, solicitamos a Vossa Senhoria o encaminhamento ao Conselho Municipal de Esporte da solicitação para obtenção do CERTIFICADO DE REGISTRO DE ENTIDADE DESPORTIVA da (nome da Entidade).

Em anexo encaminhamos documentos necessários para avaliação por parte do Conselho Municipal de Esporte.

Atenciosamente,
Presidente

À Senhora
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Esporte

Joaçaba/SC

ANEXO VI

FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
1. Razão social da entidade:			2. CNPJ:
____/____/____			
3. Endereço:			
4. Bairro:			5. Cidade:
			CEP: 89600-000
6. Endereço eletrônico:			
7. Sítio da entidade na internet:			
8. Contato Telefônico:		09. ()	10. ()
11. Nome do Presidente da entidade:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço			
Bairro:			Cidade:
			CEP: 89600-000
12. Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico		13. R ()	14. C ()
			15. (Cel)
16. Nome do Tesoureiro da entidade:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço			
Bairro:			Cidade:
			CEP: 89600-000
17. Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico	18. R ()	19. C ()	20. (Cel)

2. NATUREZA DA ENTIDADE			
21. Tipo de entidade: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA			
22. Tipo de trabalho desenvolvido pela entidade:			
<input type="checkbox"/> Es-colinhas	<input type="checkbox"/> Treinamentos	<input type="checkbox"/> Participação em eventos	<input type="checkbox"/> Outro:
<input type="checkbox"/> Grupos de Pesquisa			
23. Tipo de público atendido:			
<input type="checkbox"/> Crianças (de 05 a 12 anos)		<input type="checkbox"/> Idosos	
<input type="checkbox"/> Adolescentes (de 13 a 17 anos)		<input type="checkbox"/> Outras faixas etárias: ____ a ____ anos	
<input type="checkbox"/> Adultos (de 18 a 35 anos)		<input type="checkbox"/> Outra especificação:	
24. Forma de atendimento:			
<input type="checkbox"/> Gratuito	<input type="checkbox"/> Mensalidade	<input type="checkbox"/> Anuidade	
25. Frequência de atendimento:			
<input type="checkbox"/> 1 vez semanal	<input type="checkbox"/> 2 vezes semanais	<input type="checkbox"/> 3 vezes semanais	
<input type="checkbox"/> 4 vezes semanais	<input type="checkbox"/> 5 vezes semanais	<input type="checkbox"/> 6 vezes semanais	
<input type="checkbox"/> 1 vez quinzenal	<input type="checkbox"/> 1 vez mensal	<input type="checkbox"/> 1 vez trimestral	

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO	
26. Título do Projeto:	

27. Período de Execução			
Data de Início / /	Data do Término / /	28. Quantitativo de Público Beneficiado:	
29. Descrição do Público Beneficiado:			
30. Área de desenvolvimento do projeto:			
() Iniciação Esportiva	() Esporte Comunitário	() Esporte Rendimento	() Paradesporto () Outros
31. Apresentação do Projeto:			
32. Justificativa:			
Objetivos:			
33. Objetivo Geral:			
34. Objetivos Específicos:			
35. Metodologia			
36. Quadro de Profissionais			
37. Resultados Esperados			
4. Cronograma de Execução			
38. Fases e Atividades do Projeto:			
Fase:	Denominação	Início	Término
01	Organização e Planejamento	DD/MM	DD/MM
02	Divulgação		
03	Execução		
04	Conclusão		
CRONOGRAMA DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES			

DIVULGAÇÃO DO PROJETO

PARCERIAS

8. ORÇAMENTO DO PROJETO

39. Detalhe de aplicação

Fase	Descrição do Produto	Indicador Físico		Valores			
		Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Valor FMCE	Valor Proponente
01							
02							
03							
04							
TOTAL:							

40. Esse Projeto será complementado com outra fonte de recurso?

() Sim () Não

Qual é a fonte desse recurso complementar?

() Fundes- () Lei de Incentivo () Funcul- () Lei () Ou-
 porte ao esporte tural Rouanet tra Fonte

"Caso seja, descreva aqui de qual forma esse projeto estará complementando, ou sendo complementado por outro projeto"

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DA FMCE

Fonte	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
FMCE					
Fonte	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
FMCE					

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO PROPONENTE

Fonte	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
PROPONENTE					
Fonte	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
PROPONENTE					

Assinatura do Presidente
CPF Nº _____.____._____-

Assinatura do Tesoureiro
CPF Nº _____.____._____-

ANEXO VII
PLANO DE MÍDIA
Identificação do Projeto:

1. Título do Projeto:		2. Período de Execução		
"Nome do Projeto"		Data de Início		Data do Término
		DD/MM/AAAA		DD/MM/AAAA
3. Tipo de Mídia	4. Forma de utilização	5. Nº de Inserções	6. Início das Inserções	7. LOGO Utilizada

Agasalhos				
Banner da FMCE*				
Bonés				
Camisas promocionais				
Cartazes				
Folders ou Panfletos				
Internet (Newsletters)				
Internet (Website)				
Jornal				
Painel de premiação				
Placas				
Rádio				
Revista				*
Televisão				
Uniformes de Competições				
Outros				

* Item obrigatório para a aprovação de projetos com recursos da Fundação Municipal de Cultura e Esportes.

As Entidades Desportivas que tiverem suas equipes participando de Campeonatos Amadores ou Oficiais (Estaduais, Eventos da FESPORTE) deverão ter obrigatoriamente a logomarca da Fundação Municipal de Cultura e Esportes nos seus uniformes de jogo.

Proponente

Obs: O Formulário Padrão do Plano de Mídia está disponível no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br) no link da Fundação Municipal de Cultura e Esporte

ANEXO VIII

Ofício à Fundação Municipal de Cultura e Esportes solicitando Subvenção

* Dados da Instituição com Logomarca

OFÍCIO Nº

Joaçaba, ____ de _____ de 2011.

Senhora Superintendente,

Em consonância com a Lei Municipal nº 3939/09, solicitamos a Vossa Senhoria o encaminhamento ao Conselho Municipal de Esporte, do Projeto denominado (nome do projeto), da entidade (nome da entidade) para que se proceda a análise do pleito e de todas as exigências determinadas na Lei Supra, bem como emissão de parecer sobre a solicitação de repasse financeiro para o exercício de 2012.

Atenciosamente,

Presidente
À Senhora.

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Esporte

Joaçaba/SC

ANEXO VIII

* Dados da Instituição com Logomarca

Joaçaba, ____ de 2011

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, Presidente da _____, responsável pelo Projeto _____, cadastrado na Fundação Municipal de Cultura e Esporte de Joaçaba, no uso de minhas atribuições, declaro ser conhecedor das normativas constantes na Lei Municipal nº 3939/09 que autoriza o repasse de auxílio, subvenções ou contribuições para o ano de 2012.

Nesses termos declaro ser responsável pelo recebimento, aplicação e posterior prestação de contas, referente ao repasse financeiro de R\$_____.

PRESIDENTE

ANEXO X

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS

Conforme artigo 8º da Lei 3939/2009, as prestações de contas referentes ao recurso recebido deverão ser protocoladas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do recurso.

Quando a prestação de contas for apresentada de forma incompleta ou com documentação insuficiente para a comprovação da fiel aplicação do recurso, as contas serão tidas como não prestadas. Saliente-se que havendo pendência de prestação de contas ou não aprovação das mesmas, a entidade fica impedida, até que se regularize a situação, de receber novo repasse financeiro ou parcela pendente do recurso já aprovado.

É fundamental que se comprove que os valores foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos (plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Esporte e termo de convênio firmado com a FMCE).

Constituem documentos essenciais da prestação de contas:

Balancete de Prestação de Contas dos recursos;

Documentos comprobatórios das despesas realizadas em primeira via (notas fiscais, bilhetes de passagens, recibos);

Extrato bancário de conta especificamente aberta para a movimentação do recurso recebido, com a movimentação completa do período;

Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

Declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações nele consignadas;

Declaração do responsável, quando se tratar de obra, dos serviços executados, com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de sua conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

Declaração passada pelo ordenador de despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Para os recursos repassados para fins de bolsa-atleta, o atleta beneficiado deverá apresentar declaração no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do benefício, de que o recurso recebido foi aplicado em gastos com educação, alimentação, saúde, inscrições, passagens para eventos esportivos, transporte urbano e aquisição de material esportivo, bem como, atestado de frequência escolar comprovando frequência mínima de 75%.

ANEXO XI

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e para quem interessar possa que a (nome da entidade) oficiará a Fundação Municipal de Cultura e Esportes até 31 de março de 2012 informando os locais e horários em que estará desenvolvendo o projeto, objeto da presente subvenção, bem como os profissionais que nele atuarão.

Declaro, que caso ocorra qualquer alteração, estou ciente de que deverei comunicar a alteração à Fundação Municipal de Cultura e Esportes no prazo de 10 dias.

Declaro finalmente que estou ciente de que o não cumprimento da presente declaração ensejará a suspensão dos repasses.

Presidente

Joaçaba, de dezembro de 2011

Resolução Nº: 014/CMAS-JBA/11

Resolução Nº: 014/CMAS-JBA/11

Defere sobre os pedidos de inscrição das entidades socioassistenciais no período de 29 de julho à 09 de novembro de 2011, em conformidade com o processo de reordenamento de entidades.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com as deliberações das Reuniões Ordinárias do Conselho realizadas em 05 de outubro e 09 de novembro de 2011:

Considerando as orientações nacionais constantes da Resolução Nº005 /CMAS-JBA/2010 de 08 de dezembro de 2010, que define parâmetros para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como os serviços, programas e projetos no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

Considerando a Resolução CNAS Nº 27, de 19 de setembro de 2011 que caracteriza as ações de assessoramento e de defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

Considerando as decisões da Comissão de Reordenamento, criada a partir da Resolução CMAS Nº 007/11 de 11 de agosto de 2011;

Considerando que até a data de 29 de julho de 2011, definida através da Resolução CMAS Nº 004-2011 de 29 de junho de 2011, protocolaram pedido de inscrição as seguintes entidades:

Nº Protocolo	Data Protocolo	Nome Entidade/Organização de Assistência Social
001-11	27-07-11	Centro Social Marista - CESMAR Joaçaba
002-11	28-07-11	Associação Beneficente Obreiros da Luz
003-11	28-07-11	Pia União Santo Antônio - Pão dos Pobres de Joaçaba
004-11	28-07-11	Associação de Pais e Amigos de Surdos - APAS
005-11	28-07-11	Associação Bocado do Pobre
006-11	29-07-11	Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE
007-11	29-07-11	Lions Clube Joaçaba
008-11	29-07-11	Creche Irmã Sheila
009-11	29-07-11	Associação Regional Esportiva e Cultural de Judô - ARECJ
010-11	29-07-11	União da Melhor Idade de Joaçaba
011-11	29-07-11	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
012-11	29-07-11	Comunidade Casa Esperança e Vida - CCEV

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar como Entidade ou Organização de Assistência Social:

I - Centro Social Marista de Joaçaba (Cesmar Joaçaba), mantido

pela Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), definida como entidade de Proteção Social Básica que desenvolve atividades de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos;
II - Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE Joaçaba), definida como entidade de Proteção Social Básica que desenvolve atividades de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.

Art. 2º - Não foram consideradas Entidades ou Organizações de Assistência Social: I - Lions Clube Joaçaba - foi considerada como sua área de preponderância a saúde, sendo a assistência social coadjuvante da primeira;

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - suas áreas de preponderância são a saúde e a educação, sendo a assistência social coadjuvante destas;

III - Associação de Pais e Amigos de Surdos (APAS) - sua área de preponderância é a educação;

IV - Creche Irmã Sheila - a área de preponderância é a educação;

V - Associação Regional Esportiva e Cultural de Judô (ARECJ) - não se caracteriza como entidade socioassistencial, pois suas ações são de cunho esportivo, focadas no esporte de rendimento e não há indicativos, na documentação apresentada, de esporte como inclusão social.

Parágrafo Único - Caso haja interesse, as entidades acima poderão inscrever junto ao CMAS serviços, programas ou projetos no âmbito da Assistência Social, levando em consideração o disposto na Resolução CMAS Nº 009/11 de 05 de outubro de 2011.

Art. 3º - As demais entidades que já estavam inscritas no CMAS tem o prazo legal instituído pelo MDS, até o dia 30 de abril de 2012, para solicitarem a inscrição de acordo com os procedimentos descritos nas referidas resoluções citadas.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 16 de novembro de 2011.

MARISTELA ROSA ABATTI SCHÜLER

Presidente CMAS-Joaçaba

SIMAE

Portaria 120/2011

PORTARIA SIMAE JHL- Nº 120/11 DE 30/11/2011

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE -Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna - SC, nomeada pela Portaria FNS-114/97, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por motivo de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, ao Servidor Genésio Nunes de Aguiar, matrícula 22, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, do quadro de pessoal desta Autarquia, conforme Portaria do IMPRES 090/2011 de 28/11/2011.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso IV, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de Dezembro de 2011.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Portaria 121/2011

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 121/11 DE 01/12/2011

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear os Srs. Valdesir Spier e Marcio Camaroto, como membros Titulares e Nilson Araujo e Jorge Enderle como membros Suplentes, junto à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, para o período de Fevereiro de 2012 à Janeiro de 2013.

Joaçaba-SC, 01 de Dezembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Homologação Pregão 38/2011 - SIMAE**ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 38/2011 - PR**

Processo Administrativo: 52/2011
 Processo de Licitação: 52/2011
 Data do Processo: 31/10/2011

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 52/2011
 b) Licitação Nr.: 38/2011-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 28/11/2011
 e) Data da Adjudicação: 28/11/2011 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE, DE FORMA PARCELADA, NO EXERCÍCIO DE 2012.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006919 - HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3	0,0000	15.189,00
	3		15.189,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (29) Saldo: 155.658,27

Joaçaba, 28 de Novembro de 2011.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA

Lei nº 1.702/2011

LEI Nº 1.702/2011 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento do Exercício de 2011, no valor de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0019 - R\$ 40.000,00

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 50.000,00

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 80.000,00

2.013 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 110.000,00

2.016 - Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria dos Esportes

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 30.000,00

05.00 - Secretaria Municipal de Obras

05.01 - Departamento de Obras

2.024 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 80.000,00

08.00 - Secretaria Municipal da Agricultura

08.01 - Fundo Municipal da Agricultura

2.042 - Assistência ao Produtor Rural

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 80.000,00

09.00 - Secretaria Municipal da Família e Ação Social

09.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.060 - Atendimento às atividades do Idoso e Mãe

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 50.000,00

TOTAL - R\$ 520.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito especial de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.004 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Escolar

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 35.000,00

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0019 - R\$ 20.000,00

1.005 - Aquisição Terreno

4.5.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 20.000,00

1.006 - Implantação do Laboratório de Ciências

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.00010 - R\$ 5.000,00

2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 40.000,00

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0019 - R\$ 10.000,00

2.013 - Manutenção da Educação Infantil

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0019 - R\$ 10.000,00

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 15.000,00

2.014 - Capacitação do Professor

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 5.000,00

2.062 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0001 - R\$ 5.000,00

1.011 - Reforma Ginásio de Esportes

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 100.000,00

05.00 - Secretaria Municipal de Obras

05.01 - Departamento de Obras

1.014 - Construção de Bueiro

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 105.000,00

1.022 - Implantação Museu de Carvão

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 50.000,00

1.061 - Construção de Unidade de Bombeiro Militar

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0000 - R\$ 100.000,00

TOTAL - R\$ 520.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro Müller, 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lei nº 1.703/2011

LEI Nº 1.703/2011 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2012 e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Lauro Müller, para o exercício de 2012, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

III - a estrutura do orçamento;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre a dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2012, de que trata o artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta lei, e que conterà ainda:

- I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais;
- II - Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das metas Fiscais de Despesa;
- V - Anexo I.4-1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- VI - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- VII - Anexo I.6 - Demonstrativo da memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VIII - Anexo I.7- Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- IX - Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- X - Anexo I.9 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- XI - Anexo I.10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
- XII - Anexo I. 11 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XIII - Anexo I.12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XIV - Anexo II - Prioridades e Metas;
- XV - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;
- XVI - Anexo IV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento de Conservação do Patrimônio Público;
- XVII - Anexo V - Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação; e
- XVIII - Anexo IV - Demonstrativo da Compatibilização das Metas e Despesas.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei, II e VI desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações,

- limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 219/2004.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 219/2004 e alterações posteriores, Na forma dos seguintes ANEXOS:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesas e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- V- Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções,

Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85); VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85); IX - Demonstrativo da despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da portaria SOF/SEPLAN nº 8/85); X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD; XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal; XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no artigo 14 da LRF; (artigo 5º, II da LRF); XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter continuado, (artigo 5º, II da LRF); XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica, conforme disposto no artigo 22 da Lei 4.320/64; XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e Seguridade Social, artigo 165, §5º da CF; XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, (artigo 5º, I da LRF); XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados em 2012, (artigo 44 da LRF); XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público, (artigo 44 da LRF); XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2012 (artigo 4º, §1º e 9º da LRF); XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos , (artigo 8º e 50, I da LRF).

§ 1º - O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste Artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitindo o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total, (Princípio da Transparência, artigo 48 da LRF);

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecados até 2009, identificando o estoque da Dívida Ativa, (Princípio da Transparência, artigo 48 da LRF);

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2010 e 2011 e fixada para 2012, (Princípio da Transparência, artigo 48 da LRF);

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa, (Princípio da Transparência artigo 48 da LRF);

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento;(artigo 20 e 48 da LRF); VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (artigo 212 da CF e 60 dos ADCT); VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde (artigo 77 dos ADCT); VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro; (Princípio da Transparência artigo 48 da LRF); e IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores; (Princípio da Transparência artigo 48 da LRF).

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "OO" - Ordinários do Orçamento Fiscal e corresponderá e pelo menos 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Autarquia Pública Hospital Municipal Henrique Lage, será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11 - Os Orçamentos para o exercício 2012 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Executivos e Legislativos, suas Autarquias e seus Fundos (artigo 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas referidas no artigo 6º, X desta Lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo prefeito a servidor municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012, deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (artigo 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, (artigo 12, § 3º da LRF).

Art. 14 - Se a receita estimada para 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das

metas de resultados primários e nominal, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (artigo 9º da LRF),

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transporte, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - dotação de material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, (artigo 4, § 2º da LRF).

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo III desta Lei, (artigo 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimento, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2012 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superior a 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício, (artigo 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, artigo 5º, Portaria STN nº 163/2001, artigo 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo III, (artigo 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2012, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, (artigo 5, § 5º da LRF).

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias a publicação da lei Orçamentária Anual: o

desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa, (artigo 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido, (artigo 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo, (artigo 8º, § único e 50, da LRF).

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2012, constantes do Anexo I.11 desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita, (artigo 4º, § 2º, V e artigo 14, I da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica, (artigo 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade, (artigo 70, parágrafo único da CF).

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão considerados despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do artigo 24 da lei 8.666/93, devidamente atualizado, (artigo 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, (artigo 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para a conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no

ANEXO IV desta Lei, (artigo 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária, (artigo 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, (artigo 167, VI da CF).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei, (artigo 167, I da CF).

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m/2 das construções, do m/2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com a merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros, (artigo 4º, I "e" da LRF).

Parágrafo único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, (artigo 4º, I "e" da LRF).

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2012, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, (artigo 4º, I "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32 - Para fins do dispositivo no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar, a criação de Grupos de natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas correntes líquidas apuradas até

o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000, (artigo 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica, (artigo 32, I da LRF).

Art. 35 - Ultrapassando o limite de endividamento definido no artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 14 desta lei, (artigo 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoa aprovada em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, (artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei do Orçamento para 2012 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal, (artigo 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal: (artigo 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Lauro Müller, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária em vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois

subseqüentes, (artigo 14 da LRF).

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, (artigo 14, § 3º da LRF).

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente, (artigo 14, § 2º da LRF).

VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2011.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no Artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 - O Executivo Municipal estará autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2012.

Art. 47 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 48 - Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro Müller - SC, 29 de novembro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto Nº 123 - Anula e Suplementa Dotação do Orçamento da Seguridade Social Vigente por Conta de Recurso da Compensação de Especificidades Regionais

DECRETO Nº 123 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE POR CONTA DE RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS".

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, S/C, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 835 de 11 de novembro de 2011:

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social Vigente, na dotação com a estrutura abaixo e até o seguinte valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.000,00
Função	10	Saúde	6.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	6.000,00
Programa	6	Saúde com Excelência	6.000,00
Atividade	1.020	Aquisição de veículos - saúde	6.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de capital	6.000,00
Grupo de Natureza da			
Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	6.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0064.71	Compensação de Especificidades Regionais	6.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			6.000,00

Art.2º Os Recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação parcial da dotação com a estrutura abaixo e até o seguinte valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.000,00
Função	10	Saúde	6.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	6.000,00
Programa	6	Saúde com Excelência	6.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da			
Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	6.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0064.71	Compensação de Especificidades Regionais	6.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Leoberto Leal, 01 de Dezembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado dia 02/12/2011

Decreto Nº 124 - Suplementa Dotação do Orçamento da Seguridade Social Vigente

DECRETO Nº 124 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso III da Lei nº 778 de 20 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	21.182,49
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	21.182,49
Função	10	SAÚDE	21.182,49
Sub-função	301	Atenção Básica	21.182,49
Programa	6	Saúde com Excelência	21.182,49
Atividade	1.020	Aquisição de Veículos - Saúde	21.182,49
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	21.182,49
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	21.182,49
Modalidade Aplicação	90	Aplicação Direta	21.182,49
Fonte de Recursos	0.3.0064.71	Compensação especificidades Regionais	21.182,49
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			21.182,49

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte e respectivo valor:

Fonte	Código	Valor
Compensação Especificidades Regionais	0.1.0064.71	21.182,49
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		21.182,49

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de dezembro de 2011

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contrato Nº 083/2011 PMLL

CONTRATO Nº 083/2011-PMLL

Contratação do Grupo Os Três Xirus para animar à tarde dançante em Comemoração ao 49º Aniversário de Emancipação Política Administrativa do município de Leoberto Leal.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkühl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa Marcos Krassmann, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Adolbio Seibel, 4150, bairro Arroio das Pedras,

Cidade de Bom Princípio, Estado do Rio Grande Sul, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.571.252/0001-24, neste ato representada pelo senhor Marcos Krassmann, a seguir denominada CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Inexigibilidade de Licitação nº 085/2011, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação do Grupo Os Três Xirus, consagrados pela crítica e pelo público para animar a tarde dançante em Comemoração ao 49º Aniversário de Emancipação Política Administrativa de Leoberto Leal, que será realizada no dia 10 de dezembro de 2011, a partir das 15:00 horas, com duração de 04 (quatro) horas, no Centro Comunitário Independente de Leoberto Leal/SC.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto ao CONTRATADO, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2011, devendo ser os serviços prestados no dia 10 de dezembro de 2011, a partir das 15:00 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal do CONTRATADO, no dia da execução dos serviços, devendo o fornecedor apresentar Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - O CONTRATADO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos.
- 3) Fornecer alimentação e hospedagem para 05 pessoas do Grupo Os Três Xirus.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.



CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a executar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de prestação de serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 30 de novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

MARCOS KRASSMANN
CONTRATADO

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09 JACQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

Contrato Nº 084/2011

CONTRATO Nº 084/2011 - PMLL

"Contrato prestação de serviços de caminhão trcado na caçamba capacidade 10m³ e retroescavadeira de pneus 4x4, para transporte de macadame, retirada de barreiras e melhorias nas estradas municipais".

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa COELHO TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Estrada Geral Rio Veado, 3585, bairro Rio Veado, Cidade Leoberto Leal, Estado de

Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.208.767/0001-97, neste ato representada pelo senhor Adésio Luiz Coelho, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Dispensa de Licitação nº 089/2011, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - A presente Dispensa de Licitação tem por objeto a prestação de serviços de caminhão trcado na caçamba capacidade 10m³ e retroescavadeira de pneus 4x4, para transporte de macadame, retirada de barreiras e melhorias nas estradas municipais, que foram danificadas pelas enxurradas que ocorreram entre os dias 07 a 09 de agosto de 2011 e nos dias 05 a 08 de setembro de 2011.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de prestação de serviços, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º - Serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto ao CONTRATADO, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2011, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor de R\$ 10.524,00 (dez mil, quinhentos e vinte e quatro reais), referente a 52 (cinquenta e duas) horas de serviços de caminhão trcado na caçamba capacidade 10m³ e 93 (noventa e três) horas de serviços de retroescavadeira de pneus 4x4. Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal do CONTRATADO, em até 10 (dez) dias após a prestação do serviço, com a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os materiais fornecidos.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - O CONTRATADO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Executar os serviços em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no Edital de Dispensa de Licitação nº 089/2011.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Estadual e Tributos Federais.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 30 de novembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

ADÉSIO LUIZ COELHO
COELHO TERRAPLENAGEM E TRANSPORTE LTDA ME
CONTRATADO

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09 JACQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Editais Pregão 48/2011
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2011

Adierson Carlos Bussolaro - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição livros e um computador todos novos, no dia 16 de dezembro de 2011, às 14:00, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 13:45 do mesmo dia. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 30 de novembro de 2011.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Editais TP 04/2011 FMS
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2011

GENIR LOLI - Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento, fornecimento mediante locação, atualização e manutenção do sistema de informática na área de Saúde, no dia 06 de janeiro de 2012, às 14:00 horas, com o recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 30 de novembro de 2011.
GENIR LOLI
Secretário de Saúde e Ação Social

Tomada de preços 12-2011
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para construção de banheiros e vestiários com área total de 162,82m² sob a arquibancada, no Estádio Municipal Romano Giovani Sandrin, sito a Rua Barão do Rio Branco, neste município, no dia 22 de dezembro de 2011, às 08:30 horas, com o recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 01 de dezembro de 2011.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1406

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 1406 de 25 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2011".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no valor de R\$ 59.460,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2010, apurado na fonte abaixo especificada, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2011, atribuído a atividade e ao projeto:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesa Correntes

Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

03. ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2003 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 18.000,00

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 8.560,00

Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das atividades do ensino Profissionalizante

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

Fonte 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.200,00

Atividade - 08.02.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

Fonte 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 5.100,00

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 17.600,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 59.460,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato dispensa pml.016.11 - PROJETO

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 0082/2011

PREFEITURA DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA Nº 0016/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0082/2011

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação, a preço de mercado, com empresa ES-PAÇO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, para a prestação de serviços de elaboração levantamento arquitetônico da Escola Municipal São Francisco, com projetos de reforma e acessibilidade, conforme norma NBR9050.

Valor homologado: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso I.

Luzerna (SC), 1 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Maracajá

PREFEITURA

Lei Nº 070 de 28 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 070 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO ADMINISTRATIVO E O CONSELHO FISCAL, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e de acordo com os Art. 47 e Art. 51 da Lei Complementar nº 28, de 23 de Novembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o CONSELHO ADMINISTRATIVO, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, os funcionários efetivos abaixo relacionados:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

I - Efetivo: Cirlene Maria Barcelos Schaeffer;

II - Suplente: Iverlene Gomes Savi;

III - Efetivo: João Bento de Souza Neto;

IV - Suplente: Fabiano da Silva Martins;

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

I - Efetivo: Geovana Trevisol Teixeira;

II - Suplente: Elizabete Maria de Souza.

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES

I - Efetivo: Michelini Costa Francisco;

II - Suplente: Vilmar Leandro;

III - Efetivo: Rosani Roldão de Faveri;

IV - Suplente: Helder Francisco Lóch.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem o CONSELHO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, os funcionários efetivos, abaixo relacionados:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

I - Efetivo: Cristiane Sant'Ana;

II - Suplente: Fabiano da Silva Martins;

III - Efetivo: Rosângela Freitas da Silva Rocha;

IV - Suplente: Marcelo Martinelli.

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

I - Efetivo: Andréia Marques;

II - Suplente: Eneir Manoel Monteiro.

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES

I - Efetivo: Michele Goulart da Rocha Nolla;

II - Suplente: João Henrique Kindermann;

III - Efetivo: Janaina Ramos;

IV - Suplente: Elizete Leandro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 28 de Novembro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 28 de Novembro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretária de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº 1374/2011

LEI Nº 1374/2011

Autoriza o Pagamento de Abono de Natal

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba(SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar um abono de Natal no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), aos servidores públicos municipais de Massaranduba.

Parágrafo Único: Terão direito ao recebimento do abono, todos

os servidores ativos, inativos, ACT's, comissionados, estagiários e conselheiras tutelares, que estiverem vinculados à Prefeitura de Massaranduba, no mês de Dezembro do ano em curso.

Art. 2º. O Abono será pago em parcela única e restringe-se exclusivamente ao exercício de 2011, não ficando agregado ou incorporado a vencimentos e/ou salários.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 30 DE NOVEMBRO DE 2011

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1375/2011

LEI Nº 1375/2011

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa de Parceria Educacional Estado-Município para Atendimento ao Ensino Fundamental formalizando a transferência de gestão da educação fundamental da rede estadual de ensino para a rede municipal

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa de Parceria Educacional Estado-Município para Atendimento ao Ensino Fundamental, formalizando a transferência de gestão da educação fundamental da rede estadual de ensino para a rede municipal.

Art. 2º A adesão ao programa será através de protocolo de intenções a ser firmado entre o Município de Massaranduba e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria Regional de Desenvolvimento de Jaraguá do Sul.

Parágrafo Único No respectivo protocolo de intenções será determinado às atribuições de cada uma das entidades envolvidas, visando à assunção de 194 alunos do ensino fundamental da EEF. Pe. Bruno Linden, além da gestão pedagógica, administrativa e financeira dos alunos, móveis, equipamentos e respectivo prédio onde existente a unidade escolar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPA DE MASSARANDUBA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Processo Licitatório Nº. 32/2011 - FMS

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 32/2011 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2011

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica dos Postos de Saúde do município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 15/12/2011
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30m do dia 15.12.2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 30 de novembro de 2011.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Portaria n.º 371/2011

PORTARIA n.º 371/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ÉRICA CIVIDINI SCARDUELI, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009 - 100%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Gerônimo Paulino Neto.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 301/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 372/2011

PORTARIA n.º 372/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita FLÁVIA VENSON BÚRIGO, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 051/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 373/2011

PORTARIA n.º 373/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora SABRINA SILVEIRA, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 050/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 374/2011

PORTARIA n.º 374/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora SCHEILA SERAFIM FRANCISCO FREITAS, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 052/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 375/2011

PORTARIA n.º 375/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita VANESSA STRADIOTO, ocupante do cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 80%, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 259/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 376/2011

PORTARIA n.º 376/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ANTONIO LUIZ CORAL, ocupante do cargo de Professor ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 043/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 377/2011

PORTARIA n.º 377/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita DANIELA MANENTI, ocupante do cargo de Professora Act, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível referência conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 80%, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 191/2011 e nº 314/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 378/2011

PORTARIA n.º 378/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º A Senhora EDMÉIA SOUSA DOS PASSOS, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 378/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 379/2011

PORTARIA n.º 379/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JANICE MACHADO ALEXANDRE SCARPARI, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 053/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 380/2011

PORTARIA n.º 380/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita RAIZA MILIOLI, ocupante do cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 100%, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápole.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 250/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 381/2011

PORTARIA n.º 381/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas

atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora RITA DE CÁSSIA MARTINS BIZ, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 045/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 382/2011

PORTARIA n.º 382/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ANGELA MARIA VALNIER DE LUCA, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Alexandre Rocha.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 037/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 383/2011

PORTARIA n.º 383/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ANDRESSA VENSON DAL PONT, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Alexandre Rocha.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 039/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 384/2011

PORTARIA n.º 384/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE: EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ADRIANA ZANETTE MAGAGNIN, ocupante do cargo de Professora Act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme anexo III da Lei nº 1409/2009 - 100%, na Escola de Educação Básica Municipal Alexandre Rocha.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 208/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 385/2011

PORTARIA n.º 385/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, Lei 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE: EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JULIANA ANTUNES, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Alexandre Rocha.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 140/2011 e nº 275/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Da Adm. e Finanças

Portaria n.º 386/2011

PORTARIA n.º 386/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MONITORA DO PROGRAMA DE ERADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1408/2009, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE: EXONERAR

Art. 1.º A Senhora MARILÉZIA PASINI DAL PONT, ocupante do cargo de Monitora do PETI, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível referencia MAG 150 conforme anexo V da Lei nº 1409/2009, vinculada à Secretaria de Educação.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 046/2011.

Meleiro, 30 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 387/2011

PORTARIA n.º 387/2011

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, RESOLVE: C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, à servidora MIRIAN BIZ SASSO MINATO, ocupante do cargo de Telefonista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 28/11/2011.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato de Aditivo Nº 01/2011 do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Engenharia Nº 45/2011.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 45/2011. TOMADA DE PREÇO Nº 06/2011.

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na SC 456 KM 15 - Centro, Município de Monte Carlo, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito, Antoninho Tiburcio Gonçalves, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº . 906.806.939-04.

CONTRATADA:

A empresa CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.281.254/0001-37, com sede à Rodovia Ayrton Senna da Silva, Km 01 Quadra 573 - São Cristóvão, na cidade de Fraiburgo-SC, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. RONALDO REGALIN, doravante simplesmente designada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Fazem parte do presente termo aditivo nº 01/2011, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

1.2 O Presente Termo Aditivo de Contrato nº 01/2011, tem como objeto a Adequação do valor original do Contrato 45/2011 em mais R\$ 23.908,64 (vinte e três mil, novecentos e oito reais com sessenta e quatro centavos), pelos serviços e materiais adicionais que serão utilizados para a Execução de serviços, para a COBERTURA DE QUADRA DE ESPORTES DA E. E. B. OLGA FORTES, numa extensão total de 756,42 m², em conformidade com o pedido do CONTRATADO e pareceres técnicos, contábeis, jurídicos, bem como autorização da autoridade competente, todos anexos inseparáveis do processo de licitação 47/2011 - TP 06/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária do Município de Monte Carlo, constantes do Orçamento Geral do Município de 2011 abaixo relacionadas:

143 07.01 1.005 4.4.90.00.00.00.00.00.0001

AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1 As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma original do edital e contrato original, aos quais esse termo aditivo fica subordinado integralmente.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, SC, para dirimir dúvidas

que porventura ocorram, independente de outro mais privilegiado. E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 30 de novembro de 2011.

Município De Monte Carlo

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Contratante

Consest Pré-Moldados Ltda Me

RONALDO REGALIN

Contratada

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto Nº 103/2011

DECRETO Nº 103/2011, de 01 de Dezembro de 2011.

"ESTABELECE RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011 À 06 DE JANEIRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido Recesso nas Repartições Públicas Municipais, no período de 21 de Dezembro de 2011 à 06 de Janeiro de 2012, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

Art. 2º - Não haverá recesso no período mencionado no art. 1º, aos órgãos abaixo elencados, em razão da tipicidade dos serviços executados, pois não admitem paralisação por serem considerados de prestação de serviços essenciais:

I - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Econômico, os seguintes serviços:

a) Coleta de Lixo;

b) Caminhão Pipa,

II - Secretaria Distrital, os seguintes serviços:

a) Coleta de Lixo;

b) Caminhão Pipa,

c) Agência Comunitária de Correio.

III - Conselho Tutelar;

IV - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

§ 1º - As atividades essenciais da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Econômico e do Conselho Tutelar funcionarão através do Sistema de Plantão.

§ 2º - O sistema de plantão consiste no atendimento ininterrupto através de telefone, fornecido pelo Órgão, Setor ou Secretaria prestador do serviço de atividade essencial, sendo o mesmo fixado na sede do respectivo órgão em lugar visível e de fácil acesso.



§ 3º - Cada Órgão, Setor ou Secretaria deverá nomear pessoa responsável para o devido atendimento do plantão, devendo o mesmo providenciar o cumprimento das atividades elencadas como essenciais.

§ 4º - No período mencionado no art. 1º, será implementada escala de revezamento de folgas aos servidores, que será regulamentada a critério de cada Órgão, Setor ou Secretaria.

§ 5º - As demais atividades consideradas essenciais e que não admitem paralisação, ficará a critério de cada Secretário, responsável pelo Setor ou Órgão, zelar por sua funcionalidade e manutenção.

Art. 3º - A Sede Administrativa da Secretaria de Saúde será fechada, ficando seus funcionários sobreavisados para os serviços considerados essenciais pelo sistema de plantão.

Art. 4º - Fica em sobreaviso todos os Funcionários, Secretários e demais Servidores Públicos Municipais, para prestarem os serviços considerados essenciais, no caso de extrema necessidade da Administração Pública Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Administração e Planejamento

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Administração e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Portaria de Nomeação

PORTARIA N º 3260 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 003/2009, o senhor JEFERSON BELOTTO para exercer o cargo de Enfermeiro, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/11/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 16/11/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2011.
JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Aviso de Licitação - Concorrência Pública nº 135/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 135/2011PMN
SEGUNDA PUBLICAÇÃO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA AVENIDA PREFEITO JOSE JUVENAL MAFRA, BAIRRO CENTRO, CONFORME O CONVÊNIO FNDE/MEC. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 12/01/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 12/01/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 02 de dezembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 160/2011PMN

—PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇOS Nº 160/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A OPERAÇÃO DO CONJUNTO MOTO BOMBAS - PONTEIRAS ERAT DO BAIRRO GRAVATÁ PARA TEMPORADA 2011/2012. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 19/12/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 19/12/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 01 de dezembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Processo Nº 133/2011 - Pregão Presencial Nº 056/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 133/2011- Pregão Presencial nº 056/2011
Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 1.736 m² de lajotas, 496 ML de meio-fio e confecção e reforma de bocas de lobo, executado na Rua CARLOS BATISTA DELL'ANTONIA no Bairro Trinta Reis, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão. Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 19/12/2011 até às 14:00 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Processo Nº 134/2011 - Pregão Presencial Nº 057/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 134/2011- Pregão Presencial nº 057/2011
Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 1.224 m² de lajotas, 199 ML de meio-fio e confecção e reforma de bocas de lobo, executado na Rua TERESA GANDIM no Bairro Ribeirão da Velha, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 19/12/2011 até às 16:00 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato TA Nº 001 ao CT FMS Nº 001/2011

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Termo Aditivo Nº.: 01/2011 ao Contrato Administrativo FMS nº 001/2011

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada : FELIPE B. BOTTEGA ME

Valor : 3.113,00 (três mil cento e treze reais)

Vigência : Início: 30/11/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2010

Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (135) Saldo: 27.975,62

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de

1.100 (Um mil e cem) litros de Gasolina.

Novo Horizonte, 30 de Novembro de 2011

Extrato ADJUDICAÇÃO ao PL Nº 030/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/11

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2011

HOMOLOGAÇÃO: 20/05/2011

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE 29/11/2011

CONTRATADO: LENOIR MOSCHEN ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para: futura e eventual contratação de empresa para Locação de Microônibus/Van, com capacidade mínima de 24 (vinte e quatro lugares), e Kombi, com capacidade mínima de 12 (doze) lugares, com Motorista, para atender a demanda do Grupo de Idosos

"Voltar a Viver de Novo Horizonte" quando da socialização com outros grupos e nas reuniões mensais na sede do município de Novo Horizonte, para um período de 12 meses.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.938,59 (Dois mil, novecentos e trinta oito reais e cinquenta nove centavos)

DATA: 29/11/11

SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Contrato Nº 204/2011

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

CONTRATO N.º204/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ECOE-FICÊNCIA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. OBJETO: prestação de serviços do Sistema de Esgotamento Sanitário para Autarquia Águas de Palhoça. VALOR: R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais). DATA: 10/11/2011.

Contrato Nº 207/2011

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º207/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFER-SON DA SILVEIRA ME. OBJETO: aquisição de microcomputadores, cartuchos, condicionador de ar e estantes de aço. VALOR: R\$ 39.930,00 (trinta e nove nove-centos e trinta reais). DATA: 11/11/2011.

Contrato Nº 208/2011

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º208/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INFO-TRIZ COMERCIAL LTDA EPP. OBJETO: aquisição de cartuchos para diversas Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais). DATA: 11/11/2011.

Contrato Nº 209/2011

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

CONTRATO N.º209/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de condicionador de ar tipo Split 12.000 Btus, para o arquivo público Municipal. VALOR R\$ 1.185,00 (um mil cento e oitenta e cinco reais). DATA: 11/11/2011.

Contrato Nº 214/2011

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

CONTRATO N.º214/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉ-LITE - TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA ME. OBJETO: fornecimento e execução de drenagem e pavimentação

a lajotas da Rua João Pereira dos Santos, no Bairro Ponte do Imaruim. VALOR: R\$ 146.569,70 (cento e quarenta e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e setenta centavos). DATA: 24/11/2011.

Contrato N°215/2011

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º215/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CHEGA MAIS EVENTOS LTDA ME. OBJETO: organização do Natal Reluz 2011. VALOR: R\$ 188.500,00 (cento e oitenta e oito mil e quinhentos reais). DATA: 25/11/2011.

Contrato N°217/2011

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º217/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LGP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - EPP. OBJETO: prestação de serviços de iluminação com a sua sustentação montada em estruturas de alumínio para a realização do Natal Reluz 2011. VALOR: R\$ 279.000,00 (duzentos e setenta e nove mil reais). DATA: 25/11/2011.

Contrato N°220/2011

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º220/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PALA-VRA EDIÇÃO DE JORNAIS LTDA - ME. OBJETO: prestação de serviços de publicação e divulgação dos editais de notificação por infração de trânsito e de atos e fatos administrativos em jornal de circulação. VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). DATA: 29/11/2011.

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio N° 027, de 05 de setembro de 2011.

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 027, de 05 de setembro de 2011 - Firmado entre o Município de Palhoça e o Instituto de Apoio e Inovação, Incubação e Tecnologia de Palhoça/SC - INATEC.

Celebram o presente Termo Aditivo ao referido Convênio, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominada simplesmente CONVENIENTE e o INSTITUTO DE APOIO A INOVAÇÃO, INCUBAÇÃO E TECNOLOGIA DE PALHOÇA/SC - INATEC, associação de direito privado, sem finalidades lucrativas e econômicas, com sede na Avenida dos Lagos, nº 41 - 2º andar, Cidade Universitária Pedra Branca - Palhoça/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 12.535.244/0001-58, neste ato representada por seu presidente RENATO RAMOS DA SILVA NETO, brasileiro, solteiro, administrador, residente e domiciliado a Rua Begônia, nº 171, Itacorubi - Florianópolis/SC, portador do RG nº 4.702.050-4 e CPF nº 050.820.749-54, doravante denominada simplesmente SUBVENCIONADA, com amparo na Lei nº 3.512, de 02 de setembro de 2011 e Decreto Legislativo nº 206/2011, resolvem celebrar entre si Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 027, de 05 de setembro de 2011, mediante as cláusulas condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Dá nova redação a Cláusula Segunda do Convênio nº 027, de 05 de setembro de 2011, celebrado entre o Município de Palhoça e o Instituto de Apoio a Inovação, Incubação e tecnologia de Palhoça/SC - INATEC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do objeto desta Subvenção Social o Município, repassará à beneficiada a importância global no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), que serão pagos em 03 (três) parcelas iguais, que correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente, Funcional 22.661.0020.1.025 - Criação de um parque tecnológico, Elemento 381 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações diretas."

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Palhoça, em 22 de novembro de 2011.

Prefeitura Municipal de Palhoça.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

INSTITUTO DE APOIO A INOV., INCUBAÇÃO E TEC. DE PALHOÇA/SC - INATEC.

RENATO RAMOS DA SILVA NETO

Presidente

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura

Carteira Identidade

CIC:

Palmitos

PREFEITURA

Processo Licitatório 119/11

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 119/11 Modalidade: Tomada de Preço nº 23/11. Contrato: 190/2011. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de serviços e materiais para construção de Unidade de Saúde, localizado na Rua Oswaldo Cruz, perímetro urbano, no Município de Palmitos - SC, com área total de 194,55m² e ampliação do sistema de iluminação pública de emergência, alarme contra incêndio a ser implantado na Unidade de Saúde. Contratada: Mateus Angelo Romani - ME. Valor: 251.355,11. Prazo: 30/05/2011. Palmitos 30/11/2011.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Passo de Torres**PREFEITURA****Decreto Nº 185/2011**

DECRETO Nº 185, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL NO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2012".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 481, da Lei Municipal Nº 167, de 15 de Dezembro de 1995;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Calendário Fiscal para a Cobrança de tributos municipais abaixo especificados, para o exercício de 2012, com os Seguintes Vencimentos:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU:

- a) Parcela Única com desconto de 20% (vinte pôr cento) com o pagamento até 31 de Janeiro de 2012;
- b) Parcela Única com desconto de 10% (dez por cento) com pagamento até 27 de fevereiro de 2012;

b) Em 4 (quatro) parcelas, com vencimentos:

- a) Primeira Parcela até 31 de janeiro de 2012;
- b) Segunda Parcela até 27 de fevereiro de 2012;
- c) Terceira Parcela até 30 de março de 2012;
- d) Quarta Parcela até 30 de abril de 2012;

Parágrafo Único: O Parcelamento deverá respeitar o disposto no artigo 234, da Lei 167, de 15 de Dezembro e o calendário previsto no item "b", inciso I do caput do Art. 1º.

II - Imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN para estabelecimento fixo:

A) Parcela Única até 31 de Janeiro do corrente ano.

III - Taxa de Licença para localização:

a) Parcela Única até 31 de Janeiro do corrente ano.

IV - Taxa de limpeza e coleta de resíduos sólidos:

a) Serão as mesmas datas do vencimento do IPTU.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua Publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 184/2011.

Passo de Torres, em 19 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Paulo Lopes**CÂMARA MUNICIPAL****Lei Nº. 1474 de 02 de Dezembro de 2011**

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES/SC, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por LEI, notadamente no art. 53, parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga com força de Lei o Projeto nº 42/2011, cujo texto institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

ATO DE PROMULGAÇÃO

CONSIDERANDO a não manifestação quanto à sanção ou veto pelo Poder Executivo no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o art. 53, § 8º deste Diploma Legal determina que no silêncio do Chefe do Poder Executivo, cabe ao Chefe do Poder Legislativo promulgar a Lei aprovada;

CONSIDERANDO também que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos jurídicos e legais, sendo, portanto, requisito indispensável à eficácia do ato normativo. Trata-se de uma operação integrativa da lei que atesta a sua executoriedade.

Dessa Forma, por este instrumento, PROMULGO como Lei os ditames do Projeto de Lei nº 42/2011 a qual autoriza o Poder Público Municipal instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

Paulo Lopes, 02 de dezembro de 2011.

MARIZE MENEZES WHEELER

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

LEI Nº. 1474 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

Institui o Conselho Municipal e Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

MARIZE MENEZES WHEELER, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara promulgou a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, atuando como órgão consultivo e deliberativo, tendo como objetivo, no âmbito de sua competência, deliberar sobre ações e programas de âmbito geral, relativos ao Desenvolvimento Econômico do Município de Paulo Lopes.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, compor-se-á de membros da sociedade organizada e do poder público municipal, com vínculo e interesse no Desenvolvimento Econômico do Município, especialmente da Indústria, Comércio e Prestação de Serviços.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico será composto por representante de cada um dos seguintes órgãos ou entidades, empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal através de portaria, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;

II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
IV - 01 (um) representante da Câmara de Vereadores;
V- 01 (um) representante da ACIAPLO;
VI - 01 (um) representante da CERPALO - Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes, exigindo-se como condição básica para ocupar tal encargo, que o indicado pela cooperativa tenha residência fixa e domicílio eleitoral neste município;
VII - 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Lopes;
VIII - 01 (um) representante de uma entidade civil de cunho social;

§ 1º - A entidade de sociedade civil será indicada pelo Chefe do Poder Executivo e aprovada por maioria de votos entre os Vereadores, levando em consideração trabalho social efetivo abrangendo o território municipal;

§ 2º - O membro representante da Câmara de Vereadores no Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico será eleito pela maioria absoluta dos votos do plenário desta Casa.

Art. 4º - É de competência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I - Acompanhar os projetos municipais de desenvolvimento econômico, sempre visando o fomento do Município;
II - Sugerir práticas de Políticas Públicas, sempre almejando o Desenvolvimento Econômico Municipal;
III - Sugerir metas e ações para elaboração do Plano Plurianual - PPA, em área de atuação;
IV - Opinar, mediante parecer, sobre a concessão de incentivos fiscais e/ou econômicos previstos na Lei 1243/2007.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico será presidido por um representante eleito entre os seus membros.

Art. 6º - As decisões sobre as matérias de competência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes na sessão.

Art. 7º - Serão definidos pelo Regimento Interno, que deverá ser elaborado e aprovado pelo Conselho no prazo de até 180 dias da publicação desta lei e aprovado por decreto do Chefe do Poder Executivo:

I - a forma de funcionamento do Conselho;
II - o horário e a periodicidade das sessões;
III - o local de funcionamento.

Art. 8º - A função de Conselheiro Municipal de Desenvolvimento Econômico não receberá qualquer tipo de remuneração ou verba indenizatória.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 02 de Dezembro de 2011.
MARIZE MENEZES WHEELER
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Promulgada pela Presidente da Câmara Municipal, em 02 de dezembro de 2011.

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios, em 02 de dezembro de 2011.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria Nº 262, de 22 de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 262, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO O disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico de engenharia referente pavimentação com pedras irregulares do trecho da Rua Reinaldo Antonio Bressan, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO I: Projeto: Pavimentação pedras irregulares/ localização - Prancha 1;

II - ANEXO II: Projeto: Pavimentação pedras irregulares/ perfil longitudinal, estaqueamento/detalhes - Prancha 2;

III - ANEXO III: Memorial Descritivo;

IV - ANEXO IV: Planilha de Orçamento Global;

V - ANEXO IV: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

VI - ANEXO VI: Cronograma físico- financeiro.

Art. 2º. Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 22 de novembro de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Portaria Nº 263, de 28 de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 263, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 042/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 042/2011, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa TERRAPLENAGEM CHICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.316.804/0001-55, pelo preço de R\$ 145,00 (cento e vinte e quarenta e cinco reais), por hora/máquina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 28 DE NOVEMBRO DE 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Editais 001/2011 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pinheiro Preto - SC

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO/SC

EDITAL 001/2011

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E

DO ADOLESCENTE DE PINHEIRO PRETO - SC

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- Gestão 2012/2014

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pinheiro Preto - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90, e arts. 55 e 56 da Lei Municipal nº 1.454/2010, torna público o processo de eleição de 05 (cinco) membros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Município de Pinheiro Preto, e de seus respectivos suplentes. DAS INSCRIÇÕES: A inscrição dos candidatos será realizada das 09:00 às 11:30h e das 13:30 às 17h, no período de 05/12/2011 à 20/12/2011, na sede Administrativa do Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, Pinheiro Preto, de segunda-feira à sexta-feira. INTEGRA DO EDITAL: Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações no site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Pinheiro Preto (SC), 01 de dezembro de 2011.

ELISANGELA BIRNFELD

Presidente do CMDCA- Pinheiro Preto/SC

Porto Belo**PREFEITURA****Errata PR 027/2011**

ERRATA PRG 027/2011

O Município de Porto Belo / SC, comunica aos interessados no PRG 027/2011 que os itens abaixo relacionados passam a ter a seguinte redação:

VII.1.7 - Oferecer garantia total do equipamento, de no mínimo 03 (três) meses, bem assim assistência técnica permanente e gratuita durante o período de garantia, que incluirá o atendimento e resolução dos problemas, adiante relacionada, diretamente ou por intermédio de representante (s) autorizada (s) ou credenciada (s) do fabricante, nesta região

VII.1.9 - Passa a ser de 100 (cem) km.

Demais itens e prazos permanecem como constam.

Porto Belo/SC, 01 de dezembro de 2011.

AOILTO MOTTA PORTO

Secretário de Administração

MARCO AURELIO PEREIRA

Pregoeiro

Porto União**PREFEITURA****Decreto Nº 700/2011**

DECRETO Nº. 700, de 29 de novembro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais):

ORGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE 2.081 - Programa Proteção Soc. Especial - Média Complexidade

MODALIDADE 3390 - 212 - Aplicações Diretas 8 8.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 8.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro do Exercício de 2010, na fonte 212 - Medida. Sócio-educativa - Proteção Social Especial - Média Complexidade no valor de 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 702/2011

DECRETO Nº 702, de 29 de novembro de 2011.

Dispõe sobre crédito especial e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.841, de 22 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais):

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0209 - SECRETARIA MUN.DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ATIVIDADE 2026 - Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social

MODALIDADE 339000-170 - Aplicações Diretas novo 510.000,00

TOTAL 510.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação na fonte 169 - Recursos de Convênios com Órgãos Estaduais no valor de 6.000,00 (Seis mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de novembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria N.º 928/2011 - RH

PORTARIA Nº 928, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 2004 a outubro de 2009, do servidor Mariano Lauro Rodrigues, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 929/2011 - RH

PORTARIA Nº 929, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, da servidora Sonia Maria Ribas, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 930/2011 - RH

PORTARIA Nº 930, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, do servidor Valter Alves da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo em extinção isolado de Escriturário Datilógrafo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 931/2011 - RH

PORTARIA Nº 931, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº

2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, do servidor Paulo Medeiros, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 932/2011 - RH

PORTARIA Nº 932, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, do servidor Cláudio Michaliszyn, ocupante do cargo de provimento efetivo em extinção isolado de Escriturário Datilógrafo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 933/2011 - RH

PORTARIA Nº 933, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, do servidor Esmael Adam Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 934/2011 - RH

PORTARIA Nº 934, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, da servidora Luciana Cristina Kauva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 935/2011 - RH

PORTARIA Nº 935, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, da servidora Rozane Meneguzzo Vargas Lanzarini, ocupante do cargo de provimento efetivo em extinção - isolado de Agente Educacional, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 936/2011 - RH

PORTARIA Nº 936, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, do servidor Amilton Gomes, ocupante do cargo de provimento efetivo de

Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 937/2011 - RH

PORTARIA Nº 937, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, da servidora Isabel Caznok, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos Iniciais e 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 938/2011 - RH

PORTARIA Nº 938, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que

regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, da servidora Célia Regina Plautz Buch, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 939/2011 - RH

PORTARIA Nº 939, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2011 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2011;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio referente ao período aquisitivo outubro de 1994 a outubro de 1999, da servidora Marilene Turella, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Decreto 668 em seu artigo 4º.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 940/2011 - RH

PORTARIA Nº 940, de 30 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Zenilda Pereira da Costa das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto N° 2220/11

DECRETO Nº 2.220, de 25 de novembro de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 136/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado o licitante Darci Mendonsa de Vargas para fornecer 3.000m² de grama sempre verde e colocação no Parque Harry Hobus.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

25 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto N° 2221/11

DECRETO Nº 2.221, de 28 de novembro 2011.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.221, de 28 de novembro de 2011.

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 25.204,24 (vinte e cinco mil, duzentos e quatro reais e vinte e quatro centavos),

a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.030 Manutenção do Ensino Infantil

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00.00.03 Aplicações Diretas R\$ 25.204,24

Total R\$ 25.204,24

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 25.204,24 (vinte e cinco mil, duzentos e quatro reais e vinte e quatro centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.066 Manutenção do Ensino Infantil

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00.00.04 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 25.204,24

Total R\$ 25.204,24

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

28 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2222/11

DECRETO Nº 2.222, de 28 de novembro 2011.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.222, de 28 de novembro de 2011.

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 44.849,92 (quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

20.01 Fundação Cultural de Rio do Sul

2.072 Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 44.849,92

Total R\$ 44.849,92

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 44.849,92 (quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

20.01 Fundação Cultural de Rio do Sul

1.034 Descentralização Cultural - Próprios

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 14.124,92

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 2.100,00

1.036 Descentralização Cultural - Oca - Próprios

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 15.525,00

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 2.100,00

TOTAL R\$ 44.849,22

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

28 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2223/11

DECRETO Nº 2.223, de 28 de novembro 2011.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.220, de 28 de novembro de 2011.

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 4.222.827,16 (quatro milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	12.110,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	130.000,00
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	8.100,00
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO		

2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	120.000,00
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	82.000,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção do Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	19.500,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	23.150,00
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
05.05	DEPARTAMENTO DE PROJETOS		
2.013	Manutenção do Departamento de Projetos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	84.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	106.500,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção de Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	339.000,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentária	R\$	535.000,00
06.05	DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA		
2.020	Manutenção do Departamento de Previdência		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	9.950,00

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA		
2.010	Manutenção do Departamento de Cadastro Multifinalitário		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	4.300,00
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	39.200,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	88.500,00
07.02	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA		
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.300,00
07.04	DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		
2.025	Manutenção do Departamento de Tesouraria		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	10.200,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	48.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	356.000,00
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	843.017,16
3.1.91.00	Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias	R\$	216.000,00
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	35.000,00
2.035	Subvenção a Unidavi		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	7.800,00
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	250.300,00

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	GABINETE DO SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
2.043	Manutenção do Gab. Sec. Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	21.500,00
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.045	Manutenção de Departamento de Turismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
10.01	GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
10.02	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO DE FROTAS		
2.037	Manutenção Departamento Apoio Administrativo e Manutenção de Frotas		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	27.600,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	96.800,00
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	40.500,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		

11.01	GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
11.03	DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA		
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	41.000,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	195.000,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		

3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	37.000,00
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	150.000,00
12.03	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO		
2.111	Manutenção do Departamento de Habitação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.500,00
	TOTAL	R\$	4.222.827,16

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 4.222.827,16 (quatro milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.292,78
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	12.000,00
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	294.041,84

2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.718,64
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.809,45
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção do Departamento da Defesa Civil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	7.320,83
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.021,14
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	55.485,48
02.05	DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE		
2.005	Manutenção do Departamento de Expediente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	16.785,70
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON		
2.006	Manutenção do Departamento do Procon		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	15.756,76
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	182,35
03.00	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	7.913,60	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	3.317,69	
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	57.629,63	
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
1.049	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas R\$	19.640,00	
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.001	Desapropriação de Imóveis		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas R\$	93.102,85	
4.5.00.00	Inversões Financeiras		
4.5.90.00	Aplicações Diretas R\$	150.000,00	
2.011	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	15.973,95	
05.05	DEPARTAMENTO DE PROJETOS		
2.013	Manutenção do Departamento de Projetos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		

3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	1.058,66	
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	34.289,98	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	25.615,56	
2.060	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	235.481,33	
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
1.050	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas R\$	657,72	
2.015	Manutenção do Departamento de Informática		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	37.848,02	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	288,68	
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos R\$	774,40	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		

4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	1.073,60
06.02	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO		
2.017	Manutenção do Departamento de Patrimônio		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.279,32
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	189,86
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.428,01
2.113	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	271.158,00
2.019	Manutenção do Departamento de Compras		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	8.172,96
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	174,39
2.020	Manutenção do Departamento de Previdência		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	682,50
2.056	Manutenção do Departamento de Processos Licitatórios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.330,52

3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	142,70
07.01	GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA		
1.051	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.500,68
2.010	Manutenção do Departamento de cadastro Multifinalitário		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	6.280,13
2.022	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida		
3.2.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.857,60
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
4.6.90.00	Aplicações Diretas	R\$	58.062,44
07.02	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA		
2.023	Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20,12
07.03	DEPARTAMENTO CONTÁBIL		
2.024	Manutenção do Departamento Contábil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	33.536,86
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.482,01
07.04	DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		
2.025	Manutenção do Departamento de Tesouraria		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	12.469,96	
07.05	DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO		
2.026	Manutenção do Departamento de Arrecadação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	26.952,16	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	75.237,50	
07.06	DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO		
2.027	Manutenção da Divisão de Protocolo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	23.679,91	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	8.524,51	
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	53.300,67	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	28.782,22	
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.026	Construção e Ampliação de Centro de Educação Fundamental		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas R\$	23.130,06	
1.029	Construção e Ampliação de Centro de Educação Infantil		

4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas R\$	88.600,00	
1.055	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - Infantil		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas R\$	207,77	
2.032	Programa de Alimentação do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	80.771,51	
2.033	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	74.452,08	
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	2.867,04	
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	153.362,46	
2.068	Manutenção das Atividades Pedagógicas		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	19.909,12	
2.070	Programa de Alimentação das Escolas de Tempo Integral I e II		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	661.031,17	
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		

2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	3.506,23
2.034	Transporte Escolar Educação Básica - Próprios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	28.065,32
2.118	Pagamento da dívida Fundada Interna		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida		
3.2.90.00	Aplicações Diretas	R\$	6.254,95
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
4.6.90.00	Aplicações Diretas	R\$	12.937,50
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
2.043	Manutenção do Gabinete do Secretário de desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	859,56
2.044	Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Econômico Nacional		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	16.424,98
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	24,03

09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	246,47
2.046	Promoção e Realização de Eventos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.698,92
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
1.053	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	293.680,00
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	289,90
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
1.087	Pavimentação de Ruas, execução de galerias e aquisição de materiais		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	171,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	310.008,97
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		

3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	21.203,68	
2.048	Obras de Saneamento e Reparos de Tubulação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	25.200,00	
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
2.039	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	62.795,29	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	751,44	
2.040	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	179.190,48	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas R\$	210.000,00	
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	12.901,27	
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas R\$	60.451,80	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	9.233,77	

11.03	DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA		
2.110	Manutenção do Departamento de Pecuária		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	58,83	
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
2.057	Conselho Tutelar		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	21.775,12	
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.106	Manutenção do Departamento de Assistência social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	35,38	
12.03	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO		
2.065	Manutenção do Fundo de Habitação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	17.841,17	
2.111	Manutenção do Departamento de Habitação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas R\$	14.564,22	
	TOTAL R\$	4.222.827,16	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
28 de novembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0743/RH
PORTARIA Nº. 0743/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal FRANCINI BIANCA CIPRIANI, matrícula n. 35556/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 13/10/2008 a 30/11/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2011,
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Mglb

PAUTA de Julgamento Nº 009/2011
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 009/2011

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 14 de Dezembro de 2011, às 09hs00, no auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do protocolo: Protocolo Nº 126014/2011
Nome do Recorrente: Daniel Figueiredo Luciano
Nº do Recurso: 005/2011
Relator: Cons Rubens A S Menslin

Rio do Sul, 01 de dezembro de 2011.
LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

Editais de Publicação de Acórdãos Nº 005/2011
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 005/2011
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 01/12/2011, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 019/2011
Protocolo nº 121919/2010
Recorrente: Gemballa Administradora de Bens S/A
Relatora: Conselheiro Eloi Venturi

DECISÃO: Através do Voto de QUALIDADE do Presidente, dado provimento ao recurso, devendo o município aguardar o terceiro ano, para verificar se as receitas provenientes dos bens ou direitos, decorrentes das transações de compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, mencionadas no Inciso IV, do parágrafo 3º, do artigo 225 do Código Tributário Municipal, representarem mais de 50% das receitas operacionais da recorrente.

EMENTA: Em relação à cobrança de ITBI, sobre a transmissão de bens e direitos, incorporados ao patrimônio de Pessoa Jurídica em relação de capital, a recorrente possui razão, uma vez que o fisco somente poderá exigir o pagamento do ITBI, se ficar configurado a ocorrência de preponderância, estabelecida na alínea "a" do § 3º, do artigo 225 do CTM. (vejamos: "se mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente dos bens ou direitos decorrerem das transações mencionadas no inciso IV"), que será apurada nos termos da alínea "b" do § 3º, do Art. 225 do CTM. (se a preponderância ocorrer: "nos três primeiros anos seguintes ao da data da referida transmissão, caso a pessoa jurídica adquirente inicie suas atividades após a data do título hábil a operar a referida transmissão ou a menos de dois anos antes dela, considerando um só período de apuração de três anos"). Em consequência, o município somente poderá cobrar o ITBI sobre os imóveis transferidos, se no terceiro ano, as receitas da recorrente provenientes dos bens ou direitos decorrerem das transações mencionadas no inciso IV, e representarem mais de 50% das receitas operacionais, pois nos dois primeiros anos analisados, não ocorreu a preponderância estabelecida no referido dispositivo legal.

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 616

PORTARIA Nº 616, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta a Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010,

RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de dezembro de 2011, o cargo de Técnico Legislativo - Área Legislativa, do quadro de cargos de Provimento Efetivo da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, ocupado pelo servidor ROBERTO ANDRADE BASTOS, matrícula nº 18, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, com fundamento no artigo 38, inciso IV, da Lei Complementar nº 207, de 2º de setembro de 2010.

Rio do Sul, 01 de dezembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei Nº 1.444

LEI Nº 1.444, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 218.960,95 (Duzentos e Dezoito Mil Novecentos e Sessenta Reais e Noventa e Cinco Centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02.05 - SECRET. DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL
10.306.1002.2049 - Manutenção da Merenda Escolar
3390.0000.0100- Aplicação Diretas R\$ 13.000,00

02.07 - SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO
15.452.1502.2061 - Manut. da Limpeza Publ. e Coleta de Lixo
3390.0000.0100 - Aplicações Diretas R\$ 5.471,94

03.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2075 - Manutenção do Fundo Munic. de Saúde
3390.0000.0102 - Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

02.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2035 - Manut. do Ensino Fundamental
3190.0000.0118 - Aplicações Diretas R\$ 69.000,00
12.365.1201.2044 - Manut. da Educação Infantil
3190.0000.0118 - Aplicações Diretas R\$ 64.489,01

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.07 - SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO
26.782.2601.2066 - Manut. da Secr. de Obras e Urbanismo
3190.0000.0100 - Aplicações Diretas R\$ 45.471,94

02.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2036 - Manut. do Transporte Escolar
3390.0000.0119 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
12.361.1201.2037 - Manut dos Recursos Fundeb
4490.0000.0119 - Aplicações Diretas R\$ 1.165,01
12.361.1201.1039 - Obras e Instalações e Equipamentos
4490.0000.0119 - Aplicações Diretas R\$ 3.324,00
12.365.1201.2044 - Manut. da Educação Infantil
3190.0000.0101 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
12.365.1201.1046 - Aquisição de Imóveis
4490.0000.0119 - Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 29 de Novembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.
MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário Geral de Planejamento

Errata - Portaria Nº DP00256/2011

Errata - Portaria Nº DP00256/2011
ERRATA

Informamos que a "PORTARIA N.º DP0256/2011", foi publicada com erro na edição 740, veiculada em 17 de Maio de 2011, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA Nº. DP0256/2011
PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, SC., no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE
Art. 1. Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 09 de maio de 2011 a 23 de maio de 2011, totalizando 15 dias de férias a servidora Tania Giacomini De Bortoli, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 01 de Dezembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsavel pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00412/2011 PORTARIA Nº. DP00412/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,
Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Dezembro de 2011 a 30 de Dezembro de 2011, totalizando 30 dias de férias a Servidora LOURDES ANSILIERO TESTA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2010 a 17/02/2010, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de
Recursos Humanos

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 2921 de 25 de Novembro de 2011

LEI Nº 2921, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011
REDUZ GRADATIVAMENTE AS ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 20 da Lei n. 1.398, de 27 de setembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20

I -

II -

III -

IV -

V - 4,0% (quatro por cento), a partir de 01 de janeiro de 2012, e 3,0% (três por cento), a partir de 01 de janeiro de 2013, para os serviços, inclusive referidos nos subitens, dos itens 1, 2, 7, 8, 9, 10, 12, 37, 38 e 40 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e 2,0 % (dois por cento) a partir de 01 de janeiro de 2014 para os serviços, inclusive referidos nos subitens, do item 10 ;

VI - 2,0% (dois por cento), a partir de 01 de janeiro de 2012, para os serviços do item 16 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;

VII - 2,0% (dois por cento), a partir de 01 de janeiro de 2014, para os serviços do item 10 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;

VIII - 5,0 % (cinco por cento), para os demais casos."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de novembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0894 de 21 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 0894, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as Resoluções nº 36 e 37, de 11 de novembro de 2011, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de novembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Resolução nº 36/2011

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, resolve que o Fundo da Infância e Adolescência - FIA, aprova e delibera os recursos financeiros repassados por depósitos destinados, no valor de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais) pela empresa SCM Group - Tecmatic Brasil, no valor de R\$481, 99 (quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos) pela empresa Bavária Empreendimentos Ltda e no valor de R\$772,40 (setecentos e setenta e dois reais e quarenta centavos) pela empresa Supermercado Germânia Ltda. Destinado a seguinte entidade.

ENTIDADE	CNPJ	VALOR
Associação de Triatletas e Corredores de Rua de São Bento do Sul - ATRICOR	10.243.153/0001-13	R\$ 1.734,00
Total		R\$ 1.734,00

Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2011.

VALDECI ROPELATO
Presidente do CMDCA

Resolução nº 37/2011

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, resolve que o Fundo da Infância e Adolescência - FIA, aprova e delibera o repasse de recursos financeiros, no valor R\$ 17.840,00 (dezessete mil, oitocentos e quarenta reais). Destinados as seguintes entidades:

ENTIDADE	CNPJ	VALOR
IDI - Instituto de Desenvolvimento Integradado	08.745.173/0001-40	R\$1. 500,00
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	83.172.478/0001-26	R\$10.340,00
APP EBM Dalmir Pedro Cubas	79.367.355/0001-73	R\$6.000,00
Total		R\$17.840,00

Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2011.

VALDECI ROPELATO

Presidente do CMDCA

Decreto Nº 0902 de 29 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 0902, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011
ALTERA O DECRETO Nº 0544 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 0544, de 17 de dezembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

"Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Eliane do Prado - Titular

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
Iracema da Silva - Suplente"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0903 de 29 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 0903, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011
ALTERA O DECRETO Nº 0512 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 0512, de 29 de novembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
LINDACIR EMIDIA CONDE - Titular
VALDECIR ROPELATO - Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Educação
EMIDIA GUSZAK - Titular

Representantes do Centro de Assistência Social Monte Morá
GENÉSIO CRISTOFOLINI - Titular
ALEXANDRE MAULI - Suplente”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2011.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0904 de 29 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 0904, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR E CONSELHO
DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE
SÃO BENTO DO SUL

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições
legais e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº 082, de 01 de
outubro de 1997,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Curador da
Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul e seus
respectivos suplentes:

VALTRUDES MEIER - Titular
DOUGLAS JEAN RUFINO - Suplente

INGRID APARECIDA STIEGLER RIBEIRO - Titular
AMARILDO EDMUNDO PICKOCZ - Suplente

ANEMARI V. T. TISSI - Titular
FÁBIO RENATO MOURA MACHADO - Suplente

Art. 2º Ficam nomeados os membros do Conselho Deliberativo
da Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul e seus
respectivos suplentes:

MAGNO BOLLMANN - Presidente

SALETE SPITZNER - Titular
NOELI REGINA NOVACK DOS SANTOS - Suplente

UWE STORTZ - Titular
ROSILANE ZELIA DOS SANTOS - Suplente

MARCO RODRIGO REDLICH - Titular
GERSON PACHECO - Suplente

EVALDO CEMIM - Titular
DJONI CLEBER PINHEIRO - Suplente

MARIANE ORIBKA - Titular
GIANCARLO GROSSL - Suplente

Art. 3º O mandato dos Conselhos, nomeados pelo presente, é
de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, a contar de 18 de
setembro de 2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos retroativos a 18 de setembro de 2011.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2011.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0905 de 29 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 0905, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
GENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO
DE 2011.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições
legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a
Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal nº 2681/10 que autoriza
a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de
R\$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais) no orçamento
vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orça-
mentárias no orçamento vigente:

Órgão:07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino
Fundamental, jovens e adultos e Educação especial.

395 3.3.90.39.00.00.00.00.00001 - Outros Serv. Terc. - PJ. R\$
6.500,00

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do En-
sino

330 3.3.90.14.00.00.00.00.00001 - Diárias - Civil. R\$ 5.000,00

Órgão: 03 - SERVIÇO AUTÔN. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-
SAMAE

Unidade: 01 - Serviços Administrativos

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Adminis-
trativos

1 3.1.90.11.00.00.00.00.00.0200 - Venc. e Vant. Fixas - P. Civil
R\$ 5.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abas-
tecimento de Água

16 3.1.90.16.00.00.00.00.00.0200 - Outras Desp. Var. - P. Civil R\$
27.000,00

69 3.1.91.13.00.00.00.00.00.0200 - Obrig. Patr. Inst. Previd.Próp
R\$ 2.000,00

28 3.3.90.93.00.00.00.00.00.0200 - Indenizações e Restituições
R\$ 2.100,00

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgot.
Sanitário

43 3.1.90.11.00.00.00.00.00.0200 - Venc. e Vant. Fixas - P. Civil
R\$ 14.000,00

46 3.1.90.16.00.00.00.00.00.0200 - Outras Desp. Variáv. - P. Civil
R\$ 16.000,00

70 3.1.91.13.00.00.00.00.00.0200 - Obrig. Patron. Inst. Prev.Próp
R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aber-
to no artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos as anula-
ções parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial.

393 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo R\$ 6.500,00

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

329 3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 5.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔN. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Unidade: 01 - Serviços Administrativos

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

29 3.3.90.47.00.00.00.00.00.0200 - Obrig. Tribut. Contrib R\$ 5.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastec. de Água

14 3.1.90.11.00.00.00.00.00.0200 - Venc. e Vant. Fixas - P. Civil R\$ 27.000,00

65 3.3.90.18.00.00.00.00.00.0200 - Aux. Financ. Estudantes R\$ 2.000,00

26 3.3.91.47.00.00.00.00.00.0200 - Obrig. Tribut. Contribut R\$ 2.100,00

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgot. Sanitário

44 3.1.90.13.00.00.00.00.00.0200 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00

49 3.3.90.35.00.00.00.00.00.0200 - Serviços de Consultoria R\$ 4.500,00

42 3.3.90.46.00.00.00.00.00.0200 - Auxílio Alimentação R\$ 9.600,00

53 3.3.91.47.00.00.00.00.00.0200 - Obrig. Tribut. Contrib R\$ 6.400,00

37 4.4.90.52.00.00.00.00.00.0200 - Equip. e Material Perm R\$ 9.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0906 de 30 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 0906, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

DECRETA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, um terreno situado no bairro Serra Alta, fazendo frente para o terreno de Jacob Francisco da Silva Neto, por 42,00 metros, e com o terreno de Maria Bernadete Ruckl Toporoski, por 8,00 metros, fundos com Afonso Ruckl por 50,00 metros, lado direito com Ivo Ruckl, por 113,58 metros, lado esquerdo com Carlos Muehlbauer Sobrinho, por 113,58 metros, contendo área de 5.679,00 m² (cinco mil e seiscentos e setenta e nove metros quadrados), inscrito no registro de imóveis sob nº 20.849.

Art. 2º O terreno a que se refere o artigo 1º deste Decreto destina-se a construção de edifício público, configurando a utilidade pública prevista na alínea "m" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º Fica a Procuradoria autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando a indenização à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0907 de 30 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 0907, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

NOMEIA MEMBROS DO GRUPO DE ANÁLISE DE EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA

Art. 1º. O Grupo de Análise de Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida 2, responsável pela análise e acompanhamento do programa, fica constituído pelos seguintes membros:

I - Uwe Stortz, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

II - Salete Spitzner, representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - Mauro Osowsky, representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

IV - Lindacir Conde, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

V - Marcus Maluf, representante da Secretaria Municipal de Saúde;

VI - José Henelito Weiss e Alice Cleciane de Farias, representantes da Empresa Municipal de Habitação.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0908 de 30 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 0908, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUTORIZA AOS PERMISSIONÁRIOS DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM TÁXIS A UTILIZAREM A BANDEIRA II

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizados os permissionários do transporte de passageiros em táxis a utilizarem a Bandeira II, em substituição a Bandeira I, no período de 1º de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Listagem de Portarias

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9243, de 24 de novembro de 2011. Revoga, a partir de 01 de novembro de 2011, a Portaria nº 7554/2011 que cedeu a servidora pública Iracema Rudnick para prestar serviços junto a Câmara Municipal de São Bento do Sul. Prático de Serviços.

Portaria nº 9244, de 24 de novembro de 2011. Conclusão de Estágio Probatório. Claudia Beleski Carneiro. Cirurgião Dentista. SEMUS.

Portaria nº 9245, de 24 de novembro de 2011. Revoga, a partir de 01 de novembro de 2011, a Portaria nº 1129/2009 que concedeu gratificação de função ao servidor Avelino Comim. Economista. SEFIN.

Portaria nº 9246, de 24 de novembro de 2011. Revoga, a partir de 01 de novembro de 2011, a Portaria nº 0219/2009 que concedeu gratificação de função ao servidor Gerson Evers Mendes. Engenheiro. SEPLU.

Portaria nº 9247, de 24 de novembro de 2011. Concede a partir de 01 de novembro de 2011 gratificação de função FG-5 na função de Agente de Divisão de Arrecadação da Secretaria Municipal de Finanças. Avelino Comim. Economista.

Portaria nº 9248, de 24 de novembro de 2011. Concede a partir de 01 de novembro de 2011 Função Gratificada de Responsabilidade Técnica de Projetos. Gerson Evers Mendes. Engenheiro. SEPLU.

Portaria nº 9249, de 25 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra B para Letra C, a partir de 01 de janeiro de 2011. Jackson Goto. Médico. SEMUS.

Portaria nº 9250, de 25 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 02 para Referência 03, a partir de 01 de janeiro de 2011. Ketlen Luciane Rank. Professor. SEMED.

Portaria nº 9251, de 25 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra B para Letra C, a partir de 01 de julho de 2011. Olga Cristina Rocha Pessin. Psicólogo. SEMUS.

Portaria nº 9252, de 25 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 02 para Referência 03, a partir de 06 de outubro de 2011. Célia Sanocki Bassani. Professor. SEMED.

Portaria nº 9253, de 29 de novembro de 2011. Nomeia Coordenador de Serviços de Apoio Administrativo e Recepção, a partir de 01 de dezembro de 2011. Maristela de Lima Piske. SEMAS.

Portaria nº 9254, de 29 de novembro de 2011. Nomeia Servidor Público, a partir de 25 de novembro de 2011. Anderson Trindade Flores. Psicólogo. Letra A. Nível 08. 40 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 9255, de 29 de novembro de 2011. Nomeia Servidor Público, a partir de 25 de novembro de 2011. Carla Thais Kruger. Psicólogo. Letra A. Nível 08. 40 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 9256, de 29 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio, no período de 28/11/2011 a 27/12/2011. Hans Leopoldo

Parey. Trabalhador Braçal. SEMOB.

Portaria nº 9257, de 29 de novembro de 2011. Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem vencimentos, pelo prazo de um ano a contar de 21 de novembro de 2011. Karina Ruckel Weldt. Recepcionista. SECAD.

Portaria nº 9258, de 29 de novembro de 2011. Revoga, a partir de 01 de novembro de 2011, a Portaria 7211/2011 que concedeu Auxílio Escolar a Servidora Nilvia Lindaura dos Santos Correa. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9259, de 29 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Ederval José Neidert. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9260, de 29 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Hilda Maria Sennes. Prático de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 9261, de 29 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Juarez Hreisemnou de Oliveira. Assistente Administrativo. SECAD

Portaria nº 9262, de 29 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Luzia Gorete Cordeiro da Cruz. Prático de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9263, de 29 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Terezinha Isolete da Silveira. Prático de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 9264, de 29 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Sebastião Pykosz. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9265, de 29 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Valmir José Padilha. Pintor. SEMOB.

Portaria nº 9267, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra A para Letra B, a partir de 01 de janeiro de 2008. Lenea de Fátima Pereira Hruschka. Auxiliar de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9268, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra A para Letra B, a partir de 01 de janeiro de 2008. Márcia Estela Scheide. Psicólogo. SEMUS.

Portaria nº 9270, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra B para Letra C, a partir de 01 de janeiro de 2011. Abel Grein. Trabalhador Braçal. SECAD.

Portaria nº 9272, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 02 para Referência 03, a partir de 01 de janeiro de 2011. Izaias Dias Antonia-comi. Professor. SEMED.

Portaria nº 9273, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra B para Letra C, a partir de 01 de janeiro de 2011. Lenea de Fátima Pereira Hruschka. Auxiliar de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9274, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 02 para Referência 03, a partir de 01 de janeiro de 2011. Patrícia Beier Paszeuk. Professor. SEMED.

Portaria nº 9276, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra B para Letra C, a partir de 01 de janeiro de 2011. Sidnei Carlos Silvério. Motorista I. SEMUS.

Portaria nº 9277, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra B para Letra C, a partir de 01 de janeiro de 2011. Viviane Weiss. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 9278, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 02 para Referência 03, a partir de 04 de fevereiro de 2011. Ruthe Maria de Almeida. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9279, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 02 para Referência 03, a partir de 16 de fevereiro de 2011. Leida Terezinha Morvan Belitzki. Professor. SEMED.

Portaria nº 9280, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra A para Letra B, a partir de 16 de março de 2011. Zenilda Sklarsky Rhode. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9281, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra A para Letra B, a partir de 18 de março de 2011. Neide Serli Radoll. Terapeuta Ocupacional. SEMUS.

Portaria nº 9282, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 01 para Referência 02, a partir de 03 de maio de 2011. Áurea Wawzeniak Bayerl. Professor. SEMED.

Portaria nº 9283, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra B para Letra C, a partir de 22 de junho de 2011. Vitória Seidel. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9284, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Letra B para Letra C, a partir de 15 de julho de 2011. Deyse Margareth Pereira. Auxiliar de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9285, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 04 para Referência 05, a partir de 20 de agosto de 2011. Keli Regina Cezario. Professor. SEMAN.

Portaria nº 9286, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 02 para Referência 03, a partir de 02 de setembro de 2011. Leoni Kruger Maahs. Professor. SECAD.

Portaria nº 9287, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 02 para Referência 03, a partir de 11 de setembro de 2011. Dorita Bueno de Oliveira Andrade. Professor. SEMED.

Portaria nº 9288, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 02 para Referência 03, a partir de 20 de setembro de 2011. Silvane Hornick Schwirkowski. Professor. SEMED.

Portaria nº 9289, de 29 de novembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, da Referência 06 para Referência 07, a partir de 02 de outubro de 2011. Arlete Mulhbauser Neumann. Professor. SEMED.

Portaria nº 9297, de 29 de novembro de 2011. Exonera Coordenador de Serviços, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2011. Maria Solange Gonçalves Bileski. SEMAN.

Portaria nº 9298, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Maria Valdelei Aparecida Miranda Cruz. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 9299, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2011. Naiara Schlosser. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9300, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Carin Luciane Denk Tschöke. Farmacêutico. SEMUS.

Portaria nº 9301, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Daniele de Souza. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9302, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Joice Resende Vieira. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9303, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 04 de novembro de 2011. Jucelia Bora Correa. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9304, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Maristela Schreiner. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9305, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 07 de novembro de 2011. Rafaela Tanto Gauziski. Técnico em Higiene Bucal. SEMUS.

Portaria nº 9306, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 07 de novembro de 2011. Veridiane Cristiane de Araújo. Professor. SEMED.

Portaria nº 9307, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 08 de novembro de 2011. Paula Taisa Silva Oliveira Camargo. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9308, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Rubia do Prado. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9309, de 29 de novembro de 2011. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 10 de novembro de 2011. Veridiana Moreira Paes. Professor. SEMED.

Portaria nº 9310, de 29 de novembro de 2011. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 11 de novembro de 2011. Moises João Lopes. Engenheiro. SEPLU.

Portaria nº 9311, de 29 de novembro de 2011. Demite Empregado Público, a pedido, a partir de 11 de novembro de 2011. Sorana Cristofolini. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9312, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Helena Paulina de Almeida. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9313, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 21 de novembro de 2011. Helena Zanchett. Professor. SEMED.

Portaria nº 9314, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 23 de novembro de 2011. Cristiane Martins. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9315, de 29 de novembro de 2011. Demite Servidor

Temporário, a pedido, a partir de 24 de novembro de 2011. Andréa Cristina de Oliveira. Auxiliar de Serviços. SEMED.

São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2011.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 9296 de 29 de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 9296, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011
REVOGA PORTARIA 8119/2011

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Considerando que MARIA LIZIANE PICKISIUS PSCHISKI apresentou documentos que comprovam seu estado gravídico - Processo nº 6589/2011, razão pela qual adquiriu estabilidade provisória, REVOGA-SE a Portaria 8119, de 01 de novembro de 2011, que demitiu a servidora temporária mencionada por término de contrato.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de outubro de 2011.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2011.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Resultado da Homologação Pregão 15-11 EMHAB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011

A Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/11, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA TERRAPLANAGEM E ARRUAMENTOS DO LOTEAMENTO JARDIM BOA ESPERANÇA, NO BAIRRO SERRA ALTA MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 301579-56/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, para a empresa: MAAHS TRANSPORTES LTDA ME TOTALIZANDO EM R\$ 139.500,00.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2010.
JOSÉ HENELITO WEISS
Diretor Presidente da EMHAB

Resultado do Julgamento Pregão 15-11 EMHAB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011

A Empresa Municipal de Habitação torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/11, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA TERRAPLANAGEM E ARRUAMENTOS DO LOTEAMENTO JARDIM BOA ESPERANÇA, NO BAIRRO SERRA ALTA MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 301579-56/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, o qual a Comissão após analisar detalhadamente as propostas julgou vencedora a empresa:

MAAHS TRANSPORTES LTDA ME.
São Bento do Sul, 29 de novembro de 2011.

JOSÉ HENELITO WEISS
Diretor Presidente da EMHAB

RESUMIDO Edital de Pregão Presencial 394/2011

EDITAL DE PREGÃO Nº. 394 /2011
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 13:45 horas do dia 15 de dezembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES PARA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS ANO 2011 MODELO 2012 OU SUPERIOR CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00. O edital estará disponível no site: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2011.
TIAGO MARTINHUK
Pregoeiro Municipal

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

RESUMIDO Edital de Tomada de Preços Nº 393/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 393/2011
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:15 horas do dia 19 de dezembro de 2011, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES NA E.B.M. DR. HERCÍLIO MALINOWSKI, SITUADO NA RUA SEVERINO EICHENDORF, BAIRRO DONA FRANCISCA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2011.
MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

FUNDAÇÕES

Portaria 008/2011

PORTARIA Nº 008, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

HOMOLOGA REGULAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZ DE VASCONCELLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO MACHADO DE BITENCOURT, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º. Homologar, a partir de 07 de dezembro de 2011, o Regulamento da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos, as Normas de Utilização do Setor de Acessibilidade e a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2011.

PEDRO MACHADO DE BITENCOURT
Presidente da Fundação Cultural

REGULAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZ DE VASCONCELLOS**Capítulo I**
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos é uma instituição cultural, subordinada à Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Art. 2º. A Biblioteca Pública Municipal rege-se:
pelo presente Regulamento da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos;
pelo Regulamento do Setor Acessibilidade;
por Portarias estabelecidas pela Fundação Cultural de São Bento do Sul;
pelas Disposições Internas da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos;
pela Política Orçamentária e de Gestão.

Art. 3º. Ficam sujeitos ao Regulamento da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos, obrigando sua observância, todos os que freqüentarem e utilizarem suas dependências e acervo.

Art. 4º. A Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos é uma entidade cultural, aberta ao atendimento da comunidade em geral, podendo qualquer pessoa freqüentá-la livremente.

Parágrafo Único. O acesso à Biblioteca somente é vedado, diante de pessoas de conduta não condizentes com o ambiente, de comportamento agressivo ou de assédio moral, que causem situações constrangedoras aos usuários e/ou funcionários da Biblioteca.

Capítulo II
DA FINALIDADE E ATRIBUIÇÕES

Art. 5º. A Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos tem como objetivo promover o acesso, a recuperação e a transferência de conhecimento para toda a comunidade, satisfazendo as necessidades de informação, cultura e lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento da sociedade onde se integra.

Art. 6º. Compete à Biblioteca:
Organizar e manter atualizado todo o material do acervo;
Efetuar o cadastro dos leitores e mantê-lo atualizado;
Oferecer empréstimo do acervo;
Efetuar reserva de livros e contatar por telefone e/ou e-mail quando o livro encontrar-se disponível;
Oferecer leitura e pesquisa em livros e periódicos;
Orientar o leitor quanto ao uso da biblioteca;
Atender a leitores para visita da biblioteca;
Promover intercâmbio com outras bibliotecas e centros de

informação e documentação;
Realizar atividades de difusão cultural de incentivo à leitura.

Capítulo III
DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 7º. O horário de funcionamento da Biblioteca é determinado exclusivamente pela Fundação Cultural de São Bento do Sul através de portaria.

Parágrafo Único. A Biblioteca não funciona aos domingos, feriados e eventuais feriados prolongados.

Capítulo IV
DO ACESSO E PERMANÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DA BIBLIOTECA

Art. 8º. O acervo da Biblioteca encontra-se à disposição da toda e qualquer pessoa, livre de quaisquer ônus ou de inscrição prévia, quando para consultas no local.

Art. 9º. O acervo da Biblioteca é aberto, sendo permitido aos usuários consultar e pesquisar no acervo com livre acesso.

Parágrafo Único. Caso o usuário tenha que consultar seus próprios livros no interior da Biblioteca, deverá apresentá-los ao funcionário do setor de atendimento ao público, que os fichará para controle.

Art. 10. Para o empréstimo domiciliar, faz-se necessário o cadastramento junto à Biblioteca.

Art. 11. O usuário poderá identificar e localizar o material bibliográfico através do terminal de consulta.

Art. 12. As dificuldades no tocante à localização de livros nas estantes serão resolvidas com auxílio dos funcionários.

Capítulo V
DO CADASTRAMENTO DO USUÁRIO

Art. 13. Para fazer o cadastramento, o interessado deverá comparecer à Biblioteca munido de:

Documento pessoal (identidade, carteira de habilitação ou certidão de nascimento);
Comprovante de residência do município de São Bento do Sul atualizado em seu nome ou de familiar;
1 fotos 3x4;
Pagamento de taxa de contribuição anual, fixada por portaria estabelecida pela presidência da Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Parágrafo Único. No ato da inscrição, o leitor receberá um único número de cadastro, que permanecerá o mesmo no caso de renovação do cadastro.

Art. 14. O cadastro tem validade de 1 (um) ano, sendo responsabilidade do usuário procurar a biblioteca para a renovação e informação sobre quaisquer mudanças referentes aos dados cadastrais.

Parágrafo Único. Para a renovação do cadastro, o interessado deverá apresentar os mesmos documentos exigidos no cadastramento.

Art. 15. Menores de 12 anos deverão estar acompanhados por um dos pais e/ou responsável para fazer o cadastramento. Os pais deverão assinar uma autorização para este fim (ANEXO A).

Parágrafo Único. Menores de 16 anos tem os pais e/ou responsáveis como seus representantes no que tange aos cuidados com os materiais emprestados.

Art. 16. O cadastro de leitor é intransferível para terceiros, inclusive familiares.

Art. 17. No ato da inscrição e/ou renovação, o usuário assinará um Termo de Compromisso no qual declara ciência e concordância com as normas da Biblioteca (ANEXO B).

Parágrafo Único. Para menores de 12 anos os pais e/ou responsáveis assinarão o Termo de Compromisso.

Capítulo VI DO ACERVO

Art. 18. O acervo da biblioteca é formado por diversos materiais bibliográficos em diferentes suportes:

Geral (livros, monografias, etc.);
Multimeios (disquetes, slides, fitas cassete, fitas de vídeo, CD's, DVD's, etc.);
Referências (enciclopédias, dicionários, bibliografias, etc.);
Periódicos (revistas, jornais, etc.);
Especial (braille, livro falado).

Capítulo VII DAS CATEGORIAS DE USUÁRIOS

Art. 19. No momento do cadastramento o usuário será categorizado conforme as seguintes especificações:

Comunidade: para comunidade em geral;
Idoso: para pessoas com 60 anos ou mais;
Especial: para deficientes visuais.

Capítulo VIII DOS EMPRÉSTIMOS

Art. 20. O empréstimo é efetuado mediante identificação digital ou cartão do leitor, que terá validade em todas as bibliotecas da rede, sendo exclusivo do próprio usuário, não podendo ser utilizado por terceiros, nem familiares.

Parágrafo Único. Na falta de funcionamento do sistema o usuário deverá apresentar um documento de identidade com foto e o empréstimo será feito manualmente em um formulário (ANEXO C).

Art. 21. Comprovada a dificuldade da leitura da impressão digital, será confeccionado um cartão do leitor para o usuário em questão.

Art. 22. A biblioteca reserva-se o direito de vetar a saída de qualquer material bibliográfico.

Art. 23. Da quantidade de materiais e prazos de empréstimos:

§ 1º. Aos usuários da categoria Comunidade, é permitido o empréstimo de:

MATERIAIS	QUANTIDADE	PRAZO
Livro didático	2	5 dias úteis
Literatura	2	10 dias úteis
Literatura infantil	2	10 dias úteis
Literatura infanto-juvenil	2	10 dias úteis
Multimeios	2	5 dias úteis
Livro Falado	2	10 dias úteis
TOTAL DE MATERIAIS	2	

§ 2º. Aos usuários da categoria Idoso, é permitido o empréstimo de:

MATERIAIS	QUANTIDADE	PRAZO
Livro didático	2	5 dias úteis
Literatura	2	20 dias úteis
Literatura infantil	2	10 dias úteis
Literatura infanto-juvenil	2	10 dias úteis
Multimeios	2	5 dias úteis
Livro Falado	2	20 dias úteis
TOTAL DE MATERIAIS	2	

§ 3º. Aos usuários da categoria Especial, é permitido o empréstimo de:

MATERIAIS	QUANTIDADE	PRAZO
Livro didático	2	5 dias úteis
Literatura	2	10 dias úteis
Literatura infantil	2	10 dias úteis
Literatura infanto-juvenil	2	10 dias úteis
Multimeios	2	5 dias úteis
Livro braille	2	20 dias úteis
Livro Falado	2	20 dias úteis
TOTAL DE MATERIAIS	2	

Parágrafo Único. Considera-se dias úteis de segunda a sexta-feira.

Art. 24. Não será permitida a retirada de dois exemplares do mesmo título e volume pelo mesmo usuário.

Art. 25. A Coordenação da Biblioteca pode restringir ou ampliar o empréstimo dos materiais citados no art. 21 de acordo com a necessidade, nos períodos de inventário do acervo, férias ou em casos não previstos neste regulamento.

Art. 26. Quando o material reservado for devolvido, ficará a disposição do solicitante por 24 horas, após este prazo o material estará disponível ao próximo usuário solicitante ou no acervo. O usuário será avisado por telefone e/ou e-mail.

Art. 27. A renovação dos materiais emprestados é de responsabilidade do usuário.

Art. 28. A renovação poderá ser feita pela internet, por telefone e/ou no balcão de atendimento até a data do vencimento.

Parágrafo Único. O empréstimo de materiais poderá ser renovado por 1 (uma) vez de igual período, caso não haja reserva e não esteja em atraso. O período de renovação irá contar a partir da data em que o usuário fizer a renovação do empréstimo do material.

Art. 29. A devolução do material emprestado deverá ser feita na biblioteca onde o livro foi retirado, podendo ser efetuada por terceiros.

Art. 30. A devolução das obras deverá ser feita diretamente ao funcionário encarregado de recebê-las no balcão de atendimento da Biblioteca. Portanto, não serão considerados como devolvidos os materiais deixados nas mesas e estantes da Biblioteca ou em outro local. Enquanto o sistema não proceder à devolução do material, o usuário estará em débito com a Biblioteca.

Art. 31. O atraso na devolução dos materiais implica na cobrança de multa diária por material emprestado, inclusive aos sábados,

domingos e feriados, independente da categoria de usuários.

Art. 32. É vedado ao usuário inadimplente o empréstimo e renovação de material bibliográfico, até a regularização de seu débito.

Art. 33. Os periódicos e os materiais identificados com etiquetas azul e laranja são para consulta local.

Capítulo IX DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 34. São direitos dos usuários da Biblioteca:
Acesso aos serviços da Biblioteca, para fins de consulta local e empréstimo, observando as regras estabelecidas neste regulamento;
Livre acesso às estantes e à sala de leitura da biblioteca;
Receber atendimento eficiente e respeitoso por parte dos funcionários da Biblioteca;
Apresentar suas críticas e sugestões para melhoria dos serviços da biblioteca, através da Caixa de Sugestões e/ou e-mail.

Capítulo X DOS DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 35. São deveres dos usuários da Biblioteca:
Preservar o patrimônio e o acervo da Biblioteca;
Tratar com respeito todos os funcionários da Biblioteca, acatando as recomendações dos mesmos, no que tange ao uso de seus serviços;
Guardar pastas, sacolas, bolsas, embrulhos, bebidas, alimentos e outros objetos no guarda-volumes, durante a permanência na biblioteca;
Respeitar a ordem, a disciplina e o silêncio no recinto da Biblioteca;
Não comer, beber, fumar, realizar trabalhos de recortes, ou reuniões de caráter estranho às finalidades da biblioteca;
Não utilizar telefone celular ou qualquer outro tipo de aparelho sonoro;
Deixar sobre as mesas da biblioteca o material utilizado nas consultas, não o devolvendo às estantes;
Pagar a multa estabelecida, no caso de devolução do material emprestado em data posterior à determinada;
Devolver o material emprestado na mesma Biblioteca na qual foi retirado e, unicamente, no balcão de empréstimos;
Comparecer à Biblioteca quando solicitado;
Notificar imediatamente a Biblioteca no caso de perda, extravio ou dano do material;
No caso de extravio (perda ou furto, inclusive por terceiros), rasuras, anotações ou outros danos do material usado, indenizar a Biblioteca com pagamento de multa e/ou exemplar idêntico e, na falta deste, conforme indicação da Coordenação da Biblioteca, fundamentada em análise técnica. O exemplar danificado continuará a ser de propriedade da Biblioteca.
Atender ao pedido de devolução do material emprestado, quando solicitado pela Biblioteca, mesmo antes de terminar o prazo regulamentar do empréstimo;
Manter seus dados pessoais (endereço, telefone, e-mail, local de trabalho) atualizados, no cadastro da Biblioteca;
Observar rigorosamente a data de devolução dos materiais emprestados;
Não marcar, grifar ou fazer anotações de qualquer espécie nos livros, revistas, jornais e documentos, assim como recortar, arrancar folhas, rasgar, sujar ou causar quaisquer outros danos aos materiais;
Apresentar à entrada e à saída da Biblioteca todo o material que portar, sempre que for solicitado;
Obedecer às normas estabelecidas neste Regulamento.

Capítulo XI DAS PENALIDADES

Art. 36. Em caso do não cumprimento das obrigações, fica prevista a aplicação das seguintes penalidades:

A não observância nos prazos de devolução acarretará em multa diária para cada material emprestado;

O usuário que retardar a devolução dos materiais pagará multa por volume e dias corridos, independente da incidência de sábados, domingos e feriados e da categoria do usuário (Comunidade, Idoso, Especial);

A Biblioteca reserva-se o direito de suspender por tempo indeterminado o empréstimo ao usuário por eventuais danos ao acervo;
O leitor em débito com a Biblioteca não poderá retirar livros para empréstimo domiciliar;

No caso de perda do livro, o leitor deverá substituir por outro do mesmo título. Caso haja impossibilidade, poderá ser substituído por outro, de mesmo valor, indicado pela Biblioteca. O valor da obra será aquele apurado no mercado por meio de consulta de preço;

O usuário que possuir material extraviado ou danificado, não poderá fazer um novo empréstimo, até que sua situação seja normalizada;

O usuário que danificar (dobrar, cortar ou rasgar, escrever, riscar, desenhar, sublinhar, sujar ou molhar as folhas, capas e dorso) ou extraviar material bibliográfico é obrigado a ressarcir a Biblioteca mediante a reposição de obra idêntica ou de outra obra a ser escolhida pela Biblioteca.

Art. 37. As importâncias arrecadadas pela Biblioteca serão aplicadas exclusivamente na aquisição de novas publicações, quando provenientes do Cadastramento e renovação da inscrição na Biblioteca e de multas por atraso na devolução;

Capítulo XII DO GUARDA-VOLUME

Art. 38. Não é permitido entrar na Biblioteca portando: bolsa, mochilas, pastas e/ou materiais que dificultem a conferência;

Art. 39. O guarda-volumes poderá ser utilizado somente durante a permanência do usuário na Biblioteca;

Art. 40. O usuário não deve deixar objetos de valor no guarda-volumes ou no local de pesquisa, pois a Biblioteca não se responsabiliza pelo extravio dos objetos pessoais.

Capítulo XIII DO SETOR DE ACESSIBILIDADE

Art. 41. O Setor de Acessibilidade funcionará de acordo com as normas específicas, estabelecidas pelo Regulamento do Setor Acessibilidade.

Capítulo XIV DO INVENTÁRIO

Art. 42. O Inventário do Acervo ocorrerá conforme especificado na Política de Formação E Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos.

Capítulo XV DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO ACERVO

Art. 43. Conforme o documento Política de Formação E Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos.

Capítulo XVI DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA E GESTÃO

Art. 44. Cabe à Fundação Cultural de São Bento do Sul, com

participação de representantes da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos, fixar as metas orçamentárias e de gestão da mesma.

Capítulo XVII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. As visitas orientadas ficam condicionadas a prévio agendamento com a Coordenação da Biblioteca;

Art. 46. O material do acervo da biblioteca só poderá ser fotocopiado em parte, de acordo com a Lei n. 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, capítulo IV, do art. 3.

Art. 47. O horário de atendimento poderá ser alterado pela direção da Biblioteca, juntamente com a Fundação Cultural de São Bento do Sul;

Art. 48. A Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos e a Fundação Cultural de São Bento do Sul se reservam o direito de alterar os itens deste regulamento no momento que houver necessidade de tais modificações.

Art. 49. Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Bibliotecário responsável juntamente com a Coordenação da Biblioteca.

São Bento do Sul (SC), 01 de dezembro de 2011.

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA INSCRIÇÃO/RENOVAÇÃO

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZ DE VASCONCELLOS

AUTORIZAÇÃO PARA INSCRIÇÃO/RENOVAÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____, confirmo ser pai ou responsável por _____, sendo assim, declaro estar ciente de sua inscrição na Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos e, para tanto, devidamente autorizado.
Ciente das responsabilidades assumidas neste termo.

Assinatura do pai ou responsável
São Bento do Sul, _____ de _____ de _____.

ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO DO USUÁRIO

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZ DE VASCONCELLOS

TERMO DE COMPROMISSO DO USUÁRIO

Eu, usuário da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos, declaro estar ciente e aceitar os termos de seu Regulamento e das Disposições Internas.
Declaro também ter conhecimento de que meu cadastro de usuário é para meu uso único e exclusivo, e não pode ser cedido a terceiros nem familiares.
Ciente das responsabilidades assumidas neste termo.

São Bento do Sul, _____ de _____ de _____.

Nome: _____
Código: _____ Assinatura do usuário: _____

ANEXO C - FICHA DE EMPRÉSTIMO MANUAL

Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos

FICHA DE EMPRÉSTIMO MANUAL

Leitor: _____
Código: _____ Data: _____

Título: _____
Tombo: _____
Devolver em: _____

Título: _____
Tombo: _____
Devolver em: _____

Estou ciente de que este empréstimo será colocado em minha conta de usuário no sistema da Biblioteca Pública no próximo dia útil:

Assinatura: _____

Emprestar é um prazer, devolver é um dever.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZ DE VASCONCELLOS

SETOR DE ACESSIBILIDADE – NORMAS DE UTILIZAÇÃO

O Setor de Acessibilidade da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos caracteriza-se por oferecer aos seus usuários uma sala especial equipada com 2 (dois) computadores configurados para utilização de softwares apropriados a tecnologias assistivas, fones de ouvido com microfone estéreo digital e scanner de mesa. Estes equipamentos podem ser utilizados por pessoas com deficiência ou não, visando oferecer maior facilidade de acesso à informação.

Responsável: Coordenação da Biblioteca

Horário: das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira.

I- Da Utilização do Setor de Acessibilidade

1. Os equipamentos deverão ser utilizados para consultas aos recursos eletrônicos disponibilizados pela Biblioteca, tais como: cd-rom, DVD e outras informações disponíveis na Internet;
2. O acesso à sala será realizado mediante comunicação ao Setor de Atendimento;
3. Terão preferência para utilização dos equipamentos os usuários portadores de necessidades especiais ou restrição motora assim como os idosos (acima de 60 anos) conforme o Estatuto do Idoso, Lei 10741 de 01/10/2003;
4. O usuário deverá ter conhecimento suficiente do funcionamento dos equipamentos, dos softwares e dos recursos a serem utilizados. Não será oferecido treinamento e nem orientação especializada para utilização das tecnologias assistivas;
5. Cada sessão de utilização tem o tempo previsto de 1h (uma hora). Havendo disponibilidade, as sessões poderão ser prorrogadas.

6. A reprodução de obras, salvamento de pesquisas será feita em mídia portátil (pen-drive, disquete, cd-rom) fornecida pelo usuário após autorização do funcionário da Biblioteca e checagem por programa anti-vírus;
7. O interessado em utilizar o Setor de Acessibilidade deverá possuir carteira de usuário da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos, adaptando-se ao Regulamento da Biblioteca.
8. A Biblioteca não é responsável pelas possíveis quedas do sistema e conseqüentes prejuízos de perda de informações.

II – Do Empréstimo

1. Será permitido o empréstimo de Livros Braille para os usuários com deficiência visual, baixa visão e professores que desenvolvam atividades com deficientes visuais.
2. Será permitido o empréstimo de Livros Falados para os usuários inscritos na Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos.
3. O empréstimo de Livros Braille será pelo período de 30 dias, e 2 volumes por usuário.
4. O empréstimo de Livros Falados será pelo período de 15 dias, e 2 volumes por usuário.
5. A não devolução dos materiais emprestados na data prevista, acarretará em multa diária por material e dias de atraso, conforme o regulamento da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos.

III - Das Restrições

É vedado aos usuários quando da utilização do Setor de Acessibilidade:

1. Consumir alimentos e/ou bebidas;
2. Fumar;
3. Utilizar aparelho celular;
4. Alterar as configurações dos computadores e/ou programas;
5. Instalação ou transferência de programas (download);
6. Deixar arquivos pessoais salvos nos computadores do Setor de Acessibilidade;
7. Modificar a localização de periféricos e/ou componentes como monitor, teclado e mouse;
8. Acessar páginas de conteúdo pornográfico; acessar programas de bate-papo (chat), orkut, jogos, e visita a páginas cujo conteúdo não seja de interesse técnico;
9. Transmitir ou divulgar ameaças, pornografia, pedofilia, material racista ou qualquer outro material que viole a legislação em vigor no País;
10. Ter atitudes desrespeitosas com os funcionários da Biblioteca.

IV- Dos Deveres dos usuários

1. Zelar pelo estado de conservação dos equipamentos utilizados, tendo em mente que o bom funcionamento do Setor de Acessibilidade e conseqüente atendimento das necessidades depende de cada um;
2. Informar à pessoa responsável pelo atendimento sobre ocorrências que ponham em risco usuários e/ou instalações e mau funcionamento dos equipamentos;
3. Os usuários do Setor de Acessibilidade deverão zelar pelo silêncio do local com a utilização de fones de ouvidos em volume adequado.

V – Dos Deveres dos funcionários da Biblioteca

1. Permitir a utilização dos equipamentos somente por pessoas autorizadas;
2. Manter um controle estatístico do registro dos usuários;
3. Registrar as ocorrências relacionadas ao não cumprimento das regras estabelecidas para a utilização do Setor de Acessibilidade;
4. Zelar pela observância desta norma, pela qualidade do apoio a

ser dado aos usuários e pelos recursos computacionais do Setor de Acessibilidade;

5. Manter a Coordenação da Biblioteca informada sobre incidentes em relação à utilização dos equipamentos e conduta inapropriada dos usuários, bem como, ocorrências que ponham em risco usuários e/ou instalações e mau funcionamento dos equipamentos.

VI - Das Disposições Gerais;

A utilização do Setor de Acessibilidade pressupõe o conhecimento destas normas e não serão aceitas justificativas por comportamento incorreto, com base no desconhecimento das referidas normas. Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com o Regulamento da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZ DE VASCONCELLOS

É o conjunto de atividades caracterizadas por um processo decisório que determina a conveniência de se adquirir, manter ou descartar materiais bibliográficos e não bibliográficos, tendo como base critérios previamente estabelecidos, visando a formação ideal do acervo, tornando-se um instrumento para planejamento e avaliação.

A Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos define critérios para a composição do seu acervo.

1. OBJETIVOS

Para que o acervo da biblioteca esteja em conformidade com as necessidades dos usuários, ele deve estar em constante desenvolvimento devendo ser sistematicamente avaliado e atualizado, estabelecendo critérios e prioridades para a formação de coleções com relação à seleção, aquisição e descarte de obras.

Com o propósito de garantir que esses aspectos sejam observados ao se realizar as atividades de formação e desenvolvimento do acervo, ficam estabelecidos os seguintes objetivos:

Estabelecer normas para seleção e aquisição do material bibliográfico;
Identificar os elementos adequados a formação da coleção;
Estabelecer diretrizes para a avaliação do acervo;
Determinar critérios para duplicação de títulos;
Definir prioridades de aquisição de material;
Traçar diretrizes para o descarte de material;
Prever e planejar recursos orçamentários destinados a aquisição;
Estabelecer prioridades de aquisição de material;
Traçar diretrizes para conservação do acervo;
Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo em todos os campos do conhecimento.

2. COMPETÊNCIA

Compete ao bibliotecário o gerenciamento das atividades de formação, manutenção e controle do acervo da Biblioteca. No entanto, é necessário um trabalho integrado entre toda a equipe da Biblioteca, com destaque para a seção de atendimento ao público. Ao bibliotecário compete:

Estudar, propor e avaliar a política de desenvolvimento de coleções;
Prever os recursos necessários para a formação e desenvolvimento de coleções;
Planejar e coordenar as atividades de aquisição, avaliação e descarte de coleções;
Selecionar material bibliográfico para aquisição e descarte;
Promover o intercâmbio de material bibliográfico;
Executar as rotinas de aquisição de material bibliográfico por compra, permuta ou doação;
Organizar e manter cadastros de editoras, livrarias e outras

instituições para fins de aquisição;
Elaborar projetos e avaliar as estatísticas, o trabalho e os resultados da biblioteca.

3. FORMAÇÃO DO ACERVO

A formação do acervo da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos se dará através de compra, doação e permuta.

Na seleção do material bibliográfico serão levados em consideração os seguintes fatores:

Estudo da comunidade;
Qualidade do conteúdo;
Acessibilidade da língua;
Autoridade do autor e/ou editor;
Atualidade da obra;
Acessibilidade do idioma;
Custo justificável;
Condições físicas do material;
Demanda;
Falhas nas coleções;
Escassez de material sobre o assunto na coleção;
Valor histórico para a Instituição/área;
Obras raras ou especiais.

O número máximo de livros de cada título, que ficará no acervo da Biblioteca, será de 05 exemplares, salvo em casos de livros com muita circulação.

O acervo de revistas será adquirido através de assinaturas.

4. SUGESTÕES DE OBRAS

Para formar um acervo de qualidade, a biblioteca conta com participação do bibliotecário, do Coordenador da Biblioteca e da comunidade nesse processo, apresentando suas sugestões.

4.1. BIBLIOTECÁRIO

Avalia e seleciona obras divulgadas nos catálogos das editoras;
Avalia as estatísticas do serviço de circulação para constatar obras que tenham poucos exemplares e uma grande demanda;
Avalia a situação geral do acervo para constatar obras que devam ser substituídas por terem sido extraviadas ou danificadas;
Executa outras atividades, conforme descritas no Decreto Municipal nº 2173, de 25 de julho de 2006, denominado Regulamentação dos Cargos Efetivos da Fundação Cultural.

4.2. COORDENADOR DA BIBLIOTECA

Apresenta sugestões de obras que possam auxiliar no processo de tomada de decisões;
Apresenta sugestões com base nas reivindicações recebidas e/ou através de suas próprias observações;
Orienta a comunidade a participar ativamente desse processo.

4.3. USUÁRIOS

Apresentam sugestões de obras através da Caixa de Sugestões e/ou e-mail.

5. AQUISIÇÃO

5.1. COMPRA

A aquisição por compra deverá ser feita levando-se em conta os critérios de seleção apontados no item 3 e a disponibilidade de recursos orçamentários.

5.2. DOAÇÕES

Quaisquer doações de materiais bibliográficos são aceitas pela Biblioteca, desde que a equipe técnica as considere pertinentes ao acervo e que estejam dentro dos critérios pré-estabelecidos pela Biblioteca.

Condições que não permitem a incorporação do material ao acervo:

Obras danificadas;
Obras faltando páginas;
Obras com folhas soltas;
Obras infectadas por fungos, insetos e/ou roedores;
Obras com conteúdo ultrapassado, como por exemplo livros de Direito que abordam leis que não existem mais;
Livros didáticos com mais de 10 anos;
Xerox de materiais bibliográficos, de acordo com o Art. 29 da Lei de Direito Autoral, Lei n. 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Não serão adicionados novos materiais ao acervo da Biblioteca somente porque foram recebidos de forma gratuita.

Um termo de doação (ANEXO A) deverá ser preenchido, deixando ciente o doador de que a Biblioteca, após análise do material, poderá dispor do mesmo da seguinte maneira:

Incorporação ao acervo;
Doação e/ou permuta com outras instituições;
Descarte.

Toda e qualquer doação incorporada ou não ao acervo, não mais poderá ser devolvida ao doador.

Livros com carimbos de outras instituições somente serão incorporados ao acervo com autorização da mesma.

A Biblioteca poderá solicitar doações, quando as publicações forem editadas por órgãos públicos.

5.3 DOAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO DE MULTA

Quando da negociação da doação para compensação de multa por atraso na devolução do material, prevista no Regulamento da Biblioteca, serão aceitas obras indicadas pela Biblioteca, com base na necessidade de duplicação em função do uso ou inexistência da mesma na Biblioteca.

5.4 PERMUTA

A permuta de publicações será feita através de listas de duplicatas de livros e periódicos entre instituições.

6. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA SELEÇÃO

Para a formação do acervo, o bibliotecário, além de traçar o perfil da instituição e de seus usuários, em termos de demanda informacional, necessita de conhecimentos mínimos acerca dos próprios materiais a serem adquiridos, o que só é possível via estudo de fontes de informação para seleção, com destaque para:

Materiais distribuídos por editores, distribuidores e livrarias - catálogos e listagens comerciais; livros cedidos para exames na Biblioteca e outras opções;
Resenhas e anuários de periódicos;
Bibliografias gerais e especializadas;
Guias de literatura gerais e especializados;
Catálogos, listas de novas aquisições e boletins de outras bibliotecas;
Sugestões de usuários;
Visitas a livrarias, exposições literárias, feiras de livros e eventos similares;
Informações coletadas através de redes eletrônicas de informação, com ênfase para a Internet;
Publicações de entidades diversificadas, como a Fundação Biblioteca Nacional, o Sindicato Nacional de Editores de Livros, a Câmara Brasileira do Livro e similares.

7. OBRAS RARAS

Serão consideradas obras raras:

Incunábulo;

Materiais impressos até 1900;

Primeiras edições de autores literários renomados;

Edições de autores são-bentenses;

Edições especiais, reduzidas, clandestinas;

Exemplares especiais, com marcas de propriedade, anotações manuscritas e/ou dedicatórias de pessoas célebres;

Publicações impressas em circunstâncias especiais (períodos de guerra, por exemplo).

8. DESCARTE

O descarte consiste na retirada definitiva do acervo de uma obra por ter sido danificada pelo uso, perdida, doada, permutada etc. Durante o inventário da Biblioteca poderá ser realizada a separação física daquelas obras passíveis de descarte, ou seja, obras com conteúdo sem interesse, desatualizadas, duplicadas e danificadas, previamente avaliadas por grupo de trabalho destacado para tal fim.

Outra metodologia para se proceder o descarte é listar as obras de determinada classe e realizar uma seleção prévia na própria listagem, segundo os critérios de avaliação e descarte descritos adiante.

Embora a listagem permita a identificação de obras com o mesmo título e diferentes edições, não se deve dispensar a avaliação do estado físico da obra.

O art. 18 da Lei n.º 10753 de 31 de outubro de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, estabelece que o livro não será mais considerado material permanente nas bibliotecas públicas, entendendo-se como tais, as bibliotecas mantidas pelo poder público:

“Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente”.

Para realização do descarte, deverá ser formada uma Comissão para Descarte de Obras Literárias nomeada pela Fundação Cultural de São Bento do Sul.

8.1. CRITÉRIOS PARA DESCARTE DE LIVROS

Inadequação: documentos cujos conteúdos não interessam à Biblioteca Pública, incorporados ao acervo anteriormente, sem uma seleção prévia e/ou escritas em línguas pouco acessíveis.

Desatualização: este critério se aplica principalmente aos documentos cujos conteúdos já foram superados por novas edições. Entretanto, para aplicação deste critério, deve-se levar em consideração, principalmente, a área de conhecimento a que se refere a obra.

Condições Físicas: obras sujas, infectadas, deterioradas, com páginas faltantes ou rasgadas.

Duplicatas: número excessivo de cópias de um mesmo título em relação à demanda;

Obras não consultadas há mais de 10 anos.

8.2. CRITÉRIOS PARA DESCARTE DE PERIÓDICOS

Coleções não correntes e que não apresentem demanda;

Periódicos de divulgação geral e/ou de interesse temporário;

Periódicos recebidos em duplicata;

Coleções de periódicos de caráter não científico;

Condições físicas inadequadas;

8.3. CRITÉRIOS PARA DESCARTE DE CD-ROM, DVD, FITAS DE VÍDEO E OUTROS MATERIAIS NÃO-CONVENCIONAIS

Multimeios e outros serão descartados conforme critérios de

utilização e integridade física do material.

8.4. DESTINAÇÃO DO DESCARTE

Todos os livros descartados do acervo receberão um carimbo com a data de baixa e o motivo do descarte.

Destino dos materiais descartados:

Doação ou permuta com outras instituições: os títulos deverão ser listados e oferecidos a outras bibliotecas;

Eliminação: encaminhamento através de doação a instituições sem fins comerciais para reciclagem/reaproveitamento;

Incineração: inclui obras contaminadas por pragas como fungos, insetos e/ou roedores;

Jornais: serão doados semestralmente a instituições sem fins comerciais para reciclagem/reaproveitamento.

9. REPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS

A reposição de documentos poderá ser feita pela própria Biblioteca ou pelo usuário, quando este for responsável pelo seu extravio. Neste caso, a orientação é a reposição de obra idêntica à extraviciada. Não sendo possível, caberá a Biblioteca a indicação de título similar.

A reposição das obras (extraviadas ou danificadas) feita pela Biblioteca deve se basear nos seguintes critérios:

Demanda de título específico;

Importância e valor do título;

Número de exemplares existentes;

Cobertura do assunto por outros títulos;

Possibilidade de adquirir título similar atualizado.

10. CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Os materiais bibliográficos danificados serão enviados ao setor de restauração da Biblioteca, para verificação da viabilidade de sua recuperação.

Em caso negativo, será proposto o descarte da obra e verificada a necessidade de sua reposição, de acordo com os critérios elencados nos itens 8 e 9.

11. INVENTÁRIO DO ACERVO

Considerando a importância do acervo da biblioteca para a Instituição, serão realizados inventários, com periodicidade anual, verificando a quantidade de títulos e exemplares desaparecidos do acervo.

Com base nesses dados será possível o levantamento do acervo que compõe a biblioteca, mensurar as perdas e definir sobre a implantação de um adequado sistema de prevenção de furtos que possa garantir maior segurança do acervo.

12. AVALIAÇÃO

A avaliação periódica da coleção é necessária para se observar a adequação e importância do acervo como subsídio informacional aos trabalhos desenvolvidos pela Biblioteca Pública. Além disso, possibilita traçar diretrizes para seleção, aquisição e descarte de material.

Deverão ser empregados métodos quantitativos e qualitativos, cujos resultados serão comparados e analisados assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção.

Serão os seguintes os critérios utilizados:

Distribuição percentual por área: estabelecimento de percentuais de materiais existentes em cada área do conhecimento. Permite identificar áreas de maior crescimento do acervo e áreas mais desprovidas;

Estatísticas de utilização de materiais: permite verificar, por meio do número de consultas e empréstimos, os materiais que necessitam de duplicação e aqueles que são pouco utilizados. A partir

desses dados pode-se investigar a causa da baixa utilização, como inadequação do conteúdo, tipo de suporte, desatualização etc.; Sugestões de usuários: a manifestação dos usuários orienta quanto às suas expectativas em relação ao acervo e determina o nível de informação necessária para desenvolvimento de seus trabalhos;

Número de empréstimos entre Bibliotecas: indica as áreas não contempladas no acervo. Um grande percentual de material de assunto específico solicitado a outras instituições mostra que a coleção encontra-se defasada ou desprovida naquela área. Deverá ser observada a frequência dos pedidos para decidir-se pela necessidade de aquisição ou pela constatação de interesse temporário.

13. REVISÕES E ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A política de Desenvolvimento de Coleções deverá ser flexível e dinâmica, necessitando portanto, que seja revisada quando houver necessidade, com a finalidade de garantir a sua adequação aos usuários e objetivos da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos.

ANEXO A - TERMO DE DOAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE LIVROS

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZ DE VASCONCELLOS
UNIDADE _____

TERMO DE DOAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE LIVROS n.º ____/20__

Eu, _____, domiciliado(a) na Rua/Av. ...
_____, n.º _____, Bairro: _____
_____. Município de _____, por livre e espontânea vontade, sem coação ou influência de quem quer que seja, DÔO à Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos, mantida pela Fundação Cultural de São Bento do Sul, gratuitamente, sem condições ou encargos de qualquer natureza: _____ livros de minha propriedade, transferindo-lhe desde já e irrevogavelmente, toda a posse, jus e domínio que exercia sobre os referidos bens. Ainda, caso os livros doados, após analisados, não sejam considerados de interesse da entidade donatária, AUTORIZO-A a encaminhá-los para outras bibliotecas ou ainda descartá-los, caso não consiga repassar o material adiante.

Declaro ter tomado ciência e estar de acordo com a política adotada pela Biblioteca em relação a doações de publicações.

São Bento do Sul, ____ de _____ de _____.

DOADOR(A)

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 561/2011 PORTARIA IPRESBS Nº 561/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 539/2011, à servidora JOSIANE APARECIDA MOREIRA NEUMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/12/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/12/2011.

São Bento do Sul, 01/12/2011.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 563/2011 PORTARIA IPRESBS Nº 563/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 29/11/2011 a 27/01/2012, à servidora LILIANE DE ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 14/11/2011 a 28/11/2011, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/11/2011.

São Bento do Sul, 01/12/2011.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 559/2011 PORTARIA IPRESBS Nº. 559/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/12/2011 a 22/12/2011, concedido à servidora MARISA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Prático de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 536/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/12/2011.

São Bento do Sul, 01/12/2011.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 560/2011 PORTARIA IPRESBS Nº. 560/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2011 a 31/01/2012, concedido à servidora CARMELITA MANOEL VARGAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 031/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2011.

São Bento do Sul, 01/12/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 562/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 562/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/12/2011 a 02/03/2012, concedido à servidora VERA LUCI ENGEL RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 355/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2011.

São Bento do Sul, 01/12/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 564/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 564/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2011 a 30/03/2012, concedido à servidora TERESA PIASKOVSKI NECZYPOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 303/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2011.

São Bento do Sul, 01/12/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 565/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 565/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2011 a 31/01/2012, concedido à servidora MARIA LUIZA MICHELS OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal da Fazenda, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, através da Portaria IPRESBS nº. 370/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2011.

São Bento do Sul, 01/12/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 566/2011

PORTARIA IPRESBS Nº. 566/2011

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2011 a 09/12/2011, concedido à servidora TEREZINHA ISOLETE DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Prático de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 461/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2011.

São Bento do Sul, 01/12/2011.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 1.979, de 30 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.979, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o poder executivo a realizar a abertura de crédito adicional - anulação de dotações no orçamento programa de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso III, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, no valor de até R\$ 367.200,00 (trezentos e sessenta e sete mil e duzentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 05 Aplicação Direta R\$ 367.200,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Leis Municipais nº 1.925, de 07/01/2011:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - CMV

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - CMV

Man. das ativ. do Poder Legislativo - 3.1.90.00.00 Aplicação Direta R\$ 65.000,00

Man. das ativ. do Poder Legislativo - 3.3.50.00.00 Transf. a entid R\$ 16.200,00

Man. das ativ. do Poder Legislativo - 3.3.90.00.00 Aplicação Direta R\$ 140.000,00

Man. das ativ. do Poder Legislativo - 4.4.90.00.00 Aplicação Direta R\$ 85.000,00

Man. do Parlamento Jovem - 3.3.90.00.00 Aplicação Direta R\$ 22.000,00

Man. do Prog. Conheça o Legisl. - 3.3.90.00.00 Aplicação Direta R\$ 9.000,00

Man. do Prog. Espaço Cidadão - 3.3.90.00.00 Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Man. do Prog. Espaço Cidadão - 4.4.90.00.00 Aplicação Direta R\$ 15.000,00

TOTAL: R\$ 367.200,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.980, de 30 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.980, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o poder executivo a realizar a abertura de crédito adicional - anulação de dotações no orçamento programa de 2011 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, Crédito Suplementar - Anulação de Dotações, no valor de até R\$ 349.523,00 (trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e três reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 GABINETE DO Prefeito Municipal - GPM

02.01 GABINETE DO Prefeito Municipal - GPM

02.01.04.122.4502.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 93 Aplicação Direta R\$ 12.714,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

04.01.04.124.4512.2.005.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 86 Aplicação Direta R\$ 34.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.392.4503.2.003.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 78 Aplicação Direta R\$ 33.610,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.13.392.4505.2.018.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 86 Aplicação Direta R\$ 4.000,00

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 30 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

09.01.15.695.4511.1.044.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 09 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

11.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS

11.01 FUNDO MUNICIPAL DEW ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.01.08.244.4509.2.029.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 49 Aplicação Direta R\$ 80.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16.01.02.182.0000.0.003.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 38 Aplicação Direta R\$ 22.199,00

16.01.04.122.0000.0.002.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 37 Aplicação Direta R\$ 33.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Leis Municipais nº 1.925, de 07/01/2011:

02.00 GABINETE DO Prefeito Municipal - GPM

02.01 GABINETE DO Prefeito Municipal - GPM

02.01.04.122.4502.2.002.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 01 Aplicação Direta R\$ 12.714,00

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

03.01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

03.01.02.062.4513.2.004.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 89 Aplicação Direta R\$ 6.000,00

03.01.02.062.4513.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 90 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

03.01.02.062.4513.2.004.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 91 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CCM

05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CCM

05.01.04.122.4514.2.010.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 84 Aplicação Direta R\$ 19.000,00

05.01.04.122.4514.2.010.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 85 Aplicação Direta R\$ 6.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP

06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP

06.01.06.091.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 71 Aplicação Direta R\$ 28.000,00

06.01.04.122.4503.2.022.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 80 Aplicação Direta R\$ 15.610,00

07.00 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF

07.01 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF

07.01.04.123.4504.2.011.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 68 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

07.01.04.123.4504.2.011.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 69 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.606.4507.2.025.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 59 Aplicação Direta R\$ 20.000,00

11.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS
11.01 FUNDO MUNICIPAL DEW ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.01.08.241.4509.1.023.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 52 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.02.182.0000.0.003.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 39 Aplicação Direta R\$ 22.199,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de novembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.981, de 30 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.981, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Ratifica e autoriza as alterações do Protocolo de Intenções do Consórcio Público ASSIMS - Associação Intermunicipal de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas e autorizadas pelo Município de São Lourenço do Oeste, SC, as alterações do Protocolo de Intenções do Consórcio Público ASSIMS, devidamente aprovadas em Assembleia Geral, realizada no dia 28 de julho de 2011.

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar Contrato de Consórcio Público com vistas à adequação às formas e condições previstas na Lei Federal nº 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto 6.017/2007 e demais alterações.

Art. 3º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal adequar sua execução orçamentária, de forma a manter as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes do Consórcio, assumidas através de Contrato de Rateio.

Art. 4º Aplica-se à relação jurídica entre o Município e o Consórcio Público o disposto na Lei nº 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto nº 6.017/2007, além do Contrato de Consórcio Público e estatutos.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de novembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.982, de 30 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.982, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de

Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.951.294/0001-00, com a interveniência da PC/FUMPC - Fundo de Melhoria da Polícia Civil, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.188.579/0001-07, visando o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), que serão destinados para a construção de um canil em área contínua a 28ª Delegacia Regional de Polícia de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em Execução, sob a seguinte Dotação Orçamentária: 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.50.00.00.00.00.00 (16).

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de novembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.983, de 30 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.983, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre alterações no Plano Plurianual - PPA do Município de São Lourenço do Oeste para o biênio 2012/2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, nos termos das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os anexos das Leis de nº 1.828, de 29 de setembro de 2009 e nº 1.923, de 07 de janeiro de 2011, adequando-os as necessidades do Município, atualizando-os objetivando o desenvolvimento das ações e projetos previstos no Plano Plurianual, principalmente para o biênio 2012/2013, que passam a vigorar com as redações constantes do Anexo Único desta Lei, respectivamente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de novembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.984, de 30 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.984, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2012, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2012, de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2010/2013;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - das disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;
- II - Anexo de Metas Fiscais - avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;
- III - Metas Fiscais para os exercícios de 2012, 2013 e 2014;
- VI - estimativa e compensação da renúncia de receita;
- V - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- VI - demonstrativo de riscos fiscais e providências;
- VII - montante da dívida;
- VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;
- IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;
- X - metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as receitas;
- XI - demonstrativo da memória de cálculo das metas fiscais de despesas;
- XII - demonstrativo das metas físicas e fiscais por ações;
- XIII - demonstrativo da origem e destinação dos recursos previstos para 2012;
- XIV - relatório das metas e prioridades das despesas por programas.

CAPÍTULO III**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2012**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á:

- I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações

que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e suas Autarquias, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

V - Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VII - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);
X - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);
XI - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;
XII - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;
XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);
XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;
XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);
XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF);
XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2011 (Art. 5º, III);
XVIII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2011 (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);
XIX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2012 (Art. 8º e 50, I da LRF).

§1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e das Autarquias Municipais.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;
- II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2009, 2010 e fixada para 2011 e 2012;
- III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;
- IV - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2010 a 2012.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2012 e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Autarquias Municipais.

Art. 12. Os Fundos Municipais Terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta Lei.

§1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal;

§2º As Autarquias Municipais - Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural de São Lourenço serão gerenciadas pelos respectivos Gerentes Executivos.

Art. 13. Os estudos para a definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2012, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14. Se a receita estimada para o exercício de 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, bem como as Autarquias, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18. O Orçamento para o exercício de 2012, de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida

prevista para o mesmo exercício.

§1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2012, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20. O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50 I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificação com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão consideradas por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e consequentemente já impactada na despesa também.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e volta-da para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso I, c/c com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2012 a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% da receita estimada para o exercício de 2012 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 30. Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 10 desta lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2012 ou em créditos adicionais.

Art. 35. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 37. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São Lourenço do Oeste, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros. Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41. O ato que conceder, ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica

do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 15/12/2011.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2011, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2012.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 47. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.316, de 30 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.316, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando-se as modalidades necessárias, nas respectivas fontes, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 14 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 13 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000

61

Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de novembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Editais de Convocação EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, tendo em vista a nova modalidade de Emenda de Iniciativa Popular, do Congresso Nacional em Brasília, e observando ao disposto no inciso XXXVII do art. 55 da Lei Orgânica Municipal CONVOCA a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será debatida a proposta de emenda de iniciativa popular do Município de São Lourenço do Oeste, visando recursos para a área da saúde e/ou saneamento. A audiência pública será realizada no dia 02 de dezembro de 2011, às 13:30 horas, tendo como local o Auditório da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, prédio da Prefeitura Municipal, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

São Lourenço do Oeste SC, 30 de novembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

I Errata de Edital CARTA CONVITE Nº. 10/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/SC
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE EDITAL CARTA CONVITE Nº. 10/2011-FAS
PROCESSO Nº. 45/2011-FAS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados errata de data referente ao Edital de Carta Convite nº. 10/2011-FAS, para a contratação de empresa especializada para realizar Cursos Profissionalizantes a ser oferecidos ao público referenciado do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, órgão do setor de Assistência Social vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2. Para recebimento dos envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, e os documentos para o CREDENCIAMENTO, fica determinado o dia 09 de dezembro de 2011, até as 10h45min, o qual deverá ser entregue devidamente protocolado no Setor de Licitações,

localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

1.3. O início da abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO ocorrerá às 11h, no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2 e dos ENVELOPES PROPOSTA, no mesmo dia, após a abertura dos envelopes HABILITAÇÃO, se não houver interposição de recurso, caso contrário será marcada nova data para a abertura dos envelopes PROPOSTA.

5.3 - O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 09 de dezembro de 2011 às 10h45min devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2.

Schroeder, 02 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 202/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 202/2011-PMS
Processo de licitação nº. 152/2011-PMS - Modalidade Pregão Presencial nº. 69/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDSON LUIZ KAMER - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.957.992/0001-40, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº. 298, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente a contratação de empresa especializada para aluguel, montagem e desmontagem de palco e locação de sistema de sonorização e iluminação com montagem e desmontagem, para apresentação do auto de natal da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	------------	-------	-------	--------------------	-----------------

02	SISTEMA DE SOM E LUZ CONTENDO OS SEGUIN- TES OBJETOS: 8 CAIXAS GRAVES 2 X 18; 12 CAIXAS 2 X 10 + TITANIO (FLY); 01 MESA DE SOM 24 CANAIS; MULTICABO COM 50 METROS; EQUALIZA- DOR STEREO 31 BANDAS, 2 APARELHOS DE CD; 2 MICROFONES S/FIO; 12 MICROFONES HEART SET S/ FIO (AURICULAR), 8 CAI- XAS PARA RETORNO 2 X12; 60 CANHÕES 1000 WATTS (PAR 64) 2 TRAVES TRE- LIÇAS Q-30 (15 METROS LARGURA X 6 METROS DE ALTURA); 2 MINI BRUT; 12 ELIPSOIDAL; 16 SET LIGHT; 1 MAQUINA DE BOLHA DE SABÃO; 2 STROBO; 2 CA- NHÃO SEGUIDOR; 4 MOOVE HEAD 575; 2 MAQUINA DE FUMAÇA COM VENTILADOR; 100 METROS DE CABO 35MM (TRIFASE); TELÃO; PROJETOR; FILMAGEM DO EVENTO COM TRANSMIS- SÃO SIMULTANEA. PARA UTILIZAÇÃO NO EVENTO DO AUTO DE NATAL A REALIZAR-SE NO DIA 10 / 12/ 2011. TODO EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR MONTADO E DISPONÍVEL NO DIA 09/12/2011 A PÁRTIR DAS 18 HORAS, PARA O ENSAIO GERAL.	01	Unida- de	5.200,00	5.200,00
TOTAL R\$					5.200,00

Valor do contrato: R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 30/11/2011 – Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

I Errata do Termo Aditivo Nº. A68/2011 - PMS

I ERRATA DO TERMO ADITIVO Nº. A68/2011 - PMS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
05/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Avenida Pref. Osmar Cunha, nº 251, sala 601, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.015-100, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhorita Letícia Bonatti Brandão, inscrita no CPF sob o nº 003.398.379-85, portadora da Carteira de Identidade no 3.638.089-SSP/SC e o senhor Luiz Fernando Oliveira da Silva,

inscrito no CPF sob o nº 416.361.989-53, portador da Carteira de Identidade no 1/R 497.014-SSI/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 05/2011-PMS, celebrado em 20 de janeiro de 2011, proveniente do Pregão Presencial nº. 101/2010-PMS, Processo nº. 186/2010-PMS, contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando a necessidade da prestação dos serviços de forma contínua e tendo em vista a imprescindibilidade desse serviço público, e também considerando o disposto no artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária 112 do ano de 2012.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental no valor de R\$ 75.842,60 (Setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos), para o ano de 2012.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 75.842,60 (Setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto do município de Schroeder/SC, no que se refere: Serviço de locação de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto, com sistema gráfico, banco de dados em instalação física na máquina com atualizações constantes e necessárias para atendimento das necessidades locais;	12	Mês	998,55	11.982,60

02	Serviço de leitura estimado em até 50.000 hidrômetros anual, com entrega de fatura e atualização cadastral;	50000	Unidade	1,00	50.000,00
03	Serviço de entrega estimado em até 4500 avisos de corte anual impresso junto a fatura; d) Serviço de corte estimado em até 2000 cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	4500	Unidade	0,54	2.430,00
04	Serviço de corte estimado em até 2.000 cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	2000	Unidade	2,15	4.300,00
05	Serviço de liberação de desbloqueio estimado em até 2.000 liberações/ano do abastecimento com desbloqueio no cavalete;	2000	Unidade	2,07	4.140,00
06	Serviço de Implantação, Conversão/Migração de Software. Descrição dos serviços e especificação técnica do software em anexo.	01	Unidade	2.990,00	2.990,00
TOTAL R\$					75.842,60

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 05/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 05/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou

fora dele.

Schroeder/SC, 17 de novembro de 2011.

CONTRATADA:

RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Letícia Bonatti Brandão

CPF no 003.398.379-85

RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Luiz Fernando Oliveira da Silva

CPF no 416.361.989-53

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª

Nome: MARILENE BUSCH

CPF nº. 037.813.699-27

Resultado Preliminar das Provas Objetivas e convocação para apresentação dos Títulos - Processo Seletivo Nº02/2011 - SECEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER (SC), através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por intermédio da Comissão Responsável pela realização do Processo Seletivo de Professores e Serventes, para atuarem na Educação Especial, Educação Infantil e no Ensino Fundamental Municipal de Schroeder, a serem contratados por tempo determinado para o ano letivo de 2012, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 002/2011 / SECEL / PMS, resolve:

1. TORNAR PÚBLICO

1.1 - A divulgação das Notas das Provas Objetivas dos candidatos inscritos no processo seletivo para suprir a vacância dos cargos efetivos, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei n. 1.690 de 28 de outubro de 2008 e Decreto n. 1.896 de 07 de novembro de 2008.

RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

Nº Insc.	Nome do Candidato		
Cargo:	Professor A		
Especialidade:	1.1 Educação Infantil 40h/s	Nota da Prova Objetiva	Resultado preliminar
4618	ADINEIA ALVES GONÇALVES	Não compareceu	Desclassificado
5568	ALEXANDRA SCHEUER	Não compareceu	Desclassificado
4170	ANA CARLA SCHLUCUBIER RODRIGUES DA CRUZ	Não compareceu	Desclassificado

3123	ANA CARLA VOGEL	5,10	Classificado
3557	ANTONIO CEZAR NOBRE DOS SANTOS	Não compareceu	Desclassificado
4502	CAREN APARECIDA MAFRA	4,08	Desclassificado
5185	CLAUCINÉIA CAROLINA DA SILVA PORTO	5,44	Classificado
4987	CLAUDETE DUARTE	5,44	Classificado
3921	DAIANE BACHMANN KRAEMER	4,08	Desclassificado
5509	DAIANE CRISTINA CASTIONI	Não compareceu	Desclassificado
4413	DAIANE DE SOUZA	Não compareceu	Desclassificado
6351	DENISE DE FÁTIMA GIRELI	3,74	Desclassificado
6114	DOUGLAS DA SILVA BREMM	6,12	Classificado
5991	ENEKELY ZIMMERMANN	3,40	Desclassificado
5460	GABRIELE WACHSMANN	Não compareceu	Desclassificado
3093	GENY FERREIRA DO NASCIMENTO	4,42	Desclassificado
4626	IVONE GORETE FONTANA	Não compareceu	Desclassificado
3611	IVONETE MARIA MANFRINI JUNKES	5,44	Classificado
3140	JÉSSICA MARIA ALEXA DA SILVA	4,76	Desclassificado
3565	JÉSSICA NITZ IMMICH	2,04	Desclassificado
5517	JOAQUINA MATTOS ROSA	Não compareceu	Desclassificado
4669	JULIANA CATTARINA ROSA	3,40	Desclassificado
3646	LEIDY MARIA FOGOLARI	5,10	Classificado
4260	LEILA CORREIA DE NEGREIRO LOESCH	1,70	Desclassificado
3190	LIDIA FERNANDA CORA	3,40	Desclassificado
3492	LIDIA REGINA DREHER LEITE MARTINS	2,72	Desclassificado
5665	LUCIANA RIEDEL DE LIMA	5,78	Classificado
3344	LUCILENE PEREIRA	4,08	Desclassificado

3042	LUCINÉIA PRAXEDES NUNES	2,72	Desclassificado
3433	LUCINEIDE GARIBALDI QUINTINO	Não compareceu	Desclassificado
4693	MARCIANA RUDIGER RIBAS	Não compareceu	Desclassificado
6050	MARIA SOLOI ANTUNES BORBA KLOSSOSKI	Não compareceu	Desclassificado
5649	MARILEIA VELASQUE SCHNEIDER	2,04	Desclassificado
3859	MERI TEREZINHA PINZGER	Não compareceu	Desclassificado
4588	MIRIAN RAMOS	4,42	Desclassificado
4901	NATHALY FRANCIELI BRUM ALFARO	3,74	Desclassificado
3670	PATRICIA DE LIMA	Não compareceu	Desclassificado
4782	PRISCILA BARBOZA AMORIM DE OLIVEIRA	6,80	Classificado
5177	RAQUEL DA COSTA PLADO MATIAS	Não compareceu	Desclassificado
3085	RAQUEL ZACHOW BARCELOS	3,40	Desclassificado
3930	REBECA DE SOUZA MOREIRA SILVA DE ARRUDA	Não compareceu	Desclassificado
4405	RITA DE CÁSSIA BENTHIEN PEREIRA	2,72	Desclassificado
5169	ROSENILDA DOS SANTOS	2,72	Desclassificado
4952	ROSILMA DE FATIMA BUENO GRACIOLI	Não compareceu	Desclassificado
6297	SHANA RONELLE DIEMINGER	Não compareceu	Desclassificado
2992	SIDELMA SIMAO ARSENO	Não compareceu	Desclassificado
4723	SILVANA VOLLES	2,72	Desclassificado
4596	SIRLEI VIEIRA	3,74	Desclassificado
3700	SIRLENE APARECIDA DE TOLEDO PEREIRA	5,44	Classificado
5118	SOLANGE STREIT	Não compareceu	Desclassificado
4880	VANESSA DALRI RAMLOW	4,76	Desclassificado

5525	VIVIANE MARIA SOARES RICARDO	4,42	Desclassificado
5231	YARAI APARECIDA PETRECHEN	3,40	Desclassificado
3174	ZENILDA MARIANO FERREIRA	5,10	Classificado
Especialidade: 1.2 Educação Infantil 30h/s			
6343	ANGELA ROPKE BOAHORAN	Não compareceu	Desclassificado
3247	BRUNA LAÍS GAEDTKE	4,08	Desclassificado
4294	JÉSSICA VOLLES	Não compareceu	Desclassificado
3514	LUANA NAGEL DE LIMA	5,10	Classificado
5657	MEURY DOS SANTOS SEVERO	Não compareceu	Desclassificado
3964	MICHELLY DAYANA PASSIG ERN	6,46	Classificado
3794	TAÍS CORREA	5,44	Classificado
3212	VANDERLÉIA SCHULLER	5,44	Classificado
5452	VIVIANE FIEDLER	4,08	Desclassificado
Especialidade: 1.3 Educação Infantil 20h/s			
5843	CRISTIAN PEREIRA RUTHES	Não compareceu	Desclassificado
5142	PATRICIA HASSE ONOFFRE	6,12	Classificado
Especialidade: 2.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s			
5401	CLAUDIA APARECIDA DA COSTA	1,36	Desclassificado
3620	CLEONICE MARTINS	3,40	Desclassificado
6327	ELICÁCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ZAZULA	Não compareceu	Desclassificado
3417	FERNANDA KARINA PELLIM	3,74	Desclassificado
5150	FRANCIELE RODRIGUES DA ROSA SOARES	5,10	Classificado
4456	GISELE C.M. DE OLIVEIRA	Não compareceu	Desclassificado
5053	IONA ALVES SOARES	4,76	Desclassificado
3069	LEILA DIAS FURTADO	Não compareceu	Desclassificado
2968	MAIRA CAROLINE DA ROCHA	1,70	Desclassificado

4251	MÁRCIO JOSÉ SOUZA	Não compareceu	Desclassificado
3948	MARIA ELEUSA GOMES	Não compareceu	Desclassificado
3883	MARIA ILIANE CAETANO	Não compareceu	Desclassificado
6360	RODRIGO KOWALSKI	Não compareceu	Desclassificado
3891	ROZEMAR PAULI	Não compareceu	Desclassificado
4979	TALITA TATIANE VOLPI	Não compareceu	Desclassificado
4499	TATIANA KETLIN ENGEL	4,42	Desclassificado
Especialidade: 2.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 20h/s			
4081	MATILDE BORGES DA SILVEIRA	4,76	Desclassificado
Especialidade: 2.3 Educação Especial – Alunos Portadores de Necessidades Especiais 40h/s			
6157	MARIA ELIZABETH SIMOES SOARES	2,72	Desclassificado
3689	PRICILA LOURENÇO	5,44	Classificado
Cargo: Professor A ou B			
Especialidade: 13.1 Intérprete 40h/s			
4553	ELINE DAIANA JUNCKES	Não compareceu	Desclassificado
6246	GISELE EROTIDES DE SOUZA SANTOS	Não compareceu	Desclassificado
3972	JEANI ALBERTINA PICCININI	Não compareceu	Desclassificado
4529	SILVANE GUIMARAES PELECHATE	Não compareceu	Desclassificado
5894	SUSIANE PATRICIA DOS SANTOS BLASIUS	3,40	Desclassificado
5193	VALDIRENE FÁTIMA DE LIMA	3,06	Desclassificado
Cargo: Professor B			
Especialidade: 10.1 Subárea – Educação Física – Ensino Fundamental 40h/aula			
4138	CELSON LUIZ PIAGENTE	2,04	Desclassificado
3549	CYNTHIA KAMMERS BOSIO	Não compareceu	Desclassificado
5754	DAIANE FERNANDES	Não compareceu	Desclassificado
5428	ÉDER MOACIR PEREZ SALDANHA	Não compareceu	Desclassificado

6203	ELIANE CRISTINA RAIMUNDI	3,40	Desclassificado
4146	ERICK DIEGO DOS SANTOS	5,10	Classificado
3875	FABÍOLA REGINA DOS SANTOS	3,40	Desclassificado
3310	JANAÍNA FIRMO	4,42	Desclassificado
4219	JEAN FABIAN DAL BIANCO FRANCISCO	3,06	Desclassificado
4910	JOSIMAR DE SOUZA CABREIRA	3,40	Desclassificado
3220	JOYCE HELEN RODRIGUES	2,72	Desclassificado
4774	JULIANA GIOVANELLA	3,74	Desclassificado
6289	LIDIOMAR BACKES	4,42	Desclassificado
5924	MARIO DAGOBERTO SANTANA	Não compareceu	Desclassificado
3638	MONICA GONÇALVES FLORES	4,08	Desclassificado
5630	PAMELA PRISCILA VOLTOLINI	4,76	Desclassificado
6076	ROBSON ROBERTO LEITOLD	Não compareceu	Desclassificado
3506	SUELYN CRISTINA GOMES	Não compareceu	Desclassificado
4731	TATIANE GONÇALVES BAPTISTA	Não compareceu	Desclassificado
5959	TATIANE KLEN SOARES	Não compareceu	Desclassificado
5274	WILLIAM COTHOVISKY	Não compareceu	Desclassificado
Especialidade: 11.1 Professor B – Subárea – Artes 40h/aula			
5010	RAFAEL RODRIGO SOARES	3,06	Desclassificado
5720	SHARA JÉSSICA ROSA	3,40	Desclassificado
Especialidade: 11.2 Subárea – Artes 20h/aula			
5967	JORDANA PRESTINI	3,40	Desclassificado
6106	MÔNICA ESTER KREHNKE BRUECKHEIMER	Não compareceu	Desclassificado
Especialidade: 12.1 Subárea – Inglês (Séries Finais) 20h/aula			
5819	ELIANE MARIZE OLSEN DEPNER	3,74	Desclassificado
	JANETE DE SOUZA	Não compareceu	Desclassificado

Especialidade: 14.1 Subárea – Ciências (Séries Finais) 20h/aula			
3336	ANDRÉIA RAFAELI	Não compareceu	Desclassificado
6254	JÉSSICA THAIS ALIEVI	Não compareceu	Desclassificado
4197	JULIANA REGINA GOMES	5,44	Classificado
5932	KÁTIA REGINA POERNER	Não compareceu	Desclassificado
5916	KATIANE RODRIGUES	Não compareceu	Desclassificado
4715	LILIANE ILIDIA DO NASCIMENTO SILVA	2,04	Desclassificado
5622	LITIANA CAROLINE JUNKES	4,76	Desclassificado
5339	MAIRA CRISTINA PIRES	4,42	Desclassificado
5940	MARCOS ESCHIAVON	Não compareceu	Desclassificado
5800	MARCOS ZILS	5,44	Classificado
4820	SANDRA ANDREIA DA SILVA	Não compareceu	Desclassificado
4243	TAMI ELISE MICHALAK	5,44	Classificado
Especialidade: 15.1 Subárea – Língua Portuguesa (Séries Finais) 20h/aula			
4359	TATIANE SCHUTZ	Não compareceu	Desclassificado
5886	TERESA PONSTEIN MULHALL	Não compareceu	Desclassificado
4375	VERA REGINA SENFF	5,78	Classificado
Especialidade: 16.1 Subárea – Matemática (Séries Finais) 20h/aula			
5835	CHEIRUM MICHAEL RIBEIRO	7,48	Classificado
5347	CRISTINA MÜLLER	Não compareceu	Desclassificado
4480	DARLENE RIBEIRO MEDEIROS	Não compareceu	Desclassificado
3840	FABIANE REINERT MICHELIZZI	Não compareceu	Desclassificado
3204	GIOVANNI BARUFFI	5,10	Classificado
Especialidade: 3.1 Educação Infantil 40h/s			
4707	ANA CRISTINA MIKULIS	Não compareceu	Desclassificado
4537	CLAUDIANE DE OLIVEIRA RAMOS	5,78	Classificado

3158	CRISTIANI COUTINHO PUCCINI	2,38	Desclassificado
4740	ELISA HELENA ROCHA	4,42	Desclassificado
3913	ERICA RABELO DOMINGUES	Não compareceu	Desclassificado
5258	FABIANE MAZZINI DE OLIVEIRA	Não compareceu	Desclassificado
3255	FABIANE VORPAGEL HERRMANN	5,44	Desclassificado (Conforme Edital, item 5.7)
4766	GISELE DALLAGNOL	Não compareceu	Desclassificado
5533	JANY ROSE CHANDOHA	Não compareceu	Desclassificado
4227	KATIA DOS SANTOS MOSER	6,12	Classificado
6211	LIGIANE CARLA CORREA BORGES	Não compareceu	Desclassificado
3956	LUCIANE ALVES	Não compareceu	Desclassificado
3387	LURDES DA APARECIDA DE MATOS	5,44	Classificado
3867	OTILIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS HOFFMANN	4,08	Desclassificado
5860	PAULA REGINA NÉGRE	Não compareceu	Desclassificado
4278	ROSÂNGELA DE MIRANDA DE SOUZA	4,42	Desclassificado
4286	ROSENI ULIANO	4,76	Desclassificado
3603	SABRINA GUARES JLEBOVICH DEMIN	Não compareceu	Desclassificado
3808	SANDRA ANDREIA GONSCHOROWSKI	4,42	Desclassificado
5355	TALITA REDMERSKI	Não compareceu	Desclassificado
4650	THAIZE ALBRECHT HAMBUS	3,74	Desclassificado
4340	VERONICA DOS SANTOS	Não compareceu	Desclassificado
4383	VILMA DA APARECIDA BUENO ANDREOLA	Não compareceu	Desclassificado
Especialidade: 3.3 Educação Infantil 20h/s			
4855	EDELTRAUD ROEPKE GREITER	5,10	Desclassificado (Conforme Edital, item 5.7)

5304	ELISABETE APARECIDA EGGERT	4,08	Desclassificado
5312	GRASIELLE SANTOS DE OLIVEIRA	Não compareceu	Desclassificado
5126	MARIE FABIANE SILVA	3,74	Desclassificado
6122	SIMONI MUNDSTCK NUNES	4,76	Desclassificado
Especialidade: 4.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s			
4421	CAMILA TRAMPUSCH CAVALHEIRO	3,40	Desclassificado
4073	CATIA CRISTINA STINGHEN	5,44	Classificado
4863	CIBELLI SIMONE PERSCH	Não compareceu	Desclassificado
4545	DIONATA DOS SANTOS RAMOS	5,44	Classificado
3298	EDINA BATISTA MARTINS	4,76	Desclassificado
4430	ELAINE PATRICIA PETRY	Não compareceu	Desclassificado
3352	ESTELA CORDEIRO	6,80	Classificado
6300	EVELLYN NUNES LIMA	Não compareceu	Desclassificado
5592	FRANCIELI FIUT	5,10	Classificado
3530	JULIANE TEREZINHA REINEHR DRESCHER	6,80	Classificado
4600	KETLIN DISLAINE KONELL	6,46	Classificado
4448	MARLENE TERESINHA OLIVEIRA ALMEIDA	3,40	Desclassificado
3832	MICHELY DOS SANTOS	5,10	Classificado
4030	SCHANA ROBERTA CHIODINI	Não compareceu	Desclassificado
2950	VANESSA SKOREK	6,12	Classificado
Especialidade: 4.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 20h/s			
3360	JOSE BERWIG	Não compareceu	Desclassificado
Especialidade: 4.3 Educação Especial – Alunos Portadores de Necessidades Especiais 40h/s			
5410	EDI RITA DE MARCO	Não compareceu	Desclassificado
Especialidade: 5.1 Subárea – Ética e Cidadania – Ensino Fundamental 40h/aula			
5266	CRISTINA ELOISA GUCKERT DE PAULO	3,74	Desclassificado

5.2 Subárea – Ética e Cidadania – Ensino			
Especialidade: Fundamental 20h/aula			
4642	ANDRÉA MAFFEZZOLLI	7,14	Classificado
7.1 Subárea – História (Séries Finais) 20h/aula			
3077	FRANCIELA CADORE	Não compareceu	Desclassificado
3697	MARDEINE PEREIRA SOUSA	4,76	Desclassificado
5134	PATRICIA PEREIRA	Não compareceu	Desclassificado
8.1 Subárea – Geografia (Séries Finais) 20h/aula			
4090	CLEMALDA VIEIRA	3,40	Desclassificado
9.1 Ensino Religioso (Séries Finais) 10h/aula			
4839	VALMOR TREMÉA	Não compareceu	Desclassificado
Cargo: Professor C			
17.1 Educação Infantil 40h/s			
5711	ADRIANA MARILU BENDO	Não compareceu	Desclassificado
4758	ALINE FERNANDA DA SILVA	Não compareceu	Desclassificado
6319	CHRISTIANE WAGNER	Não compareceu	Desclassificado
5380	CRISTIANE PAVANELLO PECHE	2,72	Desclassificado
4049	ELENIR CABRAL DO AMARAL TRAINOTI	4,08	Desclassificado
5614	ENILSE ALMEIDA DA SILVA	Não compareceu	Desclassificado
5029	EROSNILDE LENZI	Não compareceu	Desclassificado
6009	FABIANE DAL-RI	Não compareceu	Desclassificado
5070	FRANCIELI STRINGARI	Não compareceu	Desclassificado
3484	ILENE BESEN ROHLING	4,76	Desclassificado
5762	LUCIANE MARIA JUNGTON	5,10	Classificado
5371	MARA VIEIRA	Não compareceu	Desclassificado
3905	MARIA APARECIDA PICKLER SCHMITZ	Não compareceu	Desclassificado
5320	MARIA ELIZA PEITRUKA	Não compareceu	Desclassificado
3573	MARITANIA ZAMBON KISTENMACHER.	4,08	Desclassificado
4685	NISIA WATRAS BACKES	3,06	Desclassificado
5770	RAFAELA RAQUEL DE SANTANA	3,40	Desclassificado
4960	ROSANA MACHADO BUTOR	Não compareceu	Desclassificado
5002	SANDRA MARIA GASDA	Não compareceu	Desclassificado
4235	SILVIA DA SILVA TORRES DE OLIVEIRA	3,40	Desclassificado
3581	SIRLENE FERREIRA DE JESUS	5,78	Classificado

3654	ZENILDE APARECIDA LUNARDI	Não compareceu	Desclassificado
17.2 Educação Infantil 30h/s			
3719	LADIR DE ANDRADE	Não compareceu	Desclassificado
17.3 Educação Infantil 20h/s			
3999	ÁUREA MIRANDA FEDER	Não compareceu	Desclassificado
4898	LUCILEIA KRAHN CAEPEL	Não compareceu	Desclassificado
6017	MARINA KLEMTZ GENOVESE	3,74	Desclassificado
2976	SAMANTA PATRICIA DORING SIEVERS	5,78	Classificado
18.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) 40h/s			
5703	ALESSANDRA DE LANA CAMARGO	Não compareceu	Desclassificado
4324	CHRISTIANNE DALA RIVA DA SILVA METZNER	6,46	Classificado
3590	DEISE SIMONE FOSSILE RAUEN	Não compareceu	Desclassificado
6220	EDELMERI APARECIDA KOWALSKI	Não compareceu	Desclassificado
5088	ELIS MARCIANE HERTEL	Não compareceu	Desclassificado
5738	ELISABETE BAPTISTA DE ALFREDO	4,08	Desclassificado
6335	ELISANDRA KACIELA SCABURI	Não compareceu	Desclassificado
5436	FABIANE HELLER	Não compareceu	Desclassificado
3328	IVANICE DIAS FURTADO	Não compareceu	Desclassificado
4677	JOICE LENHARDT	3,74	Desclassificado
3050	LINDONOR NEVES PRAXEDES	5,10	Classificado
3115	MICHELLE GODOI PEREIRA	Não compareceu	Desclassificado
4111	NATALIA APARECIDA RIBEIRO ALVES BREY	2,72	Desclassificado
3441	ODETTE JAQUELINE SADOWSKI	5,44	Classificado
3476	ROBERTA DE OLIVEIRA SILVEIRA	2,38	Desclassificado
4057	ROSÂNGELA MULLER RUBIN	4,76	Desclassificado
4871	ROSELIA ALVES LISBOA MADALENA GONZAGA	5,44	Classificado
3018	ROSILDA SANTANA VIDAL	Não compareceu	Desclassificado
5690	SALETE DE FATIMA KRANKEL	Não compareceu	Desclassificado
5975	SIRLENE VIEIRA MUNIZ	Não compareceu	Desclassificado
4944	SONIA PEREIRA DOS SANTOS	3,74	Desclassificado
3409	SONIA REGINA DA ROCHA	Não compareceu	Desclassificado
3522	TEREZA STEFAN HARMEL	5,10	Classificado

	18.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais)		
Especialidade:	20h/s		
6173	KARINE LIMA DE MORAES	Não compareceu	Desclassificado
5576	SUELI NELI SANDMANN	5,10	Classificado
6165	SULAMITA WAGNER GARTZ	Não compareceu	Desclassificado
	19.1 Subárea – Ética e Cidadania – Ensino Fundamental 40h/aula		
3816	MILTON AMORIM DE SOUZA SOBRINHO	6,12	Classificado
	21.1 Subárea – História (Séries Finais) 20h/aula		
Especialidade:			
3301	SEBASTIAO DE ANDRADE	Não compareceu	Desclassificado
	23.1 Ensino Religioso (Séries Finais) 10h/aula		
Especialidade:			
3026	RAFAEL VICTOR BATISTA DE OLIVEIRA	5,78	Classificado
	24.1 Subárea – Educação Física – Ensino Fundamental 40h/aula		
Especialidade:			
6270	ALEXANDRE DE SOUSA MENEZES	Não compareceu	Desclassificado
3778	CARINA COSTA TEPASSÉ	4,76	Desclassificado
3107	CARINA PARABONI VOLTZ	6,12	Classificado
5282	JULIANE SCARLET QUILANTE	Não compareceu	Desclassificado
4367	LUIZ RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA	Não compareceu	Desclassificado
3980	NIARA CRISTINA DE ANDRADE	Não compareceu	Desclassificado
	25.1 Subárea – Artes 40h/aula		
Especialidade:			
6238	DÉBORA KISTENMACHER POTT	5,78	Classificado
	26.1 Subárea – Inglês (Séries Finais) 20h/aula		
Especialidade:			
5096	GESSICA LINDNER	3,06	Desclassificado
	27.1 Intérprete 40h/s		
Especialidade:			
3263	ARYKLECIA PEREIRA DOS SANTOS	Não compareceu	Desclassificado
	28.1 Subárea – Ciências (Séries Finais) 20h/aula		
Especialidade:			
3786	ELIANE MARA KICHELESKI KLODZINSKI	Não compareceu	Desclassificado
6181	PAULA ALEXANDRA STEIN	4,76	Desclassificado
4120	SILVANA PIRES DE LIMA	4,42	Desclassificado
	29.1 Subárea – Língua Portuguesa (Séries Finais) 20h/aula		
Especialidade:			
5983	ISAURA MENDES	Não compareceu	Desclassificado

4189	PATRYCIA ESTEVES ROSA	Não compareceu	Desclassificado
4472	TERESA TOMASELLI	Não compareceu	Desclassificado
	30.1 Subárea – Matemática (Séries Finais)		
Especialidade:	20h/aula		
	MAYKEL ROBERTO LAUBE		
4634		8,16	Classificado
Cargo:	SERVENTE		
	Especialidade: Geral 40h/s		
6084	ADRIANA CRISTINA RICHEL	Não compareceu	Desclassificado
3271	ADRIANA KREIS	6,12	Classificado
5495	ALEXANDRE ARLEI DE FREITAS	Não compareceu	Desclassificado
5908	ANA PAULA QUEIROZ	8,84	Classificado
5606	ANELISE TEREZINHA TIBULO LONGEN	7,14	Classificado
6130	APARECIDA DE GOES SILVEIRA	Não compareceu	Desclassificado
4006	CASTURINA DOS SANTOS	Não compareceu	Desclassificado
5827	CLARICE F. RODRIGUES KARSTEN	Não compareceu	Desclassificado
5797	CLAUDETE AZEVEDO	Não compareceu	Desclassificado
5240	CLEUDE MARIA ALVES DA SILVA	Não compareceu	Desclassificado
4014	DAIANA PAIM PEREIRA	Não compareceu	Desclassificado
5681	DEBORA MARTINS DE ARAUJO LEITE	5,44	Classificado
4200	EDILAINE APARECIDA DOS SANTOS	7,14	Classificado
5673	EDNA GONÇALVES ALVES ALMEIDA	Não compareceu	Desclassificado
5223	ERICA APARECIDA REICHARDT GONÇALVES	7,82	Classificado
6025	FABIA NUBIA DE OLIVEIRA	Não compareceu	Desclassificado
4162	ILCE SCHONS	6,80	Classificado
5207	INDIANARA VERBANEK	Não compareceu	Desclassificado
6190	INÊS LUCHINI BOLLES	Não compareceu	Desclassificado
5037	IRACI GRIELETOW DRESCHER	Não compareceu	Desclassificado
3034	ISABEL CRISTINA FERREIRA COUTO	Não compareceu	Desclassificado
4022	ISOLETE SCHULZ	Não compareceu	Desclassificado
5851	JAIR BELARMINO RODRIGUES	Não compareceu	Desclassificado
5541	JANETE MACHADO VIEIRA	Não compareceu	Desclassificado
4103	JOICE POMMERIING	4,76	Desclassificado
4847	JORGE LUIZ ROSA	Não compareceu	Desclassificado
5550	JOSE PEDRO ERTHAL	0,00	Desclassificado

5215	JOZEMARI RODRIGUES	Não compareceu	Desclassificado
6262	JUSSARA DA SILVA	Não compareceu	Desclassificado
5487	KARINE GOES ATAÍDE	8,84	Classificado
4790	KENIA REGINA NASCIMENTO	7,82	Classificado
4065	LENIR LUFT	9,18	Classificado
4464	LEOMÁRIA DA SILVA COSTA	Não compareceu	Desclassificado
4570	LUCIANA SANTOS SCHNEIDER	5,44	Classificado
6149	LUCIANE SCHERER	Não compareceu	Desclassificado
4332	LUZINEI RODRIGUES	7,48	Classificado
5878	MARA DENISE DE SOUZA	9,52	Classificado
6068	MARGARIDA DE FATIMA SOARES DE AZEVEDO	5,44	Classificado
6092	MARIA APARECIDA FANDERUFF	7,82	Classificado
5363	MARIA IRENE BOESING HENDGES	Não compareceu	Desclassificado
5061	MARIA LÚCIA MACHADO	Não compareceu	Desclassificado
6041	MARILENE OSS-EMER	Não compareceu	Desclassificado
3379	MARIZA APARECIDA MELO DE QUADROS	Não compareceu	Desclassificado
4804	NAYARA MARA LEAO DO NASCIMENTO SANTOS	8,84	Classificado
5746	NILO VANDERLEI MAUERBERG	Não compareceu	Desclassificado
5789	OSMILDA DE BRITO	6,12	Classificado
6033	PATRÍCIA ALVES RODRIGUES	Não compareceu	Desclassificado
4316	ROBERTO NOGUEIRA DE OLIVERA	7,48	Classificado
5398	ROSELI DE CASSIA ODA-CHOWOSKI	Não compareceu	Desclassificado
4936	ROSELISE MENEGHELLI	Não compareceu	Desclassificado
4308	ROSENILDA DAS GRAÇAS CAMARGO	Não compareceu	Desclassificado
5444	SILMARA APARECIDA GONÇALVES	Não compareceu	Desclassificado
5479	SOLANGE MARIA FERREIRA	Não compareceu	Desclassificado
4510	SUELI MARTINS DE OLIVEIRA KLITZKE	8,50	Classificado
5290	TATIANE QUILANTE	Não compareceu	Desclassificado
5584	TEREZA DOS SANTOS PACIFICO	5,78	Classificado
5045	TEREZINHA DALPIAZ	Não compareceu	Desclassificado
4995	TEREZINHA DOS SANTOS	3,06	Desclassificado
4561	THIELY POSTAI DOS SANTOS	Não compareceu	Desclassificado
3824	VERA LUCIA LEITE BASTOS CAMILOTTI	Não compareceu	Desclassificado
5100	ZENEIDE LEITE SEVERO PEREIRA	8,16	Classificado

2.1 – Ficam convocados para apresentar os títulos os candidatos classificados que obtiveram nota igual ou superior a 5,0 (cinco), para que compareçam nos dias 08 e 09 de dezembro de 2011, das 08 às 11h 30 min. e das 14h às 16h e 30 min. na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, n 3.201, Centro, Schroeder, SC, para entrega dos títulos, desde que os mesmos não seja pré-requisito para o cargo.

2.2 - No ato de entrega dos títulos, o candidato deverá preencher e assinar o formulário indicando o título apresentado, podendo ser obtido o formulário no site do município, no endereço eletrônico: www.schroeder.sc.gov.br ou no local da entrega da titulação.

Schroeder (SC), 01 de dezembro de 2011.
Comissão de Processo Seletivo

2. CONVOCAÇÃO

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 50/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2011**Número do Registro de Preços: 31/2011****Data do Registro: 02/09/2011****Válido até: 02/09/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, montagem, balanceamento, geometria e cambagem para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saneamento e Gestão

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto de pneu veículo - Aro 13, 14, 15,16	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	17,9000	1
2	Conserto de pneu veículo - microônibus	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	24,2000	1
3	Conserto de pneu veículo - F 100 - 650 x 16	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	24,2000	1
4	Conserto de pneu - caminhão/Ônibus - Aro 20, 22,5	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	39,8000	1
5	Conserto de pneu trator agrícola	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	64,8000	1
6	Conserto de pneu carregadeira	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	89,8000	1
7	Conserto de pneu moto niveladora	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	64,8000	1
8	Conserto pneu retroescavadeira.	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	59,8000	1
9	Montagem pneu veículo - aro 13, 14, 15,16	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	9,9000	1
10	Montagem pneu veículo - microônibus	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	14,8000	1
11	Montagem pneu caminhão/ônibus - aro 20, 22,5	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	33,9000	1
12	Montagem pneu trator agrícola	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	54,9000	1
13	Montagem pneu carregadeira.	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	97,9000	1
14	Montagem pneu moto niveladora.	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	59,9000	1
15	Montagem pneu retroescavadeira.	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	59,9000	1
16	Serviço de balanceamento - aro 13, 14, 15, 15, 16 (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	9,9000	1
17	Serviço de Geometria - aro 13, 14, 15, 16 (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	16,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2011**Número do Registro de Preços: 31/2011****Data do Registro: 02/09/2011****Válido até: 02/09/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, montagem, balanceamento, geometria e cambagem para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saneamento e Gestão

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Serviço de Cambagem - 13, 14, 15, 16 (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	39,8000	1
19	Serviço de balanceamnto - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	16,9000	1
20	Serviço de Geometria - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	29,9000	1
21	Serviço de Cambagem - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	49,9000	1

SCHROEDER, 2 de Setembro de 2011.

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2537, de 02 de Dezembro de 2011

LEI Nº 2537, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011

Denomina de Rua Aroldo Bloedorn, a via pública localizada no Bairro Padre Martinho Stein, e define gabarito.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Aroldo Bloedorn, a via pública localizada no Bairro Padre Martinho Stein, com início na Rua Bahia e término na inscrição imobiliária nº 01.08.019.0504, com extensão de 250 metros, largura 14,00 metros, rolamento de 8,00 metros e passeio de 3,00 metros.

Parágrafo único. A partir do término do processo de desapropriação dos imóveis com inscrição imobiliária nº 01.08.019.0504 e 01.08.019.0736, a Rua Aroldo Bloedorn passará a ter o seguinte gabarito: com início na Rua Bahia e término na Rua Paineira, com extensão de 250 metros, largura 14,00 metros, rolamento de 8,00 metros e passeio de 3,00 metros.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto N.º 2.548 de 25 de Novembro de 2011.

DECRETO N.º 2.548 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.

ALTERA e RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 1.203/2004 de 22/11/2004, alterada pelo Decreto n.º 052/2005 de 17/03/2005.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pelo Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado e reaprova o DESMEMBRAMENTO denominado "HANS J. K.", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 1.203/2004 de 22/11/2004, alterada pelo Decreto n.º 052/2005 de 17/03/2005, em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de HANS JUERGEN KELLERMANN, conforme matrícula n.º 14.531, livro 2.

Artigo 2º - Ficam ALTERADOS os itens 01 e 02, da alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 1.203 de 22/11/2004, com a seguinte descrição:

"01 - Área nº 01 (um) - com área de 492,40m² (Quatrocentos e noventa e dois metros e quarenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar do Beco Suíça, distando pelo lado direito do imóvel, em 34,20 metros da esquina formada com a Praça Padre Martinho Stein; estremando na frente em 14,00 metros com o lado ímpar do Beco Suíça e em 4,00 metros e em 6,00 metros com o lado ímpar

do viradouro do Beco Suíça; fundos estrema em 18,19 metros com terras de Hans Muller - espólio, matrícula nº 11.350, livro 2; lado direito estrema em 28,60 metros com terras de Edwiges Tamanini, matrícula nº 4.790, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 22,44 metros com a área nº 02;

02 - Área nº 02 (dois) - com área de 1.202,67m² (Hum mil, duzentos e dois metros e sessenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar do Beco Suíça, distando pelo lado direito do imóvel, em 48,20 metros da esquina formada com a Praça Padre Martinho Stein; estremando na frente em 5,75 metros com o lado ímpar do viradouro do Beco Suíça, em 7,10 metros e em 70,00 metros com terras de Rubens Schmidt, matrícula nº 16.944, livro 2; fundos estrema em 40,00 metros, em 21,28 metros, em 19,59 metros e em 13,01 metros com terras de Hans Muller - espólio, matrícula nº 11.350, livro 2; lado direito estrema em 22,44 metros com a área 01; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa em 35,00 metros com a margem esquerda do Rio dos Cedros. Neste imóvel fica reservada a área de 997,22m², destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei Federal n.º 4.771/65, constante da faixa de 50,00 metros da margem do rio dos Cedros, com as seguintes confrontações: estremando na frente, em linha sinuosa em 35,00 metros com a margem esquerda do Rio dos Cedros; fundos, estrema em linha sinuosa em 15,43 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 58,58 metros com terras de Rubens Schmidt, matrícula nº 16.944, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em segmentos de 40,00 metros, em 21,28 metros e em 10,19 metros com terras de Hans Muller - espólio, matrícula nº 11.350, livro 2. Incluída a faixa □non aedificandi' com largura de 15,00 metros. Esta área deverá ser obrigatoriamente anexada a matrícula nº 16.944, livro 2 de propriedade de Rubens Schmidt";

Artigo 3º - Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafo.

Artigo 4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 25 de novembro de 2011.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Decreto N° 2534, de 11 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2534, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

25.03.017.512.0104.2312 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.03.017.512.0104.2312 TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

25.03.017.512.0104.2312 MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.20000 REC. LIVRE SAMAE 10.000,00

total 10.000,00

TOTAL ANULAÇÃO 10.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2312 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.03.017.512.0104.2312 TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RE-SÍDUOS SÓLIDOS
25.03.017.512.0104.2312 MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.20000 REC. LIVRE SAMAE 10.000,00
total 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 10.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2535, de 11 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2535, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 160.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0125.2300. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.01.017.512.0125.2300. TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
25.01.017.512.0125.2300. MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.20000 REC. LIVRE SAMAE 160.000,00
TOTAL 160.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 160.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2536, de 11 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2536, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 4.900,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUIP. SOCIAIS
16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSIST. SOCIAL
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 4.900,00
TOTAL 4.900,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUIP. SOCIAIS
16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSIST. SOCIAL
300000.00 DESPESAS DE CAPITAL
330000.00 INVESTIMENTOS
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 4.900,00
TOTAL 4.900,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2537, de 11 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2537, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara de utilidade pública para fins de regularização de área desapropriada, por via amigável ou judicial, uma área de terras, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto, de propriedade de Bru-nhilde Eilers, para fins de regularização da Rua Marechal Floriano Peixoto.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no art.5º, inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

Considerando-se a necessidade de regularização da área com 1.069,05m2 para integrar a Rua Marechal Floriano Peixoto, cuja área já está sendo utilizada como logradouro público;

Considerando que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando assim os moradores e proprietários de imóveis localizados com testadas para essas ruas e transeuntes que as utilizam,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de regularização de área desapropriada, por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, uma faixa de terra assim descrita: uma área de terras com 1.069,05m2 destinada à regularização da Rua Marechal Floriano Peixoto, assim descrita: Terreno urbano, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, distando, pelo lado esquerdo do imóvel, 380,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Sibipirunas, ocupado pela Rua Marechal Floriano Peixoto, com as seguintes confrontações: frente, em 21,38 metros com a Rua Marechal Floriano Peixoto; fundos, em 21,38 metros com a Rua Marechal Floriano Peixoto; lado direito, estrema em 53,45 metros com terras de Brunhilde Eilers, matrícula 2.823, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 53,45 metros com terras de Brunhilde Eilers, matrícula 2.823, livro 2. O referido imóvel faz parte de um todo, matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 2.823, livro 2.

Art. 2º A regularização da área desapropriada do imóvel declarado de utilidade pública por este decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no art. 10 c/c art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa 2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC em exercício

Decreto Nº 2538, de 18 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2538, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 117.500,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, à conta de anulação no valor total de R\$ 117.500,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 15.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO

POLITICA E INSTITUCIONAL

02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00

TOTAL 15.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 15.000,00

TOTAL 15.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2014. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2014. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2014. MAN. DOS SUPRIMENTOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00

TOTAL 5.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2014. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2014. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2014. MAN. DOS SUPRIMENTOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00

TOTAL 5.000,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.02.004.123.0016.2024. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.02.004.123.0016.2024. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

03.02.004.123.0016.2024. MANUTENÇÃO DA TESOURARIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00

TOTAL 5.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.02.004.123.0016.2024. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.02.004.123.0016.2024. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

03.02.004.123.0016.2024. MANUTENÇÃO DA TESOURARIA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00
 TOTAL 5.000,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

07.02.018.542.0044.2084. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE
 07.02.018.542.0044.2084. MEIO E AMBIENTE
 07.02.018.542.0044.2084. MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 2.500,00
 TOTAL 2.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

07.02.018.542.0044.2084. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE
 07.02.018.542.0044.2084. MEIO E AMBIENTE
 07.02.018.542.0044.2084. MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 2.500,00
 TOTAL 2.500,00

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 90.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 90.000,00
 TOTAL 90.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 44.000,00
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 46.000,00
 TOTAL 90.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de novembro de 2011; 142º ano de

Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2.556 de 25 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 2.556 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.

ALTERA a aprovação do loteamento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 2.446/2011 de 01/09/2011, alterada pelo Decreto n.º 2.528/2011 de 07/11/2011.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente e,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica ALTERADO o item 24, da alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 2.446 de 01/09/2011, com a seguinte descrição:

"24 - Lote nº 100 (cem) - com área de 450,00m2 (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Paul Harbs, distando pelo lado direito do imóvel, 105,73 metros da esquina formada com o lado par da Rua Grécia; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Paul Harbs; fundos estrema em 15,00 metros com o lote nº 46 do loteamento "Parque Residencial Fortaleza" de Arnaldo Pacheco, matrícula nº 12.130, livro 2; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 99; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 101."

Artigo 2º - Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 25 de novembro de 2011.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Portaria No 2446, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2446, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Vilmar Pereira, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 04 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal VILMAR PEREIRA, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1247, de 08 de abril de 2010, alterada pelas Portarias nº 1345, de 31/05/2010; nº 1460, de 19/07/2010; nº 1614, de 30/09/2010; nº 1712, de 23/11/2010; nº 1913, de 22/02/2011, nº 2196, de 29/06/2011 e nº 2329, de 31/08/2011, a contar de 04 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.



DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 2451, de 14 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2451, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SP-31)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Simara Rosely Dumke (Subst. Sonia R.Dumke Stolf, que se encontra em afast.do exerc.do cargo)	21/07/74	765.045.819-91	30h	14/11/2011 a 09/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 2448, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2448, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Ewerton Luiz Alves Oliveira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 03 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal EWERTON LUIZ ALVES OLIVEIRA, contratado temporariamente para o cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2393, de 03 de outubro do corrente, a contar de 03 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 2449, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2449, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento de Obras na execução de intervenções (trevos) em vias do município.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento de Obras na execução de intervenções (trevos) em vias do município:

1. LUCIANA HARTMANN - Engenheira Civil;
2. DARCIZIO BONA - Vice Prefeito;
3. FABIANO MARTINS ADRIANO - Assessor Institucional de Trânsito;
4. NILTON THEILACKER - Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 2453, de 14 de Novembro de 2011

PORTARIA No 2453, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR DE
Simara Rosely Dumke	Técnico em Enfermagem	14/11/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria Nº 2447, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 2447, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

Considerando-se o equívoco na emissão de nova Portaria prorrogando a contratação temporária do Servidor Ewerton Luiz Alves Oliveira, em 19 de setembro do corrente,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Ewerton Luiz Alves Oliveira	2332/2011	30/09/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria Nº 2450, de 11 de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 2450, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Kathlenn Oliveira Krankel Pasquali	2400/2011	14/11/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria Nº 2452, de 14 de Novembro de 2011

PORTARIA Nº 2452, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Kathlenn Oliveira Krankel Pasquali	2450/2011	12/12/2011
Marluce Schumann Prada	2400/2011	01/12/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de novembro de 2011; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Aviso carta Convite 134-2011 Reforma UPE Amor Perfeito

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 000134/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE PRÉ-ESCOLAR AMOR PERFEITO, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14:20 horas do dia 09 de dezembro de 2011. ABERTURA: dia 09/12/2011 às 14:30 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 30/11/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Aviso Pregão Presencial n.º140 2011 Equipamentos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 140/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, VIOLÃO MUSICAL ENTRE OUTROS PARA REPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERDIDOS NA ENCHENTE DO MÊS DE SETEMBRO PARA O POSTO DE SAÚDE DONA CLARA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

(CAPS), PROGRAMA COZINHA ESCOLA E CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 15 de dezembro de 2011. ABERTURA: dia 15/12/2011 as 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 24/11/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Contrato 204/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/204
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó
CONTRATADO: Instituto Brasileiro de Administração Pública - IBAM.

OBJETO: Execução de toda a assessoria técnica para realização de concurso público para provimento de cargos do Quadro Permanente de Servidores.
VALOR TOTAL: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).
PRAZO: 28/11/2011 a 06/03/2012.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 135_2011 Aquisição de carneiras

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
135/2011/Pregão
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Timbó

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARNEIRAS (GAVETAS DE CONCRETO) E TAMPAS DE CONCRETO DESTINADAS AO CEMITÉRIO JARDIM DA PAZ E CEMITÉRIO CENTRAL.
Empresa fornecedora: ERH MARMORARIA E FUNERARIA LTDA
Valor Total Estimado: R\$ 49.025,00 (Quarenta e nove mil e vinte e cinco centavos).
Modalidade: Pregão Presencial
Validade da Ata: 12 meses
Órgãos Participantes: Prefeitura Municipal de Timbó

Timbó, 30/11/2011
LAERCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

CÂMARA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação Nº 5/2011.

CAUSA ENSEJADORA: JUSTIFICATIVA: artigo 24, X, da Lei 8.666/93. Necessidade das salas para abrigar a sede da Câmara Municipal, com espaço para as secretarias e plenário. Imóveis objetos desta dispensa já são ocupados pela Câmara Municipal e dotados de instalações efetuadas pela Câmara, que em caso de mudança para outro imóvel acarretariam gastos desnecessários aos cofres públicos, tendo em vista que está em construção a sede própria da Câmara Municipal e a mudança de endereço por curto período implicaria em despesas com instalações que podem e devem ser evitadas. RAZÃO DA ESCOLHA: localização central e

dos valores pagos atualmente acrescidos do IGPM/FGV - 12 meses, como previsto na cláusula 4ª do Contrato 16/2010. OBJETO DO CONTRATO: Locação de duas salas comerciais localizadas na Rua Germano Brandes Sênior, 711, no Edifício D'Momm, Centro, Timbó(SC), sendo a sala 10 com 110m², no valor de R\$ 1.550,00 mensais e a sala 11 com 228,5m² no valor de R\$ 2.460,00 mensais, pelo período de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2012. CONTRATADO: ADMINISTRADORA DE BENS SJM LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.474.629/0001-12, com sede na Rua Germano Brandes Sênior, nº 711, sala 03-A, Centro, Timbó (SC). VALOR: R\$ 48.120,00 (anual).

Timbó (SC), 18 de Novembro de 2011.
ISMAEL MAAS
Presidente

E X T R A T O de Contrato

Contrato nº. 07/2011.
Contratante: Câmara Municipal de Timbó
Contratada: ADMINISTRADORA DE BENS SJM LTDA.
Objeto: Locação de duas salas comerciais localizadas na Rua Germano Brandes Sênior, 711, no Edifício D'Momm, Centro, Timbó(SC), sendo a sala 10 com 110m² e a sala 11 com 228,5m². Valor mensal: R\$ 1.550,00 sala 10 e de R\$ 2.460,00 sala 11 - (R\$ 4.010,00).
Vigência: Início no dia 01/01/2012 e término no dia 31/12/2012.
Assinado: 18/11/2011 pela Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas Presidente) e Ad.Bens SJM

SAMAE

Aviso Pregão Presencial 62/2011 OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO de UNIORMES

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00062/2011 AVISO DE LICITAÇÃO

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "PREGÃO PRESENCIAL", do tipo Menor Preço, por Item, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AOS SERVIDORES DO SAMAE. O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br ou poderão ser solicitados para o e-mail be-atris@samaetimbo.com.br.

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 15 de Dezembro de 2011, até as 08h50 minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 30 de Novembro de 2011.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

Ata 01 - Pregão 72/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2011.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 120/2011.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 72/2011.

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 25 dias do mês de novembro do ano de 2011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TRANSPORTES COLETIVOS TRESBARRENSE LTDA, CNPJ nº. 78.837.218/0001-92, com sede e foro na Cidade de TRES BARRAS - SC, cito a Rua Vereador Augustinho Kornatzki, 153 - Bairro Km 02, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	35.000	KM	4,4900	157.150,00	SERVIÇOS DE TRANSPORTE EM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 (QUARENTA) PASSAGEIROS SENTADOS, PARA ATENDIMENTO ESPORADICO EM SUBSTITUIÇÃO AOS ONIBUS DA PREFEITURA E OU EM EVENTOS QUE OCORREREM NO MUNICIPIO, TRANSPORTE DO PESSOAL DA TERCEIRA IDADE EM SEUS EVENTOS, ENTRE OUTROS.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 120/2011 – Procedimento Administrativo nº. 72/2011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 25 de novembro de 2011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

TRANSPORTES COLETIVOS TRESBARRENSE LTDA
CNPJ nº. 78.837.218/0001-92
CONTRATADA

Testemunhas:

1 - Nilton Avanir Hurmus

2- Jacy de Fatima Abuda

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.668/11

LEI N.º 2.668/11, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Homologa o Termo Aditivo nº 02/2011 ao Contrato Administrativo nº 13/2011, celebrado entre o Município de Videira e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Termo Aditivo nº 02/2011 ao Contrato Administrativo nº 13/2011, celebrado entre o Município de Videira e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, para o exercício de 2011, que altera a Cláusula Quarta - Dos Valores e Forma de Repasse, conforme termo anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.669/11

LEI N.º 2.669/11, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com a "30ª Oficina de Música de Curitiba", a realizar-se no período de 08 a 19 de janeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a despender, até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), com o pagamento de despesas de hospedagem, alimentação e transporte, para 15 (quinze) músicos integrantes das Oficinas de Música da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, a fim de participarem da "30ª Oficina de Música de Curitiba", que realizar-se-á no período de 08 a 19 de janeiro de 2012.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da

Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de novembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.670/11

LEI Nº 2.670/11, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2.011

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com a Associação de Moradores da Rondinha - AMOR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com a Associação de Moradores da Rondinha - AMOR, inscrita no CNPJ sob o nº 13.083.386/0001-94, para o fim de realizar a XIX Festa da Vindima, evento de caráter turístico-cultural, a realizar-se nos dias 03, 04 e 05 de fevereiro de 2012, com a importância de até R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2012.

Art. 3º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de novembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.671/11

LEI Nº 2.671/11, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Convênio com a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, objetivando mútua cooperação para implantação do sistema de monitoramento eletrônico, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, nos moldes da minuta do termo de convênio anexo, parte integrante da presente Lei,

Art. 2º O objeto do Termo de Convênio de que trata a presente Lei é a execução das atividades destinadas à implantação e funcionamento do Sistema de Monitoramento Eletrônico, na cidade de Videira, através do monitoramento por câmeras, objetivando a segurança pública e preservação do patrimônio público.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas por dotações próprias constantes do Orçamento Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de novembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.672/11

LEI Nº 2.672/11, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder brinde de Natal aos servidores municipais, no exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder aos servidores do Município, como brinde de Natal, 1 (uma) bolsa térmica com capacidade de no mínimo de até 14 (quatorze) Litros e 1 (uma) Ave tipo Peru.

Art. 2º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o montante de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício anterior, a seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria de Administração
01 - Administração
2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 - Aplicações Diretas 66.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 66.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de novembro de 2011.
WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.673/11

LEI Nº 2.673/11, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela LIONS Clube Videira Perdizes, inscrita no CNPJ nº 83.609.115/0001-05, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de novembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.673/11

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, LIONS CLUBE VIDEIRA PERDIZES, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 83.609.115/0001-05, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 8/1981, neste ato representado por seu Presidente, acordam e ajustam, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.673/11, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização de um Bazar de Produtos Apreendidos pela Receita Federal, a ocorrer no dia 04 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 04 de dezembro de 2011.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
 - b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
 - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 04 de dezembro de 2011, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2011.

WILMAR CARELLI NARA L. FIN DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal Presidente do LIONS Clube Videira Perdizes

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Lei Nº 2.674/11

LEI Nº 2.674/11, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 769.084,18 (setecentos e sessenta e nove mil, oitenta e quatro reais e dezoito centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0001.0 769.084,18

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 769.084,18

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação:

- 01 - Gabinete do Prefeito Municipal
- 01 - Assessoria de Gabinete
- 2.002 - Manutenção da Chefia de Gabinete
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 10.000,00

- 02 - Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica
- 01 - Assessoria Jurídica
- 2.011 - Manutenção da Secretaria da Assessoria Jurídica
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 20.000,00

- 04 - Secretaria Municipal de Finanças
- 01 - Departamento Financeiro e Tributário
- 2.023 - Manutenção da Secretaria de Finanças
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 5.000,00

- 04 - Secretaria Municipal de Finanças
- 01 - Departamento Financeiro e Tributário
- 2.024 - Manutenção do Departamento de Contabilidade
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 8.000,00

- 04 - Secretaria Municipal de Finanças
- 01 - Departamento Financeiro e Tributário
- 2.024 - Manutenção do Departamento de Tesouraria
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 4.000,00

- 04 - Secretaria Municipal de Finanças
- 01 - Departamento Financeiro e Tributário
- 2.024 - Manutenção do Departamento de Tributação
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 30.000,00

- 07 - Secretaria Municipal de Educação
- 01 - Departamento de Educação
- 2.029 - Manutenção da Secretaria de Educação
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 92.084,18

- 08 - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social
- 02 - Departamento de Ação Social
- 2.043 - Manutenção do Departamento de Ação Social
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 10.000,00

- 09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
- 01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
- 2.048 - Manutenção e Conservação de Terminais Urbanos
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 50.000,00

- 16 - Fundo Municipal de Assistência Social
- 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
- 1.015 - Construção/Ampliação/Reforma de Centros de Assistência Social
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 440.000,00

- 17 - Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente
- 01 - Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente
- 1.016 - Construção/Ampliação/Reforma de Centros de Atendimento a Criança e Adolescente
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 100.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 769.084,18

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.870/11

DECRETO Nº 9.870/11, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.672/11, de 30 de novembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

- 03 - Secretaria de Administração
- 01 - Administração
- 2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração
- 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 - Aplicações Diretas 66.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 66.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Decreto Nº 9.871/11

DECRETO Nº 9.871/11, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.674/11, de 30 de novembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 769.084,18 (setecentos e sessenta e nove mil, oitenta e quatro reais e dezoito centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

- 07 - Secretaria Municipal de Educação
- 02 - Departamento de Ensino Fundamental
- 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
- 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 769.084,18

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 769.084,18

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação:

- 01 - Gabinete do Prefeito Municipal
- 01 - Assessoria de Gabinete
- 2.002 - Manutenção da Chefia de Gabinete
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 10.000,00

- 02 - Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica
- 01 - Assessoria Jurídica
- 2.011 - Manutenção da Secretaria da Assessoria Jurídica
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 20.000,00

- 04 - Secretaria Municipal de Finanças
- 01 - Departamento Financeiro e Tributário
- 2.023 - Manutenção da Secretaria de Finanças
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 5.000,00

- 04 - Secretaria Municipal de Finanças
- 01 - Departamento Financeiro e Tributário
- 2.024 - Manutenção do Departamento de Contabilidade
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 8.000,00

- 04 - Secretaria Municipal de Finanças
- 01 - Departamento Financeiro e Tributário
- 2.024 - Manutenção do Departamento de Tesouraria
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 4.000,00

- 04 - Secretaria Municipal de Finanças
- 01 - Departamento Financeiro e Tributário
- 2.024 - Manutenção do Departamento de Tributação
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 30.000,00

- 07 - Secretaria Municipal de Educação
- 01 - Departamento de Educação
- 2.029 - Manutenção da Secretaria de Educação
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 92.084,18

- 08 - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social
- 02 - Departamento de Ação Social
- 2.043 - Manutenção do Departamento de Ação Social
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 10.000,00

- 09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
- 01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
- 2.048 - Manutenção e Conservação de Terminais Urbanos
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 50.000,00

- 16 - Fundo Municipal de Assistência Social
- 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
- 1.015 - Construção/Ampliação/Reforma de Centros de Assistência Social
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 440.000,00

- 17 - Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente
- 01 - Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente
- 1.016 - Construção/Ampliação/Reforma de Centros de Atendimento a Criança e Adolescente
- 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 100.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 769.084,18

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Portaria Nº 0867/11

PORTARIA nº 0867/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 15701/11,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARIA ZENILDE THIBES DE CAMPOS CAVICHON, Técnico de Enfermagem, de 1º de janeiro de 2012 até 1º de abril de 2012, referente ao quinquênio de 16 de agosto de 2006 até 15 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Videira, 29 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0868/11

PORTARIA nº 0868/11

Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora ROSÂNGELA COMERLATO, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª séries, E-PE-MAG-I, a partir do dia 28 de novembro de 2011 até 26 de março de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 28 de novembro de 2011.

Videira, 29 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0872/11

PORTARIA nº 0872/11

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º Designar MIGUEL ALBERTO VIECELI, ARNALDO POSSANSKE e MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de desapropriação, o seguinte imóvel:

“Uma área de terras rurais, com área de 6.173,76 m² (seis mil cento e setenta e três metros e setenta e seis decímetros quadrados) confrontando ao Norte, com terras de herdeiros de Luis Mengatto, com distância de 25,28m; ao Sul na faixa de domínio da Rodovia SC-303, com distância de 101,75m; ao Leste com terras de Luiz Cheron e outros, com distância de 215,21m; ao Oeste com terras de Luiz Cheron e outros, com distância de 244,41m, parte integrante de uma área maior de 532.375,00m², situada no 1º subdistrito de Videira, confrontando: ao Norte, com terras de Carlos Mariani e Laurindo Mengatto; ao Sul, com terras de Cezar Rissi e Atilio Suzi; ao Leste com terras de Antonio Piccoli e ao Oeste com terras de Cezar Fantin.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Homologação CONCORRÊNCIA Nº 07/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONCORRÊNCIA Nº 07/11

HOMOLOGAÇÃO: 01/11/11

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL COMPREENDENDO: CONTABILIDADE PÚBLICA, TESOURARIA, PLANEJAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PONTO ELETRÔNICO, PATRIMÔNIO PÚBLICO E ESTOQUE, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO E A CONVERSÃO DE DADOS DOS SISTEMAS EXISTENTES NA PREFEITURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 85.478,00 (oitenta e cinco mil quatrocentos e setenta e oito reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação CONVITE Nº 11/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 11/11

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/11

CONTRATADO: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DOS POSTES EXISTENTES NA PONTE CÉZAR CARELLI E INSTALAÇÃO DE NOVOS POSTES NO TREVO E NA PONTE, BEM COMO NO TREVO DA PONTE ADERBAL RAMOS DA SILVA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.913,24 (quarenta e oito mil novecentos e treze reais e vinte e quatro centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação CONVITE Nº 12/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 12/11

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/11

CONTRATADO: MELBOX ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRODUÇÃO E EXECUÇÃO DO EVENTO “VII FESTIVAL DE DANÇAS 2011”, A SER REALIZADO NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2011, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO PTEC Nº 831/115.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação CONVITE Nº 13/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE Nº 13/11

HOMOLOGAÇÃO: 28/11/11

CONTRATADO: LCOM COMUNICAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE DIAGRAMAÇÃO (EDITORAÇÃO ELETRÔNICA), PROVAS (PRÉ IMPRESSÃO), FOTOCOMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO DE JORNAL INFORMATIVO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.898,80 (trinta e três mil oitocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 143/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/11

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

CONTRATADO: FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS PEÇAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.460,44 (dois mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos)

CONTRATADO: JULIO SILVESTRI ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.805,12 (três mil oitocentos e cinco reais e doze centavos)
CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.996,76 (três mil novecentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos)
CONTRATADO: RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.300,61 (vinte e um mil e trezentos reais e sessenta e um centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 144/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/11
HOMOLOGAÇÃO: 01/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO COBERTO, TABLADO E SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER OS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: TECHNUS SONORIZAÇÃO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 95.500,00 (noventa e cinco mil e quinhentos reais)
CONTRATADO: J.A SONORIZAÇÕES LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 87.700,00 (oitenta e sete mil e setecentos reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 145/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/11
HOMOLOGAÇÃO: 07/11/11

CONTRATADO: REFRIGERAÇÃO MOURA LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE APARELHOS DE AR DE CONDICIONADOR TIPO SPLIT PARA AS SALAS DO PAÇO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA E AEROPORTO MUNICIPAL "ANGELO PONZONI".

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.876,00 (quinze mil oitocentos e setenta e seis reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 146/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/11
HOMOLOGAÇÃO: 07/11/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS.

CONTRATADO: SEGLINE DIST E IMPORT DE EQUIP SEGURANÇA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.483,20 (quatro mil quatrocentos e oitenta e três reais e vinte centavos)

CONTRATADO: ALIANÇA DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.507,50 (um mil quinhentos e sete reais e cinquenta centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 147/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/11

HOMOLOGAÇÃO: 07/11/11

CONTRATADO: ANILDO ANTUNES -ME.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE UNIFORMES PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 65.150,20 (sessenta e cinco mil cento e cinquenta reais e vinte centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 148/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/11

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/11

CONTRATADO: MECÂNICA JÚNIOR AUTO DIESEL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CAMINHÃO TANQUE MODELO VOLKSWAGEN 13130, ANO 1985, FROTA 26, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 149/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/11

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL ESPORTIVO PARA SER UTILIZADO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.
CONTRATADO: VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.141,10 (trinta mil cento e quarenta e um reais e dez centavos)

CONTRATADO: W.R COM. DE ART. ESPORTIVOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.313,92 (nove mil trezentos e treze reais e noventa e dois centavos)

CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 371,75 (trezentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADO: PROJETO CULTURAL LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.312,00 (vinte e um mil trezentos e doze reais)

CONTRATADO: STAUDT E FRANCESQUETT LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.191,00 (quatro mil cento e noventa e um reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 150/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/11

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SER UTILIZADO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

CONTRATADO: GRAFICA AMÉRICA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.304,00 (três mil trezentos e quatro reais)

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.181,30 (trinta e dois mil cento e oitenta e um reais e trinta centavos)

CONTRATADO: AQUINPEL SUP. PARA INF. E ESC. E REP

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.607,50 (trinta e nove mil seiscentos e sete reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.780,20 (trinta e um mil setecentos e oitenta reais e vinte centavos)

CONTRATADO: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.853,10 (vinte e três mil oitocentos e cinquenta e três reais e dez centavos)

CONTRATADO: PROJETO CULTURAL LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.700,80 (trinta e três mil e setecentos reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.020,04 (três mil e vinte reais e quatro centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 151/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/11

HOMOLOGAÇÃO: 16/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA E DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.950,00 (trinta e um mil novecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: ANINSETO DEDETIZADORA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 153/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/11

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR QUE SERÃO UTILIZADOS NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.548,00 (quatro mil quinhentos e quarenta e oito reais)

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.182,00 (cinco mil cento e oitenta e dois reais)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 154/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/11

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO.

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 133.441,36 (cento e trinta e três mil quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA OZZOIM LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 126.509,96 (cento e vinte e seis mil quinhentos e nove reais e noventa e seis centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 155/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/11

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/11

CONTRATADO: KLIC PRODUÇÃO ARTÍSTICA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRODUTORA DE ESPETÁCULOS CÊNICOS PARA A PRODUÇÃO, EXECUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO CÊNICO "AUTO DE NATAL", A SER REALIZADO NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2011, EM FRENTE AO MUSEU DO VINHO "MÁRIO DE PELLEGRIN".

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 156/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/11

HOMOLOGAÇÃO: 23/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PEÇAS PARA EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES EM RETROESCAVADEIRAS CASE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: MAPEL COM DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 59.448,66 (cinquenta e nove mil quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos)

CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 55.783,39 (cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e três reais e trinta e nove centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 157/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/11

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE LIVROS PARA ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DAS BIBLIOTECAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL EUCLIDES DA CUNHA.

CONTRATADO: VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.846,78 (vinte e quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos)

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.900,36 (vinte e um mil e novecentos reais e trinta e seis centavos)

CONTRATADO: A PÁGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.377,60 (oito mil trezentos e setenta e sete reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: 46 LIVROS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 104,39 (cento e quatro reais e trinta e nove centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 159/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/11

HOMOLOGAÇÃO: 21/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE VEÍCULOS PARA EFETUAR O TRANSPORTE DE ALUNOS E ASSESSORAR A EQUIPE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO NA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DIÁRIOS.

CONTRATADO: AUTO MECANICA GERAL LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.350,00 (vinte e oito mil trezentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA (VIDEIRA)

VALOR DA DESPESA: R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: RUDIGER MULTIMARCAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 386.000,00 (trezentos e oitenta e seis mil reais)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 27/2011 - FMAS

O Município de Videira no mês 11/2011, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/11

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PETI DO BAIRRO DE CARLI E AMARANTE, CASA LAR MENINO JESUS, CREAS, CRAS, GRUPO DA TERCEIRA IDADE E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: COMÉRCIO DE CARNES E PEIXES SPOLTI LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.578,75 (vinte e dois mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADO: LUIZ CARLOS DALLE CORT ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.871,25 (dez mil oitocentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA OZZOIM LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 65.243,43 (sessenta e cinco mil duzentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 70/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/11

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/11

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL IMPRESSO PARA SEREM UTILIZADOS NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LABORAIS, BEM COMO NA DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVOS EM EVENTOS E CAMPANHAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 856,00 (oitocentos e cinquenta e seis reais)

CONTRATADO: VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.533,00 (dezenove mil quinhentos e trinta e três reais)

CONTRATADO: GRAFISIL GRAFICA LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.373,50 (sete mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais)

CONTRATADO: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.817,50 (cinco mil oitocentos e dezesseite reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA JGRAF LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.662,00 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 71/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/11

HOMOLOGAÇÃO: 16/11/11

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA PACIENTES QUE REALIZAM TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO, CONCEDIDAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.121,50 (dois mil cento e vinte e um reais e cinquenta centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 72/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/11

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/11

CONTRATADO: AJF DENTISTAS ASSOCIADOS SS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.100,00 (vinte e cinco mil e cem reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Pregão Nº 74/2011 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2011, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/11

HOMOLOGAÇÃO: 24/11/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DO CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: PRHODENT COM E REPRES. DE PROD HOSP DENT LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.918,80 (seis mil novecentos e dezoito reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: OTRIALA COM. ATAC. DE MEDIC. E PROD. MÉD. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.271,28 (cinco mil duzentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos)

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.754,45 (quatro mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)

CONTRATADO: CIRÚRGICA MASTER LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 203,00 (duzentos e três reais)

CONTRATADO: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.362,97 (oito mil trezentos e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos)

CONTRATADO: CIRÚRGICA ERECHIM LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.585,00 (dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Tomada de Preços Nº 28/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 28/11

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/11

CONTRATADO: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (C.A.U.Q) SOBRE PAVIMENTO EXISTENTE COM PEDRAS IRREGULARES TIPO BASALTO, NAS RUAS ANTONIO FERLIN, BRASIL E CORONEL FAGUNDES, COM ÁREA TOTAL 10.920,24 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, O QUAL É PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 517.569,75 (quinhentos e dezessete mil quinhentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Homologação Tomada de Preços Nº 24/2011 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2011, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 24/11

HOMOLOGAÇÃO: 07/11/11

CONTRATADO: ZANDONAI E ZAMPRONIO LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS ENTORNOS DO PAÇO MUNICIPAL E DA PRAÇA DO ATLETA, NA AVENIDA MANOEL ROQUE/RUA JOSÉ FORMIGHERI/RUA ANTONIO PINTO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, O QUAL É PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 80.053,45 (oitenta mil e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos)

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

CONTRATO Nº 008/2011

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Contabilidade Pública

VALOR CONTRATADO: R\$ 920,0 (novecentos e vinte reais)

Prazo: 01 de Janeiro 2012 a 30 de Abril 2012 (quatro meses)

OBJETO: Conversão, configuração, parametrização e treinamento
VALOR CONTRATADO: R\$ 3.152,00 (três mil, cento e cinquenta e dois reais)

Videira - SC, 01 de novembro de 2011.

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

Câmara de Vereadores de Videira

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 214/2011

P O R T A R I A Nº 214/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JOSÉ STOEBERL

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratado pela Portaria 177/2011, de 03 de outubro de 2011, 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e

do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE NO-
VEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 107 - PGT - São Miguel do Oeste

Extrato de Contrato nº 119/2011

Programa de Gestão Tributária - São Miguel do Oeste

CONTRATANTE: Município de São Miguel do Oeste

CNPJ: 82.821.174/0001-80

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 209/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Mu-
nicipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da in-
formação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado
pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de em-
presas no território do município, mediante o Registro Mercantil
Integrado (REGIN); e gestão da nota fiscal eletrônica conjugada
(NF-e conjugada).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº
11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de
2011.

Florianópolis, 22 de novembro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Extrato Contrato n. 0037/2011

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0037/2011/CINCO

Contratada: RESTAURANTE IOMERE LTDA ME. Objeto: forne-
cimento de refeições (almoço e jantar, incluído um refrigerante por
refeição), em estabelecimento de propriedade do CONTRATADO
aos empregados públicos do CONTRATANTE. Valor Total Estimado
do Contrato: R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais).
Data: 30.11.2011. Vigência: 30.11.2011 a 20.12.2011. Funda-
mentação: Dispensa de Licitação - artigo 24, II e parágrafo único,
Lei 8.666/93.

NELMAR PINZ - Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

CITMAR

Decreto Nº. 03 de 08 de Novembro de 2011

DECRETO Nº. 03 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 2º DO DECRETO Nº. 01, DE
05 DE MAIO DE 2008 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TU-
RISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR, E DÁ OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio, no uso de suas atribuições, de acordo
com o art. 8º Capítulo III, do Título I, do Estatuto Social do Con-
sórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 01 de 05 de maio de 2008
estabeleceu a concessão de diárias ao pessoal lotado Consórcio
Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, concer-
nente ao afastamento temporário da respectiva sede;

CONSIDERANDO que o respectivo Decreto quando tratou do des-
locamento, não previu a possibilidade de ressarcimento do servi-
dor que por necessidade tiver que se deslocar com veículo próprio,
ser ressarcido de tais despesas,

DECRETA:

Art. 1º - Fica por este ato acrescido o Art. 2º do Decreto nº. 01 de
05 de maio de 2008 nos seguintes termos:

“Art. 2º -

()

§3º - Quando o deslocamento do servidor se der mediante utili-
zação de veículo próprio, ficará o CITMAR obrigado a ressarcir no
montante de R\$ 0,60 (sessenta centavos) por quilometro rodado.

§4º - As despesas de deslocamento mencionadas no §3º deste
artigo não excluem a possibilidade do servidor de receber diária
em conformidade com o art. 1º deste Decreto”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAJAÍ/SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Presidente CITMAR

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo CITMAR